



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES*

DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

HÉLIO PONCE CUNHA

**ANÁLISE DA LOCALIZAÇÃO, INOVAÇÃO E CAPITAL HUMANO COMO
INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO: O CASO DE
FEIRA DE SANTANA**

Salvador
2016

HÉLIO PONCE CUNHA

**ANÁLISE DA LOCALIZAÇÃO, INOVAÇÃO E CAPITAL HUMANO COMO
INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO: O CASO DE
FEIRA DE SANTANA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Noélio Dantaslé Spinola.

Salvador
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador,
Laureate International Universities).

Cunha, Hélio Ponce

Análise da localização, inovação e capital humano como indutores do Desenvolvimento Regional e Urbano: o caso de Feira de Santana/ Hélio Ponce Cunha.– Salvador: UNIFACS, 2016.

337 f. : il.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Profº Drº Noélio Dantaslé Spinola.

1. Desenvolvimento regional e urbano - Feira de Santana - Ba. 2. Capital Humano. 3. Inovação. 4. Atratividade empresarial. I. Spinola, Noélio Dantaslé, orient. II. Título.

CDD: 338.9841

TERMO DE APROVAÇÃO

HÉLIO PONCE CUNHA

ANÁLISE DA LOCALIZAÇÃO, INOVAÇÃO E CAPITAL HUMANO COMO INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO: O CASO DE FEIRA DE SANTANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano, pela seguinte banca examinadora:

Noélio Dantaslé Spinola - Orientador _____
Doutor em Análise Geográfica Regional pelo Universitat de Barcelona, Espanha
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Aliger dos Santos Pereira _____
Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Carlos Alberto da Costa Gomes _____
Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Carolina de Andrade Spinola _____
Doutora em Geografia pelo Universitat de Barcelona, Espanha
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Gilton Alves Aragão _____
Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Salvador

de abril de 2016.

Para Hélio, Marluce, Jamilly e Maria Beatriz.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, em primeiro lugar, por permitir e me ajudar a alcançar esse tão importante objetivo de vida.

Agradeço às pessoas que foram essenciais para o sucesso deste trabalho:

Ao Prof. Dr. Noélio Spinola, que despertou em mim o interesse pelos estudos regionais, aceitou me orientar, teve paciência e me deu os direcionamentos necessários para a pesquisa.

Ao Prof. Dr. Costa Gomes pela postura amigável e acolhedora e pelas importantes contribuições nesta etapa da minha formação.

Agradeço à Profa. Dra. Carolina Spinola, exemplo de profissional e de ser humano que, além de ter sido essencial para minha continuidade no curso, me motivou em todos os momentos.

Também sou muito grato à Profa. Dra. Maria Leny, que me ajudou muito neste processo desde antes do meu ingresso, à Profa. Dra. Maria da Conceição (Lia), que sempre mostrou preocupação e interesse no meu desenvolvimento profissional e ao Prof. Dr. Jáder Souza, amigo, exemplo e motivador.

Institucionalmente, agradeço à UNIFACS, por oferecer um curso de doutorado de altíssima qualidade, com excelentes professores aos quais também agradeço. Ainda no viés institucional, agradeço à UEFS, instituição responsável direta e indiretamente por todas as etapas da minha formação. Espero ter oportunidades de retribuir esse investimento.

Agradeço aos meus pais, que sempre se esforçaram para me dar a maior riqueza que se deve prover a um filho: educação (valores, disciplina, respeito) e formação (boas escolas), aos meus irmãos e demais familiares que acreditaram e valorizaram o meu esforço, e a todos os meus amigos, aqui representados pelo “compadre” Marildo Pereira, que passou dez anos insistindo para que eu fizesse o doutorado.

RESUMO

A presente tese teve por objetivo explicar como os fatores atratividade empresarial, ambiência para formação do capital humano e promoção da inovação se relacionam e influenciam no atual nível de desenvolvimento de Feira de Santana. Para o alcance deste objetivo, foi utilizada a abordagem científica indutiva e a operacionalização de uma pesquisa explicativa a partir da compreensão de Feira de Santana, e seu processo de desenvolvimento regional e urbano, como foco de um estudo de caso. A análise da atratividade empresarial se baseou principalmente em informações originárias do estudo das regiões de influência das cidades, promovido pelo IBGE, e amparada em referencial teórico de *Walter Christaller*, com sua abordagem das cidades centrais e *François Perroux*, com o enfoque no desenvolvimento regional a partir de polos industriais e urbanos. A análise da ambiência para a formação do capital humano e para a promoção da inovação foi realizada a partir de informações do censo demográfico de 2010, também realizado pelo IBGE, de informações do Ministério da Educação e lastreada, prioritariamente, pelos postulados teóricos trazidos por *Joseph Schumpeter*, com o papel da mudança técnica para o desenvolvimento econômico e *Theodore Shultz* e *Alfred Marshall*, que ressaltaram a importância da capacitação das pessoas no processo produtivo e a necessidade de investimento nessa capacitação. A partir da apropriação das bases teóricas e do estudo das informações sociais e econômicas sobre o objeto da pesquisa, foram realizadas, transcritas e compiladas entrevistas com lideranças governamentais, educacionais e empresariais de Feira de Santana. O conteúdo de tais entrevistas foi sumarizado através da análise de conteúdo qualitativa. Como resultados, é possível dizer que não há relação entre os fatores atratividade empresarial, ambiência para formação de capital humano e promoção da inovação no atual nível de desenvolvimento de Feira de Santana, havendo um destaque para a centralidade urbana e atratividade empresarial, influenciados principalmente, pela localização do município. Foi observado que as ações pontuais visando o desenvolvimento de Feira de Santana são desarticuladas e que os esforços das organizações empresariais, governamentais e educacionais para este fim, quando detectados, não são integrados. Como perspectiva, esta tese indica medidas e ações com potencial de promoção do desenvolvimento de Feira de Santana a partir de vocações regionais, mas destaca que as mesmas só serão efetivas se forem adotadas de forma integrada como partes de um projeto com abrangência de longo prazo.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Capital Humano. Inovação. Atratividade empresarial.

ABSTRACT

This thesis sought to explain how the business attractiveness, the ambience for human capital formation and to promote the innovation constitute factors influencing the current development model of Feira de Santana. To achieve this goal, this research used the scientific inductive approach and its operation occurred through an explanatory research. The methodology of the case study was used for the analysis and understanding the regional and urban development of Feira de Santana. The analysis of business attractiveness used information coming from the study of the regions of influence of cities, conducted by IBGE, and it was supported in the theoretical model of Walter Christaller with this approach of central cities and the theoretical model of François Perroux, with this focus on regional development from industrial and urban centers. The analysis of the ambience to human capital formation and the promotion of innovation was made from census information from 2010, also carried out by the IBGE and educational information from official sources. In this theme, the research was supported primarily by theoretical assumptions developed by Joseph Schumpeter, with the role of technical change for economic development, and the works of Theodore Schultz and Alfred Marshall, who stressed the importance of training people in the production process and the importance of investment in this training. From the appropriation of theoretical foundations and the study of social and economic information about the object of this research, interviews with government, educational and business leaders from Feira de Santana were conducted, transcribed and compiled. The content of these interviews was summarized by qualitative content analysis. This research concluded that there is no relationship between the factors business attractiveness, ambience for human capital formation and promoting innovation in the current level of Feira de Santana development. However, there are great influence of the urban centrality and the business attractiveness, influenced mainly by the location of the city analysed. The specific actions for the development of Feira de Santana are disjointed and the efforts of business, government and educational organizations for this purpose, when detected, are not integrated. As perspective to promote regional and urban development of Feira de Santana, this thesis indicates some regional vocations with great potential for this purpose. For this purpose, the effective use of these vocations must be part of an integrated project focused on the long term.

Keywords: Development. Human capital. Innovation. Business attractiveness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Teoria do Desenvolvimento Econômico de Smith	54
Figura 2 – Modelo de Diamante de Competitividade.....	103
Figura 3 - Step of model of deductive category application.....	119
Figura 4 - Modelo de Análise Qualitativa de Conteúdo	120
Figura 5 – Mapa com IDHM – Brasil – por níveis de desenvolvimento	124
Figura 6 – Delimitação da mancha urbana da cidade de Feira de Santana.....	145
Figura 7 – Feira de Santana: Principais rodovias estaduais e federais	146
Figura 8 – Projeção da Ferrovia Oeste-Leste.....	148
Figura 9 – Feira de Santana sob a perspectiva monocêntrica	150
Figura 10 – Feira de Santana: perspectiva de desconcentração	152
Figura 11 – Perspectiva dos Territórios de Identidade da Bahia	154
Figura 12 – Aspectos gerais do Território Portal do Sertão.....	156
Figura 13 – Região Metropolitana de Feira de Santana.....	158
Figura 14 – Microrregião de Feira de Santana e Mesorregião Centro Norte Baiano	159
Figura 15 – Região de Influência de Feira de Santana x Relação com Salvador....	163
Figura 16 – Capital Regional Feira de Santana – Região de influência	167
Figura 17 – Conexões externas Feira de Santana	168

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PIB do Brasil (2000-2012). Valores brutos à preços atuais.....	32
Gráfico 2 – Matrículas em IES por região geográfica (2011)	85
Gráfico 3 – Doutores no Brasil por região (2011)	86
Gráfico 4 – Matrículas por dependência administrativa – Feira de Santana.....	176
Gráfico 5 – Matrículas por dependência administrativa – Feira de Santana.....	177
Gráfico 6 – Grau de instrução do pessoal ocupado – Feira de Santana.....	178
Gráfico 7 – Matrículas por área de concentração – Feira de Santana	180
Gráfico 8 – Distribuição da população de Feira de Santana (1970-2000)	187
Gráfico 9 – PIB do Brasil (2000-2012). Valores brutos à preços atuais	189
Gráfico 10 – PIB total e por setores – Feira de Santana	189
Gráfico 11 - Emprego por setor econômico em Feira de Santana - BA (2004 - 2010)	190
Gráfico 12 - Renda no setor agropecuário em Feira de Santana (2004 - 2010)	192
Gráfico 13 - Renda na Indústria de transformação em Feira de Santana- em salários mínimos	194
Gráfico 14 - Escolaridade dos Empregados na Indústria de Transformação em Feira de Santana.....	195
Gráfico 15 – Renda na Ind. Construção Civil – em salários mínimos.....	195
Gráfico 16 - Renda no comércio em Feira de Santana - em salários mínimos	197
Gráfico 17 – Renda no setor de serviços em Feira de Santana – em salários mínimos	198
Gráfico 18 - Renda em salários mínimos por setor econômico – Feira de Santana (2010).....	200

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Alunos matriculados em IES no Brasil.....	85
Quadro 2 - Matrículas em IES (2011) e População brasileira por região (2010)	86
Quadro 3 – Municípios da Microrregião de Feira de Santana	160
Quadro 4 – Comparação entre critérios de regionalização	161
Quadro 5 – Cidades na zona de influência direta de Feira de Santana	164
Quadro 6 – IESs com oferta presencial em Feira de Santana	171
Quadro 7– IESs com oferta na modalidade EAD em Feira de Santana	173
Quadro 8 – Instituições que ofertam ensino técnico em Feira de Santana	174
Quadro 9 – Formação <i>stricto sensu</i> em Feira de Santana.....	183
Quadro 10 – Cursos de doutorado ofertados pela UEFS e egressos	183
Quadro 11 – Entrevistas planejadas x entrevistas realizadas	203
Quadro 12 – Códigos de análise inseridos no MaxQda	204
Quadro 13 – Atendimento à demandas locais pelo capital humano de Feira de Santana.....	207
Quadro 14 – Formação técnica do capital humano em Feira de Santana	209
Quadro 15 – A formação superior e o capital humano em Feira de Sanana.....	210
Quadro 16 – Qualidade na formação do capital humano em Feira de Santana.....	212
Quadro 17– Pesquisa como fator essencial para inovação	214
Quadro 18 – Qualidade de vida e atratividade empresarial	219
Quadro 19 – Mão de obra e atratividade empresarial – Feira de Santana.....	222
Quadro 20 – Incentivos e atratividade empresarial	225
Quadro 22 – Localização e centralidade de Feira de Santana.....	228
Quadro 23 – Poder público, planejamento e desenvolvimento	231
Quadro 24 – Setores econômicos e o desenvolvimento de Feira de Santana	233
Fonte: Elaboração própria (2015).....	233
Quadro 25 – Articulação para o desenvolvimento econômico.....	234

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ranking do PIB (valores brutos a preços atuais).....	32
Tabela 2 – Ranking do PIB per capita (valores brutos a preços atuais)-2012.....	34
Tabela 3 – IDH e IDH –D 2012.....	38
Tabela 4 – IDHM dos estados brasileiros - 2010.....	41
Tabela 5 – IDHM (2010) dos municípios da Bahia (primeiros e últimos colocados).42	
Tabela 6 – Índice de Performance Econômica x Índice de Desenvolvimento Econômico Municipal. Municípios com melhor colocação em 2010.....	44
Tabela 7 – Índice de Performance Econômica x Índice de Performance Social dos 20 municípios da Bahia com melhor desempenho - 2010	46
Tabela 8 – Composição setorial do PIB, Bahia, 1960/1970/1980/1990/2000/2010	139
Tabela 9 – Municípios do Território Portal do Sertão	155
Tabela 11 –Relacionamento Empresarial (2004) – Feira de Santana.....	169
Tabela 12 – Matrícula na educação superior, por dependência administrativa Feira de Santana	175
Tabela 13 – Concluintes educação superior, por dependência administrativa – Feira de Santana	176
Tabela 14 – Grau de instrução do pessoal ocupado no mercado formal	177
Tabela 15 – População existente x população ocupada por grau de instrução em Feira de Santana - 2010.....	178
Tabela 16 - Matriculados e concluintes por áreas de conhecimento – Feira de Santana.....	179
Tabela 17 - Distribuição populacional em Feira de Santana	186
Tabela 18 – PIB Corrente total e por setor de atividade – Feira de Santana	188
Tabela 20 - Evolução da Renda no setor agropecuário em Feira de Santana (2004 - 2010)	191
Tabela 21 - Evolução da Renda na Indústria de transformação em Feira de Santana (2004 - 2010).....	193
Tabela 22 – Evolução do IDHM – Feira de Santana	199
Tabela 23 – Comparação entre crescimento do PIB e IDHM.....	199
Tabela 24 – Renda por setor econômico – Feira de Santana (2010).....	200
Tabela 25 – Rendimento da população economicamente ativa – Feira de Santana	201

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADENE	Agência para o Desenvolvimento do Nordeste
ACEFS	Associação Comercial e Empresarial de Feira de Santana
CDL	Câmara dos Dirigentes Lojistas
CIFS	Centro das Indústrias de Feira de Santana
CETEB	Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia
CIA	Centro Industrial de Aratu
CIS	Centro Industrial do Subaé
CIMATEC	Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNT	Confederação Nacional de Transportes
CFA	Conselho Federal de Administração
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DERBA	Departamento de Infraestrutura e Transportes da Bahia
ESEB	Escola Superior Estatística da Bahia
FTC	Faculdade de Tecnologia e Ciências
FACS	Faculdade Salvador
FACCEBA	Faculdades de Ciências Econômica da Bahia
FIB	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IDH	Índice de desenvolvimento humano
IDH-D	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
ISB	Índice da Oferta de Serviços Básicos
ICE	Índice de Corrente de Comércio Exterior
IDE	Índice de Desenvolvimento Econômico
IDHM	Índice de Desenvolvimento Municipal
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
IDG	Índice de Desigualdade de Gênero
IIF	Índice de Independência Fiscal
INF	Índice de Infraestrutura
IPE	Índice de Performance Econômica

IPC	Índice de Performance Social
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
INE	Índice do Nível de Educação
INS	Índice do Nível de Saúde
IPM	Índice do Produto Municipal
ICT'S	Instituições Científicas e Tecnológicas
IES	Instituições de Educação Superior
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
JUCEB	Junta Comercial do Estado da Bahia
LCE	Lei Complementar Estadual
MEC	Ministério da Educação
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
MSI	Modelo de Substituição de Importações
IMT	Índice do Mercado de Trabalho
NIT	Núcleo de inovação tecnológica
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PLANDEB	Plano de Desenvolvimento da Bahia
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PMFS	Prefeitura Municipal de Feira de Santana
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONATEC	Programa Nacional de Aprendizagem Tecnológica
RLAM	Refinaria Landulfo Alves
RMFS	Região Metropolitana de Feira de Santana
RMS	Região Metropolitana de Salvador
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RAIS	Relatório Anual de Informações Sociais
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
GeoCapes	Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes
SADQ	Software de Análise de Dados Qualitativos

SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
UNIFACS	Universidade Salvador
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 CICLO DE VIDA DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	27
1.1 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A DIFERENÇA ENTRE OS CONCEITOS: O CRESCIMENTO ECONÔMICO	28
1.1.1 PIB como indicador de crescimento:	31
1.2 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A DIFERENÇA ENTRE OS CONCEITOS : O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	35
1.2.1 Índices de Desenvolvimento	35
1.3 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: MITOS E CONTROVÉRSIAS	47
1.4 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUA CONSTRUÇÃO TEÓRICA	49
1.5 ADAM SMITH, RICHARD CANTILLON E SUAS CONTRIBUIÇÕES CLÁSSICAS PARA A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	51
1.6 A CONCEPÇÃO MARXISTA DE DESENVOLVIMENTO	55
1.7 PRINCIPAIS CRISES E “AJUSTAMENTOS” NO CONTEXTO ECONÔMICO MUNDIAL E SEUS REFLEXOS NO CICLO DE VIDA DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO	57
1.7.1 O pós-guerra (segunda) e suas consequências	60
1.8 A REVOLUÇÃO KEYNESIANA E A INTRODUÇÃO DA MACROECONOMIA	62
1.9 A QUESTÃO URBANA: UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO À LUZ DA TEORIA DAS CIDADES	66
2 CAPITAL HUMANO, INOVAÇÃO E ATRATIVIDADE EMPRESARIAL COMO FATORES INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	72
2.1 CAPITAL HUMANO COMO CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	72
2.1.1 Economia do Conhecimento	72
2.1.2 Conceituação de Capital Humano e o conhecimento como seu indutor ..	75
2.1.3 Fator local e geração de conhecimento	82
2.1.4 Capital humano, conhecimento e educação formal	88
2.2 INOVAÇÃO COMO FATOR INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO	91
2.3 ASPECTOS ECONÔMICOS DA CENTRALIDADE, RELAÇÕES INTERURBANAS E ATRATIVIDADE LOCACIONAL.....	98
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS	111
4 FEIRA DE SANTANA: FATORES LOCACIONAIS, SUA PERSPECTIVA URBANA E DE DESENVOLVIMENTO	123
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO REGIONAL	123
4.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO: BRASIL, BAHIA E FEIRA DE SANTANA.....	130

4.3 DESENVOLVIMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA	135
4.4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE FEIRA DE SANTANA E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO	143
4.4.1 Feira de Santana como entroncamento rodoviário: oportunidade se constituindo em ameaça.....	144
4.5 CENTRALIDADE DE FEIRA DE SANTANA E SUA INSERÇÃO REGIONAL..	149
4.5.1 Feira de Santana : entre o monocentrismo inicial e as perspectivas de um policentrismo.....	149
4.5.2 Feira de Santana e sua regionalização.....	153
4.5.3 – Feira de Santana como capital regional.....	162
4.6 FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO EM FEIRA DE SANTANA.....	170
4.6.1 Formação do capital humano em Feira de Santana : oferta de cursos ...	171
4.6.2 Ambiência para inovação e suas relações com o Capital Humano	180
4.7 ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DE FEIRA DE SANTANA.....	184
5 DESENVOLVIMENTO DE FEIRA DE SANTANA SOB A PERSPECTIVA DE LIDERANÇAS LOCAIS	202
5.1 CAPITAL HUMANO E SUA RELEVÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: FEIRA DE SANTANA EM PERSPECTIVA.....	205
5.1.1 Capital Humano e o atendimento das demandas locais.....	205
5.1.2 A formação técnica do capital humano em Feira de Santana	208
5.1.3 A formação superior do capital humano em Feira de Santana	210
5.1.4 Qualidade na formação do capital humano em Feira de Santana.....	212
5.2 A AMBIÊNCIA PARA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: FEIRA DE SANTANA EM PERSPECTIVA	214
5.2.1 A pesquisa como fator essencial para a inovação.....	214
5.3 ATRATIVIDADE EMPRESARIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: FEIRA DE SANTANA EM PERSPECTIVA	218
5.3.1 Qualidade de vida e atratividade empresarial.....	218
5.3.2 Mão de obra e atratividade empresarial	221
5.3.3 Incentivos para a atratividade empresarial e infraestrutura.....	223
5.3.4 Localização e centralidade como fatores de atratividade empresarial ...	228
5.4 FEIRA DE SANTANA E A PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	229
5.4.1 Poder público, planejamento e desenvolvimento econômico	230
5.4.2 Setores econômicos (indústria, comércio e serviços) e o desenvolvimento de Feira de Santana	232
5.4.3 Articulações e o desenvolvimento de Feira de Santana.....	234
5.5 SÍNTESE E RESULTADOS	236

CONCLUSÕES	239
REFERÊNCIAS.....	250
Apêndice A – Roteiro orientador para entrevista semiestruturada	260
Apêndice B – Detalhamento dos códigos e subcódigos inseridos no MaxQda	262
Apêndice C – Transcrições das entrevistas realizadas	264

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional e urbano de uma região ou de uma cidade se constitui em um desafio multidisciplinar para pesquisadores, agentes econômicos e gestores de políticas públicas. Sua ocorrência pode ser vislumbrada a partir de várias perspectivas: condições naturais que favoreçam o desenvolvimento, estruturas sociais e culturais advindas de um processo histórico, consequência de fatores exógenos ou de amplo esforço interno de planejamento e gestão, ou todos esses fatores em conjunto. Esta tese trabalha o desenvolvimento regional e urbano de Feira de Santana, objeto de estudo, sob a perspectiva de três fatores: atratividade empresarial, formação do capital humano e a ambiência para a inovação. Tais condições, no entanto, não ocorrem de forma espontânea ou natural e necessitam da ação de agentes que impulsionem sua ocorrência .

A conjuntura empresarial pressiona as organizações em busca de vantagens que assegurem sua competitividade e continuidade e, muitas vezes, essas vantagens se materializam em fatores de atratividade locacional. Dentre esses fatores, observa-se no Brasil a predominância dos seguintes: incentivos fiscais, fornecimento de infraestrutura, vantagens ligadas à aglomeração industrial e constituição de polos. **Sobre a atratividade empresarial**, os fatores ligados à localização geográfica e infraestrutura são apontados como estratégicos nas decisões de escolha de uma região para implementação de um empreendimento empresarial. O fornecimento de infraestrutura adequada ao pleno desenvolvimento industrial, desde a metade do Século XX, é visto por gestores públicos e privados como estratégia de desenvolvimento nas diversas esferas. No entanto, partindo da perspectiva do *desenvolvimento regional*, entende-se que a simples instalação de empresas em uma localidade não representa desenvolvimento e que, para que o mesmo ocorra, o foco deve ser direcionado para além dos indicadores de crescimento. Para o desenvolvimento desta tese, a atratividade empresarial é trabalhada na perspectiva da centralidade econômica, tendo por autores de base *Walter Christaller* e *François Perroux*, fundamentando a análise, respectivamente, no entendimento da formação das cidades e nas relações entre estas e os centros urbanos.

Feira de Santana, como um dos principais entroncamentos rodoviários do Brasil, sempre teve em sua localização um aspecto importante para seu crescimento e atração de empreendimentos. Se faz necessário, portanto, uma análise dos fatores de crescimento/desenvolvimento do município e a influência das características locais nesse processo.

Em relação à formação e retenção do **capital humano**, pode-se dizer que o processo de globalização e o advento da tecnologia da informação ampliaram o rol de fatores econômicos para além da “mera” relação capital x trabalho x insumos de produção. O conhecimento passou a ser ativo intangível da maior importância nas relações econômicas e sociais.

Assumindo-se que o conhecimento é um bem manipulável e que pode ser armazenado e transferido e que a geração do conhecimento é um fator estratégico e quem o controla possui algumas vantagens competitivas altamente relevantes há uma intensa tentativa de avaliar, através de indicadores, as capacidades regionais de geração de conhecimento. Diniz e Gonçalves (2005) consideram como principal indicador o nível de qualificação formal dos recursos humanos de uma região. Capital humano, na presente abordagem, pode ser definido como o conjunto de pessoas existentes em uma região com habilidades e conhecimentos suficientes para promover o seu desenvolvimento, quer seja através do fornecimento de força de trabalho qualificada para as empresas, quer seja através da atividade empreendedora, quer seja atuando em projetos e ações de inovação. Para efeito desta Tese, Alfred Marshall e Theodore Shultz foram os autores de base para a perspectiva de capital humano como fator indutor do desenvolvimento regional e urbano.

A temática da inovação tem ganhando destaque nas academias, organizações e instâncias governamentais. Tal destaque advém de sua importância estratégica para o desenvolvimento. A inovação é movida pela habilidade de estabelecer relações, detectar oportunidades e tirar proveito das mesmas. A inovação não consiste apenas na abertura de novos mercados, pode também significar novas formas de servir a mercados já estabelecidos e maduros.

A inovação é uma ideia, uma prática ou um objeto percebido como novo pelo indivíduo. Por essa ótica, a inovação não está necessariamente associada somente ao conhecimento científico, o que coaduna com um conceito mais abrangente do pensamento *schumpeteriano*, principal base teórica para a abordagem da temática

inovação no presente estudo. Na prática, muitas inovações são frutos da experimentação prática ou da simples combinação de tecnologias existentes.

Segundo Coral *et. al* (2009), a inovação tornou-se a “religião” industrial no final do século XX e o mundo empresarial a vê como a chave para lucros e fatias de mercado crescentes. Os governos automaticamente a buscam quando tentam pôr ordem na economia. No mundo inteiro, a retórica da inovação substituiu a linguagem da economia do bem-estar do pós-guerra.

Na visão de Tidd *et. al* (2008), uma das formas mais eficazes para estudar a relação entre tecnologia e crescimento é através da análise do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, dos gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como percentual do PIB e do número de patentes externas por bilhão de dólares exportado. Ao se obter uma relação positiva do confronto dos indicadores ora mencionados, tem-se revelada a importância da tecnologia para o crescimento, especialmente em atividades relacionadas à tecnologia de ponta. Assim ela é vista como uma fonte de competitividade estrutural para um país.

Mas a inovação tanto pode estar envolvida em uma estratégia macro de desenvolvimento de um país, quanto estar associada à questões locais, demandando iniciativas de agentes locais e de pequeno porte. Para Tigre (2006) as mudanças em um paradigma técnico-econômico envolvem inovações não apenas na tecnologia como também no tecido social e econômico no qual elas estão inseridas. Para o autor, tais evoluções não ocorrem com frequência, mas sua influência é perversiva e duradoura. E um paradigma não é apenas técnico, pois necessita de mutações organizacionais e institucionais para se consolidar. No estudo em questão, a inovação será abordada principalmente na vertente estratégica, como fator de desenvolvimento econômico.

Questão central da pesquisa

Mesmo tendo na pecuária seu marco inicial, a economia de Feira de Santana apresenta um quadro atual sustentado em atividades ligadas aos setores da indústria, do comércio e de serviços. Tais atividades, concentradas na zona urbana, possuem indicadores significativos de participação na geração dos empregos diretos e indiretos no município e apresentam ciclos de crescimento, tendo o mais recente ocorrido na última década.

É fato que Feira de Santana está localizada em um entroncamento rodoviário, o que facilita a circulação de bens finais, intermediários e de serviços. A literatura registra com frequência a movimentação de empresas, principalmente as industriais, em busca de condições favoráveis ao incremento da sua competitividade. A par desta demanda de condições estruturais e logísticas, fatores como *presença e formação do capital humano e ambiência para a produção da inovação* assumem uma importância significativa no processo de crescimento econômico local. Em Feira de Santana, nas últimas duas décadas, observou-se um crescimento substancial na atividade empresarial (indústria, comércio e serviços). Em contrapartida, uma série de empreendimentos focados na formação de capital humano qualificado foram desenvolvidos, notadamente com a expansão da rede de educação (superior, principalmente). Diante do exposto, a presente pesquisa possuiu a seguinte questão central:

Partindo do pressuposto de que fatores como *atratividade empresarial; ambiência para a formação e retenção de capital humano; e ambiência para a promoção da inovação* são essenciais para o desenvolvimento econômico de uma região, como tais fatores influenciam no atual nível de desenvolvimento de Feira de Santana?

Outras questões foram desdobradas, a partir da questão central:

- a) Tomando-se por base de análise a cidade de Feira de Santana, como os fatores *atratividade empresarial, ambiência para formação e retenção do capital humano e ambiência para a promoção da inovação* **se relacionam** na construção de um modelo de desenvolvimento econômico?
- b) Entre os fatores citados, tomando por base o caso de Feira de Santana, há algum que se caracterize como de maior relevância a ponto de suplantar a deficiência ou ausência de outros?

A construção da presente tese teve como seu **objetivo principal**:

Explicar, sob a perspectiva dos postulados teóricos e da análise empírica, quais as influências da existência e da interrelação dos fatores *condições de*

atratividade empresarial, ambiência para a formação e retenção do capital humano e promoção da inovação no atual nível de desenvolvimento de Feira de Santana.

Como objetivos específicos, o presente estudo buscou:

- a) Identificar perspectivas para o desenvolvimento econômico de Feira de Santana.
- b) Identificar se, entre os fatores citados, tomando por base o caso de Feira de Santana, há algum que se caracterize como de maior relevância a ponto de suplantar a deficiência ou ausência de outros.
- c) Analisar o nível de interação entre os fatores impulsionadores do desenvolvimento econômico de Feira de Santana

Com foco na questão central (problema) levantada para este estudo, buscou-se verificar a seguinte hipótese principal:

Os fatores “atratividade empresarial”, “ambiência para a promoção da inovação” e “potencial para formação e retenção do capital humano” são impulsionadores para o desenvolvimento econômico regional. Presume-se que o atual nível de desenvolvimento econômico de Feira de Santana é influenciado pela interação de tais fatores.

Como hipóteses secundárias, o presente estudo partiu das seguintes inferências:

- a) O capital humano formado em Feira de Santana carece maior qualificação para atender às demandas da atividade empresarial e se constituir um fator de desenvolvimento econômico.
- b) As iniciativas existentes em Feira de Santana com foco na inovação são insuficientes e precisam de alinhamento com as demandas empresariais e sociais visando o desenvolvimento econômico.

- c) As iniciativas focadas na formação do capital humano, na inovação e no aproveitamento do potencial locacional de Feira de Santana, quando presentes, são planejadas de forma desconectadas umas das outras. A interação entre o planejamento de tais fatores poderá gerar mais efetividade no desenvolvimento econômico de Feira de Santana.

O presente estudo partiu da premissa de que a atividade empresarial (indústria, comércio e serviços) gera consequências no panorama econômico e social da região em que ocorre. Obviamente, tais consequências (impactos) variam de forma quantitativa e, principalmente qualitativa de acordo com o direcionamento de sua estruturação. A economia de uma região pode apresentar crescimento, devido à expansão das atividades empresariais sem representar, necessariamente, desenvolvimento econômico e social.

Mesmo levando em conta o fato de que a relação de indução “atividade empresarial / crescimento econômico / desenvolvimento” não se confirma em todas as situações, entende-se que a presença efetiva de atividades nos setores da indústria, comércio e serviços pode ser condição extremamente favorável ao desenvolvimento de uma região. Entende-se também, que aspectos estruturais e logísticos são considerados por capitalistas e investidores como fatores críticos na atração e retenção de empresas.

A relevância *acadêmica* do trabalho aqui apresentado se encontra na investigação de um tema que, na sua aplicação e levando-se em conta o objeto do estudo, ainda não foi trabalhado na profundidade necessária. Muito se discute, nos meios acadêmicos e empresariais de Feira de Santana, o potencial locacional do município, mas se faz necessária uma discussão embasada em métodos científicos que verifique a efetividade do aproveitamento desse potencial e os fatores limitadores e potencializadores do desenvolvimento regional.

Sob o aspecto *econômico* entende-se que a análise explicativa e as críticas proposta pelo presente trabalho podem fornecer perspectivas e caminhos para um modelo de desenvolvimento que aproveite de forma mais efetiva todo o potencial existente em Feira de Santana. Tal aproveitamento de potencial, em conjunto com medidas que alinhem as atividades empresariais com planos de desenvolvimento, podem se constituir em fatores dinamizadores das atividades econômicas locais e regionais.

Do ponto de vista *social*, além dos fatores acima mencionados, entende-se que um estudo analítico sobre os fatores promotores do desenvolvimento, aplicados à realidade de Feira de Santana e sua repercussão no crescimento da atividade empresarial, pode subsidiar planos e ações que gerem perspectivas reais de melhoria quantitativa e qualitativa nos indicadores econômicos e, principalmente, sociais. A escolha dos fatores “atratividade empresarial”, “ambiência para formação e retenção do capital humano” e “ambiência para inovação” como indutores para o desenvolvimento e como unidades de análise para a pesquisa em questão se deu pelo fato destes estarem presentes nas construções teóricas mais relevantes na construção do modelo teórico abordado e pela percepção, por parte do autor, de que tais fatores influenciaram, de alguma forma, no atual quadro de desenvolvimento de Feira de Santana. O trabalho em questão, investigará como se deram as influências de tais fatores, como os mesmos se relacionam e como potencializá-los.

Sob o aspecto metodológico, que será detalhado no capítulo de metodologia (“Caminhos Metodológicos”), a pesquisa desenvolvida classifica-se como explicativa (por visar o aprofundamento nos fatores indutores do desenvolvimento regional), tendo natureza quantitativa e, principalmente, qualitativa. O método de abordagem utilizado foi o indutivo e o método de procedimento foi o estudo de caso, tendo Feira de Santana como objeto de estudo. A operacionalização dos procedimentos de pesquisa se deu através da sumarização como ferramenta da análise de conteúdo qualitativa. Neste aspecto, foram realizadas entrevistas com lideranças locais (empresariais, da área de educação e do poder público) visando traçar um quadro sobre o entendimento das mesmas sobre os fatores aqui propostos como essenciais para o desenvolvimento regional. Uma vez transcritas tais entrevistas, as mesmas foram organizadas e analisadas com a ajuda de uma ferramenta tecnológica (software MaxQda 12), visando identificar as variáveis que influenciam a ocorrência e relação dos fatores de desenvolvimento regional. Por fim, as considerações finais trazem uma reflexão sobre os resultados do trabalho, a execução da metodologia, sobre o alcance dos objetivos aqui relatados e aponta algumas perspectivas para o desenvolvimento regional de Feira de Santana.

A construção da presente tese demandou o estabelecimento de um marco temporal para coleta e atualização de dados. Os capítulos 1 e 2 são base teórica para a tese e os dados apresentados possuem a função, neste trabalho, de explicitar, demonstrar e ilustrar os pensamentos descritos, não sendo a análise e

interpretação destes o objetivo central do estudo. A pesquisa para a confecção da presente tese se iniciou em 2013 (fase de coleta de dados e levantamento de informações) e o marco temporal escolhido foi o ano de 2010, *por ser o ano de realização do último censo demográfico* organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Portanto, a maioria absoluta dos dados econômicos, sociais e demográficos possuem base neste ano.

Visando alcançar os objetivos da pesquisa, essa tese está organizada da seguinte forma: após a introdução, são apresentados bases teóricas sobre desenvolvimento e crescimento econômico no capítulo 1. O capítulo 2, ainda com referenciais teóricos da tese, discute os fatores destacados como centrais na promoção do desenvolvimento regional: capital humano, inovação e atratividade locacional. O capítulo 3 explica os caminhos metodológicos da pesquisa. O capítulo 4 aborda aspectos históricos da formação de Feira de Santana (objeto do estudo), suas diversas regionalizações, sua constituição econômica, seus aspectos condicionantes da formação do capital humano e a ambiência para inovação. Neste capítulo são apresentadas informações colhidas em fontes primárias e secundárias subsidiadas por referencial teórico.

O capítulo 5 trata da análise de conteúdo a partir de entrevistas realizadas com lideranças setoriais de Feira de Santana.

1 CICLO DE VIDA DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A discussão contemporânea sobre as diferenças conceituais, históricas e pragmáticas entre os significados de crescimento econômico e desenvolvimento econômico pode ser justificada a partir da necessidade de um esclarecimento ou ajuste entre os diversos entendimentos existentes. Em uma época marcada pela relevância dos indicadores quantitativos padronizados, e suas diversas aplicações na definição de políticas públicas e planejamentos econômicos de longo prazo, esclarecer as diferenças entre os termos é essencial para a construção de uma análise dos fatores determinantes do desenvolvimento econômico de uma região.

Modelos que consideram meramente a acumulação de capital e/ou a geração de riquezas em uma economia podem ser considerados incompletos uma vez que tais fatores não significam, por si só, melhoria nas condições de vida das populações. É possível, como é o caso do Brasil, uma economia ostentar em 2014 (base 2012), segundo dados do Banco Mundial, o 7º lugar no “ranking” mundial do Produto Interno Bruto (PIB) e apenas o 80º lugar se for levada em consideração a distribuição de renda. Obviamente, a utilização de tais indicadores (e de outros) na formulação dos conceitos de crescimento e de desenvolvimento econômicos, bem como suas metodologias, serão objetos de análises ainda nessa seção.

O entendimento da definição de desenvolvimento econômico envolve uma série de fatores que devem considerar as peculiaridades de cada economia. Crescimento e desenvolvimento não são conceitos excludentes, porém não possuem o mesmo significado. Há duas linhas de análise para a questão: uma que associa crescimento com desenvolvimento e parte do pressuposto que um país é subdesenvolvido porque sua economia cresceu menos que a dos países desenvolvidos; e uma segunda linha que considera como condição essencial para o desenvolvimento mudanças na qualidade de vida das populações envolvidas. Segundo Souza (2012, p. 6):

A segunda corrente encara o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. Nesse sentido, o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população.

Entende-se que a primeira linha acima mencionada foca muito mais o crescimento, e que o desenvolvimento econômico demanda uma abordagem mais abrangente, com seus efeitos se desdobrando em aspectos sociais e humanos, além dos econômicos.

1.1 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A DIFERENÇA ENTRE OS CONCEITOS: O CRESCIMENTO ECONÔMICO

O conceito de **crecimento econômico** baseia-se na acumulação de riquezas e seus parâmetros são essencialmente quantitativos e com foco no aumento da capacidade de produção de uma determinada economia. Para *Vieira et al (2014, p. 3)*:

Normalmente é medido pela variação do PNB (Produto Nacional Bruto: soma de todos os bens produzidos e serviços realizados enquanto atividades produtivas de uma nação, independente do território onde foram produzidos) ou do PIB (Produto Interno Bruto: valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um país, independente da nacionalidade das unidades produtivas).

Indicadores positivos de crescimento econômico não significam necessariamente benefícios para a economia de um país. As riquezas geradas podem ser transferidas para outras nações ou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) pode ser desproporcional ao crescimento demográfico de uma população, por exemplo. Souza (2012) afirma que a transferência de excedente de renda para outros países reduz a capacidade de importar e realizar investimentos; e a apropriação desse excedente por poucas pessoas aumenta a concentração da renda e da riqueza.

Na perspectiva teórica, há dois modelos de crescimento econômico: crescimento exógeno e crescimento endógeno. Tais modelos serão explanados sinteticamente a seguir:

- **Crescimento exógeno:**

Esse modelo de crescimento é determinado, como a própria denominação sugere, por fatores externos ao modelo econômico em questão e parte do pressuposto de que a tecnologia disponível para as empresas (que afeta a operação

de todos os agentes econômicos) não é afetada ou determinada pela própria ação das empresas, mesmo as de Pesquisa e Desenvolvimento. Este modelo presume que uma economia só pode se desenvolver a partir de estímulos e ações no âmbito macroeconômico. Ganha destaque o modelo de *Solow* que postula que o crescimento de longo prazo só é possível a partir do aumento de produtividade ocasionado pela evolução tecnológica e que essa evolução/progresso tecnológico ocorre “de fora para dentro”. Por tal modelo, um dos fatores que explicam as diferenças entre economias de países ricos e pobres é a quantidade de tecnologia utilizada por cada um deles. Para Souza (2009, p. 43):

[...] esse modelo, baseado em princípios econômicos neoclássicos, possui as seguintes características: a) a economia é fechada e os mercados são concorrenciais; b) a tecnologia de produção exibe retornos decrescente para os fatores tomados separadamente e retornos constantes para os fatores tomados conjuntamente; c) o crescimento da população e do fator trabalho é dado exogenamente; d) a mudança tecnológica também é dada exogenamente; e) não há um papel produtivo distinto para o capital humano e para a política governamental

Em oposição o modelo de *Solow* (que postula que a economia de mercado pode crescer de forma constante mesmo sem intervenção direta governamental), apresenta-se o modelo de *Harod-Domar*, que propõe uma extrema instabilidade econômica em perspectiva de longo prazo e a necessidade de intervenção governamental para atenuar desequilíbrios macroeconômicos e evitar crises (Souza, 2009).

O modelo exógeno de crescimento despreza a influência dos fatores internos em uma economia e, por conta disso, apresenta limitações em sua concepção e aplicação. Afinal, fatores externos são gerados “internamente” em outras economias e não por uma “entidade” alheia ao quadro econômico. É como desprezar a influência de questões da microeconomia na construção das variáveis macroeconômicas. Sabe-se que o atual modelo econômico globalizado preconiza a interrelação entre as diversas economias e que é inegável a influência dos fatores frutos dessas relações. A geração de tecnologias, as transações comerciais externas (e suas consequências para as balanças comerciais) são relevantes. No entanto, não se pode desprezar as influências endógenas em elementos como o “crescimento do fator trabalho” e a “mudança tecnológica”. Não se aplica um modelo de crescimento totalmente exógeno, tão pouco totalmente endógeno. Visando

oferecer maiores elementos para a análise, será apresentado resumidamente, a seguir, o modelo de crescimento endógeno.

- Crescimento endógeno:

Entende-se por modelo de crescimento econômico endógeno o crescimento de longo prazo determinado por forças internas o sistema econômico. Nesse modelo, o Estado é figura estratégica no crescimento através de sua ação de estímulo de investimento. A evolução tecnológica através de Pesquisa e Desenvolvimento (inovação tecnológica) ou adaptação da tecnologia (no caso dos países com menor potencial de investimento) é também considerada como fator estratégico de desenvolvimento e que pode ser implementado endogenamente em um horizonte de longo prazo. Para Souza (2009), os modelos endógenos de crescimento consideram que quatro fatores explicam o processo de crescimento endógeno do produto. Tais fatores são: a) Capital Físico, a partir dos rendimentos crescentes; b) Capital público de infraestrutura, c) Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento e d) Capital Humano.

O Capital Físico é fator essencial nos primeiros modelos de crescimento endógeno a partir dos rendimentos crescentes de escala. As empresas, de acordo com tal modelo, são atraídas e recompensadas pelos retornos positivos dos investimentos realizados. O Capital público de infraestrutura se constitui nos investimentos que o Estado deve fazer para incentivar a atração e fixação de empresas. Neste aspecto, merece destaque o planejamento estrutural logístico e tecnológico que dê suporte às operações das empresas. A atividade de Pesquisa e Desenvolvimento é um dos principais fatores para o crescimento econômico endógeno, uma vez que se constitui em fator essencial para a inovação tecnológica. A partir do momento em que uma inovação é introduzida em um sistema produtivo, e partindo-se do pressuposto de que tal sistema explorará essa inovação com exclusividade por determinado tempo, entende-se que o mesmo terá sua competitividade alavancada o que gerará efeitos irradiadores para toda a cadeia envolvida.

O Capital Humano, ou estoque de conhecimentos (com valor econômico) incorporados pelos indivíduos influencia radicalmente no fator Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e deve ser tratado como estratégico em um processo de crescimento econômico endógeno. Mais uma vez, um planejamento de longo prazo

focado em ações educacionais é essencial na constituição do fator “Capital Humano”. Esse planejamento, no entanto, não deve ser feito de forma desconexa aos demais fatores e o aspecto qualitativo se torna mais importante que o quantitativo. O Capital Humano deve ser formado (e preservado) em áreas do conhecimento que sejam estratégicas ao crescimento.

Os conceitos e modelos de crescimento econômico endógeno e exógeno são incompletos se forem apropriados unilateralmente, assumindo-se um em total detrimento do outro. É preciso levar em conta as peculiaridades de cada economia pois, em determinados casos, é possível que um sistema econômico utilize e precise de fatores exógenos para alavancar os fatores endógenos (investimento em P&D, por exemplo) e, a partir daí, o sistema se retroalimente. No entanto, mesmo nesta hipotética situação de equilíbrio endógeno, fatores externos não podem ser desprezados na promoção do crescimento. Como afirmado anteriormente, um sistema econômico não se sustenta no longo prazo apenas com fatores exógenos. Por outro lado, o crescimento totalmente endógeno pressupõe uma auto suficiência de um sistema econômico, o que não é viável na atual conjuntura. Os dois modelos possuem aplicabilidade se a estratégia de crescimento econômico assumir a necessidade da combinação entre os mesmos.

1.1.1 PIB como indicador de crescimento:

Um dos indicadores mais aceitos para medir o crescimento de uma economia é o Produto Interno Bruto (PIB), que pode ser entendido como a soma do valor total de todos os bens e serviços produzidos em uma economia durante um período. Apesar de reconhecer em seu site que “não existe uma fórmula conhecida para estimar o crescimento econômico”, o próprio Banco Mundial (2014) apresenta o PIB como um dos principais indicadores (se não o principal) para entender melhor a situação econômica de cada país e orientar os interessados nos esforços para melhorias. Para entendimento desse importante indicador, observe-se o ranqueamento abaixo, com destaque para o posicionamento o desempenho do Brasil que ocupa, segundo dados de 2012 divulgados pelo Banco Mundial em 2014, a sétima colocação no Ranking do PIB Mundial (valores brutos a preços atuais), conforme pode ser demonstrado na Tabela 1 abaixo:

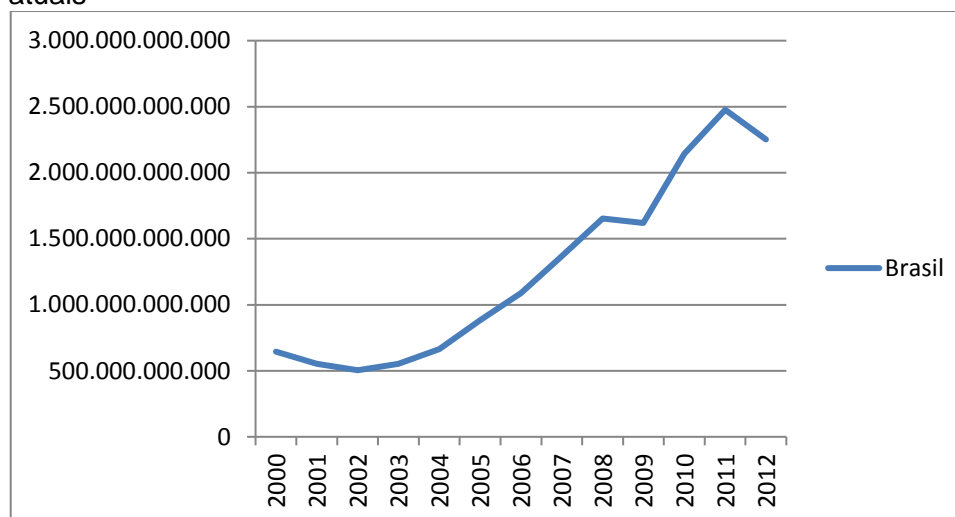
Tabela 1 – Ranking do PIB (valores brutos a preços atuais)

Posição	País	PIB 2012 - US\$
1º	Estados Unidos	16.244.600.000.000
2º	China	8.227.102.629.831
3º	Japão	5.961.065.540.384
4º	Alemanha	3.425.928.305.281
5º	França	2.611.199.845.818
6º	Reino Unido	2.475.781.990.521
7º	Brasil	2.252.664.120.777
8º	Rússia	2.014.774.938.342
9º	Itália	2.013.375.304.004
10º	Europa e Ásia central	1.865.296.058.549

Fonte: Extraído de Banco Mundial (2014).

O PIB, em valores brutos como demonstrado acima, é utilizado comumente para medir o “tamanho” da economia de um país, comparar com o próprio desempenho dessa economia ao longo do tempo ou com o desempenho de outros países. O gráfico abaixo demonstra o desempenho da economia brasileira (tendo o PIB como parâmetro) a partir do ano 2000:

Gráfico 1 – PIB do Brasil (2000-2012). Valores brutos à preços atuais



Fonte: Elaboração própria. Extraído de Banco Mundial (2014).

Os dados acima suscitariam uma análise ou discussão sobre a evolução do PIB brasileiro ao longo do período demonstrado. No entanto, o objetivo aqui proposto é a discussão / diferenciação conceitual entre crescimento e desenvolvimento econômico. Os mesmos são apresentados com foco a ilustrar as diversas utilizações do indicador, que pode ser desdobrado a partir da comparação

com o quantitativo populacional de um país, formando o PIB per capita. Este último permite análises e inferências mais aprofundadas sobre o crescimento econômico. Sobre essa temática, Krugman e Wells (2007, p. 510) afirmam que:

A estatística-chave para monitorar o crescimento econômico é o PIB real per capita, ou seja, o PIB real dividido pela população. [...] Embora tenhamos aprendido que o crescimento do PIB real per capita não deve ser em si mesmo uma meta de política econômica, ele serve como uma medida-resumo muito útil ao progresso econômico de um país ao longo do tempo.

Apesar de não ser indicado como meta de política econômica, o PIB *per capita* é capaz de demonstrar, no mínimo, que a simples análise do PIB em valores brutos não permite qualquer inferência sobre os reflexos do crescimento econômico nas condições de vida da população analisada. A Tabela 2 abaixo demonstra que o Brasil, apesar de apresentar um PIB bruto que o coloca na sétima colocação em um ranking de “nações”, ocupa apenas a sexagésima posição se for levado em conta o PIB per capita.

Tabela 2 – Ranking do PIB per capita (valores brutos a preços atuais) - 2012

Ranking	País	US\$	Ranking	País	US\$
1	Luxemburgo	103.858	31	Arabia Saudita	25.136
2	Noruega	99.636	32	Guinea Ecuatorial	24.036
3	Qatar	93.825	33	Omán	23.570
4	Bermudas	84.460	34	Bahrein	23.040
5	Suíza	78.928	35	Coreia, República de	22.590
6	Austrália	67.442	36	Grecia	22.442
7	Kuwait	56.374	37	Eslovenia	22.059
8	Dinamarca	56.364	38	Bahamas	21.908
9	Suecia	55.040	39	Malta	20.839
10	Singapur	52.052	40	Portugal	20.175
11	Estados Unidos	51.749	41	República Checa	18.690
12	Canadá	51.206	42	Trinidad y Tobago	17.437
13	Austria	46.792	43	República Eslovaca	16.893
14	Japón	46.731	44	Estonia	16.833
15	Países Baixos	45.960	45	Chile	15.452
16	Irlanda	45.921	46	Barbados	14.917
17	Finlândia	45.694	47	Uruguay	14.703
18	Bélgica	43.399	48	Saint Kitts y Nevis	14.314
19	Alemania	42.597	49	Lituania	14.172
20	Islandia	42.339	50	Federación de Rusia	14.037
21	Emiratos Árabes	41.692	51	Letonia	13.947
22	Brunei Darussalam	41.127	52	Croacia	13.879
23	Francia	39.746	53	Seychelles	12.783
24	Reino Unido	38.920	54	Antigua y Barbuda	12.733
25	Nueva Zelandia	38.637	55	Venezuela	12.729
26	Italia	33.816	56	Polonia	12.710
27	Israel	32.567	57	Hungría	12.560
28	Espanña	28.274	58	Kazajstán	12.121
29	Puerto Rico	27.678	59	Argentina	11.573
30	Chipre	26.070	60	Brasil	11.340

Fonte: Extraído do Banco Mundial (2014).

Apesar do PIB per capita não demonstrar a distribuição de renda, pois a renda expressa no indicador pode estar concentrada nos extratos sociais com maior privilégio, sua simples comparação com o índice original já permite inferir que a análise de um sistema econômico baseada apenas em seu conteúdo é distorcida e não permite a visualização das condições de desenvolvimento econômico.

1.2 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A DIFERENÇA ENTRE OS CONCEITOS: O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Se o crescimento econômico pode ser mensurado a partir da acumulação de riquezas em uma economia, o desenvolvimento exige uma abordagem com um número maior de fatores. Apesar de existir uma linha teórica que considere crescimento e desenvolvimento como sinônimos, entende-se como mais completa a linha que, apesar de assumir uma relação causal entre os dois (para haver desenvolvimento, deve haver crescimento), postula que o crescimento econômico não assegura, por si só, o desenvolvimento. O desenvolvimento econômico implica em mudança de estrutura. Sobre essa temática, Souza (2012, p. 6) afirma que “segundo a corrente estruturalista, o desenvolvimento econômico implica mudança de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com melhoria da produtividade e da renda média da população”.

Entende-se, então, que o desenvolvimento econômico deve fazer parte de um processo de longo prazo que compreende, além do crescimento econômico acima do crescimento demográfico, mudanças estruturais que afetem condições econômicas, ambientais, humanas e sociais. A comparação entre os dados das tabelas 1 e 2 acima, especificamente no caso do Brasil, corrobora a importância do fator demográfico na análise da questão crescimento x desenvolvimento. Mesmo considerando-se o PIB um indicador eficiente para compor a análise do desenvolvimento econômico, ao se levar a análise para o nível da América Latina, obtêm-se um quadro não favorável. Em publicação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Soares (2014) afirma que os resultados do desempenho do PIB no transcorrer dos últimos anos nos mostram o grau da problemática a ser enfrentada. De 1981-1990, a média anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 1,2% na América Latina contra uma média de 3,3% no período de 1991-2000, e média de 3,3% no período de 2001-2010, muito aquém ainda das necessidades da região.

1.2.1 Índices de Desenvolvimento

Por mais que se entenda que o desenvolvimento econômico não pode ser medido meramente de forma quantitativa, a utilização de indicadores para tal fim é a forma mais aceita na padronização de análises. Sabe-se que a peculiaridade dos aspectos conjunturais e, principalmente, estruturais influenciam o desenvolvimento de cada economia. No entanto, a concepção de indicadores globais auxilia na comparação, análise e formulação de medidas e políticas focadas nos fatores determinantes para o desenvolvimento.

Utilizado pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) como principal indicador de desenvolvimento aplicável às diversas economias do mundo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem sua criação atribuída aos economistas Mahbub ul Haq (paquistanês) e Amartya Sen (indiano). Segundo Fukuda-Par (2003), a criação desses índices e incorporação dos mesmos aos relatórios globais de desenvolvimento tinham por objetivo mudar o foco da análise do desenvolvimento econômico para o desenvolvimento humano e não apenas para a acumulação de capital oriunda do crescimento econômico. O IDH era composto por três fatores: a) longevidade, b) educação e c) nível de renda (PIB real *per capita*). A partir dos anos 2000, o IDH continuou composto pelos mesmos fatores, mas, segundo PNUD (2013) o fator “educação” passou a considerar a composição entre os anos médios de estudo e os anos esperados de escolaridade, no lugar da composição entre *taxa de alfabetização* e *taxa de escolarização*.

Outros índices são calculados / divulgados pelo PNUD permitindo o desdobramento das análises. Os principais são: a) Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), que revela as disparidades entre os gêneros existentes entre os diversos países analisados. Essas disparidades ocorrem na saúde reprodutiva, na capacitação e na inserção no mercado de Trabalho; b) Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que revela as privações sofridas pelas famílias em fatores como saúde, educação e padrões de vida. Estima-se que tanto o IDG quanto o IPM apresentem valores mais críticos no sul da Ásia e na África Subsariana. No entanto, o próprio PNUD considera o IDH ajustado à desigualdade (IDH-D), o indicador mais eficiente para evidenciar disparidades existentes entre economias que apresentam potencial de desenvolvimento humano (demonstrado pelo IDH) e economias que realmente aproveitam ou não esse potencial no desenvolvimento humano dos seus habitantes. Segundo PNUD (2013, p. 141),

O IDH-D transcende as conquistas média de um país em saúde, educação e renda, para mostrar a distribuição de tais ganhos entre a população descontando o valor de cada dimensão de acordo com seu nível de desigualdade. O IDH-D pode ser interpretado como o nível real de desenvolvimento humano (considerando-se desigualdades), enquanto o IDH é o desenvolvimento humano potencial que poderia ser conseguido se os ganhos fossem distribuídos eqüitativamente entre a população. A diferença entre IDH e IDH-D, expressa em termos percentuais define a perda de potencial de desenvolvimento humano devido à desigualdade. A diferença na classificação do IDH e IDH-D implica que a desigualdade poderia baixar ou elevar a classificação de um país.

As Tabelas 3, 4 e 5, a seguir, abordam os indicadores de desenvolvimento humano a partir de uma comparação entre nações (Tabela 3), entre os estados do Brasil (Tabela 4) e entre cidades da Bahia (Tabela 5), explicitando as desigualdades entre os elementos demonstrados .

Tabela 3 – IDH e IDH –D 2012

Rank	NOME	Valor IDH 2012	Valor IDH-D 2012	Perda global	Dif	Rank	NOME	Valor IDH 2012	Valor IDH-D 2012	Perda global	Dif
1	Norway	0,955	0,894	6,4%	0	40	Chile	0,819	0,664	19,9%	-10
2	Australia	0,938	0,864	7,9%	0	41	Lithuania	0,818	0,727	11,1%	-1
3	USA	0,937	0,821	12,4%	-13	43	Portugal	0,816	0,729	10,8%	1
4	Netherlands	0,921	0,857	6,9%	0	44	Latvia	0,814	0,726	10,9%	-1
5	Germany	0,92	0,856	6,9%	0	45	Argentina	0,811	0,653	19,5%	-8
6	New Zealand	0,919	51	Uruguay	0,792	0,662	16,4%	-4
7	Ireland	0,916	0,85	7,2%	0	55	Russian	0,788
8	Sweden	0,916	0,859	6,2%	3	56	Romania	0,786	0,687	12,6%	2
9	Switzerland	0,913	0,849	7,0%	1	57	Bulgaria	0,782	0,704	9,9%	5
10	Japan	0,912	59	Cuba	0,78
11	Canada	0,911	0,832	8,7%	-4	59	Panama	0,78	0,588	24,6%	-15
12	Korea	0,909	0,758	16,5%	-18	61	Mexico	0,775	0,593	23,4%	-12
13	Iceland	0,906	0,848	6,4%	3	62	Costa Rica	0,773	0,606	21,5%	-10
15	Denmark	0,901	0,845	6,2%	3	67	Trinidad and Tobago	0,76	0,644	15,3%	-3
16	Israel	0,9	0,79	12,3%	-8	69	Kazakhstan	0,754	0,652	13,6%	3
17	Belgium	0,897	0,825	8,0%	-1	70	Albania	0,749	0,645	13,9%	0
18	Austria	0,895	0,837	6,6%	3	71	Venezuela	0,748	0,549	26,6%	-17
18	Singapore	0,895	72	Dominica	0,745
20	France	0,893	0,812	9,0%	-2	72	Georgia	0,745	0,631	15,3%	-2
21	Finland	0,892	0,839	6,0%	6	72	Lebanon	0,745	0,575	22,8%	-9
21	Slovenia	0,892	0,84	5,8%	7	77	Peru	0,741	0,561	24,3%	-10
23	Spain	0,885	0,796	10,1%	-1	78	Macedonia	0,74	0,631	14,7%	2
25	Italy	0,881	0,776	11,9%	-4	83	Saint Vincent and the Grenadines	0,733
26	Luxembourg	0,875	0,813	7,2%	4	84	Oman	0,731
26	United Kingdom	0,875	0,802	8,3%	2	85	Brazil	0,73	0,531	27,2%	-12
28	Czech Republic	0,873	0,826	5,4%	9	86	Jamaica	0,73	0,591	19,1%	2
29	Greece	0,86	0,76	11,5%	-3	87	Armenia	0,729	0,649	10,9%	13
30	Brunei	0,855	88	Saint Lucia	0,725
31	Cyprus	0,848	0,751	11,5%	-4	89	Ecuador	0,724	0,537	25,8%	-8
32	Malta	0,847	0,778	8,2%	3	90	Turkey	0,722	0,56	22,5%	-1

Fonte: Extraído de PNUD (2013).

Observa-se que, ao aplicar o “ajuste da desigualdade”, algumas diferenças são expressivas no IDH. No caso do Brasil, há uma diferença negativa de 27,2%, o que rebaixa o país em 12 posições no “ranking” exposto. Mesmo sem o ajuste, a 85ª posição do Brasil no IDH, quando se tem por base o 7º PIB do Mundo já evidencia um desajuste entre os indicadores de crescimento e os de desenvolvimento

econômico. O próprio PIB per capita, já coloca o país na 60ª posição entre as economias comparadas. Salienta-se aqui que mesmo o PIB per capita, apesar de ser útil por inserir o fator demográfico na análise do crescimento e de compor o cálculo do IDH, é um indicador que não aprofunda os efeitos da concentração de renda.

É evidente que o trabalho feito em torno dos dados que compõe o IDH, e a divulgação dos mesmos, é um degrau a mais na análise do desenvolvimento econômico. Certamente oferece opções de aprofundamento maiores que a simples análise do PIB ou do PIB per capita. Há, no entanto, limitações na sua formulação e nos desdobramentos na classificação das economias dos países analisados. O Brasil, apesar de figurar na 85ª posição no último relatório divulgado pelo PNUD, está classificado entre os países com “Alto Desenvolvimento Humano”. Retorne-se aqui aos fatores que compõe o cálculo do índice:

- a) expectativa de vida ao nascer: Viver muito não significa viver bem. Com os avanços da ciência e da tecnologia, a população mundial tem vivido por mais tempo. No entanto, aspectos como acesso ao atendimento básico e avançado de saúde, condições de alimentação e segurança pública (que afetam diretamente a vida das pessoas) não são considerados no cálculo, apesar de terem influência na longevidade. A saúde pública do Brasil, assim como a segurança pública são precárias e não podem ser classificadas como de um país com “Alto Desenvolvimento Humano”;
- b) escolaridade (anos médios de estudo e anos esperados de estudo): a educação é medida meramente por quantidade (número de alunos nas escolas e quantidade de aprovações), mas é necessário que seja considerado, além da quantidade (que é importante), a qualidade dessa educação. De nada adianta um país ostentar um grande contingente de pessoas na escola se, nos níveis básicos evidencia-se a presença constante do analfabetismo funcional e, em níveis avançados de estudo (superior) há uma baixa qualificação que não credencia os profissionais ao mercado de trabalho.;
- c) PIB *per capita*: esse é um fator que tem elevado peso no cálculo do IDH e, por isso esse índice, tão propagado em análises de desenvolvimento econômico e humano, é fortemente contaminado pelo índice de crescimento econômico (PIB). Sabe-se que o crescimento é uma das condições essenciais para o desenvolvimento. No entanto, a concentração de renda não é evidenciada ao se

demonstrar o PIB *per capita*. Segundo Spinola e Spinola (2014, p. 3), “[...] mesmo assim, o Brasil ainda arca com mais de 66 milhões de pessoas transitando entre as faixas de extrema pobreza e vulnerável, o que significa sobreviver com um padrão de renda familiar situado entre R\$ 227,00 e R\$ 1.030,00”. Assumindo-se uma população de aproximadamente 190 milhões de habitantes, o Brasil possui 34,7 % na situação acima mencionada, não sendo condizente com o que se espera de um país com “Alto Desenvolvimento Humano”.

- O Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM) é calculado com base nos mesmos parâmetros do IDH (longevidade, escolaridade e renda per capita). Segundo PNUD (2010, p. 286),

[...] utilizou parâmetros vigentes do IDH internacional para classificação dos municípios, lançando mão, no entanto, de alguns indicadores diferentes e adaptados ao cenário nacional. Para a educação, o IDH-M empregou a taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade e a taxa bruta de frequência na escola. Para a saúde, utilizou a esperança de vida ao nascer e para a renda usou a renda municipal *per capita*. As principais variações em relação ao IDH global foram no uso das taxas de frequência bruta (em lugar da taxa de matrícula nos diversos níveis educacionais) e no uso da renda municipal *per capita* (em vez do PIB *per capita*). Todos os demais procedimentos de cálculo do IDH global foram adotados.

O IDHM possui os mesmos méritos e limitações do IDH, pois deixa de lado aspectos qualitativos relevantes, tais como a qualidade da educação e da longevidade medida, além de não aprofundar a concentração de renda. Outro aspecto limitante é a periodicidade dos dados que o compõe. Uma vez que são abastecidos pelos Censos Demográficos que ocorrem a cada dez anos, os dados do IDH refletem, segundo o próprio PNUD (2010) o estoque e não o fluxo assumindo o componente de longo prazo um aspecto de grande peso na análise. No entanto, ao se assumir que o desenvolvimento deve ser visto em questões estruturais e não apenas conjunturais e que mudanças estruturais são de longo prazo, esse “fator limitador” visto pelo PNUD assume uma característica de fidelidade à questões estruturais que exigem planejamento e políticas públicas de longo prazo para a efetivação de mudanças e avanços.

Abaixo, observa-se o “ranking” dos estados brasileiros, segundo a média dos IDHMs dos seus municípios.

Tabela 4 – IDHM dos estados brasileiros - 2010

Posição	Local	IDHM (2010)
	Brasil	0,727
1º	Distrito Federal	0,824
2º	São Paulo	0,783
3º	Santa Catarina	0,774
4º	Rio de Janeiro	0,761
5º	Paraná	0,749
6º	Rio Grande do Sul	0,746
7º	Espírito Santo	0,74
8º	Goiás	0,735
9º	Minas Gerais	0,731
10º	Mato Grosso do Sul	0,729
11º	Mato Grosso	0,725
12º	Amapá	0,708
13º	Roraima	0,707
14º	Tocantins	0,699
15º	Rondônia	0,69
16º	Rio Grande do Norte	0,684
17º	Ceará	0,682
18º	Amazonas	0,674
19º	Pernambuco	0,673
20º	Sergipe	0,665
21º	Acre	0,663
22º	Bahia	0,660
23º	Paraíba	0,658
24º	Pará	0,646
25º	Piauí	0,646
26º	Maranhão	0,639
27º	Alagoas	0,631

Fonte: Extraído de PNUD/IPEA/FJP (2014).

Observa-se na tabela acima um predomínio dos estados das Regiões Sul e Sudeste nas primeiras colocações, dos estados do Centro-Oeste e alguns da Região Norte em posições intermediárias (frutos do agronegócio e de algumas iniciativas pontuais de industrialização e extrativismo mineral) e um domínio dos estados da

Região Nordeste nas últimas posições. A Bahia, objeto da pesquisa em questão e, mais especificamente Feira de Santana, terão seus IDHM observados a seguir:

Tabela 5 – IDHM (2010) dos municípios da Bahia (primeiros e últimos colocados)

Posição	Lugar	IDHM (2010)	Posição	Lugar	IDHM (2010)
	Brasil	0,727			
	Bahia	0,660			
				Presidente Jânio Quadros (BA)	0,542
1º	Salvador (BA)	0,759	399º		
2º	Lauro de Freitas (BA)	0,754	400º	Jucuruçu (BA)	0,541
3º	Barreiras (BA)	0,721	401º	Anagé (BA)	0,54
	Luís Eduardo Magalhães (BA)	0,716	402º	Dário Meira (BA)	0,54
4º				Ribeirão do Largo (BA)	0,54
5º	Feira de Santana (BA)	0,712	403º	Várzea da Roça (BA)	0,539
6º	Itabuna (BA)	0,712	404º	Biritinga (BA)	0,538
7º	Madre de Deus (BA)	0,708	405º		
	Santo Antônio de Jesus (BA)	0,7	406º	Maetinga (BA)	0,538
8º				Coronel João Sá (BA)	0,535
9º	Cruz das Almas (BA)	0,699	407º	Araci (BA)	0,534
10º	Camaçari (BA)	0,694	408º	Piraí do Norte (BA)	0,533
11º	Candeias (BA)	0,691	409º	Sítio do Quinto (BA)	0,533
12º	Irecê (BA)	0,691	410º	Tremedal (BA)	0,528
13º	Ilhéus (BA)	0,69	411º	Mirante (BA)	0,527
14º	Teixeira de Freitas (BA)	0,685	412º	Sátiro Dias (BA)	0,527
15º	Alagoinhas (BA)	0,683	413º	Macajuba (BA)	0,524
16º	Vitória da Conquista (BA)	0,678	414º	Nova Itarana (BA)	0,524
17º	Catu (BA)	0,677	415º	Lamarão (BA)	0,518
18º	Eunápolis (BA)	0,677	416º	Umburanas (BA)	0,515
19º	Juazeiro (BA)	0,677	417º	Pedro Alexandre (BA)	0,513
20º	Dias D'Ávila (BA)	0,676	418º	Ribeira do Amparo (BA)	0,512
21º	Porto Seguro (BA)	0,676	419º	Ibiquera (BA)	0,511
22º	Simões Filho (BA)	0,675	420º	Monte Santo (BA)	0,506
23º	Paulo Afonso (BA)	0,674	421º		
	São Francisco do Conde (BA)	0,674	422º	Pilão Arcado (BA)	0,506
24º				Itapicuru (BA)	0,486
25º	Guanambi (BA)	0,673	423º		

Fonte: Elaboração própria. Extraído de PNUD/IPEA/FJP (2014).

Ressalta-se que o “ranqueamento” demonstrado acima evidencia as limitações já comentadas dos indicadores. Como o “Produto per capita” se torna fator determinante na construção do indicador, cidades com alta concentração de renda se destacam na “classificação”, mesmo que isso não represente condições qualitativas favoráveis de educação, saúde e distribuição de renda. Feira de Santana, por exemplo, figura na 5ª colocação, com um IDHM próximo ao apresentado pelo Brasil e consideravelmente acima do apresentado pelos municípios mais pobres da Bahia. Classifica-se, segundo os critérios internacionais, como uma cidade com um “Alto Desenvolvimento Humano”, situação bastante questionável e que merece ser comparada com a percepção da população acerca dos fatores como saúde, segurança e educação pública, além das questões relativas ao emprego e renda.

-Índice de Performance Econômica e Índice de Performance Social

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado ao Governo do Estado da Bahia, na tentativa de produzir indicadores municipais que pudessem ser apurados em períodos de ciclo mais curto que os intervalos entre os censos demográficos, criou em meados dos anos 1990 o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS). Na tentativa de ser mais fiel ao conceito de *Desenvolvimento*, a SEI revisou conceitual e metodologicamente os índices, passando a chamá-los de Índice de Performance Econômica (IPE) e Índice de Performance Social (IPS). Segundo SEI (2013, p. 2),

[...] a opção de mudança do termo desenvolvimento por performance está relacionada a questões conceituais, pois entende-se que o termo desenvolvimento é muito mais abrangente do que o indicador podia oferecer em termos de análise e resultado. O IPE e o IPS apenas classificam os municípios de acordo com o nível de cobertura de serviços oferecidos para a população em um determinado ano de referência.

O Índice de Performance Econômica (IPE) visa expor aspectos ligados ao crescimento econômico e utiliza, na sua formulação, os seguintes fatores: Índice de Infraestrutura (INF), Índice do Produto Municipal (IPM), Índice de Corrente de Comércio Exterior (ICE) e o Índice de Independência Fiscal (IIF). Abaixo estão relacionados os municípios da Bahia segundo o Índice de Performance Econômica

(IPE), os 20 melhores, e uma comparação com os 25 municípios baianos de melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Os dois índices são com base em 2010 e é possível observar, em uma simples comparação, que há uma forte correspondência entre os municípios de “melhor performance “ econômica e melhor desenvolvimento humano municipal. Entre os 20 municípios que apresentavam melhor IPE, 15 estavam entre os 25 de melhor IDHM em 2010. Percebe-se algumas pequenas variações no posicionamento, fruto de aspectos metodológicos: Salvador apresenta o melhor IDHM e o segundo melhor IPE, São Francisco do Conde apresenta o melhor IPE e apenas o 24º melhor IDHM e Feira de Santana está na quinta posição no “ranking” do IDHM e na sétima ao se levar em conta o seu IPE.

Tabela 6 – Índice de Performance Econômica x Índice de Desenvolvimento Econômico Municipal. Municípios com melhor colocação em 2010

Ranking	Município	IPE	Ranking	Município	IDE
	S. Francisco do				
1º	Conde	5585,5	1º	Salvador (BA)	0,759
2º	Salvador	5572,34	2º	Lauro de Freitas (BA)	0,754
3º	Camaçari	5450,57	3º	Barreiras (BA)	0,721
	Dias D'Ávila			Luís Eduardo Magalhães	
4º		5267	4º	(BA)	0,716
5º	Mucuri	5258,63	5º	Feira de Santana (BA)	0,712
6º	Candeias	5264,39	6º	Itabuna (BA)	0,712
	Feira de Santana				
7º		5200,25	7º	Madre de Deus (BA)	0,708
	Mata de São João			Santo Antônio de Jesus	
8º		5195,15	8º	(BA)	0,7
	Lauro de Freitas				
9º		5191,01	9º	Cruz das Almas (BA)	0,699
	Luís Eduardo				
10º	Magalhães	5175,52	10º	Camaçari (BA)	0,694
11º	Simões Filho	5161,4	11º	Candeias (BA)	0,691
12º	Pojuca	5127,69	12º	Irecê (BA)	0,691
13º	Eunápolis	5125,5	13º	Ilhéus (BA)	0,69
14º	Itabuna	5110,01	14º	Teixeira de Freitas (BA)	0,685
15º	Barreiras	5106,11	15º	Alagoinhas (BA)	0,683
16º	Ilhéus	5103,06	16º	Vitória da Conquista (BA)	0,678
17º	Alagoinhas	5096	17º	Catu (BA)	0,677
	Vitória da Conquista				
18º		5093,41	18º	Eunápolis (BA)	0,677
19º	Porto Seguro	5092,16	19º	Juazeiro (BA)	0,677
20º	São Desidério	5084,64	20º	Dias D'Ávila (BA)	0,676

21º	Porto Seguro (BA)	0,676
22º	Simões Filho (BA)	0,675
23º	Paulo Afonso (BA)	0,674
	São Francisco do Conde (BA)	
24º	(BA)	0,674
25º	Guanambi (BA)	0,673

Fonte: Elaboração própria. Extraído de PNUD/IPEA/FJP (2014) e SEI (2013).

Tamanha semelhança entre os “primeiros colocados” em ambos os índices indica que, apesar de todo o esforço de não levar em conta apenas o crescimento econômico (e de incluir indicadores de educação e longevidade), o IDHM (pela influência do PIB per capita), assim como o IPE, tem um forte viés quantitativo e de performance econômica e não é suficiente para o entendimento do desenvolvimento humano e social.

O Índice de Performance Social (IPS) leva em conta para a sua elaboração os seguinte fatores: Índice do Nível de Saúde (INS), Índice do Nível de Educação (INE), Índice da Oferta de Serviços Básicos (ISB) e o Índice do Mercado de Trabalho (IMT). Esse índice se aproxima mais do aspecto social e expressa com maior propriedade as condições de vida da população, o que se aproxima de um dos elementos essenciais na análise do nível de desenvolvimento econômico de um local. O INS, por exemplo, considera aspectos relevantes na qualidade de vida das pessoas, além da longevidade (SEI, 2013): ocorrência de doenças de notificação obrigatória (reduzíveis por saneamento e imunização) para cada 100 mil habitantes; número de óbitos por sintomas, sinais e afecções mal definidos, em relação ao total de óbitos; número de profissionais de saúde para cada 1000 habitantes; número de estabelecimentos de saúde para cada 1000 habitantes; cobertura de vacinação; número de leitos para cada 1000 habitantes.

Seguindo a mesma linha do Índice de Nível de Saúde (INS), o Índice de Oferta de Serviços Básicos (ISB) consideram o consumo residencial de energia elétrica e consumo de água tratada e o Índice de Mercado de Trabalho (IMT) considera o emprego formal e a geração de renda. Tais aspectos, também oferecem maior aprofundamento na análise das condições de vida, haja vista que o consumo de água tratada e possibilidade de consumir energia elétrica (eletrodomésticos) são indicativos de melhores condições de vida. No tangente à educação, o Índice de Nível de Educação (INE) apresenta o mesmo problema do

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): considera o número de matrículas nos diversos níveis de educação, sendo meramente quantitativo e não considerando o nível de qualidade da educação fornecida. Partindo-se da premissa de que a qualidade do estoque de capital humano é fator essencial para o desenvolvimento econômico, priorizar a qualidade, além da quantidade torna-se fator estratégico na elaboração de políticas públicas que atinjam de forma estrutural o quadro econômico em um horizonte de longo prazo.

Apesar da limitação existente no fator “educação”, o Índice de Performance Social (IPS), dos indicadores aqui apresentados, é o que melhor expressa aspectos relacionados às condições de vida da população analisada. A Tabela 7, a seguir, demonstra algumas mudanças consideráveis no “ranking” de alguns municípios, com destaque para Feira de Santana que apresenta o 7º melhor Índice de Performance Econômica (IPE) e o 19º Índice de Performance Social (IPS). Oito cidades que apresentam o melhor IPS não estão entre as vinte de melhor IPE.

Tabela 7 – Índice de Performance Econômica x Índice de Performance Social dos 20 municípios da Bahia com melhor desempenho - 2010

Ranking	Município	IPE	Ranking	Município	IPS
	S. Francisco do			Lauro de Freitas	
1º	Conde	5585,5	1º		5287,15
2º	Salvador	5572,34	2º	Madre de Deus	5228,52
3º	Camaçari	5450,57	3º	Salvador	
	Dias D'Ávila			São Francisco do	
4º		5267	4º	Conde	5119,03
5º	Mucuri	5258,63	5º	Camaçari	5171,17
6º	Candeias	5264,39	6º	Cruz das Almas	5135,93
7º	Feira de Santana	5200,25	7º	Pojuca	5122,43
8º	Mata de São João	5195,15	8º	Ilhéus	5116,79
9º	Lauro de Freitas	5191,01	9º	Vitória da Conquista	5114,18
	Luís Eduardo			Itapetinga	
10º	Magalhães	5175,52	10º		5113,21
11º	Simões Filho	5161,4	11º	Barreiras	5113,17
12º	Pojuca	5127,69	12º	Mata de São João	5111,89
	Eunápolis			Luís Eduardo	
13º		5125,5	13º	Magalhães	5111,15
14º	Itabuna	5110,01	14º	Saubara	5110,01
15º	Barreiras	5106,11	15º	Vera Cruz	5106,89
16º	Ilhéus	5103,06	16º	Jequié	5103,13
17º	Alagoinhas	5096	17º	Itabuna	5102,53
18º	Vitória da Conquista	5093,41	18º	Lajedão	5101,89
19º	Porto Seguro	5092,16	19º	Feira de Santana	5099,29

20º	São Desidério	5084,64	20º	Cachoeira	5096,94
-----	---------------	---------	-----	-----------	---------

Fonte: Elaboração própria. Extraído de SEI (2013).

1.3 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: MITOS E CONTROVÉRSIAS

Percebe-se, a partir das discussões e dados apresentados ao longo desta seção, que crescimento e desenvolvimento econômico não são contraditórios, mas não devem ser confundidos porque são diferentes, apesar da importância no crescimento no fator desenvolvimento. Nesta linha, ressaltam-se pensamentos como os de Prebisch (1998) que utilizava o paradigma “centro-periferia” para explicar a situação das economias latino-americanas. Prebisch (1998) destacava restrições ao crescimento da América Latina decorrentes da condição de periferia dos países centrais e afirmava a necessidade da implementação de ações que promovessem o crescimento industrial e o progresso técnico.

Não é possível o desenvolvimento econômico tratando desiguais como iguais. A estrutura histórica de subdesenvolvimento formada pelas relações centro-periferia indicam a necessidade de maior aprofundamento nas questões específicas de cada quadro econômico. Se Prebisch (1998) afirmava a necessidade de o Estado capitanear ações estruturais focadas no crescimento (e no conseqüente, para autor) desenvolvimento, Furtado (1974) criticava o tratamento universalizado dado ao *desenvolvimento econômico* pelos países que lideravam a revolução industrial (centrais). Para o autor, os padrões de consumo da minoria da humanidade (residente nos países ricos) não estão e não vão estar acessíveis para a grande massa populacional que cresce nos países periféricos. Acreditar em um desenvolvimento econômico baseado em um crescimento fruto dessa expansão do consumo constitui-se no “mito do progresso”, que dominava o pensamento econômico das economias centrais e que teimava em se expandir como solução para as economias periféricas.

Celso Furtado (1974) também questionava a não inclusão na medição do PIB – essencial na medição do crescimento e tão importante, como visto, na composição dos indicadores de desenvolvimento – do custo ambiental da expansão industrial e do aspecto salarial, levando em conta a possibilidade de uma economia ostentar um elevado PIB e salários nos níveis de subsistência. Arrighi (1977) corrobora com os

pensamentos acima, principalmente ao destacar as relações entre as economias centrais (núcleo) e periféricas, determinadas por uma relação de extrema desigualdade na distribuição de riquezas. O autor também fortalece o pensamento de que a simples industrialização não é sinônimo de desenvolvimento econômico e postula que no modelo capitalista vigente é contraditória a disponibilização de ferramentas que permitam a um “país explorado” se inserir (e competir) em condições de igualdade no mercado global de trocas, pois isso diminuiria as relações de exploração. Essa diminuição seria contraditória ao modelo baseado historicamente na desigualdade estrutural (oportunidades desiguais na exploração de recursos e recompensas desiguais por esforços humanos iguais).

Ainda na linha de que o modelo capitalista inviabiliza o real desenvolvimento, destaca-se Baran (1960, p. 296), ao afirmar que “é no mundo subdesenvolvido que o fato central e dominante de nossa época se torna visível a olho nu: o sistema capitalista, inicialmente poderoso instrumento de desenvolvimento econômico, converteu-se em não menos formidável obstáculo ao progresso humano”. O autor ainda afirma, na mesma obra, que o capitalismo é incapaz de vislumbrar questões sociais e humanas, restringindo-se apenas à questões materiais.

É, na verdade, a incapacidade do capitalismo de “ir além das coisas materiais”, de servir como uma estrutura para o progresso econômico e social que obriga seus apologistas e políticos a confiar a estabilidade do sistema mais no circo do que no pão, mais na arenga ideológica do que na razão. Por isso, a campanha para a preservação do capitalismo é apresentada – hoje mais energicamente do que nunca – como uma cruzada pela liberdade e pela democracia. (BARAN, 1960, p. 301).

Há de se considerar o contexto das afirmações anteriores, “apocalípticas” em relação às possibilidades da promoção do desenvolvimento em um contexto capitalista. Era uma época marcada por uma dualidade de modelos econômicos fruto de uma sociedade que ainda se ajustava /se recuperava de uma guerra mundial. Os desdobramentos econômicos e ideológicos do pós-guerra ainda repercutem na economia com ecos se desdobrando até a contemporaneidade.

É o modelo capitalista que determina as relações econômicas vigentes na maioria absoluta da Terra (mesmo a China com seu regime “comunista” se beneficia globalmente do contexto de dominância das relações capitalistas). E é nesse contexto que se deve buscar alternativas para o desenvolvimento econômico. Spinola e Spinola (2014, p. 1) afirmam que:

quando se consegue reduzir a pobreza a níveis toleráveis, supõe-se ser possível atingir um estágio satisfatório de desenvolvimento econômico, ou seja, aquele onde se dispõe de padrões mínimos de segurança alimentar, erradicada a miséria, desconcentrada a renda e democratizado o acesso coletivo às melhores condições de vida propiciadas pelo desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da humanidade.

Chega-se, então, ao denominador sobre a questão / diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico: **crescimento econômico** é aumento da riqueza, do PIB de uma nação, da atividade econômica e deve ser, sim, estratégia de Estado visando dar maior competitividade global e prover as condições ideais do **desenvolvimento econômico**. Segundo Furtado (1974), Arrigui (1977) e Baran (1960), é possível postular que o desenvolvimento econômico deve ser sustentável sob os aspectos humanos e ambientais e fruto de condições qualitativas relacionadas à saúde (não só longevidade, mas qualidade da assistência), educação (não só quantidade de matrículas ou anos estudados, mas qualidade da educação e nível de qualificação do capital humano) e distribuição de renda além do PIB per capita, através de oportunidades de emprego e renda (atração e/ou fixação de empresas e incentivo à atividade empreendedora). Se crescimento econômico é aumento de riquezas em uma economia, o desenvolvimento é a divisão dessa riqueza de forma a assegurar a qualidade de vida da população (SPINOLA, 2014).

1.4 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUA CONSTRUÇÃO TEÓRICA

É comum observar, com base nas mudanças vivenciadas pelo quadro econômico global ao longo do tempo, algumas mudanças de direcionamento no “ciclo de vida da teoria do desenvolvimento”. Fatos históricos como deflagração e finalização de grandes guerras, crises econômicas de repercussão mundial, surgimento e ressurgimento de teorias econômicas e variações ideológicas na dicotomia “capitalismo x socialismo” marcaram as diferentes abordagens utilizadas para definir e promover, em tese, o desenvolvimento econômico.

Para Spinola (2012) a preocupação com o processo de acumulação de riquezas, ou de capital como pretendem muitos, é remota na história da humanidade. Sobre ele e os instrumentos necessários para a sua produção debruçaram-se os escritores do Torá, gregos como Xenofonte, Aristóteles e Platão e

reis como o Lendário Cresus, da Lídia (561/546 a.c.). Mercantilistas, fisiocratas e posteriormente os clássicos já nos séculos XVIII e XIX, direta ou indiretamente também se preocuparam com as questões vinculadas ao crescimento econômico que, com o tempo, se transformou (para alguns) em desenvolvimento econômico.

Os mercantilistas focavam o afluxo externo de metais preciosos como meio principal para potencializar a riqueza das nações. Para Feijó (2001) a política dos mercantilistas era marcada pelo protecionismo da atividade econômica interna e pela maximização do saldo da balança comercial (exportar ao máximo e importar o mínimo). A acumulação de metais preciosos (ouro e prata) era estratégica e prioritário. Para Souza (2012, p. 55) “essa concepção levou à intensa intervenção estatal na economia e ao protecionismo da indústria em formação”. Se por um lado a política de restrições à importações trouxe como consequência um relativo atraso tecnológico e uma industrialização tardia, o afluxo de moeda e uma balança comercial superavitária ajudava a manter um nível de juros que estimulava o investimento e o crescimento econômico.

Os fisiocratas se opunham às doutrinas mercantilistas e propuseram uma conduta liberal do Estado, valorizando a produção como fator impulsionador do desenvolvimento. Segundo essa linha de pensamento, apenas a atividade agropecuária era capaz de produzir excedentes e os setores da indústria e do comércio serviam como cadeia para a circulação e escoamento desse excedente. O foco, então, estava na mudança de mentalidade e no estímulo da produtividade da atividade agropecuária. Para Souza (2012, p. 57):

O aumento da produção agropecuária e de sua produtividade, por parte da classe produtiva, aumentaria o excedente a ser destinado ao desenvolvimento do resto da economia [...]. Fica implícita a tese central da fisiocracia de que apenas a agricultura produz excedente. Assim sendo, o modo de produção capitalista, como forma de produzir excedente e desenvolver o resto da economia, só fazia sentido na agricultura. Os fisiocratas consideravam a despesa do consumidor como o principal determinante da renda. Com maior consumo, os preços agrícolas aumentariam, estimulando a acumulação de capital.

Ainda compunham o pensamento fisiocrata o desestímulo ao consumo dos bens de luxo (pois acreditavam que apresentavam uma relação inversamente proporcional ao consumo de produtos agropecuários), a eliminação das restrições às exportações e a desoneração da carga tributária como medida de estímulo à

agricultura. Os produtos agrícolas deveriam ser caros e abundantes (teoria do bom preço) e essa doutrina contrasta com a proposição de barato e abundante trazida pelos clássicos.

1.5 ADAM SMITH, RICHARD CANTILLON E SUAS CONTRIBUIÇÕES CLÁSSICAS PARA A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Adam Smith considerava o trabalho (e a produção) como principal fator indutor do desenvolvimento econômico. Trata-se, então, de uma visão diferente dos mercantilistas e fisiocratas que consideravam, respectivamente, metais preciosos e a terra como elementos centrais no processo. O trabalho produtivo, na concepção do autor, era o responsável pelo aumento da riqueza nacional e a otimização desse trabalho, através da sua divisão e racionalização era condicionada pela intensidade de capital e pela tecnologia empregada.

A teoria do “valor-trabalho” seria uma resposta aos rendimentos decrescentes da agricultura, atividade atrelada à questões climáticas e ambientais. Sobre a divisão do trabalho, Smith (2009, p.15) inicia a solidificação de sua teoria a partir de um exemplo aplicado à produção de alfinetes:

[...] em um quilo há mais de 4 mil alfinetes de tamanho médio. Aquelas dez pessoas, portanto, conseguiam fabricar até 48 mil alfinetes por dia. Cada uma delas, portanto, fabricando um décimo de 48 mil alfinetes, podia ser considerada responsável pela fabricação de 4.800 alfinetes por dia. No entanto, se todos eles estivessem trabalhando separados e independentes, e sem que qualquer um deles tivesse sido treinado com esse trabalho específico, certamente não haveria como cada um deles produzir 20 alfinetes, talvez nem um só alfinete por dia; isto é, provavelmente, não os 240, talvez não os 4.800 do total que hoje são capazes de fabricar em consequência de uma divisão adequada e de uma combinação de suas diferentes operações.

Na sequência o autor sintetiza seu pensamento ao afirmar que “os efeitos da divisão do trabalho são semelhantes ao mostrado nesse pequeno exemplo, embora, em muitos deles, o trabalho não possa ser muito subdividido nem reduzido a uma simplicidade tão grande de operação. A divisão do trabalho, porém, até onde pode ser introduzida, causa, em cada uma das artes, um aumento proporcional da capacidade produtiva do trabalho (SMITH, 2009, p. 15).

A doutrina propalada por Smith em sua obra é essencialmente liberal e funciona sob as condições de total liberdade dos agentes que influenciam a ordem econômica. O Estado mínimo é outro elemento presente em suas proposições, pois este teria como linha de atuação apenas funções como defesa, justiça e obras públicas. A participação dos governos na economia, segundo Smith era desnecessária e indesejada pois os mesmos eram corruptos, esbanjadores e defensores de privilégios a monopólios em detrimento de toda a sociedade. Em dois trechos da obra “A Riqueza das Nações”, Smith (2009, p. 354) deixa claro sua desconfiança da ação governamental na economia, a começar pelo próprio governo do seu país:

Mas, embora a exuberância do governo deva, sem dúvida, ter retardado o progresso da Inglaterra em direção à riqueza e ao desenvolvimento, ela não era capaz de parar o país. A produção anual de sua terra e trabalho é, sem dúvida, muito maior atualmente do que era na restauração ou na revolução. [...] É evidente que todo o indivíduo pode, em sua posição particular, julgar seu próprio interesse econômico muito melhor do qualquer estadista ou legislador pode fazer por ele. O estadista, que deveria tentar direcionar as pessoas na forma como elas deveriam empregar seus capitais, não só se sobrecarregaria com a mais desnecessária atenção, mas também assumiria uma autoridade que seguramente não seria confiável.

O trecho acima transcrito da obra de Adam Smith aponta dois direcionamentos de suas contribuições para a teoria do desenvolvimento econômico: a mão invisível e a filosofia da psicologia individual. Sobre a psicologia individual a ideia é, segundo Souza (2012) que o interesse coletivo fica assegurado quando os particulares procuram o benefício próprio. Neste caso, por exemplo, o interesse particular de exportação beneficia a coletividade pela ampliação de mercados, aumento da divisão do trabalho e geração de receitas. Os interesses individuais seriam harmonizados coletivamente por uma “mão invisível”, que segundo Brue (2005, p. 70) é o conceito de competitividade, sendo que a ação de cada produtor ou mercador que está tentando obter lucro é contida por outros produtores ou mercadores que estão tentando ganhar dinheiro. Desta forma, a própria ação de competição garante o equilíbrio no “jogo”. Brue (2011, p. 70), ao analisar as contribuições de Smith, ainda afirma que:

A competitividade reduz o preço dos bens e, conseqüentemente, o lucro de cada vendedor. Em situações em que há, inicialmente, apenas um único vendedor, o lucro extraordinário atrai novos

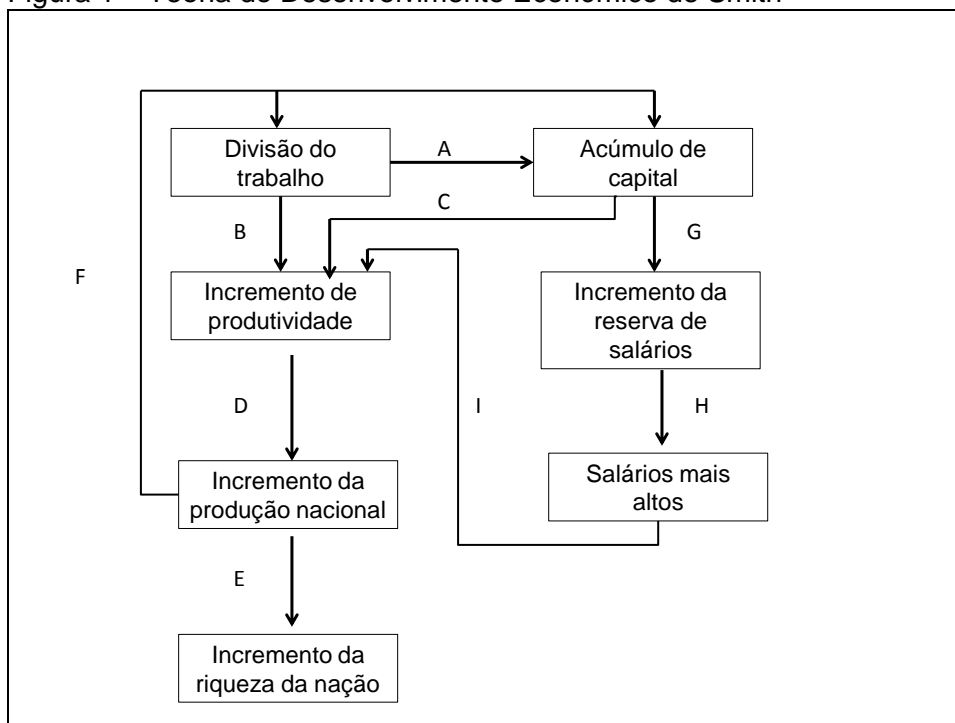
concorrentes o que aumenta a oferta e elimina os lucros excessivos. Em um caminho análogo, os empregadores disputam os melhores trabalhadores, empregados disputam os melhores empregos e consumidores disputam pelo direito de consumir produtos. Dito em termos da economia contemporânea, o resultado é que os recursos são alocados para suas aplicações mais valiosas; **a eficiência econômica prevalece** (grifo nosso).

Em outras palavras, garantir as melhores condições de produção (divisão do trabalho), competitividade, mesmo que o motivador individual seja a busca pela acumulação de capital, é a forma mais eficaz de buscar o desenvolvimento de uma economia.

Adam Smith também postulou que a divisão do trabalho (condição essencial para acumulação de capital e o desenvolvimento) é favorecida pelo crescimento demográfico e que a pequena dimensão do mercado interno limita a divisão do trabalho. Para o autor há uma correlação positiva entre o processo de urbanização e industrialização. Segundo Souza (2012), Smith afirmou que o crescimento da massa salarial amplia a dimensão do mercado e ainda facilita o aumento da divisão do trabalho, reiniciando o processo cumulativo de desenvolvimento. A divisão do trabalho é uma força dinâmica e depende da extensão dos mercados interno e externo.

Brue (2011) resume da seguinte forma o modelo de crescimento segundo Adam Smith:

Figura 1 – Teoria do Desenvolvimento Econômico de Smith



Fonte: Adaptado de Brue (2005).

Para o autor, Smith afirmou que a divisão do trabalho estimula o acúmulo de capital (seta A) e que os dois trabalham juntos para aumentar a produtividade do trabalho (setas B e C). O crescimento na produtividade do trabalho aumenta a produção nacional (seta D), que amplia o mercado e justifica a distância entre a divisão do trabalho e o acúmulo de capital (seta F). Como um resultado do acúmulo de capital, as reservas de salários crescem (seta G) e os salários aumentam (seta H). Os salários mais altos motivam o crescimento ainda maior da produtividade (seta I). O crescimento da produção nacional aumenta o número de bens disponíveis para o consumo, o que, para Smith, constitui a riqueza de uma nação (seta E).

Trata-se de um modelo avançado para a época mas sofreu críticas por “não considerar obstáculos” (poupança se transforma em investimentos, que permitem a contratação de trabalhadores produtivos e, com os rendimentos crescentes, salários e lucros subiriam em um ciclo que se retroalimentaria). Souza (2012), Feijó (2001) e Brue (2011) concordam que Smith não considerou os rendimentos decrescentes e também não explicou os impactos diretos de inovações tecnológicas sobre o produto. Porém, enquanto for possível expandir os mercados, as economias de escala e economias externas permitirão lucros crescentes, acumulação de capital,

emprego de trabalhadores produtivos e recursos naturais e crescimento econômico. No entanto, na proporção em que o estoque de capital de uma sociedade chegar a um ponto máximo, há uma tendência de declínio da taxa de lucro e interrupção dos investimentos por falta de incentivos. Desta forma, há o estancamento da acumulação de capital, da produção e da contratação de trabalhadores, ocorrendo a paralisação do crescimento econômico: o Estado estacionário.

1.6 A CONCEPÇÃO MARXISTA DE DESENVOLVIMENTO

O conflito distributivo e o declínio da taxa de lucro são estabelecidos como fatores inevitáveis nos modelos anteriormente propostos, principalmente o da teoria do valor-trabalho esboçada por Smith. Para Marx, os capitalistas (proprietários dos meios de produção) exploravam os trabalhadores e essa era a principal premissa dos conflitos distributivos. Para Souza (2012) e Brue (2011) a concorrência por fatias crescentes do mercado gera os grandes grupos empresariais, sendo que os pequenos empreendimentos apresentam maiores dificuldades e fragilidades nas condições de competição propostas. Essa competição desigual gera falência de empresas menores, desemprego crescente dos trabalhadores e concentração de renda e de riqueza. Para Souza (2012, p. 81):

Marx construiu sua análise com base na teoria do valor-trabalho, esboçada por Petty e desenvolvida por Smith, segundo a qual a quantidade de trabalho incorporado em um bem constitui a base do seu valor de troca. Marx diferenciou valor quantitativo de valor qualitativo. Desse modo, a força de trabalho considerada no valor é homogênea, representando a produtividade média da economia. O trabalho, expressando o valor, implica que as rendas que não derivam do trabalho são condenáveis por serem fruto da exploração da classe operária.

Fica clara, então, a diferença entre o valor de uso e o valor de troca. Enquanto este representa a interação das condições de oferta e de demanda no mercado (poder de compra dos consumidores), aquele diz respeito à sua utilidade e preferências do consumidor. Para Marx, o valor do trabalho de um operário não deveria ser medido apenas pelo que esse trabalho compõe no custo do produto. Deveria, sim, ser medido pela contribuição desse trabalho no valor final do produto (determinado pelo mercado e não pelo custo de produção) e no lucro que o mesmo gerou. A exploração do trabalhador se daria justamente porque o capitalista se

apropriar desse lucro e repassa ao trabalhador apenas o valor do trabalho relativo à composição dos custos (mais-valia).

Para Marx, a taxa decrescente de lucros era inevitável e a acumulação capitalista ocorria em detrimento de um exército de reserva que crescia cada vez mais, inviabilizando uma concepção de desenvolvimento uma vez que grande parte da população vivia em situação de grande fragilidade. Para Marx (1890, 2013, p. 725):

A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, como as potências de riqueza, mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício do seu trabalho [...] Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.

Segundo Marx, o sistema econômico capitalista parte do pressuposto da acumulação de capital, não considerando crises que prejudiquem essa acumulação. Para Souza (2012), o desejo de acumular faz parte da própria lógica do sistema: os capitalistas empenham-se para realizar novas inversões, em cada período, para enfrentar a concorrência do mercado. As crises surgem porque mercadorias não são mais trocadas por mercadorias e, sim, por dinheiro. Ainda segundo o Marx (1890, 2013, p. 687), a acumulação de capital, se não sinônimo, levava à inevitável concentração de renda:

O capital cresce em um determinado lugar para uma grande massa porque em outro lugar ele foi perdido por muitos [...] A batalha da concorrência é disputada barateando-se as mercadorias. O preço baixo das mercadorias depende, *coeteris paribus*, da produtividade da mão-de-obra, que novamente depende da escala de produção. Portanto, os maiores capitais batem os menores. [...] Ela (a competição) sempre termina com a decadência de muitos pequenos capitalistas, cuja parte dos capitais passa para as mãos dos seus conquistadores e parte desaparece. Fora isso, com a produção capitalista, uma nova força entra em cena: o sistema de crédito. [...] No início, o sistema de crédito aparece como um modesto ajudante do acúmulo e retira, em montantes invisíveis, os recursos monetários espalhados pela superfície da sociedade nas mãos dos capitalistas individuais ou reunidos em associações. Mas, logo ele se torna uma nova e formidável arma na luta da concorrência e, finalmente, se transforma em um imenso mecanismo social para a centralização do capital.

Se para Smith a taxa de lucro declinava no longo prazo por conta do aumento da concorrência entre empresários, reduzindo o preço de mercado, para Marx o motivo de declínio da taxa de lucro era o conflito entre a expansão capitalista e a deterioração das condições de vida dos trabalhadores. A grande contradição do

capitalismo, e sua expansão, reside justamente na oposição entre a ampliação dos meios de produção e a diminuição simultânea do poder de compra dos trabalhadores. Como posto, o sistema tende à autodestruição no longo prazo abrindo espaço para a sociedade socialista. Esse é o modelo proposto por Marx que, do ponto de vista contemporâneo, não se sustentou haja vista a deterioração dos sistemas socialistas que polarizavam com o capitalismo a economia mundial.

Fortemente influenciado pelo pensamento marxista, **Antonio Gramsci** se notabilizou por trazer elementos dessa linha de pensamento (aliado à outros elementos por ele mesmo propostos) para a análise da problemática regional. De origem italiana, o autor se debruçou sobre a *questão meridional* e explicou, de maneira crítica e propositiva, as funções dos intelectuais (divididos em tradicionais e orgânicos). Segundo Gramsci (1989) o intelectual tradicional é o elemento organizador de uma sociedade camponesa e artesanal. Já o intelectual orgânico é fruto do processo de expansão capitalista, com forte substrato tecnicista.

Obviamente, pela própria influência marxista na construção de sua linha teórica, Gramsci critica fortemente o segundo tipo de intelectual e não concebe possibilidades de desenvolvimento humano na dinâmica capitalista. Para o autor, o único modelo viável é aquele em que o operários e camponeses se tornam classes dominantes e não mais “exploradas”. Segundo Gramsci (1987, p.139): “O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora”.

1.7 PRINCIPAIS CRISES E “AJUSTAMENTOS” NO CONTEXTO ECONÔMICO MUNDIAL E SEUS REFLEXOS NO CICLO DE VIDA DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO

Nesta seção, julgou-se importante abordar alguns aspectos da conjuntura econômica com os desdobramentos dos fatos ocorridos após a Primeira Guerra Mundial. A economia dos Estados Unidos era uma espécie de farol para o mundo capitalista e seu modelo de liberdade para o capital era apontado como um dos principais (ou o principal) norteadores para o crescimento econômico das nações. O modelo econômico americano só foi questionado e forma efetiva (questionado e, em alguns casos, negado) após a crise econômica de 1929 que teve seu epicentro nos

Estados Unidos e seus efeitos irradiados de forma devastadora para as principais economias mundiais.

A “Grande Depressão de 1929”, que teve como marco inicial a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque – outubro de 1929, já dava sinais ao longo do tempo. Enquanto a Europa vivia um momento de retração e reconstrução após a 1ª Guerra Mundial, os Estados Unidos viveram um momento de grande crescimento das atividades econômicas baseadas nas exportações para os países aliados e o crédito para as atividades agrícolas e industriais. Vivia-se um momento de otimismo e a economia de mercado praticada nos Estados Unidos gerava uma impressão que “todos poderiam lucrar” a partir de investimentos especulativos. Tais investimentos se concretizavam no setor imobiliário, que registrava sucessivos aumentos de preços movidos pela especulação. Esse “boom” especulativo, registrado na década de 1920, teve origem no mercado de ações e, já em 1926, deu sinais de colapsos com a diminuição no número de compradores (o que impactava nos preços). Galbrath (2010) afirma que uma das causas da diminuição no número de compradores para o mercado imobiliário (e conseqüente queda dos preços) foi natural (furacões que devastaram a Flórida). O autor também chama a atenção para a diminuição no valor do total de compensações bancárias registradas em Miami (aproximadamente 143 milhões de dólares em 1928, enquanto o ano de 1925 registrou movimentação acima de 1 bilhão de dólares). Ainda sobre o tema, Galbrath (2010, p. 25) afirmou que:

O *boom* da Flórida foi a primeira indicação da atmosfera da década de 1920, e a convicção de que Deus pretendia que a classe média americana ficasse rica. Mas que essa atmosfera tenha sobrevivido ao colapso na Flórida é ainda mais notável. Compreendia-se amplamente que a situação desandara na Flórida. Embora o número de especuladores fosse certamente pequeno se comparado a sua posterior participação no mercado de ações, em quase todas as comunidades havia um homem conhecido por ter levado prejuízo à Flórida. Por um século após o colapso da *South Sea Bubble*, os ingleses contemplavam as mais conceituadas sociedades acionárias com alguma suspeita. Mesmo quando o *boom* da Flórida sofreu um colapso, a fé dos americanos no enriquecimento rápido e sem esforço no mercado de ações tornava-se a cada dia mais evidente.

Sobre o mercado mobiliário, desde a década de 1920 foi perceptível uma oscilação nos preços das ações sendo que em 1927 registrou um reaquecimento do mercado e um aumento elevado no valor das ações. Em 1928, a bolsa de valores de Nova Iorque, motivada pela eleição do Presidente Herbert Hoover, bateu todos os

registros positivos em valores de ações negociadas. Marchini Neto (2012) afirma que as ações do Governo Federal Americano, a partir de pressões dos governos da Inglaterra e da França, em reduzir a taxa de desconto (o que levou à aquisição em massa de títulos do governo) não foram determinantes para a crise e Galbrath (2010) não desonera totalmente o povo americano e seu sistema econômico pelas causas da crise. Ainda para o autor, “todos os aspectos da propriedade de bens tornam-se irrelevantes, exceto a perspectiva de um aumento próximo do preço. Segue-se que a única recompensa proporcionada pela propriedade ao possuidor, na época do *boom*, reside no aumento dos valores” (GALBRATH, 2010, p. 35). Em outras palavras, a especulação se tornou o “grande atrativo” ou o “grande negócio” à época.

A “quinta-feira negra”, ocorrida em 24 de outubro de 1929, foi um indicador de uma situação marcada pela redução de preços (ou paralisação das altas), diminuição de aquisições e, como um efeito de manada, elevação considerável na oferta. A “terça-feira negra”, ocorrida em 29 de outubro de 1929 registrou a venda de 16 milhões de ações e uma baixa tão grande nas cotações que todas as elevações dos últimos doze meses foram anuladas. Obviamente, a economia americana não era sustentada apenas pela especulação mobiliária e imobiliária. A crise de 1929 foi um reflexo de outros setores da economia que já não caminhavam positivamente (a produção industrial, fabril e do aço estavam em visível decréscimo), embora Galbrath (2010) afirme que o estopim da referida crise tenha sido mesmo a mentalidade especulativa predominante à época.

A Grande Depressão, afetou sobremaneira diversas economias capitalistas e, a baixa produção industrial nos Estados Unidos se repetiu em diversos países que lideravam o processo industrial no mundo. Como consequência, nações menos desenvolvidas (fornecedores de produtos primários), que já enfrentavam dificuldades econômicas devido à superprodução na década anterior, também emergiram na Grande Depressão. Para Corsi (2010, p. 5)

Uma das mais importantes conseqüências dessa globalidade da Grande Depressão foi uma relativa desarticulação da economia mundial. A queda acentuada dos fluxos de capital, mercadorias e força de trabalho rompeu com a tendência de contínua integração da economia mundial. Consolidou-se a tendência de redução do livre deslocamento internacional de mão de obra, já delineada desde a I Guerra Mundial. Entre 1929 e 1932, o volume das trocas mundiais caiu em 25% e seu valor sofreu uma diminuição de cerca de 60%. O

sistema multilateral de trocas praticamente desmoronou, prevalecendo em seu lugar acordos bilaterais de comércio e um ferrenho protecionismo. Paralelamente, observou-se um declínio de cerca de 90% dos empréstimos internacionais e, ao longo da década de 1930, uma drástica redução dos investimentos diretos externos. A redução dos fluxos de capital atingiu negativamente os países devedores, contribuindo para uma queda ainda maior das importações e para a generalizada suspensão dos pagamentos das dívidas externas a partir de 1931.

Como consequência para a evolução da teoria do desenvolvimento econômico, a crise de 1929 serviu para um questionamento ao modelo oferecido pelos Estados Unidos e tido como uma das locomotivas da economia global. Gazier (2009, p. 25) afirma que:

A relativa desarticulação da economia mundial abriu espaços para a busca de saídas nacionais para a crise. A alarmante situação econômica vivida por diversos países empurrou a maioria dos governos a experimentar políticas alternativas à ortodoxia econômica neoclássica, então perplexa diante dos acontecimentos. Ao longo da década de 1930, os Estados passaram a intervir cada vez mais na economia, procurando regular os mercados e estimular a atividade econômica. As desvalorizações competitivas de moedas, os controles de câmbio e importações, as restrições à livre circulação de capitais e de força de trabalho, o comércio bilateral e um forte protecionismo passaram a ser adotadas por um número crescente de países. Cada país queria proteger-se da crise mundial, direcionando sua economia para o mercado interno e, ao mesmo tempo, exportando mais e importando menos.

Os efeitos dessa crise foram sentidos em toda a década de 30 e se estenderam até a 2ª Guerra Mundial. Essa suposta desarticulação da economia mundial levou a busca de soluções nacionais para a crise. O período marcou o questionamento do Pensamento Neoclássico, que não fornecia respostas às questões vivenciadas pelas diversas nações afetadas, abrindo espaço para o Pensamento Keynesiano.

1.7.1 O pós-guerra (segunda) e suas consequências

A economia americana e mundial (principalmente o lado ocidental) fortemente abalada pela crise de 1929 e, a ocorrência da segunda guerra mundial (1939-1945)

serviu para alavancar a retomada da expansão econômica dos Estados Unidos.

Brum (1996, p. 35) afirma que:

Depois de um esforço interno de reestruturação (pós 1929), chamado de New Deal, iniciado em 1933, a grande retomada da expansão econômica dos Estados Unidos e projeção do seu poderio no mundo foram desencadeadas com a Segunda Guerra Mundial. O esforço de reconstrução no pós-guerra, a escalada da transnacionalização dos grandes grupos econômicos e a incorporação de novos avanços tecnológicos também tiveram papel importante na superação da crise e alavancagem da nova etapa da expansão econômica.

Ainda segundo o autor, é possível afirmar que a partir do final da Segunda Guerra até meados da década de 1970, as nações capitalistas vivenciaram um período de três décadas de expansão econômica e isso se deu por conta da necessidade de recomposição dos parques industriais (destruídos pela guerra), pela afirmação da hegemonia dos Estados Unidos, pela existência de um mercado mundial aberto à competição, pelo avanço da transnacionalização dos grandes grupos econômicos, pela intensificação do comércio mundial e pela necessidade de continuada atualização dos parques industriais. No entanto, esse momento de expansão econômica foi vivenciado de forma diferente pelas diversas nações do “lado” capitalista.

Na perspectiva brasileira, assim como nos demais países considerados periféricos no processo de desenvolvimento e crescimento econômico, a expansão capitalista também teve efeitos bastante diferentes dos percebidos nas nações desenvolvidas. Segundo Veloso *et al* (2013), o Brasil se caracterizava até 1950 como um país pobre e agrícola, possuindo baixa renda *per capita* e indicadores sociais bastante desfavoráveis. A renda *per capita* correspondia a 15 % da constatada nos Estados Unidos e, mesmo se comparada à dos países da América Latina (Argentina, México, Venezuela e Colômbia), situava-se em posição inferior.

Após 1950, e até meados de 1980, os indicadores de crescimento da economia brasileira foram favoráveis, por conta da mudança estratégica de foco da agricultura para a indústria, mesmo sendo esse crescimento da atividade industrial desigual geograficamente, privilegiando as regiões Sul e Sudeste. No entanto, esse favorável crescimento econômico percebido no período não correspondeu proporcionalmente à melhorias nos indicadores sociais. Os investimentos em infraestrutura não foram proporcionais aos investimentos em saúde, saneamento

básico e educação. Segundo Veloso *et al* (2013, p. 130), “embora a economia tenha crescido vigorosamente, os indicadores sociais no período avançaram muito pouco. Em 1980, a escolaridade média da população continuava baixa, e a desigualdade e a pobreza permaneciam elevadas”.

Entre a década de 1980 até início da década de 1990, constatou-se uma forte desaceleração no crescimento da economia do país, fruto de uma retração mundial motivada por crises do petróleo e pela construção de um novo modelo produtivo que substituía, aos poucos, o paradigma da mecanização pelo da automação, gerando mudanças radicais nos formatos organizacionais, no mundo do trabalho e nas relações entre nações. A partir de 2003, a economia brasileira, impulsionada por gastos governamentais, medidas de incentivo ao consumo e por um cenário externo favorável, experimentou uma retomada do crescimento econômico sem apresentar, na mesma proporção, elevação nos padrões sociais.

1.8 A REVOLUÇÃO KEYNESIANA E A INTRODUÇÃO DA MACROECONOMIA

Após a grande crise econômica que permeou toda a década de 1930, eram cada vez mais frequentes os questionamentos ao modelo econômico capitalista. Esses questionamentos ganhavam mais força à medida em que se comparava o desempenho econômico dos Estados Unidos (e das nações afetadas pela crise) com a União Soviética, que via sua economia crescendo em ritmo acelerado. Obviamente, a ascensão do pensamento keynesiano não se deu apenas por questões ideológicas, mas pela necessidade de uma resposta à problemas sociais e econômicos graves, como o desemprego. Para Hunt e Sherman (2010, p. 185),

O sistema econômico capitalista parecia estar à beira de um colapso total. Urgia tomar medidas drásticas que revertissem o processo de crise. Antes, porém, era necessário conhecer melhor a natureza do mal que colocava em risco a existência do sistema. Dessa tarefa incumbiu-se um dos mais brilhantes economistas desse século: John Maynard Keynes (1883-1946). Em sua famosa obra *The General Theory of Employment, Interest and Money*, Keynes procurou analisar o que estava acontecendo com o capitalismo e apontar soluções que pudessem salvá-lo .

Sobre a importância do pensamento de Keynes, e dos demais economistas que seguiram sua linha, Brue (2011, p. 417) afirmou que,

[...] Keynes adotou a abordagem macroeconômica. [...] De fato, o método se tornava cada vez mais necessário à medida que o público esperava que o governo tratasse mais ativamente do desemprego. [...] O pensamento keynesiano também teve suas raízes na grande preocupação com a estagnação secular ou com a taxa decrescente de crescimento.[...] Depois do início da Grande Depressão, muitos economistas dos Estados Unidos defenderam políticas que mais tarde seriam chamadas de Keynesianismo. Importantes figuras dentro e fora da profissão dos economistas insistiriam em programas trabalhistas públicos, orçamentos para o governo federal e facilidade de crédito pelo Sistema Federal de Crédito. Muitos economistas tinham consciência do efeito multiplicador que o aumento dos gastos do governo poderia causar sobre os gastos e rendas totais. [...] As pessoas recebiam essas ideias independente de Keynes e a discutiram nos Estados Unidos. Mas foi Keynes quem proporcionou a estrutura analítica que integrou essas ideias e traçou a “revolução keynesiana” na economia.

Basicamente, o trabalho de Keynes girou em torno das flutuações da renda, do emprego e da produção, apontando a ação governamental como essencial no estabelecimento do equilíbrio e do crescimento econômico. A intervenção do governo se daria de algumas formas: gastos governamentais e seu efeito multiplicador, incentivo às exportações, política fiscal e crédito ao setor produtivo. De uma forma resumida, os postulados do modelo keynesiano se baseiam nas limitações do modelo chamado *fluxo circular*¹ que não é um processo automático. Para Hunt e Sherman (2010, p. 186) “quando o dinheiro flui das empresas para o público, parte dele não retorna diretamente para as empresas. O fluxo circular apresenta vazamentos. ” Esses vazamentos são: a) poupança das pessoas (nem todos vão gastar aquilo que percebem como rendimento, ou seja, o dinheiro sairia do fluxo); b) importações (se as pessoas direcionam a renda para empresas estrangeiras, redirecionam o dinheiro para fora do fluxo original); c) impostos (pagamento de impostos por parte da população retira o dinheiro do fluxo original).

Para essas “inconsistências” no fluxo circular, Keynes propôs alguns remédios: a) neutralização das importações pelas exportações; b) utilização dos impostos para o financiamento e para a aquisição de bens e serviços (recolocando o dinheiro na economia) e c) destinação do dinheiro das poupanças para empréstimos à empresários que desejassem investir na ampliação do capital. Para que tais

2-O Fluxo Circular é um modelo segundo o qual o dinheiro flui das empresas para o público sob a forma de salários, remunerações, rendas, juros e lucros para retornar, em seguida, para as empresas quando da aquisição de bens e serviços pelo público.

“remédios” tivessem sustentação econômica, Keynes, segundo Brue (2011) estruturou seu pensamento em alguns princípios ou dogmas:

- Em sua ênfase macroeconômica, foi reforçada a importância da *demanda efetiva* como indutor da renda nacional, da produção e do emprego e sua relação com a produção potencial. Explicando: os gastos agregados (demanda efetiva) são constituídos pelo gasto do consumo das pessoas, das empresas, dos investimentos, dos governo e das exportações. Quando estes gastos são insuficientes para fazer frente (comprar) o que foi produzido pelas empresas, há demissões e redução de produção. Desta forma, o nível de produção real é estabelecido pela demanda efetiva que, muitas vezes é menor que a *produção potencial*;

- Há instabilidade econômica causada pela instabilidade e imprevisibilidade dos lucros auferidos em investimentos. Os gastos com investimentos são determinados pela taxa de juros e pela eficiência marginal do capital ou pela taxa de retorno esperada acima do custo sobre novos investimentos (BRUE, 2011, p. 419). Os investimentos e a poupança são fortemente influenciados pela preferência das pessoas por liquidez ou pelo retorno que possam auferir dos investimentos realizados. A instabilidade econômica se dá justamente porque mudanças nos planos de investimentos, no modelo de Keynes, repercutem diretamente na produção e na renda.

- Reduções na demanda efetiva ocasionam desemprego por conta da inflexibilidade de salário e de preços. Para o autor, quando há diminuição da demanda, as empresas se equilibram a partir de demissões pois os salários são decrescentemente inflexíveis (por conta de acordos implícitos, fatores institucionais ou pressões sindicais as empresas não reduzem salários). Para responder a queda na demanda, as empresas reduzem a produção e o emprego e, em último caso, reduzem os preços.

- Intervenções governamentais através de políticas fiscais e monetárias ativas visando a promoção do pleno emprego, da estabilidade de preços e do crescimento econômico. Para os keynesianos, o governo é o grande regulador da atividade econômica devendo combater a recessão com aumento dos gastos governamentais (multiplicador), redução de impostos visando aumentar o consumo e aumento da

oferta de moeda, pra reduzir juros. Em contrapartida, no caso da ocorrência de inflação, a elevação da taxa de juros (reduzindo o consumo) e redução da oferta de moeda eram as medidas indicadas.

Percebe-se, portanto, no modelo keynesiano, um importante papel dos gastos governamentais e nos investimentos financiados pela poupança. Neste ponto, há um grande diferencial do modelo para o que foi apresentado pelos clássicos, que propalavam a importância da poupança, mas não a ligavam ao direcionamento para investimentos. Outro aspecto importante trazido pelo modelo keynesiano é o papel das expectativas. Se o nível de emprego é determinado pela propensão marginal a consumir e pelo incentivo a investir, as expectativas que os empresários alimentam em relação aos negócios (possibilidades de retorno, segurança econômica, política governamental para setores determinados) são de fundamental importância no processo. Para Souza (2012, p. 113),

No curto prazo, as expectativas acumuladas afetam o nível de emprego corrente e influenciam o grau de capacidade ociosa. No longo prazo, elas produzem variações maiores no nível de emprego, via aumento da capacidade produtiva. Se elas foram favoráveis, predominando o otimismo, novas fábricas serão construídas e o nível de emprego crescerá, aumento a arrecadação pública e diminuindo, em princípio, a pobreza. As expectativas de longo prazo envolvem incerteza e risco. Quanto mais estáveis forem as instituições e quanto mais a política econômica for favorável ao aumento da eficiência produtiva e à abertura de novos mercados, menor será o grau de incerteza e risco e maiores os investimentos no presente. [...] O grau de confiança dos empresários é uma componente psicológica importante, que influencia as flutuações econômicas e, mais especificamente, o nível de emprego.

O modelo econômico de Keynes foi um avanço em relação aos clássicos pois vai além do princípio de que a oferta gera a própria demanda. No entanto, a proposição de que o aumento dos investimentos (que deve ser constante no modelo) geram proporcional elevação na oferta de empregos encontra limitações. É possível sim, que elevação de investimentos e desemprego convivam simultaneamente. Desta forma, o efeito multiplicador dos gastos do governo aparecem como vitais para uma situação de pleno emprego. Mesmo assim, a busca por superávits comerciais a partir do aumento das exportações é apontada como fator capaz de gerar encadeamento sobre atividades do mercado e aumentar a demanda efetiva (e complementa-la).

A efetiva contribuição de Keynes e seus seguidores para a teoria do desenvolvimento econômico é a inclusão da vertente que equaciona variáveis determinantes: emprego e renda, demanda efetiva, retorno positivo da atividade empresarial, poupança, investimentos na atividade produtiva financiados pela poupança, gastos governamentais como multiplicadores e exportações para complementar a demanda efetiva. Tais fatores, se devidamente combinados, são indutores do crescimento econômico e do pleno emprego. Aqui, parte-se do pressuposto de que o crescimento econômico é fator essencial para o desenvolvimento econômico. Observa-se também, o papel essencial do governo, não só como agente que injetará recursos na economia através dos seus gastos, mas também como quem determinará através de políticas fiscais e monetárias o ritmo do consumo e da ação dos capitalistas (essencial na geração do emprego) e políticas que equilibrem estrategicamente o fluxo de importações e exportações.

1.9 A QUESTÃO URBANA: UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO À LUZ DA TEORIA DAS CIDADES

A pesquisa em questão pressupõe uma complexidade na construção do seu arcabouço teórico-analítico e na sua posterior aplicação ao objeto de estudo. Aspectos ligados ao desenvolvimento do pensamento econômico são dissecados juntamente com as concepções sobre desenvolvimento econômico. Porém, tais conteúdos precisam ser completados por uma abordagem que contextualize a urbanização sob a perspectiva da constituição econômica das cidades. Polèse (1998, p. 32) destaca uma relação existente entre o processo de urbanização e o desenvolvimento econômico. Para o autor, “ a relação entre urbanização e desenvolvimento econômico, pelo menos no sentido do desenvolvimento econômico – urbanização faz parte das exceções. A urbanização é uma consequência incontornável do desenvolvimento econômico e nenhum país escapou, até hoje a esta lei”. O autor não evidencia tais aspectos como uma consequência positiva para o desenvolvimento, mais adiante será analisado justamente as consequências para as cidades e o meio de vida dos cidadãos, mas aborda o êxodo rural como consequência das desigualdades entre a cidade e o campo. Para Polèse (1998, p. 39):

Os aumentos de rendimentos provocam uma deslocação progressiva da procura para os produtos urbanos. Esta deslocação da procura origina um aumento da procura de terrenos urbanos, que se repercute nos preços do solo urbano. A chegada de mão-de-obra à cidade far-se-á sentir através da oferta de salários mais elevados na cidade do que no campo. Esses salários mais elevados e os movimentos migratórios que os acompanham são o reflexo de um processo contínuo de ajustamento das populações e das empresas à evolução da composição da procura.

A análise de uma estruturação urbana a partir do pressuposto da centralidade demanda uma revisão teórica que situe as linhas de pensamento tomadas por eixo norteador. Sabe-se que diversas correntes se estruturaram no âmbito da Economia Urbana, Sociologia, Economia Regional e Geografia e que qualquer análise que privilegie uma dessas correntes, em detrimento de outras, estará sujeita à críticas, por ser considerada unilateral ou incompleta. Para Souza e Cidade (2010, p. 1):

No debate sobre a questão das cidades do capitalismo atual, são frequentes as pesquisas em torno da expansão urbana e reestruturação do espaço de assentamento, como uma das possíveis consequências do formato flexível da reprodução do capital. Nesta nova fase, em que o capital tem maior fluidez no espaço global, a questão da centralidade na estrutura urbana surge como preocupação de autores internacionais, tanto na ciência geográfica como em outros campos, com destaque para a economia regional. No Brasil, a preocupação com o tema tem ganhado pesquisas em diversas cidades com enfoques diferentes, porém, a tendência à análise da centralidade a partir das atividades econômicas, especialmente da densidade de empregos, variável muito utilizada nos estudos da economia regional.

Neste sentido, destacam-se algumas linhas teóricas e seus autores, importantes na compreensão da estrutura urbana, que serão apresentadas de forma breve a seguir:

- a) A “natureza humana” constituía o padrão segundo o qual Robert Park considerava ideal para constituir um modelo de análise. Para Eufrásio (1999), o autor postulava que os aspectos da Geografia Física eram os elementos prioritários na estruturação de uma cidade. Só depois seriam levados em consideração os fatores culturais no processo de crescimento;
- b) A estrutura urbana, trazida por Roderick McKenzie é um modelo extraído a partir da análise das cidades americanas. Segundo Eufrásio (1999), a estrutura é dividida em classes de utilização do solo ,formada por quatro processos: distribuição do comércio, crescimento da cidade, transição de

distritos e segregação da população . Para Souza e Cidade (2010, p. 3) “McKenzie introduz, assim, a ideia da posição, havendo competição por ela a partir de fatores econômicos e da seleção funcional. Há assim, uma maior delimitação nos conceitos, em relação à Park [...]”;

- c) A ecologia humana, postulada por Hawley aborda a concepção urbana como um organismo biológico, funcional, interdependente e emanando do centro. Para Gottdiener (1997) e Souza e Cidade (2010), em favor da sua análise organicista, é reduzida a atenção à questão espacial e aos conflitos inerentes à sociedade, aderindo à ideia de equilíbrio;
- d) A sociedade pós-industrial como sociedade urbana é teorizada por Lefebvre (1999) com o pressuposto de que os espaços são organizados a partir das lutas de classe (concepção marxista). A urbanização é apontada como consequência do processo de industrialização;
- e) A estrutura urbana organizada a partir da compreensão dos modos de produção. A abordagem de Castells (2000) aponta uma teoria sobre a estrutura social geral, em que o espaço urbano é concebido a partir dos modos de produção e se subdivide em sistema econômico (força de trabalho, meios de produção), sistema político-institucional (dominação-regulação e integração-repressão) e o sistema ideológico.

A formação dos espaços urbanos não deve ser vista como fenômeno isolado ou consequência de ações de curto prazo. Trata-se de um processo que deve ser aprofundado sob as perspectivas históricas, sociais e econômicas. Para Santos (1994), dentro da história do urbano está a história da cidade e suas atividades (emprego, classes, divisão do trabalho, cooperação, socialização na cidade). Ainda segundo o autor, dentro da história da cidade entram a história dos transportes, da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo e da centralidade.

O termo urbanização pode estar ligado tanto ao número de habitantes que residem na zona urbana de uma cidade, distinguindo-se das áreas rurais, quanto às condições de infraestrutura (urbana) oferecidas em uma cidade. Em uma outra linha, há ainda autores como Castells (2000) que entendem a questão urbana como uma diferenciação do sistema de valores, atitudes e comportamentos da sociedade. Obviamente, tais aspectos ligados à definição do tema trazem implicações nos aspectos econômicos e sociais (trabalho, renda, saúde, educação, moradia,

mobilidade, etc). Desta forma, partindo das consequências econômicas e sociais, é possível afirmar que o processo de urbanização assume diferentes significados nas economias desenvolvidas e nas economias subdesenvolvidas.

Em um entendimento prévio é possível inferir uma relação de causa-efeito entre *urbanização* e *desenvolvimento*. No entanto, essa questão merece algum aprofundamento. Castells (2000) trouxe em sua obra “A questão urbana” algumas induções que diferenciam bem o processo nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos: a) alguns autores, como Berry, afirmam em conclusões de pesquisa que quanto maior é o nível econômico e tecnológico, menor é o crescimento demográfico e que há uma correlação positiva entre nível de crescimento econômico e grau de urbanização; b) Gibbs e Martin afirmam que variáveis como a diversificação industrial (indicando divisão do trabalho), o desenvolvimento tecnológico e pluralidade de trocas exteriores das sociedades tem relação direta com a percentagem de populações em zonas metropolitanas; c) percebe-se, nas regiões subdesenvolvidas, uma aceleração do crescimento urbano superior a dos países desenvolvidos; d) nos países subdesenvolvidos, o processo de urbanização é muito diferente do que ocorre nos países desenvolvidos e não implica em crescimento e desenvolvimento econômico e social;

Para efeito de análise, este estudo assume por base o pensamento de autores que correlacionam o fenômeno da urbanização com o da industrialização. Para Castells (2000, p.80), com base no raciocínio acima demonstrado, “a correlação entre urbanização e industrialização não é linear”. Nos países subdesenvolvidos, a correlação entre urbanização e industrialização é alta e, nos desenvolvidos é uma correlação baixa. Em outras palavras, o tipo de industrialização ocorrida nos países subdesenvolvidos atrai as populações para os centros urbanos, mas não se reflete em empregos e desenvolvimento. O tipo de urbanização resultante desse movimento assume características caóticas sob as perspectivas de condições de vida e sociabilidade.

Ainda sob a perspectiva de Castells (2000), há o questionamento sobre as atividades que congregam as ocupações das pessoas que se aglomeram nas massas urbanas dos países subdesenvolvidos. O setor de “serviços” (que na leitura do autor congrega *comércio, administração e serviços diversos*) congrega a maioria das ocupações. Segundo palavras do autor, “a importância do setor serviços na América Latina ultrapassa ou iguala a do mesmo setor nos Estados Unidos e

ultrapassa amplamente a Europa”, sendo que os setores terciários nas economias subdesenvolvidas agregam, principalmente, atividades comerciais (que remuneram muito pouco seus trabalhadores) e outras atividades com pouquíssimo valor agregado e quase nenhum potencial de geração de riqueza.

O processo de urbanização nos países subdesenvolvidos, segue então, uma lógica de aglomeração de pessoas nos centros urbanos, com a indústria liderando uma expectativa ilusória de grande absorção de mão de obra e com a geração de renda, da maioria da população, advinda de atividades secundárias. Lefebvre (1999, p. 35), em sua leitura marxista, afirma que,

Os elementos da sociedade capitalista chegam na história, exteriores uns aos outros: o solo, o proprietário, a natureza-o trabalho, os trabalhadores desvinculados dos meios de produção, o capital, o dinheiro em busca do lucro, o capitalista, a burguesia[...]a sociedade retoma esses elementos que ela recebe separadamente; desenvolve-os, mede-os, reúne-os numa unidade: **a produção ampliada, o sobretrabalho global, a mais-valia na escala da sociedade inteira** (grifo nosso).

O processo de urbanização também é um processo de alienação e dependência do trabalhador, uma vez que este, segundo Lefebvre (1999) não sabe que participa da produção da mais-valia, da sua realização e da sua distribuição. O trabalhador ainda se vê como distinto do processo produtivo. Concomitante à este processo de alienação há, no processo de urbanização crescente, a lógica e proporcional diminuição das concentrações populacionais nos meios rurais. Essa dicotomia cidade-campo é abordada em diferentes perspectivas: Na visão de Manuel Castells (2000) *a oposição cidade-campo manifesta a especificidade das relações de classe*, e a migração do campo para a cidade é consequência da *urbanização dependente* (da industrialização, dominante); A capacidade associativa da cidade, na leitura marxista de Henry Lefebvre (1999) atrai o capital, que buscava independência em relação aos meios de produção ligados ao campo. O movimento natural do capital levaria à oposição crescente entre os modos de produção da cidade e do campo e a solução para tais conflitos seria *o fim da cidade* (e do campo), com a supressão da economia separada, da propriedade privada e da divisão do trabalho (não é a proposição de Lefebvre e sim sua leitura sobre as proposições de Marx e Engels em relação ao campo-cidade); Para Milton Santos (1994) a relação cidade campo era dominada por uma realidade que também iria

suprimir do campo seu caráter predominante rural. Haveria um deslocamento para o campo de certas atividades industriais e tais atividades levariam a novos fluxos com a cidade, criados pelo campo modernizado. A cidade seria o local de residência de agricultores e de “agrícolas” (pessoas que residem nas cidades, mas trabalham em empresas instaladas na zona rural). O autor trabalha com a perspectiva da “dissolução da metrópole”, uma vez que haveria uma ruptura de paradigmas para a localização da oferta de produtos e serviços que antes só poderiam ser instalados em cidades de grande poder de polarização.

De comum entre as três visões é, certamente, a crescente diminuição do campo como espaço de vida e trabalho, quer seja por conta da “invasão” do campo por atividades produtivas industriais, quer seja pela urbanização dependente da industrialização que atrai cada vez mais pessoas para os centros urbanos. Sobre a influência da atividade econômica na centralidade e no processo de urbanização das cidades, Wirth (1938, p. 12) afirmou que :

O grau em que o mundo contemporâneo poderá ser chamado de urbano não é medido inteira ou precisamente pela proporção da população total que habita as cidades. As influências que as cidades exercem sobre a vida social do homem são maiores do que poderia indicar a proporção da população urbana, pois a cidade não somente é, em graus sempre crescentes, a moradia e trabalho do homem moderno, como é o centro controlador e iniciador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades de um universo.

Basicamente, percebe-se que as linhas de origem marxista concebem o espaço urbano como consequência das relações de trabalho, das lutas de classe e da segregação advinda das consequências das relações existentes no processo de expansão e acumulação do capital. As concepções ecológicas, por outro lado, abordam as relações urbanas como fruto da espacialização econômica e dos aspectos ligados à centralidades.

Sendo Feira de Santana é uma cidade marcada por um forte e evidente processo de urbanização e as características de tal processo serão, nos capítulos 05 e 06 desta tese, analisadas e relacionadas com os fatores determinantes do desenvolvimento econômico.

2 CAPITAL HUMANO, INOVAÇÃO E ATRATIVIDADE EMPRESARIAL COMO FATORES INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Conforme descrito na introdução deste documento, a pesquisa ora desenvolvida buscou analisar os fatores indutores do desenvolvimento de Feira de Santana a partir de três fatores: formação do capital humano, ambiência para inovação e atratividade locacional. No entanto, antes de se buscar analisar a incidência de tais fatores e suas diversas interações, apresenta-se uma explanação teórica sobre os mesmos, a seguir.

2.1 CAPITAL HUMANO COMO CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A capacidade de gerar e difundir conhecimento é apontada em diversos estudos como elemento comum à sistemas que atingem indicadores expressivos nos quesitos inovação e desenvolvimento. Desta forma, buscou-se verificar, a partir dos dados apresentados, como as atuais condições estruturais para a geração e difusão do conhecimento no Brasil influenciam o potencial de desenvolvimento em suas regiões. Para fins desta pesquisa, é apresentada uma breve contextualização teórica sobre economia do conhecimento, inovação e desenvolvimento para, em seguida, apresentar uma análise das informações sobre a perspectiva da formação do capital humano em Feira de Santana e sua relação com as atividades econômicas.

2.1.1 Economia do Conhecimento

Os modelos clássicos de análise não consideravam o conhecimento como fator determinante na dinâmica econômica. Contudo, o processo de globalização e o advento da tecnologia da informação ampliaram o rol de fatores econômicos para além da “mera” relação capital x trabalho x insumos de produção. O conhecimento passou a ser ativo intangível da maior importância nas relações econômicas e sociais. Para Correia e Gomes (2012, p. 3),

[...] a importância deste recurso intangível na economia (conhecimento – **nossa inserção**), refletindo acerca da transição da

produção de bens materiais para produção e distribuição de informações e conhecimentos, o que acarretou um crescimento relativo do setor de serviços perante o industrial. As empresas passaram então a investir em educação, em treinamento da sua força de trabalho e em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em prol da obtenção e valorização do conhecimento organizacional.

O processo de globalização foi / é determinante para o advento da economia do conhecimento uma vez que este, o conhecimento, apresenta grande mobilidade no espaço global e as organizações, por sua vez, o buscam nos locais em apresentam melhores relações custo x benefício. Para Vale (2009, p. 11), “é impossível dissociar a emergência da economia do conhecimento do processo de globalização. Assiste-se ao aumento da intensidade dos fluxos de bens, informação, capital e pessoas, em resultado da evolução tecnológica das redes de transporte e de comunicação (internet), bem como da ação política exercida por um conjunto de instituições supranacionais na remoção das barreiras ao comércio externo e à livre circulação de capitais”

Há de se considerar, contudo, que a concepção do conhecimento como fator relevante nas relações econômicas e sociais não é algo recente ou um mero modismo. Para Herscovici (2012, p. 215),

O capital intangível, ou seja, todas as formas de capital imaterial, é um dos conceitos centrais da análise econômica, a partir dos anos 70: as teorias do capital humano e do crescimento endógeno ressaltam o papel fundamental das atividades de formação e de pesquisa e desenvolvimento no processo de crescimento econômico. Da mesma maneira, o desenvolvimento de todas as formas de capital financeiro e a formação de bolhas financeiras colocam o problema relativo à natureza e à medida deste tipo de capital.

Mesmo não sendo um “fenômeno recente”, a importância dada à economia do conhecimento nas discussões recentes pode ser atribuída à algumas questões contemporâneas, a saber:

- a) Redução da importância dos ativos tangíveis e elevação da importância dos ativos intangíveis: fatores como *marca*, *carteira de clientes* e *capital humano* passaram a ser valorados pelas organizações e considerados nas tomadas de decisões gerenciais;
- b) Economia e sociedade altamente influenciadas por atividades com alta dotação de conhecimento: atividades ligadas à *Tecnologia da Informação*,

Ciências e Pesquisa e Desenvolvimento têm sua importância aumentada no contexto social e econômico no mundo contemporâneo.;

- c) Crescimento da importância do capital intelectual e de seus efeitos no processo de inovação e de pesquisa : as atividades de formação do capital intelectual passam a ser vistas como estratégicas nas economias nacionais que desejam se posicionar de forma competitiva;
- d) A integração intersetorial ou interindustrial cria a *Sociedade em Rede* e o *Capitalismo Informacional* de Manuel Castells (1999): perceptível redução do peso dos bens e do aumento do peso dos serviços, principalmente os intensivos em conhecimento.

Mesmo não sendo um objeto de estudo recente, a Economia do Conhecimento ainda não apresenta uma unanimidade em relação ao seu significado. Há correntes de pensamento que entendem o conhecimento como algo possível de ser estocado, transferido e manipulado, a partir do uso da tecnologia da Informação. Outra corrente classifica o conhecimento como um recursos tácito e difícil de ser transferido. Para efeito deste texto, trabalhar-se-á com definição da *Organisation for Economic Co-Operation and Development* (OCDE) para Economia do Conhecimento, trazida por Correia e Gomes (2012, p. 35): “a economia do conhecimento é aquela que tem diretamente como base a produção, distribuição e utilização do conhecimento e informação; distingue-se da economia tradicional no sentido de que o recurso base, o seu conhecimento, ao contrário dos recursos base da economia tradicional (capital e trabalho), não diminui com a sua utilização e exploração, pelo contrário, é incrementado”.

Takeushi e Nonaka (2008) concebem o conhecimento em uma espiral, dividindo-o em conhecimento tácito (subjetivo) e conhecimento explícito (objetivo). Para os autores, o processo de conversão do conhecimento de tácito para explícito segue a seguinte sequência: a) socialização (é o compartilhar de experiências entre pessoas resultando na conversão do conhecimento tácito de uma pessoa no conhecimento tácito de outra pessoa); b) externalização (trata-se da conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito); c) combinação (caracteriza-se pela transformação do conhecimento explícito em formas mais complexas de conhecimentos explícitos) e d) internalização (transformação do conhecimento explícito em conhecimento tácito, apropriado pelas pessoas através da prática ou de

atividades estruturadas de aprendizagem). Ressalte-se aqui a diferenciação conceitual entre dado, informação e conhecimento. Enquanto dado pode ser caracterizado como uma mera constatação da realidade (facilmente estruturável, facilmente obtido por máquinas e facilmente transferível) entende-se informação como o produto da análise de dados a partir de significados convencionados. Já o conhecimento exige reflexão, síntese e contexto, sendo de difícil transferência e estruturação.

Segundo Diniz e Gonçalves (2005), um dos principais indicadores para avaliação da capacidade regional de geração de conhecimentos é o nível de qualificação dos recursos humanos de uma região. Outros indicadores também são apontados como relevantes para a análise do potencial regional para a geração de conhecimento: *intensidade no gasto com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)* e na formação de profissionais técnicos, grau de sofisticação técnica do produto, percentual de crescimento do emprego, percentual de pesquisadores empregados e percentual de profissionais empregados em áreas tecnológicas

Percebe-se, ao se proceder uma breve análise dos indicadores acima sugeridos, uma tendência de mensuração da capacidade de geração de conhecimento de um lugar / região / território. Essa capacidade de geração de conhecimento só terá validade competitiva se o mesmo for direcionado para a inovação.

2.1.2 Conceituação de Capital Humano e o conhecimento como seu indutor

A conceituação de Capital Humano é, por muitas vezes, relacionada ao contexto econômico e social em que se desenvolveram estudos e teorias buscando aliar a força de trabalho aos interesses das organizações. Por se tratar de um conjunto de elementos abstratos e fluídos, é comum observar em algumas abordagens intersecções com o significado de **Capital Social**. Desta forma, antes de apresentar os diversos conceitos e entendimentos, considerados relevantes para esta tese, sobre *Capital Humano*, cabe voltar a atenção para o *Capital Social*.

Sobre a definição de *Capital Social*, Putnam (2000, p. 19) expressa o seguinte:

[...] enquanto o capital físico refere-se a objetos físicos e capital humano refere-se às propriedades dos indivíduos, **capital social** (grifo nosso) refere-se às conexões entre indivíduos – redes sociais e normas de reciprocidade e confiança que aumentam a produção de

capital físico e capital humano. Neste sentido, o capital social está intimamente relacionado com o que muitos chamam de virtude cívica.

Percebe-se que, por esta abordagem, a conceituação de capital social é mais ampla que a do capital humano, pois abrange a concepção da formação de redes coordenadas que visam a cooperação e o benefício de toda a cadeia envolvida : agentes econômicos, sociais e o próprio capital humano. No entanto, a formação de um capital social que dinamize o desenvolvimento de uma região demanda, em fase anterior, a formação e manutenção de um capital humano engajado e participante do processo. Mais do que uma mera ferramenta no processo produtivo, o Capital Humano deve ser visto como elemento de transformação / inovação produtiva e social. Para Santos (2008, p. 15) o Capital Humano “está relacionado ao conhecimento, expertise, poder de inovação e habilidade dos empregados, além dos valores, cultura e a filosofia da entidade”. Do ponto de vista teórico, merece destaque Mark Blaug (1985) que associou a teoria do Capital Humano a um programa de pesquisa (para o autor, não era possível associar à uma única teoria) e atribui a Theodore Shultz o seu nascimento efetivo². Blaug (1985) ainda relaciona Adam Smith e Alfred Marshall às fontes primárias da teoria.

Schultz (1973) busca uma explicação para averiguar o papel das capacidades adquiridas pelos agentes humanos como fonte importante dos ganhos de produtividade não esclarecidos. O mesmo faz uma avaliação dos recursos propostos para os investimentos feitos no homem. Investir no humano significa que o conceito tradicional de capital, necessitará ser ampliado para compreender a realidade relativa ao capital humano (CH).

Segundo Oliveira (2005), a referência ao capital humano passa pela dimensão de como se estruturam os aspectos ligados aos seres humanos – potencial, habilidades, desempenhos, o fornecimento de experiência individual, de conhecimento, comprometimento e capacidade de pensar - tudo isso faz parte de um acúmulo de capital do mundo. O capital humano não é um ativo negociável, onde possa ser vendido ou alugado, uma das formas de adquiri-lo é por intermediação com o indivíduo. Seguindo essa linha de pensamento, Arapiraca (1982, p. 41), afirma que “o capital humano é algo deliberadamente produzido pelo

² Para Blaug, o nascimento efetivo da Teoria do Capital Humano se deu através de Shultz que, em 1962, publicou em suplemento da revista científica americana *Journal of Political Economy*, dedicado ao tema do investimento em seres humanos.

investimento que se faz no indivíduo a partir da educação formal e do treinamento”.

A visão de gastos em treinamento, capacitação e formação de indivíduos para o trabalho como investimentos causou desconforto, segundo Shultz (1973) no paradigma vigente, pois tais despesas eram vistas como dispêndios sem retorno, de médio e longo prazo, para as organizações. Segundo o autor (1973, p. 33),

O mero pensamento do investimento em seres humanos é ofensivo a alguns dentre nós. Nossos valores e nossas crenças nos inibem a olhar para o ser humano como bens de capital, à exceção da escravidão e abominamos esta realidade [...] tratar o ser humano como riquezas ampliadas por investimento é um ato contrário a valores fundamente arraigados. O homem seria reduzido a um mero componente material, e para o homem visualiza-se como um bem de capital, mesmo que não ponha em risco a sua liberdade, pode parecer um achincalhamento.

Ainda sobre a visão de Shultz para o Capital Humano, Saul (2004) afirmou que não obstante a dificuldade de medição desse tipo diferenciado de capital, algumas atividades poderiam ser destacadas como promovendo as capacidades humanas (promoção da saúde, qualificação e educação formal). O autor classificava como equivocada a visão que desconsiderava os recursos humanos como uma forma de capital. Essa suposta visão equivocada fomentou uma defasada noção de trabalho que considerava o trabalhador uma ferramenta que exigia pouco conhecimento ou especialização para a execução de tarefas simplificadas. A Teoria do Capital Humano aborda o trabalhador sob outra perspectiva.

Apesar de Shultz ser apontado como relevante marco teórico contemporâneo para o entendimento de Capital Humano no contexto econômico e social, merecem destaque as contribuições de autores que, com suas obras pioneiras, forneceram subsídios para o entendimento atual sobre o tema.

Adam Smith, abordado no segundo capítulo deste trabalho, teve relevante contribuição na construção do pensamento econômico contemporâneo e, ao desestruturar as linhas de pensamentos fisiocráticas (postulavam que a produtividade do trabalho estava atrelada à produtividade da terra e que esta era um dom da natureza, só podendo ser aproveitada por aqueles que atuavam na agricultura), o autor concebeu o poder produtivo do trabalho como fundamental na competitividade das organizações e no desempenho de um sistema econômico. Para Nunes (2010, p. 3):

O ‘poder produtivo do trabalho’ (a produtividade) deixava de estar ligada às características estruturais da terra, deixava de ser exclusiva da agricultura. Por isso, a explicação do *excedente* (i.é, do *produto líquido*, do qual sai não só a renda mas também o lucro, tanto o lucro agrícola como o lucro industrial) não pode continuar a assentar nas condições específicas de que beneficia um determinado tipo de trabalho concreto (o trabalho agrícola). Adam Smith foi além das várias formas de *trabalho concreto* que se encontram na vida real, e elaborou uma nova categoria, a de *trabalho abstrato*, a qual — como ele próprio reconhece —, ‘embora possa tornar-se suficientemente inteligível, não é de modo algum tão natural e óbvia.’ Esta foi uma novidade teórica particularmente importante.

Em “A Riqueza das Nações”, a divisão do trabalho é apontada como marco crucial na proposição de mudanças do modo de produção arraigado à realidade das organizações dentro do processo da Revolução Industrial. Apesar da divisão do trabalho conceber a fragmentação das tarefas ao nível mínimo e simplificar ao extremo o trabalho, o que é diametralmente contrário ao papel dos recursos humanos segundo Schultz, pode-se entender que a capacitação técnica e o foco no trabalho como elemento primordial da produtividade juntamente com a concepção do “valor-trabalho” são componentes fomentadores do entendimento atual de Capital Humano. Para o autor o conhecimento não era inato. Era adquirido e poderia tornar um trabalhador mais eficiente.

Ainda sobre Smith e o Capital Humano, a “confiança depositada nos trabalhadores” pode ser considerada como uma concepção mais próxima do entendimento sobre o tema. Smith (2009, p. 93) afirmou que:

Os ganhos do trabalho variam de acordo com a pequena ou grande confiança que deve ser depositada os trabalhadores. Os salários dos ourives e joalheiros são, em toda parte, superiores aos de muitos outros trabalhadores, não somente de igual habilidade, mas também daqueles com habilidade muito superior, por causa dos materiais preciosos que lhes são confiados. Confiamos nossa saúde aos médicos; nossa fortuna e, às vezes, nossa vida e reputação aos advogados e aos procuradores . Essa confiança não poderia, de modo seguro, ser depositada em pessoas de condição muito simples ou baixa. Sua recompensa deve ser tal, portanto, que possa lhes conferir aquela posição na sociedade que deles exige uma confiança muito importante. O longo tempo e os elevados custos que devem ser investidos em sua educação, quando combinados com essa circunstância, necessariamente aumentam ainda mais o preço de seu trabalho.

Destaca-se, no trecho acima citado, a importância do trabalho qualificado e no investimento em educação para a formação desse trabalho, além da necessidade de remuneração compatível com a qualificação, importância e complexidade da tarefa.

Destaca-se também como pilar no entendimento teórico sobre Capital Humano o trabalho de Alfred Marshall, que ressaltou a importância do investimento neste tipo de capital quando afirmou que “o mais valioso de todos os capitais é aquele investido em seres humanos”. Para o autor, o investimento no Capital Humano tanto traz efeitos de competitividade para as empresas, quanto produz resultados no âmbito econômico das nações. Segundo o autor, “no longo prazo, a riqueza nacional é governada mais pelo caráter da população do que pela abundância dos recursos nacionais”. Fonseca (1992) afirma que Marshall via no caráter nacional, ou seja, nos atributos éticos e intelectuais da população, um dos mais valiosos entre todos os insumos da função de produção, um dos ingredientes mais decisivos na receita do crescimento econômico, onde objetos, organização e técnica eram acessórios: o que importava era a qualidade do homem.

Cabe esclarecer que as abordagens aqui trabalhadas, e a de Marshall especialmente, defendem a economia de mercado e a iniciativa como compensadora dos indivíduos, no lugar de uma lógica distributiva defendida pelas teorias de natureza socialista. Para Fonseca (1992, p. 76):

Os socialistas da época, assim como os de hoje, não hesitavam em dirigir o dedo acusador na direção do “sistema” ou da “exploração” do trabalho pelos capitalistas e da má distribuição de renda. A perspectiva marshalliana, porém, privilegia a esfera da produção, e não a da distribuição, ao analisar as causas da pobreza em massa numa economia de mercado. A distribuição pode ser – e muitas vezes é de fato – uma variável importante do problema. Mas isso principalmente na medida em que afeta, positiva ou negativamente, a capacidade produtiva dos indivíduos na economia. Se desejamos entender o motivo pelo qual as condições de vida de uma enorme parcela da população ficam abaixo do que seria aceitável, **é para fatores microeconômicos, ligados à qualidade e competência dos esforços produtivos da comunidade que devemos dirigir nossa atenção** (grifo nosso).

Ainda para Fonseca (1992) essa análise se constrói em dois pilares: a) a teoria malthusiana da população ³ e b) o papel do capital humano na determinação

³ Um dos postulados dessa teoria é de que quanto mais rápido for o crescimento da população, mais lento será o crescimento da renda per capita. Para o autor, Malthus, o investimento maciço em

do nível de renda dos indivíduos e no grau de produtividade da economia. Nota-se o tom meritocrático da abordagem marshalliana sobre capital humano e a relação entre educação e mudança social.

Nenhuma mudança seria mais conducente a um rápido aumento da riqueza nacional como uma melhoria nas escolas, especialmente dos ginásios, desde que essa melhora viesse combinada com um sistema extensivo de bolsas de estudo que habilitassem os filhos mais inteligentes de um trabalhador a subir gradualmente de uma a outra escola, até que tivessem adquirido a melhor educação teórica e prática que a sua época fosse capaz de oferecer. (MARSHALL, 1982, p. 189).

Tal abordagem trata de uma proposição de rompimento de um ciclo vicioso : geração pobre, vivendo em um ambiente de privação e falta de acesso à informação e educação não é capaz de formar indivíduos qualificados fisicamente, tecnicamente e moralmente. Esses indivíduos levarão esse legado de pobreza à frente se o ciclo não for rompido. Para Fonseca (1992, p. 78),

O núcleo do argumento marshalliano é a noção de que o verdadeiro gargalo com que se defrontam as economias menos desenvolvidas não é a escassez de capital em sentido físico (“equipamento”), ou mesmo de capital financeiro (“poupança”), mas sim a escassez de capital humano (“gente competente naquilo que faz para ganhar a vida”). É a falta de capacitação do conjunto da comunidade para integrar-se de forma competitiva e dinâmica à economia mundial – mais do que a escassez de meios adequados de financiamento ou de recursos naturais ou de equipamentos tecnologicamente avançados – que acaba comprometendo o esforço de crescimento numa economia atrasada. A escassez de capital humano é o fator limitativo operante.

Marshall (1982) propõe o investimento no capital humano como única medida capaz de gerar uma reforma social eficaz focada na erradicação da pobreza e promoção do desenvolvimento econômico. Os investimentos maciços em educação estariam voltados para as demandas do mundo do trabalho (conhecimentos técnicos, formação de mão de obra qualificada em todos os níveis), mas também para a promoção de valores sociais e morais que qualificam uma sociedade. Tais elementos seriam: pontualidade, confiabilidade, persistência, capacidade de concentração e de auto ajuda, disciplina e senso de independência. A inovação

educação é mais eficiente, no longo prazo, no combate à pobreza do que políticas de curto prazo de distribuição de renda.

também é apontada por Marshall como um desdobramento natural do investimento em educação e formação de capital humano. Para o autor, o capital humano representa o grau de capacitação da comunidade para o trabalho qualificado, a inovação científica e tecnológica, a liderança, a iniciativa e a organização em nível empresarial privado e na vida pública. Desta forma, a inovação entra como um elemento oriundo do investimento em capital humano e como dinamizador do processo de desenvolvimento econômico, não cabendo esses investimentos apenas ao setor privado, mas principalmente ao estado, que deverá orientá-los dentro de uma lógica de planejamento voltada para a obtenção de resultados em longo prazo.

As abordagens sobre o capital humano aqui descritas sofreram algumas críticas destacando-se contemporaneamente as proferidas por Cláudio de Moura Castro (1976) que destaca o caráter meramente “mercantilista” das proposições que associam o capital humano apenas ao mero enfoque utilitarista (noções de investimento, consumo e valor) e uma aceitação plena de uma suposta relação causal entre educação e desenvolvimento econômico. O pensamento de Frigotto (1993) em relação às teorias do capital humano também critica o aspecto utilitarista que supostamente direciona todos os esforços de educação para o processo produtivo. Para o autor, a educação não deve apenas proporcionar conhecimentos para o mercado (o que para o autor aliena o trabalhador) e sim proporcionar conhecimentos que permitam ao trabalhador questionar e articular paradigmas dominantes. Para Frigotto (1996, p. 26) “a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se afim de habilitá-la técnica, social e ideologicamente para o trabalho”.

Para efeito desta pesquisa, a exposição de tais críticas demonstra que as mesmas não foram desconsideradas, apesar de constar como base teórica desta tese algumas das abordagens criticadas. Considera-se que o enfoque utilitarista do capital humano é um dos fatores para o desenvolvimento econômico regional, mas o modelo que aqui se discute não é alienante ou desprovido da análise das condições sociais dos trabalhadores. Formar capital humano inclui instrução, educação e qualificação para o mercado de trabalho, para a atividade empreendedora, mas também para a atividade científica e de inovação tecnológica. Entende-se que os efeitos sociais de um modelo que contemple como prioritário a formação do capital humano são naturais e decorrentes dessa priorização.

2.1.3 Fator local e geração de conhecimento

Admitindo-se que o conhecimento é intangível, fluido e de possível transferência, seria possível inferir que a dimensão local estaria desprivilegiada, uma vez que este poderia “viajar” para onde fosse mais vantajoso. Essa inferência não é totalmente errônea dentro do paradigma do mero crescimento econômico. No entanto, há um paradoxo se for considerada a dimensão do desenvolvimento, pois preconiza-se uma forte relação com os agentes locais. Para Diniz e Lemos (2005), ao mesmo tempo em que libera e integra os mercados, o conhecimento aumenta e reforça a importância das localidades, em função dos atributos materiais, culturais, humanos e históricos de cada localidade.

Vázquez Barquero (1999, p. 122) também ressalta a importância da dimensão local da inovação para o processo de desenvolvimento: “ Además, concibe la innovación como um proceso fruto de la interacción entre las empresas y las organizaciones, localizadas em entornos innovadores, por lo que el cambio tecnológico sería um fenómeno fuertemente imbricado em el territorio.”

A globalização amplia e integra o mercado, mas, ao mesmo tempo, o processo de inovação continua baseado em regiões ou localidades, as quais se tornam fator-chave e estratégico na competição. Diniz e Lemos (2005, p. 133) reforçam tal argumento quando afirmam que do ponto de vista regional, o conhecimento se torna fator talvez mais importante e decisivo que os clássicos fatores de capital, trabalho e recursos naturais.

Ainda segundo os autores, a capacidade de gerar conhecimento e sua aplicação produtiva transforma-se no mais importante fator locacional na atual etapa desenvolvimento econômico. Por sua vez, a capacidade de inovação e, conseqüentemente, de modernização passa a depender do gasto privado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), do gasto com pesquisa pelas universidades e da coincidência geográfica e temporal dessas duas fontes de pesquisa. **Como o conhecimento tácito não pode ser transferido, a proximidade se torna elemento central no sucesso da investigação e da sua implementação.** Assim, o fluxo de conhecimento e sua representação ou forma de manifestações (instituições, práticas sociais, convenções, regras) tornam-se mais relevantes que as relações físicas de insumo-produto, preços e quantidades.

A importância da dimensão local (conhecimento x inovação x desenvolvimento) passa por alguns pressupostos, segundo Diniz e Lemos (2005):

- A Busca por fontes de conhecimento de natureza *não ubíquas* levam à uma necessidade por constante inovação;
- A busca competitiva centrada no processo inovativo vai depender de dois fatores: a) capacidade empresarial em promover P&D e identificar novos produtos e processos; e b) capacidade local de aprendizagem.;
- Cada região, localidade ou setor segue padrões evolucionários distintos;
- Para Asheim e Cooke *apud* Diniz e Lemos (2005) a dimensão local está em três fatores: a) presença de capital humano e de interações sociais, b) redes formais ou informais entre empresas, c) sinergias ou “excedente” inovador e d) existência legítima de poderes estratégicos ;
- As regiões tornam-se pontos de criação de conhecimento e aprendizado (elementos essenciais para a inovação) pois o conhecimento explícito é “facilmente” transferível, mas o TÁCITO (que não é ubíquo e, portanto, pode gerar diferencial) necessita de interação social, proximidade, compartilhamento de valores culturais;
- Processo de aprendizagem é fortemente localizado e interativo e socialmente imerso no ambiente institucional e cultural

Os pressupostos acima possibilitam a existência de um outro paradoxo, fruto do debate de diversos autores: a inovação ocorre em função de um meio propício ou esse meio propício (ambiência) só existe em regiões onde há inovação?

Segundo Diniz e Lemos (2005) A abordagem da organização industrial ou especialização flexível, advinda das mudanças de forma na organização industrial (pós-fordismo), preconiza que a localização industrial é independente dos fatores regionais. A industrialização seria o motor do desenvolvimento e não a localização industrial. No entanto, outras abordagens, como a do GREMI⁴ afirmam que inovações e firmas inovadoras são resultados de um processo dinâmico e coletivo

⁴ Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs: GREMI. Grupo formado por pesquisadores franceses, suíços e italianos atuantes na conceituação de “ambientes inovadores”, formados a partir de redes de inovação e cooperação entre empresas. Tais redes seriam capazes de gerar externalidades tecnológicas.

dentro de uma região, fruto de sinergia entre os diversos fatores envolvidos. Para Granoveter (1985) os agentes produtivos e sua **vinculação territorial** geram diferenciação regional. Elementos locais, naturais, econômicos, sociais, culturais e políticos geram **imersão social ou *Embeddedness***. A capacidade de articulação e aprendizagem dos agentes locais é essencial no processo de desenvolvimento, sendo que empresas, setores, nações e **regiões** se tornam mais competitivas quando podem aprender mais rápido ou melhor, uma vez que seu conhecimento é escasso e não pode ser imediatamente copiado ou transferido via meios formais e codificados.

Entende-se, portanto, que a aproximação geográfica, por si só, não é suficiente para gerar inovação, devendo-se evitar o “fetichismo espacial”. Mesmo se a região for propícia, uma firma não gerará inovação se não tiver potencial próprio (capacidade de desenvolver conhecimento ou se articular com quem tem esse potencial). Mesmo assim, a decisão locacional da empresa passa a ser estratégica para sua competitividade (atributos internos e locais)

Para Diniz e Lemos (2005), o planejamento com vistas à tornar uma região atrativa para empresas inovadoras e competitivas gera resultados no crescimento econômico e na melhoria social de regiões e esse planejamento envolve uma elevação nos indicadores de qualificação formal do capital humano existente em uma região.

-Condições Locais para a geração de conhecimento: alguns indicadores brasileiros

Nesta parte do texto, pretende-se apresentar alguns indicadores formais de qualificação do capital humano em algumas regiões do Brasil. Como explicado anteriormente, tais indicadores fornecem um viés de análise sobre a capacidade regional de geração de conhecimento e, conseqüentemente potencial para inovação e desenvolvimento. Os dados apresentados são oriundos do artigo de Diniz e Lemos (2005), “Economia do Conhecimento e Desenvolvimento Regional no Brasil” (dados anteriores à 2005) e dos sites do Ministério da Educação (MEC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pesquisados em 2012.

O Quadro 1, a seguir, expõe em valores absolutos o número de matrículas em Instituições de Educação Superior no Brasil nos anos 2000 e 2011:

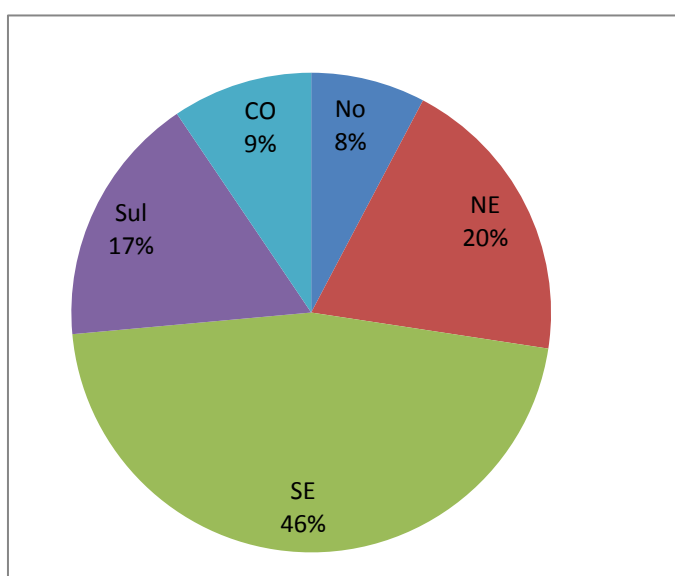
Quadro 1 – Alunos matriculados em IES no Brasil

Ano	IES	Alunos	% Pop. Bras	% Pop. Idade Univers
2000	1.391	3 milhões	1,8 %	14 %
2011	2.365	6.739.689*	3,53%	70 **
*5 milhões em IESs Privadas - ** 9 milhões entre 18 e 24 anos				

Fontes: Diniz e Lemos (2005) e Portal do MEC (2012).

Há um considerável aumento no número de estudantes matriculados na educação superior ao se considerar o hiato demonstrado no quadro acima. No entanto, a simples elevação no número de matrículas em universidades e faculdades não implica em geração de conhecimento (pelo menos na mesma proporção), uma vez que são os cursos de direcionamento tecnológico e as pós-graduações as categorias de ensino com maior potencial de geração de conhecimento (focado na inovação). Há de se destacar, no entanto, um fato positivo que é a tendência de desconcentração nas regiões Sul e Sudeste (historicamente privilegiadas econômica e socialmente). Em 2001, 73 % das matrículas em IES se concentravam nessas regiões. Em 2011, esse número caiu para 63 %, conforme demonstrado no Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 – Matrículas em IES por região geográfica (2011)



Fonte: Portal do MEC (2012).

Ao se levar em conta a distribuição geográfica da população brasileira (IBGE, 2010), percebe-se que a Região Nordeste apresenta uma grande discrepância na relação população x matrículas na educação superior:

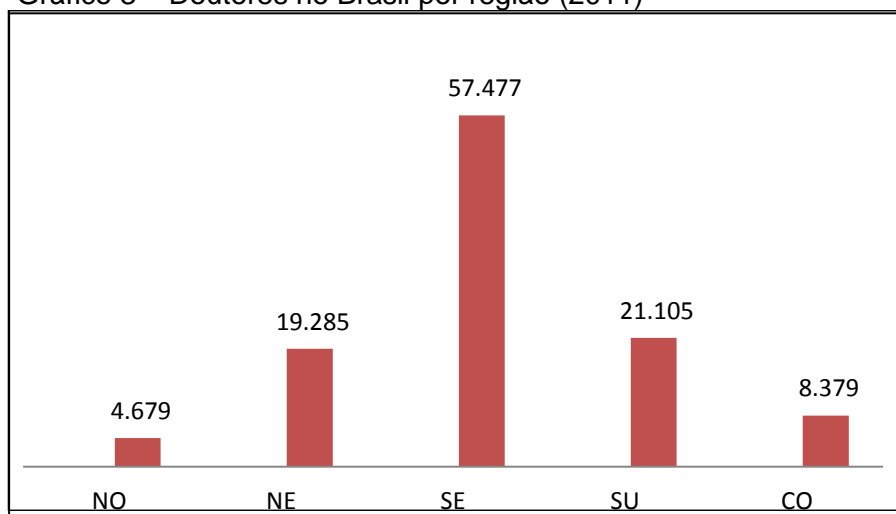
Quadro 2 - Matrículas em IES (2011) e População brasileira por região (2010)

Região	Matrícula na Educação Superior 2011 (%)	Distribuição da população – Censo 2010 (%)
Norte	8 %	8 %
Nordeste	20 %	27 %
Centro-Oeste	9 %	7 %
Sul	17 %	15 %
Sudeste	46 %	43 %
Total	100 %	100 %

Fonte : Adaptado de Portal do MEC e IBGE (2012).

Pressupondo-se que a produção de conhecimento científico e tecnológico no Brasil é fruto, prioritariamente, das pesquisas ligadas à formação *stricto sensu*, o número de Doutores apresenta um interessante indicador para análise.

Gráfico 3 – Doutores no Brasil por região (2011)



Fonte: GeoCapes (2011).

Em 2001, a concentração de Doutores nas Regiões Sul e Sudeste era de 83 %. Em 2011 esse número passou para 71 %. É uma desconcentração, mas ainda demonstra uma situação incoerente com as necessidades das regiões menos desenvolvidas. Um outro número que expõe esse desequilíbrio é o relacionado à concessão de patentes. Em 2011, 91 % das patentes concedidas foram para as Regiões Sul e Sudeste. As Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste demandam por produção de conhecimento, inovação e consequente atração e articulação de organizações focadas no desenvolvimento. São necessárias políticas públicas que

criem os meios (ambiência) que propiciem a atração dos agentes estratégicos para o desenvolvimento.

A pós-graduação *stricto sensu* tinha no Brasil, segundo o Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes (GeoCapes), em 2011 aproximadamente 250 mil alunos matriculados. No entanto, apenas 24 % destes estavam matriculados nas áreas tecnológicas (Engenharias e Ciências Exatas e da Terra). A área tecnológica é vista como primordial para a geração de inovações organizacionais e supostamente, quanto maior a quantidade de profissionais das áreas de formação tecnológica, empregados numa região, supostamente mais preparado está seu setor produtivo para a adoção de novas tecnologias e inovações.

Tal situação (pouca formação na área tecnológica) ainda possui a característica de grande concentração nas Regiões Sul e Sudeste. Em 2011, 87 % dos estudantes cursando pós-graduação tecnológica estavam nessas regiões, enquanto o Nordeste possuía apenas 8 %, sendo que 10 das 9 principais instituições de pesquisa estavam localizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Florianópolis e Recife (que se destaca no Nordeste como centro de excelência em pesquisa tecnológica).

A concentração de formação tecnológica leva a concentração de profissionais oriundos da área. Em 2011, 60 % dos profissionais de formação tecnológica estavam trabalhando em organizações das Regiões Sul e Sudeste, contra apenas 3,4 % nas Regiões Norte e Nordeste. Para Diniz e Lemos (2005), o núcleo duro indústria brasileira (constituído pelos segmentos indústria de transformação, serviços, transporte aéreo, telecomunicações e informática, intermediação financeira e atividades relacionadas) concentra-se na macrorregião que vai de Minas Gerais ao nordeste do Rio Grande do Sul – incluindo São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina.

Em 2010, as Regiões Sul e Sudeste eram responsáveis por 71 % do PIB Nacional o que demonstra uma relação de causalidade entre a capacidade de gerar conhecimento e a atração de organizações. No entanto, sem a formatação e implementação de políticas públicas que gerem as condições de criação e difusão do conhecimento nas regiões menos favorecidas, as principais inovações (e o conseqüente desenvolvimento) só ocorrerão nas regiões que já possuem a “ambiência” necessária (capital humano qualificado, infraestrutura, apoio tecnológico, instituições de ensino e pesquisa [...]).

Apesar das dificuldades, o Brasil possui condições para o desenvolvimento de indústrias do conhecimento (base produtiva, avanço do sistema acadêmico e infraestrutura urbana e serviços modernos). Há, no entanto, uma tendência de concentração de investimentos em áreas já desenvolvidas, o que gera mais concentração e desigualdade. Essa concentração prévia de base produtiva e de geração de inovações cria inércia locacional, que dificilmente é quebrada espontaneamente.

A lógica do mercado, por si só, não direcionará as organizações produtivas para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste se as melhores condições para produção do conhecimento e inovação tecnológica estão nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil. Se faz necessário o estabelecimento de políticas públicas que articulem os diversos atores (governos, empresas, universidades, centros tecnológicos) para que cada região crie condições específicas e únicas de atração, criação e difusão de conhecimentos. Essa articulação não deve buscar apenas os resultados de curto prazo, desprovidos de compromissos efetivos com a sociedade local. É necessário que haja o enraizamento dos envolvidos, quer seja pelo compromisso social, quer seja pela vantagem única existente em determinada região (conhecimento tácito, de difícil apropriação externa).

As transformações tecnológicas criam janelas locais que podem ter melhor aproveitamento (desconcentração da produção e da inovação) com maiores investimentos em infraestrutura, educação de base, tecnológica e universitária (com foco na pesquisa). Tais ações criariam condições de atração e fixação de indústrias do conhecimento, focadas na inovação e no enraizamento com os fatores locais (aproveitamento do conhecimento tácito). O desenvolvimento regional seria consequência de tal processo que se retroalimentaria, criando um ciclo virtuoso de conhecimento, inovação, competitividade e desenvolvimento.

2.1.4 Capital humano, conhecimento e educação formal

A educação formal, em suas diversas configurações, busca a formação de alunos para diversos fins, sendo o foco no mercado de trabalho o seu maior destaque. Para Oliveira (2005), a educação forma de acordo com a realidade social e política. Pode-se preparar o indivíduo para atender a certas necessidades consideradas prioritárias por um grupo qualquer ou pelo estado, de acordo com a

ideologia política. No século XX, mas designadamente nas últimas décadas, a população mundial passou por um acelerado processo de alterações. As inovações que ocorreram na tecnologia determinaram modificações nas organizações, apontando as mudanças que viriam a ocorrer em formas de empregos e na qualificação profissional.

Lucena (2004, p. 186), lembra-nos que:

Na segunda metade do século XIX o incremento da tecnologia e as transformações das exigências do e para o trabalho que ocorreram com a Segunda Revolução Industrial levaram boa parte dos trabalhadores ao desemprego estrutural. Para o autor a experiência acumulada com as máquinas simples, típicas da Primeira Revolução Industrial, relacionada ao avanço científico, possibilitou o aperfeiçoamento destas e provocou transformações no processo de produção.

Seguindo a concepção de Lucena (2004), a tecnologia, ao transformar as combinações sociais do processo de trabalho, produz outros ajustes nos movimentos básicos que compõe o processo de produção. A educação do trabalho surge com base na convergência da recapacitação relacionada aos interesses do capital, e permanece quase cem anos após.

Schultz (1973) relata ter percebido claramente, que nos Estados Unidos, muitas pessoas estão investindo fortemente em si mesmas, como ativos humanos. Estes investimentos estão estabelecendo uma penetrante influência sobre o desenvolvimento econômico; permanecendo a educação como o investimento básico no capital humano. O autor ainda afirma que instrução e o avanço do conhecimento compõem importantes fontes de aumento econômico. Partindo do princípio de que tais fontes não são naturais, entende-se que estas são essencialmente, produzidas pelo homem, o que significa que envolve economias e aquisições.

Não é intenção deste estudo desprezar outras formas de construção de conhecimento, mas do ponto de vista da promoção do desenvolvimento econômico, a formação do capital humano a partir do investimento em educação formal é visto como a mais representativa iniciativa para a mudança de estruturas sociais e econômicas, muitas vezes, enraizadas em bases não sustentáveis. Neste sentido, é de fundamental importância a ação das autoridades públicas e das Universidades, conforme comenta Lins (2007, p. 15):

Consoante a essas estruturas de governança, principalmente no que tange à atuação de instituições públicas e privadas – de pesquisa, produção/transmissão de conhecimentos e de outras naturezas, essas favorecem respostas locais realmente sintonizadas com as mudanças nos mercados; ao intercâmbio sistêmico necessário à inovação, importante para a competitividade, representando tessitura “espessa” de vínculos colaborativos formais ou não; e à capacidade financeira capaz de estimular e sustentar iniciativas de geração endógena de inovações.

O investimento em educação formal não implica necessariamente na formação maciça em nível superior (FERRETTI, 1997). A formação superior é muito importante, essencial, principalmente quando se desdobra em pesquisa de alto nível, mas a formação técnica também pode se enquadrar como meio de difusão do conhecimento e de formação do capital humano. São muitos os benefícios diretos e indiretos advindos da produção e difusão do conhecimento e tais benefícios podem ser vetores de estímulo de novas tecnologias e formação de pessoas qualificadas para o mundo do trabalho. Essas pessoas devem ser formadas em áreas/setores que se alinhem as demandas dos setores produtivos do mercado, desde que estes estejam envolvidos em uma dinâmica focadas no desenvolvimento. Para Alves (2005) o estímulo ao desenvolvimento regional é permeado pelo aprendizado como sustentáculo para a inovação, que pressupõe ancoragem em uma infraestrutura técnico-científica e numa formação de mão de obras condizentes.

A formação de Capital Humano é fator essencial para a inovação e para o desenvolvimento de uma economia. No entanto, esta deve ser pensada em conjunto pelo poder público (que deve orientar as ações dentro de um planejamento focado no desenvolvimento), pelas instituições de ensino (que devem propor ações de formação, pesquisa, produção e difusão do conhecimento de acordo com as demandas das instituições) e das empresas (que devem ter suas ações planejadas visando sua viabilidade econômica, mas também o desenvolvimento da região onde se insere).

- Conhecimento, inovação e capital humano

É visível a relação entre economia do conhecimento (geração de conhecimento) e a capacidade de inovação. Correia e Gomes (2012) apontam quatro utilizações / consequências possíveis para o conhecimento: a) domínio da gestão do risco, através do maior controle das informações; b) redução dos custos;

c) capacidade de acrescentar valor e, finalmente, d) **criação de nova realidade, ou seja, da inovação**, inventando-se novos produtos, melhorando os existentes, e providenciando serviços diferentes.

A inovação passou a ser um dos principais indicadores da capacidade de geração de conhecimento e, por conta disso, passou a ser foco de uma série de ações e políticas governamentais direcionadas à formação e retenção do capital humano qualificado. Segundo Coral *et. al* – org. (2009), a inovação tornou-se a “religião” industrial no final do século XX e o mundo empresarial a vê como a chave para lucros e fatias de mercado crescentes. Os governos automaticamente a buscam quando tentam pôr ordem na economia. No mundo inteiro, a retórica da inovação substituiu a linguagem da economia do bem-estar do pós-guerra.

Na visão de Tidd *et. al* (2008), o estudo da relação entre tecnologia e crescimento não é algo novo, vários economistas clássicos estudaram essa relação, mas destaca-se o estudo que analisou o PIB *per capita*, os gastos em P&D como percentual do PIB e o número de patentes externas por bilhão de dólares exportado, resultando em uma relação positiva. Isso revela a importância da tecnologia para o crescimento, especialmente em atividades relacionadas à tecnologia de ponta. Assim ela é vista como uma fonte de competitividade estrutural para um país.

Mas a inovação tanto pode estar envolvida em uma estratégia macro de desenvolvimento de um país, quanto estar associada à questões locais, demandando iniciativas de agentes locais e de pequeno porte. Para Tigre (2006) as mudanças em um paradigma técnico-econômico envolvem inovações não apenas na tecnologia como também no tecido social e econômico no qual elas estão inseridas. Para o autor, tais evoluções não ocorrem com frequência, mas sua influência é pervasiva e duradoura.

2.2 INOVAÇÃO COMO FATOR INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento econômico, segundo Schumpeter, está diretamente associado à noção de crescimento, uma vez que a dinamização da economia a partir do investimento em tecnologia e produtividade seria capaz de gerar efeito encadeador nos indicadores de emprego e, conseqüentemente nos níveis de renda de uma determinada população. Para Possas (1987) a representação clássica do fluxo circular gera uma ensimesmação do ciclo econômico, inibindo o

desenvolvimento e tendendo à uma condição de entropia. Esse fluxo é descrito como um sistema circular em equilíbrio, com lucros normais, sem inovação tecnológicas e com processos de produção rotineiros. Trata-se de uma condição que, endogenamente, não apresenta perspectiva de mudanças, segundo Shcumpeter (1997, p. 27-29):

Se considerarmos as pessoas como consumidores dessas outras coisas, podemos ver mais claramente o rumo tomado pelos bens individuais no fluxo circular [...] Do fato de que todos os bem se encontram um mercado, segue-se novamente que o fluxo circular da vida econômica é fechado, em outras palavras, que os vendedores de todas as mercadorias aparecem novamente como compradores em medida suficiente para adquirir os bens que manterão seu consumo e seu equipamento produtivo no período econômico seguinte e no nível obtido até então, e vice-versa. As famílias e as empresas tomadas individualmente agem, então, de acordo com elementos empiricamente dados e de uma maneira também empiricamente determinada. Obviamente, isso não significa que não possa haver alguma mudança em sua atividade econômica. Os dados podem mudar e todos agirão de acordo com essa mudança, logo que for percebida. Mas todos se apegarão o mais firmemente possível aos métodos econômicos habituais e somente se submeterão à pressão das circunstâncias se for necessário. Assim, o sistema econômico não se modificará arbitrariamente por iniciativa própria, mas estará sempre vinculado ao estado precedente dos negócios.

Na concepção shcumpeteriana, as relações entre variáveis são determinadas pelo crescimento demográfico. Há uma ajuste nas quantidades ofertadas e demandadas feito por consumidores e fornecedores e a renda é distribuída pelo valor de mercado da produtividade marginal dos fatores. Segundo Souza (2012), o equilíbrio ocorre com pleno emprego nos mercados de bens de trabalho e de capitais. Nessa situação, o caminho de crescimento equilibrado implica que o nível da acumulação de capital e da expansão da renda fica determinado por pequenas variações da força de trabalho. O nível de poupança e a consequente disponibilidade para investimentos crescem de forma marginal, no ritmo da expansão demográfica e, conseqüentemente, há menor disponibilidade para investimentos. Ainda segundo Souza (2012, p. 128), “o investimento é apenas suficiente para manter o produto no nível do crescimento demográfico. A produção *per capita* e os níveis de bem-estar são os mesmos de um ano para outro; não há, portanto, alteração das estruturas nem dos canais de rotina”.

O desenvolvimento econômico é bastante diferente da noção de crescimento econômico, caracterizado como crescimento da população e da riqueza. O desenvolvimento, assume outra configuração. Segundo Schumpeter (1997, p. 75):

O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. Nossa teoria do desenvolvimento não é nada mais que um modo de tratar esse fenômeno e os processos a ele inerentes.

Desta forma, são as mudanças revolucionárias as grandes impulsionadoras do processo de desenvolvimento de uma economia. O papel da inovação fica evidente e no desempenho desse papel a oferta se torna preponderante em relação à demanda. Para Schumpeter (1997, p. 75) “essas mudanças espontâneas e descontínuas no canal do fluxo circular e essas perturbações do centro do equilíbrio aparecem na esfera da via industrial e comercial, não na esfera das necessidades dos consumidores de produtos finais”. Esse é, inclusive, um dos pontos críticos às proposições do autor para o desenvolvimento ou para sua plena aplicação à questões contemporâneas. Entende-se que muitas das inovações podem ter sua origem atreladas à demandas. O surgimento e a abertura de novos mercados podem ser fatores impulsionadores de desenvolvimento e, segundo Souza (2012) tal aspecto do desenvolvimento pode ser explicado ou complementado pela *teoria da base exportadora*, com a criação de economias de escala em firmas exportadoras e nas atividades induzidas.

Voltando à ênfase dada por Schumpeter (1997) no papel dos “produtores” para as mudanças relevantes e da inovação ou “novas combinações produtivas” para o processo de desenvolvimento, entende-se que o surgimento dessas novas combinações ocorrem de modo irreversível e descontínuo. Souza (2012) afirma que as novas combinações de meios produtivos precisam ser descontínuas e significativas para gerar desequilíbrios no sentido ascensional”. Ainda segundo o autor, essas novas combinações se caracterizam pela destruição de modelos anteriores em um mundo não concorrencial (novas firmas podem significar o fechamento das antigas e de outra parte as novas combinações deslocam fatores de atividade menos produtivas). Ocorre, então, um processo de filtragem em benefício

de atividades mais eficientes e mais lucrativas. Essa “destruição criativa”, fruto de inovações de ruptura, apresentam consequências nas esferas econômica, empresarial e social. Para Schumpeter (1997, p. 152):

O empresário bem-sucedido ascende socialmente e, com ele, a sua família, que adquire, a partir dos frutos de seu sucesso, uma posição que não depende imediatamente de sua conduta pessoal. Esse representa o fator mais importante de ascensão na escala social, no mundo capitalista. Como isso ocorre com a destruição pela concorrência de negócios antigos e, portanto, das vidas deles dependentes, sempre corresponde a um processo de declínio, perda de prestígio, de eliminação. Esse destino também ameaça o empresário cujos poderes estejam em declínio, ou os seus herdeiros, que receberam sua riqueza sem sua habilidade.

Apesar de admitir que novas combinações (inovações) podem surgir de pequenas mudanças, ajustes contínuos ou de combinações antigas, o autor limita tais inovações (incrementais) à promotoras do crescimento econômico, e não do desenvolvimento. Para Schumpeter (1997, p. 76) “na medida em que não for este o caso, e em que as novas combinações aparecem descontinuamente, então surge o fenômeno que caracteriza o desenvolvimento”. Como exemplo das fontes de inovações, ou “novas combinações”, nas palavras do autor, são apontados:

1) Introdução de um novo bem — ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados — ou de uma nova qualidade de um bem. 2) Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria. 3) Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes, quer não. 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada. 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio. (SCHUMPETER, 1997, p.76).

Surge como essencial no processo de introdução de inovações e no conseqüente desenvolvimento a figura do empresário (líder ou empreendedor). Sem a inovação (novas combinações) a economia apresentaria apenas crescimento

demográfico e o empresário inovador, buscando maiores ganhos, é capaz de promover o desenvolvimento econômico. Esse agente realiza as novas combinações através da reunião de cientistas, técnicos e capitalistas. Cabe ao empresário a função de viabilizar, de transformar em negócios as inovações e, segundo Schumpeter (1997) o risco da inovação e/ou do novo empreendimento é assumido por quem concede o crédito. Desta forma, a característica de liderança se destaca no processo de inovação. Para Souza (2012, p. 130) “ a função primordial do empresário não é descobrir inovações, mas adota-las; enquanto elas não forem postas em prática, permanecem irrelevantes”. O empresário deve utilizar essa liderança tanto no convencimento de capitalistas (no aporte de recursos) como na influência que deve exercer em outros empresários e/ou capitalistas na busca/adoção de inovações. Destaca-se aqui, que na visão Schumpeteriana, a liderança referida não é focada no carisma ou em traços meramente pessoais (como no caso de políticos), apesar de não despreza-los. A liderança é a capacidade de se fazer seguir e de servir como exemplo para outros agentes econômicos e sociais:

O ‘peso pessoal’, por certo, não é desprovido de importância. No entanto, a personalidade do empresário capitalista não precisa corresponder, e geralmente não corresponde, à ideia da maioria de nós sobre como parecer um “líder” tanto assim que há alguma dificuldade na constatação de quem entra na categoria sociológica de líder. Ele ‘conduz’ os meios de produção para novos canais. Mas não faz isso convencendo as pessoas da conveniência da realização de seu plano ou criando confiança em sua liderança à maneira de um líder político — o único homem a quem tem que convencer ou impressionar é o banqueiro que deve financiá-lo — mas comprando-as ou comprando os seus serviços e então usando-os como achar adequado. Também lidera no sentido em que arrasta ao seu ramo outros produtores atrás de si. (SCHUMPETER, 1997, p.95).

Em seu modelo de desenvolvimento, Schumpeter indicava três elementos fundamentais: o agente que propunha novas combinações (inovador), o líder (empreendedor, empresário) e o capitalista (que provinha os recursos para o empreendimento, em troca da remuneração adequada do capital investido). Os três elementos são fundamentais e destacam, além da figura do empreendedor, a importância do crédito e das condições para geração de inovação. O modelo evolucionário proposto assume como uma de suas características a formação de

novas indústrias. Os investimentos em inovação possuem motivação técnica e financeira sendo o empresário motivado pela busca do lucro.

Atualmente, a difusão tecnológica é essencial no processo de inovação e os investimentos em pesquisa (básica e aplicada) são essenciais. Grandes corporações fazem destacados investimento em pesquisa e esses investimentos são alimentados ou retroalimentados pelos resultados financeiros da introdução (crescimento e maturação) de inovações anteriores.

A teoria schumpeteriana do desenvolvimento considera o processo de mudança técnica como o elemento fundamental da dinâmica econômica. As invenções ocorrem fortuitamente ou são provocadas por investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Aqueles que não possuem estrutura própria para pesquisa ou capital para tal investimento, recorrem ao sistema bancário. Essa lógica, no entanto, assume maior complexidade quando se projeta países em desenvolvimento e empreendedores com dificuldades de acesso ao crédito. Sobre tal tema, surge a crítica que a abordagem de Schumpeter para o desenvolvimento econômico (como concebida por ele) é aplicável apenas em economias desenvolvidas, que possuem instituições eficientes (principalmente as bancárias). Souza (2012, p. 139) afirma que nos países desenvolvidos “há um clima favorável às mudanças e a busca do lucro capitalista é o objetivo predominantes. Nos países subdesenvolvidos, essas condições nem sempre se verificam”. Há, portanto, uma necessidade de adaptações no modelo analisado para a promoção do desenvolvimento econômico em economias subdesenvolvidas. A principal adaptação é o reconhecimento da importância de uma forte atuação governamental como “estopim” e regulador do processo.

Os países desenvolvidos geram sua própria tecnologia, que é apropriada pelas empresas, ocasionando os produtos e processos mais avançados e eficiente. Os países subdesenvolvidos, no entanto, importam suas inovações. Para Souza (2012, p. 140),

Diante dessa deficiência, a ação governamental é muito importante para promover a aplicação de técnicas já conhecidas no exterior e para captar recursos para investimentos, como faz o banqueiro Schumpeteriano. Além dos bancos internacionais de fomento, a maioria dos países em desenvolvimento fundou seus próprios bancos para financiar projetos de longo prazo. No Brasil, foi o caso do BNDES e dos bancos regionais e estaduais, geralmente usados para repasse de recursos internacionais ou federais.

Ao se pensar em longo prazo, não se deve conceber apenas em modelos que visem o financiamento da importação de recursos e inovações dos países desenvolvidos, se o objetivo for o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, o investimento em pesquisa, ciência e tecnologia visando o desenvolvimento de inovações radicais próprias é essencial para o desenvolvimento de países subdesenvolvidos. No entanto, o custo empresarial nessas economias, tendo o Brasil por exemplo, é elevado e o valor destinado à ciência e tecnologia é baixo, o que gera inovações em pequena escala. No modelo de Schumpeter (1997, p. 75), a escala é essencial pois a perturbação do fluxo circular precisa ser substancial. É necessário, então, que se produza inovações em grande escala tanto sob o ponto de vista quantitativo quanto qualitativo.

O desenvolvimento econômico, segundo Schumpeter (1997, p. 75), é consequência da atuação empresarial inovadora, da sua disseminação entre os demais agentes, da dinamização da atividade econômica e dos seus impactos na sociedade. A mudança evolucionária se dá pela ruptura dos paradigmas até então vigentes e pela implementação de novos paradigmas. A mobilização de agentes locais é essencial para a promoção do desenvolvimento regional. As inovações de ruptura são fruto de investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia e a atuação das Universidades é essencial na geração de tais inovações. Para a promoção do desenvolvimento econômico, pela lógica do modelo de Schumpeter, é preciso uma atuação conjunta a partir de um planejamento focado em financiamento da pesquisa científica e tecnológica (universidades, empresas, centros de pesquisa) para a produção de mudanças técnicas em grande escala e investimentos na atividade empreendedora. São elementos centrais dessa combinação os empresários, as universidades, os agentes financeiros e os governos.

É perceptível a relação de causalidade existente entre *inovação* e *desempenho econômico*. É através da inovação (fruto da geração de conhecimento) que se impulsiona a tecnologia, a redução de custos, a agregação de valores aos produtos e serviços e a consequente competitividade de uma economia. Obviamente, há a questão atrelada à ocupação dos postos de trabalho, o que pode remeter ao clássico dilema existente entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico. Não é intenção deste texto abordar / debater esse dilema mas, por questão de coerência, é exposto aqui o conceito de desenvolvimento considerado válido na análise proposta. Segundo Bresser-Pereira

(2006, p. 6), “o desenvolvimento econômico é um processo de aumento do capital humano, ou seja, dos níveis de educação, saúde e competência técnica dos trabalhadores, e da transferência dessa força de trabalho para setores com maior conteúdo tecnológico que implicam em salários mais elevados”.

A inovação deve, portanto, potencializar a tecnologia sem gerar o desemprego como contrapartida. O desenvolvimento tecnológico deve ser capaz de irradiar seus benefícios entre as diversas organizações envolvidas em uma cadeia, de forma que seus resultados não sejam o mero crescimento de uma economia. Para Diniz, Santos e Crocco (2006, p. 87),

Em uma sociedade crescentemente dominada pelo conhecimento, as vantagens comparativas estáticas ou ricardianas, baseadas em recursos naturais, perdem importância relativa e ganham destaque as vantagens construídas e criadas, cuja base está exatamente na capacidade diferenciada de gerar conhecimento e inovação. Em uma sociedade informacional, torna-se cada vez mais difícil, para as empresas ou agentes produtivos, reter a exclusividade dos conhecimentos técnicos. A generalização desses os transformou em ubiquidades, as quais destroem as vantagens comparativas diferenciadas e pré-estabelecidas e, portanto, a capacidade de competição. A manutenção desta exige novas etapas de conhecimento e de capacitação, realimentando o processo inovativo.

A inovação focada no desenvolvimento não deve ser, portanto, um fenômeno aleatório e sim fruto de políticas que foquem a interação entre organizações, governos, instituições de pesquisa e a sociedade em geral. O desenvolvimento na economia do conhecimento só se torna possível quando é objeto de ações que considerem os efeitos irradiadores da inovação na esfera local.

2.3 ASPECTOS ECONÔMICOS DA CENTRALIDADE, RELAÇÕES INTERURBANAS E ATRATIVIDADE LOCACIONAL

A concepção da atividade econômica como impulsionadora do desenvolvimento regional é amplamente aceita tanto no meio acadêmico, quanto na elaboração de planos e projetos focados em análises regionais. As principais influências teóricas para a presente tese, principalmente tratando sobre a localização (e concentração) de atividades empresariais (notadamente a indústria) e dos aspectos econômicos da centralidade estão expressas a seguir. Estas não são apresentadas em ordem cronológica ou geográfica (em relação à produção dos autores) e sim organizadas por tipo de contribuição para o presente estudo.

Francois Perroux foi e é considerado um dos mais influentes autores na área dos estudos locacionais com vistas ao desenvolvimento econômico e regional. A *Teoria dos Polos de Crescimento* busca analisar a relação entre a aglomeração industrial em uma região, dinamizada por uma indústria chave ou motriz, e os efeitos dinamizadores dessa aglomeração em uma região (crescimento e desenvolvimento econômico). Para Perroux (1977, p. 158):

[...] o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia.

Se o crescimento, segundo o autor, encontra melhor ambiência para ocorrer em alguns lugares em detrimento de outros, infere-se que as regiões “contempladas” apresentam fatores naturais ou implantados com capacidade de atrair empreendimentos capazes de promover o crescimento. Souza (2012) afirma que os polos de crescimento demandam as seguintes condições para existirem: a) surgem em torno de aglomeração urbana importante; b) surgem ao longo de fontes de matérias-primas; c) ocorrem em locais de passagem de fluxos comerciais significativos e em torno de grandes áreas agrícolas. Para o autor, a forte identificação geográfica é outra condição essencial para a caracterização de um polo de crescimento.

Outro fator essencial para a caracterização de um polo é a existência de indústrias motrizes capazes de liderarem os complexos industriais. Souza (2012, p. 181) assim caracteriza a relação entre polos de crescimento e indústrias motrizes:

O polo de crescimento tem uma forte identificação geográfica, porque ele é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, que são liderados por indústrias motrizes. Um complexo industrial é um conjunto de atividades ligadas por relação de insumo-produto. Ele se torna polo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes; e ele se tornará um polo de desenvolvimento quando provocar transformações estruturais e expandir o produto e o emprego no meio em que está inserido.

A indústria motriz apresenta as seguintes características: a) crescimento superior à média da indústria nacional; b) possui ligações locais de insumo-produto; c) apresenta-se como atividade inovadora ; d) possui grande poder de mercado, influenciando preços de produto e insumos e, conseqüentemente, o crescimento das

atividades satélites ligadas à ela; e) produz geralmente para o mercado nacional, podendo produzir para o mercado externo (SOUZA, 2012).

Se para Perroux (1977) o crescimento é localizado, forçosamente desequilibrado e caracterizado pela interdependência técnica, a intensidade variável dos efeitos de sua implementação se manifestam na economia de formas positivas e negativas. Partindo do pressuposto de que a inserção de uma nova atividade em um sistema econômico gera efeitos de instabilidade, tais efeitos são concentrados nos sistemas econômicos regionais. Souza (2005) atribui os efeitos positivos (propulsores) ao encadeamento da produção e do emprego sobre as atividades interligadas na região das indústrias motrizes e nas regiões vizinhas. As inovações tecnológicas trazidas pelas indústrias-motrizes geram expansão da produção com efeitos de redução de preços nas regiões vizinhas, afetando de forma benéfica a relação insumo-produto. Do ponto de vista negativo, os efeitos correspondem à elevação de preços advinda da elevação da demanda por novos fatores (fruto do processo de adoção de novas técnicas). Para o autor, haveria um processo de *destruição criadora* nas regiões periféricas, pois a inovação tecnológica forçada (das indústrias satélites, para acompanhar as indústrias motrizes) demandaria recursos financeiros e crédito bancário, diminuindo a oferta de recursos para outras áreas.

O polo urbano/industrial se caracterizará como de desenvolvimento regional se os efeitos positivos (propulsores) foram mais expressivos que os efeitos negativos. Caso os efeitos negativos sejam mais expressivos, a indústria-motriz se constituirá em um enclave para a região em que está inserida. Para Souza (2005, p. 95), “à medida que uma região tiver sucesso na neutralização de parte dos efeitos regressivos e internalizar, de alguma forma, os efeitos propulsores provenientes de outras áreas, ela estará passando por um processo de desenvolvimento acumulativo”. Sobre os efeitos das indústrias-motrizes, Perroux (1977, p. 265) afirmou que :

As indústrias motrizes pela dimensão e natureza dos fluxos e pela inovação, mesmo quando desde há muito aclimatadas, podem exercer efeitos de expansão através da compra de inputs, vendas de outputs e investimento. Entre a indústria aclimatada e a nova indústria, situa-se toda a categoria intermediária das indústrias que se renovam, isto é, que se modernizam adaptando-se às condições transformadas e técnicas de procura.

Aliado ao entendimento de polo de crescimento/desenvolvimento, destaca-se o conceito de *espaço econômico*, bastante diferente do *espaço geográfico*. Enquanto este se limita à fronteiras naturais, aquele está atrelado às relações interdependentes (relações entre elementos econômicos). A visão abstrata de espaço, caracterizado pela heterogeneidade, interdependência e complementaridade é essencial para o entendimento sobre as características de um polo de crescimento. Para Mendes (2008), os espaços econômicos são definidos por Perroux como relações econômicas estabelecidas entre elementos econômicos e são vistos sobre três perspectivas:

- a) Conteúdo de um plano: possui dimensão local, pois refere-se ao espaço físico da ocorrência das relações entre os agentes econômicos ;
- b) Campo de forças: basicamente é a área de influência econômica das empresas que, a depender das condições de suas atuações, podem atrair ou repelir elementos econômicos;
- c) Conjunto homogêneo: basicamente indicam as relações entre unidades (e suas estruturas), que independente da proximidade (ou não) física, apresentam condições semelhantes por compartilharem estruturas semelhantes .

Os distritos industriais, originalmente propostos por **Marshall** são concebidos dentro de um pressuposto de questionamento do modelo produtivo fordista até então vigente e questionando o paradigma de organização industrial postulado pelos autores considerados clássicos. Para o autor, além do modelo verticalizado de produção, a divisão de atividades de um mesmo processo produtivo em pequenas fábricas (desde que haja densidade / volume na produção a ponto de suplantarem as desvantagens de não ter grande escala) aglomeradas em um espaço territorial delimitado, tem vasto potencial para gerar desenvolvimento para uma região, tanto através das atividades ligadas diretamente aos processos produtivos centrais, quanto das atividades decorrentes de indústrias auxiliares.

Marshall (1996), em seu modelo de concentração industrial sugeriu que a uma “atmosfera industrial favorável” poderia ser gerada como consequência dos processos de concentração local de conhecimentos, habilidades e know-how. As ideias, originalmente propostas por Marshall em 1890 tiveram prosseguimento através de outros autores, destacando-se Giacomo Beccantini (2002) que aplicou a

concepção dos distritos industriais à alguns setores específicos da economia italiana⁵.

Albert Hirschman, teve em estudos realizados na América Latina (notadamente na Colômbia na década de 1950) a base para suas proposições para o desenvolvimento regional. O autor em questão tinha fortes conexões profissionais com entidades governamentais, atuando como consultor, e com o Banco Mundial. Para Bianchi (2007), Hirschman considerava que o problema fundamental do desenvolvimento consistia em gerar e canalizar energias humanas na direção desejada e propunha projetos de desenvolvimento regional a partir do “encadeamento para trás” das atividades industriais⁶.

Segundo Bianchi (2007, p. 135):

A ideia de que o desenvolvimento industrial deveria (e, de fato, iria) proceder amplamente por meio de encadeamentos para trás era revolucionária, na época, pois implicava que um país que quisesse industrializar-se não deveria fazer as coisas de forma convencional. Ao contrário, o desenvolvimento industrial encontrava seu caminho nos “últimos toques” à indústria intermediária e básica.

Por esta concepção o crescimento das atividades das indústrias consideradas líderes seria capaz de alavancar os demais setores econômicos a elas interligados

Em uma abordagem mais contemporânea, sob o aspecto cronológico, **Michael Porter** coloca, mais uma vez, a atividade industrial em evidência e analisa os condicionantes de suas operações como influenciadores da vantagem competitiva dos próprios setores industriais e, conseqüentemente, dos locais onde estes se localizam. Para Porter (1989) dois fatores devem ser levados em conta na escolha da estratégia competitiva: a atratividade da indústria e os fatores determinantes de competitividade dentro dela. O autor considera que as indústrias se constituem em relevantes fatores de competitividade dos países, negando o antigo modelo que postulava que as vantagens competitivas eram oriundas das

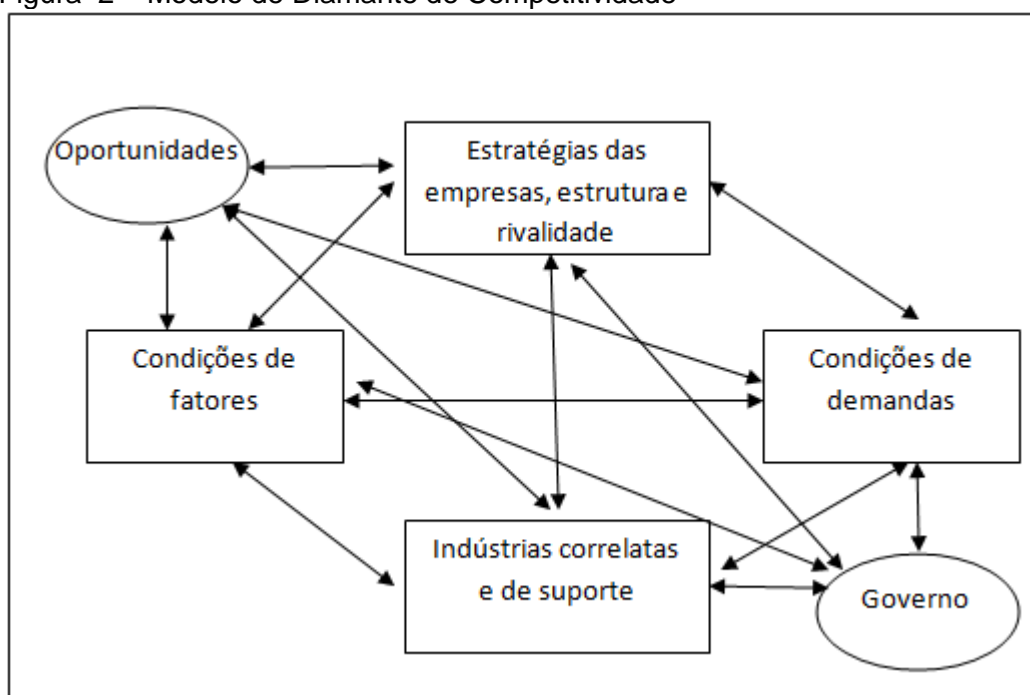
⁵ Para o autor Beccantini (2002), diversas empresas de grande porte passaram por dificuldades competitivas na década de 1970. Paradoxalmente à essa situação, um conjunto de empresas de menor porte mostravam um crescimento acima da média para o atual momento econômico. Eram empresas territorialmente concentradas, atuantes nos seguintes segmentos: têxtil, cerâmica, móveis e calçados. Todas se caracterizavam como inovadoras e interligadas, dentro de seus setores, através de *clusters*.

⁶ Segundo a autora, “encadeamento para trás” correspondia ao envio de estímulos para os setores que forneciam os insumos requeridos por uma atividade qualquer, já o “encadeamento para frente” induziam o estabelecimento de novas atividades que utilizavam o produto da atividade proposta.

condições e riquezas naturais dos diversos países. Tal modelo foi questionado pois, segundo o autor, vários países possuem o mesmo nível de riquezas naturais e apresentam diferentes situações ou graus de competitividade internacional. A forma como a sociedade e a economia são organizadas (ação governamental, existência de cadeias produtivas estruturadas, fornecimento de insumos de qualidade, infraestrutura física e capacitação do capital humano) são os fatores essenciais para a competitividade de um país ou região.

Porter (1989) ainda postula que os países com maiores indicadores de competitividade apresentam como aspecto econômico central a existência de agrupamentos industriais especializados que se desdobram em atividades secundárias, localizados em cidades ou regiões específicas que se tornam ambientes favoráveis para a competição e para o fluxo de informações. Tais “condições ideais” para o estabelecimento de vantagens competitivas em um processo onde indústrias e regiões beneficiam-se conjuntamente são representadas no “Modelo Diamante de Competitividade” expresso na Figura 2 a seguir:

Figura 2 – Modelo de Diamante de Competitividade



Fonte: Porter (1989).

O “Diamante de Competitividade” compõe um modelo dinâmico onde os fatores se retroalimentam e cada um deles, atuando de forma isolada ou conjuntamente, criam as condições ideais para a competitividade das indústrias em

uma determinada região. Tal modelo é também fortemente ligado ao fator inovação. Quando a dinâmica do mesmo ocorre de forma plena, há um encadeamento de fatores que leva à constante evolução da indústria (ou indústrias) envolvidas. Deve-se evitar, no entanto, a tendência “natural” à acomodação fruto dos resultados positivos alcançados pois, caso a mesma ocorra, o “diamante” se quebra e a vantagem competitiva é perdida.

Sob o ponto de vista das concepções econômicas para o desenvolvimento econômico regional tendo por base a centralidade econômica, há duas abordagens distintas e complementares: mercados consumidores distribuídos em extremidades (punctiformes), sendo a localização das matérias-primas determinante na localização; e consumidores dispersos em aglomerações e posteriores desaglomerações. Para Souza e Cidade (2010), no campo da Geografia Quantitativa, a centralidade tende a ocorrer onde há maior variedade na oferta de bens e serviços, em uma estrutura urbana delimitada a partir de hierarquias inter e intra urbanas. Dessa forma, as novas centralidades surgem por meio do atendimento de demandas locais, já que a centralidade principal atende a demandas regionais ou nacionais. Nesta seção, buscou-se sumarizar as principais contribuições teóricas deste campo de abordagem:

A Teoria da Posição Industrial, de **Alfred Weber**, se expressa de forma básica na seguinte expressão algébrica: “ $CT_{ai} = f(Ct, Cp)$ ” (onde: CT_{ai} = custo total da atividade industrial, Ct = soma dos custos de transporte e Cp = soma dos custos do processo industrial beneficiamento e transformação). Para o autor, a localização de uma indústria é determinada pelos custos de transporte e os custos do processo industrial, prioritariamente mão de obra e energia. Se os custos de transporte forem maiores, as variações geográficas (e suas implicações no transporte) determinarão a localização da indústria. Várias indústrias optam por se estabelecer em locais próximos às suas fontes de matéria prima (fábricas de cerveja, por exemplo). Se os custos de produção forem maiores, a localização da indústria será orientada pelas variações nos custos do processo industrial. Para ilustrar tal situação, sugere-se o caso das indústrias calçadistas que migraram do Sudeste para o Nordeste em busca de custos menores de mão de obra e relações sindicais menos “hostis”. Se os custos se equivalerem (transportes e custos do processo industrial), a localização da indústria obedecerá critérios definidos por outros custos não

contemplados nesses fatores (tributação, por exemplo). Weber estabelece cinco tipos de orientações locais para indústrias:

- a) Orientação para as matérias primas – os materiais podem ser considerados *Ubíquos* (materiais que podem ser encontrados em qualquer parte de certas regiões e que possuem o preço de venda muito superior ao custo), *materiais puros* (incorporam todo seu peso ao produto) e *materiais brutos* (que perdem peso ao longo do processo de transporte).
- b) Orientação para o mercado – a empresa deve se localizar em um local em que os custos dos *outputs* não inviabilize sua lucratividade. Deve ser um ponto ótimo entre a localização da matéria prima, da mão de obra e do mercado consumidor (triângulo peso de Weber).
- c) Orientação para a mão de obra – em alguns tipos de indústria, principalmente as que necessitam de mão de obra com qualificação específica, a localização deve ser em função da facilidade em encontrar tal mão de obra . Se houver pouca mão de obra qualificada a empresa vai despende recursos tanto para qualificar, quanto para atrair e reter trabalhadores.
- d) Orientação para a energia – ligada aos custos da obtenção da energia necessária ao processo produtivo.
- e) Orientação ubíqua – quando as margens de lucro são tal elevadas que os fatores locais perdem relevância .

Weber ainda apresenta o conceito das *Isopadanas* com o objetivo de analisar situações em que empresas se desviam do ponto onde podem obter os custos mínimos de transportes. Para o autor, a Isopadana Crítica ocorre quando o acréscimo de custo de transporte igual à redução de custos de produção proporcionada pela localização alternativa em análise. Em outras palavras, é um modelo de análise a ser utilizado quando uma indústria possui alternativas de mudar sua localização em função de outros fatores diferentes do custo do transporte. O pressuposto é que há um ponto crítico (Isopadana Crítica) que estabelece a relação custo / benefício de uma mudança locacional (até que ponto vale a pena abrir mão da redução do custo de transporte para aproveitar benefícios com a redução de custos em outros

fatores ?). Obviamente, a composição de tais custos – principalmente por conta do fator tecnologia, pode variar consideravelmente mesmo em indústrias semelhantes e a análise, tendo por base, tal modelo pode encontrar algumas limitações.

Richard Cantillon, notadamente em seu estudo denominado *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*, fez significativas contribuições para o campo de estudo. Autores como Jevons, Schumpeter e Robbins atribuíram grande importância ao “Sistema de Cantillon” como elemento explicativo da análise econômica política e regional. Sobre isso, Coutinho (2005, p. 98) afirma que:

Nesse aspecto, cabe no mínimo reconhecer que o *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral* é uma obra única, ao dedicar os seis capítulos iniciais ao tema da localização das pessoas e das atividades agrícolas, bem como à constituição do espaço urbano. Adicionando-se à evidência dos capítulos iniciais as abundantes referências a custo de transporte, sempre mescladas às proposições sobre a circulação e espalhadas nas três partes da obra, torna-se quase obrigatório indagar se o peso da geografia econômica não se deve fazer sentir nos diversos segmentos do sistema teórico de Cantillon, inclusive em seus pontos altos, quais sejam: _ a teoria do valor e do capital; _ a análise da circulação monetária; _ a visão de estrutura social.

O *Sistema Cantillon* preconizava uma espécie de *hierarquia de cidades* ou *hierarquia urbana*. Tal hierarquia estava ligada ao conjunto de decisões econômicas adotadas por seus proprietários. Para o autor, toda a organização mundial estava subordinada à terra e as classes sociais se dividiam entre *Trabalhadores*, *Proprietários Fundiários* e os *Arrendatários Capitalistas*. Nota, neste aspecto, forte ligação com a *Teoria da Renda da Terra*, de David Ricardo.

Nota-se que, nesse tipo de constructo social, mesmo a atividade capitalista comercial era determinada pela produtividade da terra e a organização social era determinada pela organização do espaço. A hierarquia de cidades ou espacial (aldeias / burgos / cidades / capitais) fazia parte do conceito de *Economia de Aglomeração* ou *Economia de Escala*, em que o produto da atividade rural era comercializado primeiramente nos burgos. Comerciantes levavam tais mercadorias às cidades e, das cidades, as mercadorias chegavam às capitais (onde as classes dominantes viviam). Os trabalhadores rurais deveriam morar nas vilas, próximos ao local de produção. O custo do transporte era fator estratégico na determinação do

espaço, uma vez que os pequenos produtores rurais não podiam arcar com os custos de levar suas mercadorias, por exemplo, até as capitais.

A grande contribuição de *Cantillon* foi a concepção de um modelo que envolve *estrutura social, produção e circulação*. Sobre esse último aspecto, a circulação, cabe acrescentar o elemento monetário, uma vez que a troca de mercadorias por outras mercadorias ou serviços atendia apenas uma parte das necessidades, principalmente dos proprietários da terra e dos moradores das grandes cidades e das capitais. A moeda, para *Cantillon* era uma parte da renda da terra.

O sistema *Cantillon*, sob a perspectiva de uma economia fechada, tendia ao equilíbrio e ao auto ajuste, porém quando a economia se relacionava com outras estruturas de custos e outros sistemas monetários, o domínio técnico do elemento *transporte* (principalmente o marítimo) assegurava vantagens para seu detentor e, conseqüente desequilíbrio. Fatores culturais também estavam entre as causas de desequilíbrios. Para Coutinho (2005) o desequilíbrio é gerado quando os ricos adotam um padrão de consumo além da subsistência e pressionam a importação de bens de luxo. Há, portanto, um desequilíbrio na balança comercial.

Antes de iniciar os comentários sobre a obra de **Von Thunen** e suas contribuições para o entendimento do fenômeno econômico-espacial, é válido evidenciar as diferenças entre sua obra e a obra de *Cantillon*. Embora ambos considerem os custos do transporte e a movimentação de pessoas nos aglomerados urbanos, a ênfase de Von Thunen é nos custos do transporte, enquanto a de *Cantillon* é a localização e a movimentação das pessoas. Para Coutinho (2005, p. 103):

Note-se que, embora o argumento para desenhar o tecido de vilas e tratos agrícolas seja econômico, Cantillon não pode nesse particular ser considerado um legítimo antecessor de von Thünen, por duas razões. Em primeiro lugar, no “estado isolado”, Von Thünen pondera os custos de transporte das mercadorias, enquanto Cantillon tem em vista na localização das vilas o movimento das pessoas (os trabalhadores agrícolas e os arrendatários). Em segundo lugar, o modelo de von Thünen pressupõe núcleos urbanos já estabelecidos. No sistema de Cantillon, as vilas e os demais aglomerados urbanos vão-se estabelecendo de acordo com as decisões dos proprietários.

Assim como *Cantillon*, Von Thunen foi considerado gênio por suas contribuições à Economia Espacial. *A Teoria do Estado Isolado*, principal marco do seu trabalho, se baseava em 7 (sete) hipóteses e um modelo de localização

agrícola. Apesar de possuir vários pontos em comum, a principal diferença com as teorias de David Ricardo é a concepção da *distância crescente* e sua influência na renda. Ricardo preconizava a *renda decrescente*.

A seguir, descreve-se as hipóteses de Von Thunen, acrescidas de breves comentários: - Hipótese 1 – *Há uma cidade isolada em uma planície*. Modelo se baseia em uma situação ideal e uniforme para as cidades; - Hipótese 2 – *A planície é um espaço homogêneo de igual fertilidade*. Excluiu-se do modelo as desigualdades entre solos (diferente da teoria de Ricardo); - Hipótese 3 – *Custos de transporte são uniformes e proporcionais ao peso e à distância*. Excluiu-se da análise as diversas variáveis que influenciam no custo do transporte (condições de estrada, peculiaridade de carga, etc); - Hipótese 4 – *Campo fornece à cidade produtos alimentícios e recebe delas produtos manufaturados*; - Hipótese 5 – *Cada produto agrícola terá um só preço na cidade*. Exclui-se o fator especulação; - Hipótese 6 – *O mercado permite livre entrada de agricultores e o lucro econômico é nulo*; - Hipótese 7 – *Cultiva-se o solo que proporciona renda da terra mais elevada*.

Tais hipóteses são essenciais na construção dos conceitos de Renda Fundiária e de Renda de Situação. Este último, de forma resumida, dá ao custo de transporte um peso relevante na determinação da renda e preconiza que a renda será maior à medida que o lugar de produção estiver mais próximo ao mercado (diminuindo o custo de transporte). O mercado é concebido como centro de uma configuração, sendo que as culturas mais próximas permitem menor custo de transporte. Após a análise de fatores específicos de cada cultura, é possível determinar sua localização em relação ao mercado.

Entende-se que o modelo de Von Thunen constitui-se em obra de grande relevância na explicação da Economia Espacial. Para Fujita (2000, p. 5):

Thünen's model may now seem quite simple and obvious, but it actually embodies ingenious and profound analyses of the spatial economy (Fujita *et al.*, 1999, pp. 16–18). In particular, it is a striking example of the power of economic modelling to generate unexpected results.

Uma das principais contribuições do autor para os estudos regionais foi a *Teoria dos Lugares Centrais*, de **Walter Christaller**, que procura explicar o surgimento e desenvolvimento de cidades, a formação de redes de cidades e a

existência de hierarquias entre cidades. Christaller era geógrafo e buscou trabalhar a distribuição e dimensão de lugares centrais no espaço pressupondo leis geográficas.

A *Teoria dos Lugares Centrais* se desenvolve a partir dos seguintes pressupostos:

- a) A Função primordial das cidades é ser centro de serviços (bens e serviços);
- b) Produtores buscam a maximização dos lucros e os consumidores buscam a maximização da satisfação. Da equalização dessa suposta “relação contraditória” organiza-se os espaços das cidades;
- c) As cidades crescem por conta do desenvolvimento econômico e do aumento de renda dos seus cidadãos;
- d) Nem toda cidade tem vocação para ser lugar central;
- e) As áreas de mercado variam de acordo com o setor e se baseiam na economia de escala e na procura *per capita*, e
- f) Há uma relação direta entre o porte de uma cidade e o estabelecimento de uma determinada atividade econômica que ofereça determinado bem ou serviço.
- g) Cidadãos de cidades menores devem buscar *cidades centrais* para usufruir de determinados bens ou serviços (ex: medicina especializada, eventos culturais sofisticados) que “não cabem” em suas cidades (negócios não se sustentariam). (**Limite crítico da procura / bens centrais**).
- h) Nas cidades (menores) há um limite para o estabelecimento de determinados tipos de negócios (pizzaria, loja de informática). Tal limite se dá por conta de uma demanda limitada (que sustenta apenas um número X de estabelecimentos). (**Limiar da procura**).

Os pressupostos elencados acima explicam alguns conceitos importantes deste constructo teórico:

- a) Limiar da procura : demanda / procura mínima que garanta viabilidade de um empreendimento em um local.

- b) Alcance do bem / limite crítico da procura: distância máxima que os compradores estão dispostos a percorrer por um bem ou serviço.
- c) Bens Centrais : bens oferecidos em número restrito . Ofertados em lugares centrais para facilitar o acesso de compradores localizados em lugares periféricos.

Para Christaller, a *Hierarquia Urbana* se baseia ainda em três princípios:

- a) Princípio de mercado: Trata-se de um princípio que visa a otimização na determinação dos centros, uma vez que preconiza um limite mínimo de centros de uma determinada ordem subordinados a centros superiores;
- b) Minimização das distâncias: Não há sentido no deslocamento de um comprador para um centro mais distante se há a oferta do bem ou serviço em um centro próximo.
- c) Princípio administrativo: A região complementar de um centro deve pertencer a apenas um centro de ordem superior.

As contribuições de Christaller são de grande utilidade para o entendimento do ordenamento de cidades, da formação de regiões metropolitanas e do estabelecimento de empreendimentos em determinadas cidades ou regiões. Deve-se entender que o modelo teórico aqui estudado considera espaços isotrópicos e uniformidade na operacionalização dos deslocamentos.

No planejamento público, é relevante observar a aplicabilidade *Teoria dos Lugares Centrais* na determinação da oferta de serviços (saúde, educação) centralizados em cidades que polarizam toda uma região. No setor privado, observa-se de forma pragmática a aplicação do modelo por parte de grandes conglomerados e franquias, que condicionam a implantação de empreendimentos à características de porte, localização e nível de renda em uma determinada cidade.

A partir da sumarização teórica acima demonstrada, acredita-se em duas linhas de abordagens para sua aplicação : o entendimento da formação das cidades (olhar para dentro das cidades) e o entendimento das relações entre cidades e centros urbanos (concepções econômicas e geográficas quantitativas). Os capítulos 4 e 5 desta tese abordarão aspectos de Feira de Santana sob as duas perspectivas.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A construção da presente tese buscou seguir procedimentos que assegurassem sua validade e condições de contribuir para o campo do conhecimento em que se insere. Desta forma, buscou-se uma base teórica e metodológica capaz de instrumentalizar a pesquisa visando o alcance dos seus objetivos e o esclarecimento da problematização proposta.

O conceito de *Ciência* está intimamente ligado ao significado do *método*, uma vez que é o método que assegura credibilidade a um trabalho científico. Pode-se entender como ciência a busca pelo conhecimento sistematizado a cerca de um objeto ou fenômeno estudado. Para Kuhn (2005) a ciência não é uma aquisição estática e acumulativa e conhecimento e, sim, um processo de destruição e reconstrução. Neste sentido, Dias e Silva (2010, p. 4) afirmam que “o desenvolvimento do saber não se dá através de sobreposições de conhecimento, mas por revoluções científicas que ocorrem quando se tenta quebrar um modelo ou padrão aceito como paradigma”.

A construção da presente Tese buscou a resolução de uma questão central de pesquisa (problema). O problema em foco (influência dos fatores “inovação”, “capital e humano” e “atratividade para a localização empresarial” no desenvolvimento de Feira de Santana) é trabalhado a partir do embasamento teórico sobre cada um dos fatores destacados e é também desdobrado em outras questões de pesquisa.

Gary Laudan (2011) propôs ciência como relevante a partir do momento em que estabelece meios para a resolução de problemas. O autor (Laudan) recusou a ideia de que é racional adotar um programa de pesquisa degenerativo e postulou que cientistas podem racionalmente trabalhar em mais de uma tradição de pesquisa, desde que distingam entre a *aceitação* e a *busca* de uma tradição. Esta “oposição” de visões sobre o significado da ciência e seus métodos, a resolução de problemas (ou busca de respostas para os mesmos) é apontada como fator essencial na linha metodológica que tanto influencia as Ciências Sociais Aplicadas. Segundo Feijó (2003), a partir da análise do proposto por Laudan (2011), o progresso científico é trazido pela solução de problemas empíricos e conceituais e ocorre pela maximização dos problemas empíricos resolvidos, enquanto se minimiza a presença de anomalias e problemas conceituais. A relevância de uma teoria se dá a partir do momento em que esta oferece respostas a problemas significativos.

Segundo Demo (2000, p. 19),

[...] não é procedimento adequado a simples compilação de ideias das outras sem qualquer elaboração própria. Reconstruir conhecimento significa, portanto, pesquisa e elaborar, impreterivelmente. Pesquisa é entendida tanto como o procedimento de fabricação do conhecimento, quanto procedimento de aprendizagem, sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento.

Desta forma, uma pesquisa para ser considerada científica deve atentar para o método que segundo Prestes (2005, p.29) “é um conjunto de etapas, ordenadamente dispostas, a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar determinado fim”. A autora lembra que método não pode ser confundido com técnica (modo de fazer a pesquisa), sendo que as abordagens quantitativas e qualitativas podem permear os diversos métodos selecionados.

Quanto aos meios, operacionalizou-se uma pesquisa **explicativa** pois buscou-se, através da coleta e análise de dados, explicar a realidade econômica e social de Feira de Santana sob a ótica dos fenômenos propostos como objetos de estudo e das hipóteses da pesquisa além de identificar os fatores que determinam ou contribuem no processo de desenvolvimento regional de Feira de Santana. Quanto a sua natureza, a pesquisa foi classificada como **quantitativa** (análise de dados, séries históricas de fontes secundárias e/ou primárias) e **qualitativa**, interpretação de tais dados à luz do conhecimento teórico consolidado.

Quando uma pesquisa exige coleta, análise e, principalmente, interpretação de informações coletadas em um contexto com forte presença da subjetividade, esta pesquisa pode ser caracterizada como *qualitativa*. Segundo Gunther (2006, p. 202), “a primazia da compreensão é apontada como princípio do conhecimento, que prefere estudar relações complexas ao invés de explicá-las por meio do isolamento das variáveis”. Desta forma, a pesquisa qualitativa busca analisar com profundidade o contexto das informações coletadas, de forma que os fatores de influência no comportamento das diversas variáveis sejam devidamente considerados.

É preciso, contudo, reduzir alguns preconceitos percebidos em relação à pesquisa qualitativa, principalmente quando esta é erroneamente nominada como essencialmente subjetiva. O contexto em que as informações são coletadas pode ser marcado pela subjetividade, mas a pesquisa qualitativa não é um mero devaneio

desprovido de métodos e técnicas. Ao contrário, em muitos momentos, a utilização dessas técnicas (muitas vezes compostas por ferramentas sistematizadas), gera a confusão com a pesquisa quantitativa

Entendendo que a pesquisa qualitativa não é subjetiva e aleatória, percebe-se a relevância da escolha e utilização do método adequado de sistematização do esforço científico. A pesquisa qualitativa exige um trabalho de imersão do pesquisador, além de métodos para organizar o pensamento, coletar e analisar os dados. Entretanto, o pesquisador pode, em determinadas situações, fundir métodos ou até criar seu próprio caminho. Para Minayo e Sanches (1993, p. 245),

[...] dir-se-ia que a cientificidade tem que ser pensada aqui como uma ideia reguladora de alta abstração, e não como sinônimo de modelos e normas rígidas. Na verdade, o trabalho qualitativo caminha sempre em duas direções: numa elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e toma direções privilegiadas.

Ainda sobre a dificuldade encontrada para sistematizar de forma científica os trabalhos qualitativos, Minayo e Sanches (1993, p. 245) concluem o raciocínio: “definir o nível simbólico, dos significados, da intencionalidade, constituí-lo como um campo de investigação e atribuir-lhe um grau de sistematicidade pelo desenvolvimento de métodos e técnicas têm sido as tarefas e desafios dos cientistas sociais que trabalham com a abordagem qualitativa [...]”.

A pesquisa qualitativa se aprofunda na coleta, análise e interpretação das informações em suas diversas fontes. Em várias oportunidades, as informações ordenadas de forma quantitativa servem de base e instrumento da maior relevância no processo científico.

Método de abordagem

A pesquisa aqui apresentada se valeu do método de abordagem *científico indutivo*, pois buscará explicar, a partir de um objeto de estudo (Feira de Santana), a ocorrência e interação de fatores indutores do desenvolvimento regional. Sabe-se que esse tipo de abordagem sofreu algumas críticas pela sua característica de utilizar enunciados particulares para a explicação de situações universais. Tais críticas, no entanto, encontram maior contundência quando aplicadas às ciências da natureza.

Ainda com forte influência das ciências da natureza, Francis Bacon (2000) propõe que o problema da indução pode ser resolvido não pela busca de hipóteses válidas, mas pelo falseamento de hipóteses não válidas. Silva (2008, p. 16), afirma que ainda assim a indução proposta por Bacon carece de melhor estruturação na construção de uma generalização científica: “ [...] entretanto, Bacon não resolveu o problema fundamental da passagem do particular para o universal, porque os conceitos de processo e esquematismo latente, desenvolvido por ele, são muito obscuros não permitindo uma sustentação consistente para justificação de seu método”.

Conhecendo as críticas à indução, a presente pesquisa encontrou na argumentação de Stuart Mill (1979) uma solução que considera válida para a credibilidade do processo. O autor utiliza o princípio da *causalidade* que utiliza soluções que não precisam ser exatamente iguais, mas semelhantes em seus processos. Para Viana (2007, p. 9), é apresentado um sistema de lógica onde a indução é definida “como um procedimento por inferência que vai do conhecido para o desconhecido ou como uma operação de descobrir e provar proposições gerais. O procedimento consiste em inferir, de alguns casos particulares em que um fenômeno é observado, que ocorrerá em todos os casos de uma determinada classe que se assemelhem aos primeiros”.

A presente pesquisa utilizou a indução dentro da lógica de um estudo de caso e não pretendeu gerar inferências aplicáveis a toda e qualquer situação. Suas inferências, conclusões e perspectivas são dirigidas ao objeto do estudo (Feira de Santana) e, em segundo plano, à outras cidades ou regiões que possuam características econômicas, sociais e históricas semelhantes. Basicamente, o método proposto se valeu das seguintes etapas: 1) definição de um marco teórico conceitual, 2) apresentação de hipóteses, 3) descrição e explicação do objeto de estudo (coleta de informações em fontes secundárias e interação com agentes – fontes primárias), 4) confronto das hipóteses com a realidade percebida e com o objeto de estudo.

Método de procedimento

A pesquisa é um Estudo de Caso, uma vez que buscou analisar as relações de variáveis (atratividade empresarial / potencial para inovação / formação do capital

humano /desenvolvimento econômico) em um “objeto” – Feira de Santana – que será delimitado em suas diversas regionalizações, tendo por base para referência de dados o ano de 2010 (ano do último censo demográfico do IBGE). Para efeito de análise, alguns dados demográficos sociais e econômicos são apresentados em séries históricas, partindo de anos anteriores ao estabelecido como base deste estudo. As análises foram realizadas a partir do procedimento conhecido como sumarização, onde os conteúdos das entrevistas realizadas são confrontados com os dados levantados em fontes secundárias e com o referencial teórico da tese. A influência das variáveis centrais do presente estudo (formação do capital humano, potencial para inovação e atratividade locacional) foram percebidas através das seguintes informações colhidas em fontes secundárias:

- a) Indicadores relativos à performances econômicas e sociais: Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios, Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice de Performance Econômica (IPE) e Índice de Performance Social (IPS); Tais indicadores demonstram aspectos relativos à capacidade econômica do município, por setor, e o confronto dessa capacidade com aspectos humanos e sociais.
- b) Dados demográficos relativos à Feira de Santana, oriundos do IBGE: evolução populacional (urbana e rural), taxa média geométrica do crescimento populacional, pessoal ocupado no mercado formal por setor econômico e nível de rendimento da população; Tais dados serão úteis tanto para demonstrar a crescente urbanização de Feira de Santana quanto para questionar o nível de renda oriundo da atividade econômica existente.
- c) Informações relativas à atividade empresarial : estabelecimentos e pessoal empregado na indústria, comércio e setor de serviços; Para este estudo, é relevante conhecer a influência (principalmente nos fatores emprego e renda) dos setores econômicos : indústria, comércio e serviços.
- d) Informações relativas à formação do capital humano e inovação: grau de instrução do pessoal ocupado, instituições de educação superior e técnica atuantes em Feira de Santana, matrículas na educação superior por tipo de dependência administrativa, matrículas e concluintes na educação superior por curso. Entende-se que, junto com a formação técnica, a educação superior é um dos principais indicadores de formação do capital humano. O

levantamento aqui descrito buscou evidenciar em que tipo de instituições e em que áreas esse capital humano é formado.

O estudo de caso se constitui a coleta e análise de dados sobre uma situação individual com premissa para entender um fenômeno de maneira ampla. O sujeito (e objeto) é observado e analisado no seu ambiente natural, sendo o método utilizado na coleta de dados quantitativos e qualitativos. As informações e dados acima mencionados permitem uma análise quantitativa e qualitativa sobre o desenvolvimento econômico de Feira de Santana as relações entre as diversas variáveis que o constituem. Tais informações foram complementadas por coletas em fontes primárias (entrevistas), com procedimento explicitado a seguir.

Operacionalização do procedimentos de pesquisa

Após o estabelecimento de um referencial teórico para a presente pesquisa, conforme explicado na introdução desta tese, e do estabelecimento de padrões metodológicos que instrumentalizassem sua estruturação, a dissecação do objeto de estudo (Feira de Santana) se deu através da análise de documentação indireta (relatórios, estudos e pesquisas sobre F. de Santana e região, detalhados na seção acima) e com documentação direta (**entrevistas** aplicadas junto à lideranças empresariais e políticas).

Entende-se relevante a utilização da análise de documento (documental) por esta ser útil na formação do arcabouço teórico, além de ser indicada quando a pesquisa requerer a análise e interpretação de relatórios e documentos diversos.

O levantamento de informações em fontes primárias foi feito através de entrevistas que visaram o levantamento de informações sobre as relações entre os fatores levantados na problemática da pesquisa e o desenvolvimento da região de Feira de Santana. Para o estudo em questão, buscou-se as seguintes entrevistas:

- a) Dirigentes de organizações industriais e comerciais (que também englobam serviços). Tais entrevistas visam levantar as diretrizes e pensamentos de tais entidades em relação ao tema deste trabalho (relação capital humano x inovação x atratividade locacional) e se o quadro atual contempla as expectativas das empresas. Também buscou-se verificar o nível de articulação do setor empresarial com as entidades

de educação e a administração pública. Optou-se por buscar entidades de classe ou de representação empresarial pelo fato destas, em tese, representarem os interesses dos seus associados, no caso, organizações industriais, comerciais e de serviços. As entidades que tiveram seus dirigentes entrevistados foram:

- Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS): entidade que busca representar toda a classe industrial do município e não apenas as indústrias localizadas no CIS. Trata-se de uma entidade sem vínculo governamental com ações focadas na educação corporativa e na articulação política;
- Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL): entidade sem vinculação governamental que congrega os setores de comércio e serviços atuando em ações de educação corporativa, estudos técnicos setoriais e articulações políticas;
- Associação Comercial e Empresarial de Feira de Santana (ACEFS) – Entidade que atua prestando serviços relativos à Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), e executando ações locais com foco na capacitação e formação de grupos/núcleos empresariais.
- Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB): Órgão de representação institucional que faz parte da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Trata-se de um órgão que atua em ações de maior abrangência e com articulações em níveis federal e estadual.

b) Com o objetivo de levantar informações relativas à formação do capital humano e ambiência para inovação, este estudo também buscou entrevistas com dirigentes de instituições de ensino e pesquisa com atuação na região. No planejamento desta pesquisa, buscou-se os dirigentes das principais instituições de ensino técnico e superior de Feira de Santana.

- Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) – Universidade com 38 anos de atuação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.
- Universidade Salvador (UNIFACS) – Apesar da administração desta instituição se localizar na cidade de Salvador, a UNIFACS é uma instituição tradicional (acima de 40 anos de fundação) e possui campus

em Feira de Santana desde 2006, atuando com ensino, pesquisa e extensão.

Outras Instituições de Educação Superior (IES) encontram-se instaladas na cidade, no entanto, optou-se nesse estudo por entrevistar apenas dirigentes de universidades, por ser um tipo de instituição que possui obrigatoriedade de realizar a pesquisa, elemento essencial para um ambiente de inovação.

Entendendo-se que a formação do capital humano não é prerrogativa apenas da educação superior, foram selecionados dirigentes de entidades que oferecem formação técnica, elemento estratégico na atividade industrial.

- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) – entidade que atua em Feira de Santana desde 1968 ofertando cursos técnicos focados no atendimento às demandas das indústrias;

- Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia (CETEB)– Entidade que funciona com regime especial de OSCIP e que atua desde 1998 em Feira de Santana oferecendo cursos técnicos.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA) – Campus Feira. Em Feira de Santana o IFBA oferta cursos técnicos e além das atividades de ensino, desenvolve projetos de pesquisa.

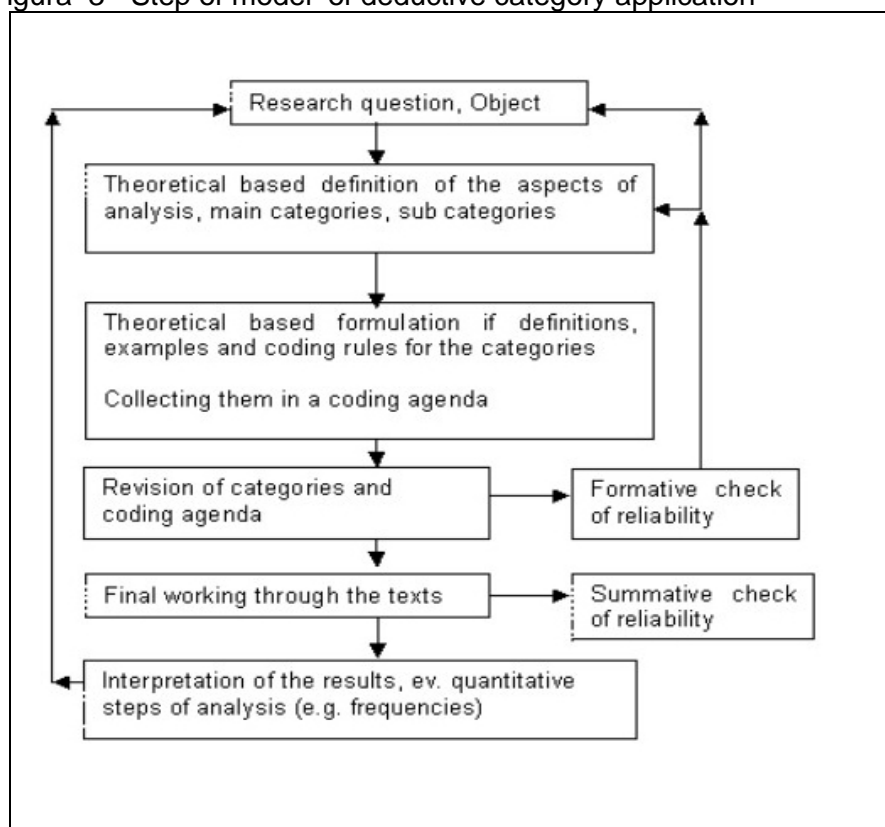
Por questão de dificuldades de agendamento e cronograma da pesquisa, apenas foram entrevistados (entre os dirigentes de instituições de educação superior e educação técnica) os representantes da UEFS e do SENAI. Entende-se, no entanto, que as informações coletadas nessas duas entidades foram suficientes para subsidiar as análises o estudo planejado, quanto a formação do capital humano em Feira de Santana, sob a perspectiva das entidades formadoras.

c) Na esfera do poder público, foram entrevistados representantes oficiais da Prefeitura Municipal de Feira de Santana e do Governo Estadual, no caso, o dirigente do Centro Industrial do Subaé (CIS), autarquia do Governo do Estado da Bahia, que administra o espaço físico onde se localiza o parque industrial, além de realizar articulações visando a atração de investimentos.

No planejamento da pesquisa, buscou-se reavaliar as entrevistas de maneira individual e abertas (a partir de um roteiro pré-elaborado) e com um auxílio de um gravador. Após a transcrição integral do conteúdo das entrevistas, a análise das mesmas foi feita pelo método **análise de conteúdo qualitativa**. Este método, segundo Mayring (2000) visa analisar conteúdos de forma sistemática tendo as teorias como guias de análise. Busca-se, neste método, extrair elementos dedutivos que serão justificados por meio de considerações teóricas. Após aplicadas as entrevistas, a **sumarização** foi a técnica utilizada para analisar o conteúdo das mesmas. A mesma tem por objetivo reduzir o material ao essencial e criar análises e ponderações confrontando os dados colhidos e a teoria estudada.

A seguir, apresenta-se uma figura com o modelo de **análise de conteúdo qualitativa** proposto por Mayring (2000, p. 5):

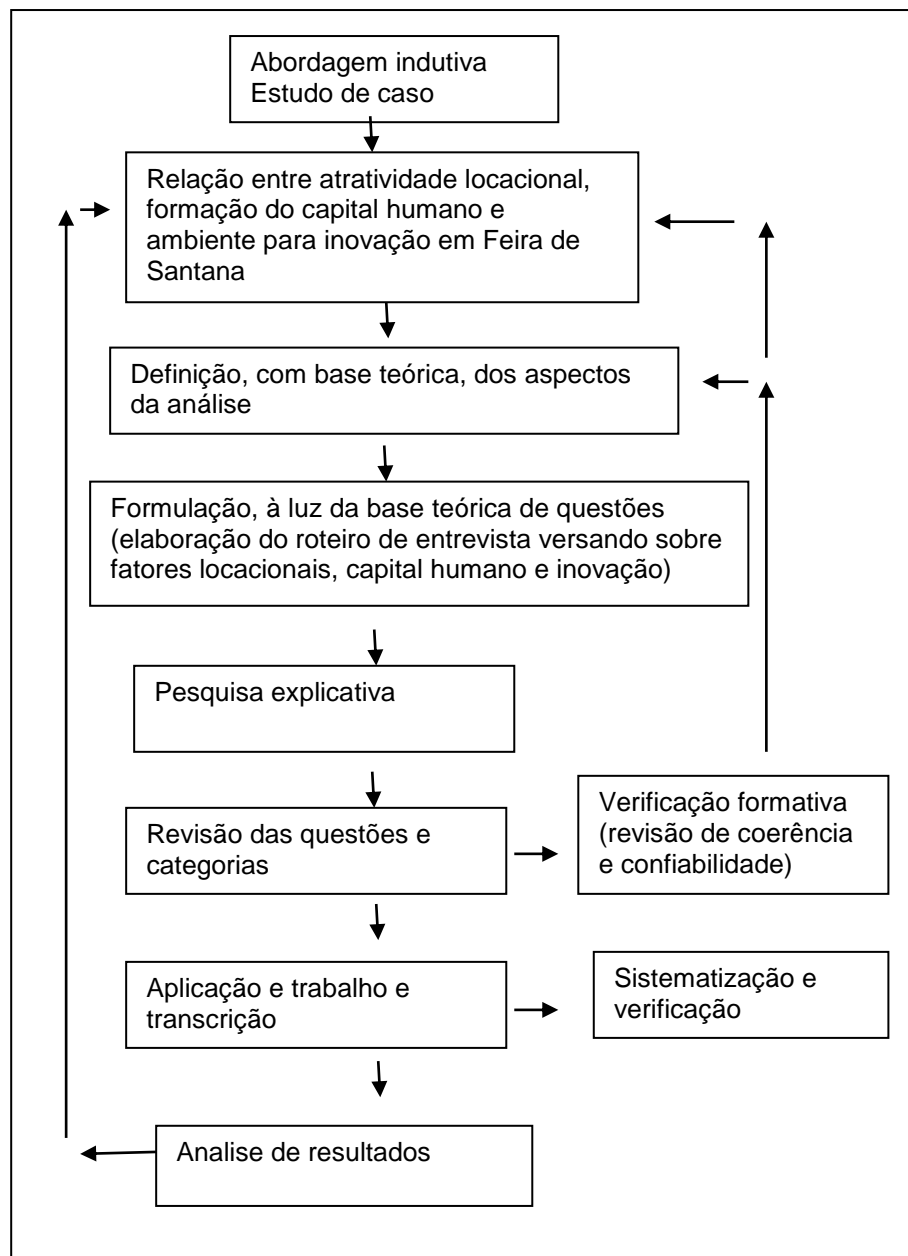
Figura 3 - Step of model of deductive category application



Fonte: Adaptado de Mayring (2000).

Adaptando o modelo de Mayring (2000) para esta pesquisa, apresentou-se a concepção abaixo:

Figura 4 - Modelo de Análise Qualitativa de Conteúdo



Fonte: Elaboração própria (2015) – Adaptado de Mayring (2000).

As questões propostas são analisadas, nesta pesquisa, conforme modelo acima apresentado. Em seguida, para cada questão, são apresentadas análises comparativas e baseadas no referencial teórico estudado e nas informações coletadas e analisadas sobre o objeto de estudo. Para a sistematização das

entrevistas transcritas, a presente pesquisa utilizou o software *MaxQda 12*. Esse software é desenvolvido e distribuído por uma empresa alemã, a *Verbi GmbH*, possuindo versões em diversos idiomas, entre eles o *português*. Segundo informações da página da empresa, o *Maxqda12* é um programa orientado para a análise de dados profissionais nas ciências sociais e é fruto de 25 anos de pesquisas, iniciadas em 1989 com a primeira versão do software.

Sobre a utilização de softwares de análise de dados qualitativos (SADQ), Nodari e outros (2014, p. 4) afirmam que:

Os softwares de Análise de Dados Qualitativos (SADQ) são programas que utilizam bancos de dados que possibilitam uma extensão na forma com que os textos podem ser trabalhados, proporcionando maneiras de administrar e estruturar os aspectos da análise qualitativa. A utilização de SADQs altera o modo com que os pesquisadores tratam dados qualitativos, uma vez que promovem uma maior facilidade para visualização das relações entre conjuntos de dados, aumentam a velocidade de resposta através das análises e aumentam a transparência dos trabalhos, pois os softwares automaticamente registram as informações pertinentes à análise de dados.

Ainda segundo os autores, a utilização de softwares de apoio à análise qualitativa é perfeitamente aplicável à **análise de conteúdo** pois tende a auxiliar o processo de análise, à medida que, além da economia de tempo e custos, fornece a possibilidade de explorar os dados em seu âmbito mais amplo (NODARI et al., 2014). A utilização desse tipo de recursos não gera imposições metodológicas para o pesquisador, que pode escolher o tipo de estratégia mais conveniente à sua metodologia. Trata-se, portanto, de ferramenta auxiliar e não um condicionante da pesquisa.

Basicamente, a utilização do *MaxQda 12* na referida pesquisa se deu da seguinte forma: a) códigos e subcódigos foram definidos como parâmetros de análise (no caso, os códigos foram : desenvolvimento econômico, capital humano, inovação e atratividade locacional); b) as transcrições das entrevistas realizadas foram importadas para o programa; c) cada entrevista foi analisada pelo pesquisador, vinculando-se um ou mais subcódigos aos trechos da mesma de acordo com a abordagem; d) os trechos das entrevistas são separados segundo os subcódigos classificados anteriormente e exportados para o Excel, para serem integrados no texto de análise. Após tais etapas, buscou-se analisar as respostas

segundo a temática abordada. Por exemplo: sobre o item “atratividade empresarial / centralidade” os representantes de segmentos diversos fizeram abordagens diferentes e tais abordagens foram analisadas segundo as informações coletadas em fases anteriores da construção da tese e do referencial teórico utilizado. Maiores detalhes sobre os procedimentos da pesquisa encontram-se no início do capítulo 5 desta tese.

4 FEIRA DE SANTANA: FATORES LOCACIONAIS, SUA PERSPECTIVA URBANA E DE DESENVOLVIMENTO

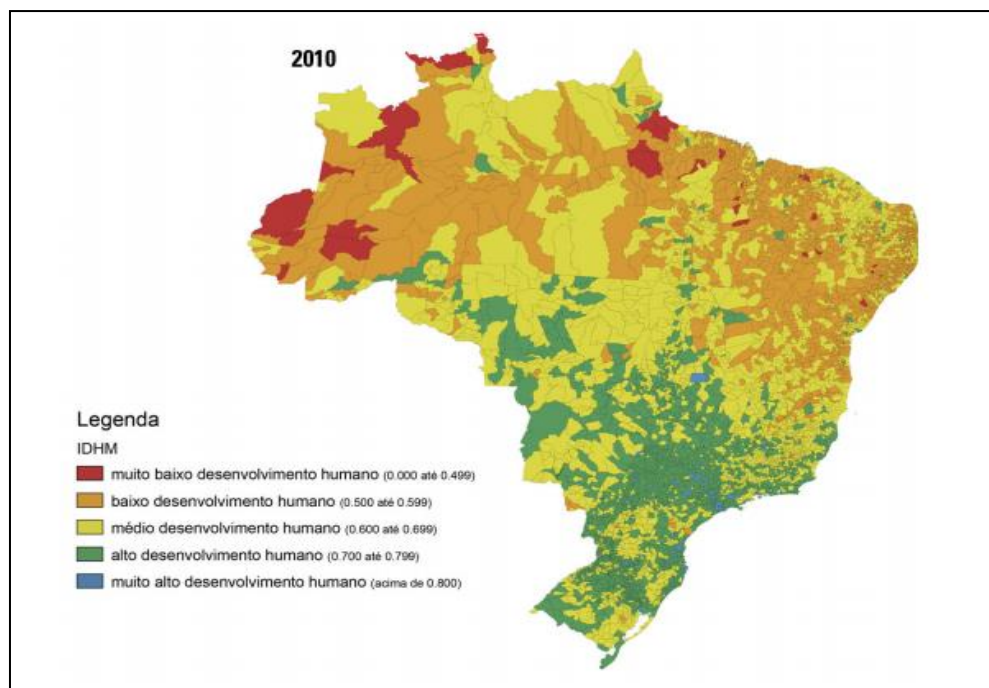
Nesta seção da tese buscou-se analisar de forma aprofundada Feira de Santana (objeto de estudo), sua formação histórica, suas características urbanas, sociais e econômicas. Para tal feito, foram utilizados estudos e relatórios anteriores produzidos com fins de contextualização histórica e dados oriundos de análises demográficas e econômicas produzidos por órgãos oficiais.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO REGIONAL

Entende-se que examinar o “objeto “ de estudo de forma destacada, sem uma correta contextualização de suas relações com a região em que se insere pode levar à uma compreensão equivocada do seu processo de desenvolvimento. Apesar de outra parte desta tese se destinar ao referencial teórico, entende-se ser aqui necessária uma explanação sobre o contexto histórico e econômico da região em que Feira de Santana se insere. Em outras palavras sendo Feira de Santana uma das maiores cidades do Nordeste, e supostamente uma das mais importantes, serão discutidos alguns aspectos desta região, principalmente os de maior influência econômica e social. Desta forma, mesmo contrariando a lógica indutiva, onde seria natural escrever sobre os aspectos da Região Nordeste depois de abordar aspectos gerais sobre o Brasil, optou-se por abordar inicialmente (neste capítulo) os aspectos preponderantes que condicionam a região onde está inserido o objeto de estudo desta pesquisa.

A Região Nordeste, segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), possuía um PIB de R\$ 595.382.228.000 (2012), com uma população de 56.186.190 habitantes em 2014 (base 2012), sendo a maior região do país em número de estados (nove). O PIB *per capita* era de R\$ 10.543 e o IDHM médio apresentado era 0,659 (2012). Apesar de ter seu IDHM em uma faixa que é caracterizada como médio desenvolvimento humano, o índice apresentado trata de uma média da região e o mapa abaixo demonstra a incidência de muitos municípios com indicadores que os caracterizam como de baixo desenvolvimento humano.

Figura 5 – Mapa com IDHM – Brasil – por níveis de desenvolvimento



Fonte: Adaptado de PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), divulgado em 2013, 61 % dos municípios do Nordeste apresentam IDHM que indicam baixo desenvolvimento humano. A concentração de renda e o histórico de políticas de planejamento nacional que, ao longo do tempo, trilharam um caminho de não priorização da região podem se apontadas como condicionantes de uma estrutura que exige grandes esforços de transformação com vistas à amenizar indicadores tão preocupantes.

Como região foco do início do processo de colonização, seria natural um processo de maior desenvolvimento na Região Nordeste, principalmente quando as relações com a metrópole se tornaram mais flexíveis. No entanto, segundo Rego e Marques (2011), tal fato não ocorreu pois a economia da região ficou centrada em dois grandes grupos que não tiveram força para dinamizá-la: pecuária e agricultura alimentar e as de exportação (cana de açúcar e algodão). Segundo Rego e Marques (2011, p. 231):

Como se não bastasse o açúcar de cana ter passado a enfrentar enorme concorrência do açúcar de beterraba, que em 1882 atingiu 50% do mercado mundial e 75% nos anos 1900, o Nordeste passaria ainda a concorrer com a produção do Sul do país [...]. A cultura do algodão, que passou por um surto exportador no Maranhão em meados do Século XVIII, parece aproximar-se mais do caso cafeeira

paulista, guardadas as devidas proporções [...]. O que parecia uma atividade promissora industrialmente sofre, entretanto, grande revés a partir da crise de 1929. O avanço da cotonicultura paulista com técnicas mais eficientes, e portanto com maior produtividade, faz com que essa importante atividade nordestina passe a um segundo plano, diminuindo sua força estimuladora para a área nordestina.

Perdendo força o processo de industrialização, a agricultura e pecuária de subsistência não apresentaram força suficiente para dinamizar o processo de desenvolvimento econômico do Nordeste. Para Furtado (1991) essas atividades pouco agregavam valor à dinâmica econômica pois eram baseadas no trabalho individual e no próprio sustento. No entanto, tais atividades contribuíram para a formação de um *imenso reservatório de mão de obra* e foram mais importantes por questões de ocupação territorial do que por virtudes econômicas (REGO; MARQUES, 2011).

As relações entre a Região Nordeste e as Regiões Sul e Sudeste do Brasil se constituíram entraves que foram alimentados por um processo histórico que concebeu o Nordeste como uma região dedicada à atividades primário-exportadoras. Segundo Furtado (1991), essas regiões (primário-exportadoras) têm seu crescimento limitado, pois seus ganhos de produtividade são exportados, através de uma redução de preço de seus produtos, decorrentes de uma lógica de competição entre os mercados. Os produtos industrializados não sofrem de tal situação por conta de pressões de sindicatos e organizações com poder de mercado que retiveram os ganhos de produtividade como renda adicional. Tal situação levou a um processo de deterioração de troca de mercadorias primárias e consequente prejuízo para as economias baseadas nessas trocas (BARROS, 2011). O Sudeste, por outro lado, contabilizou ganhos de produtividade relativos à atividade industrial, reduzindo drasticamente a aplicação de mão de obra em atividades de pouco valor agregado e impulsionando a economia local. Sobre o Nordeste, Barros (2011, p.101) afirma que:

No Nordeste, contudo, a estagnação relativa de suas culturas de exportação na época não gerou um mercado interno que justificasse o desenvolvimento industrial, pois o consumo interno de produtos manufaturados era menor e sua escala não justificava investimentos no setor fabril. Assim, a região permaneceu como primário-exportadora [...]. Como o Nordeste encontrava-se exportando produtos primários e importando manufaturados, a política de desenvolvimento nacional, controlada pelos setores empresariais do Sudeste, impôs barreiras à importação de bens de consumo e

facilitou a importação de bens de capital e insumos industriais. Assim, o Nordeste passou a comprar bens industriais de consumo no Sudeste, e suas exportações passaram a financiar a importação de bens de capital e insumos para alimentar a indústria do Sudeste. Essa situação acelerou a industrialização do Sudeste e, com isso, as desigualdades regionais no país.

Esse ciclo vicioso expresso acima, que levou o Nordeste a uma condição de periferia no contexto nacional, principalmente se for levado em conta a industrialização como vetor de desenvolvimento econômico, se desdobrou em consequências nas relações de trabalho, urbanização e estrutura de transportes. É de se esperar que uma sistemática de desenvolvimento englobe a malha de transportes como viés dinamizador, principalmente no concernente ao escoamento da produção e integração das cadeias de suprimento. Foram realizados investimentos na malha ferroviária (capital inglês), mas devido ao enfraquecimento das atividades ligadas às atividades açucareira e algodoeira, a mesma passou ao controle federal já no início do Século XX. Em praças do Sudeste, como consequência e/ou impulsionador do progresso industrial, a malha rodoviária apresentou expressivo desenvolvimento enquanto no Nordeste, os negócios desenvolvidos concentraram sua logística no modal rodoviário. Neste aspecto, Feira de Santana, se destaca com potencial competitivo estratégico, por possuir localização privilegiada e confluência de rodovias federais e estaduais. Os detalhes desse aspecto locacional serão melhor explicados em seção posterior desse capítulo. Sobre a urbanização e as relações de trabalho, Rego e Marques (2011, p. 232) observam :

Em termos de urbanização, a situação não era diferente. As principais cidades nordestinas apresentavam crescimento muito lento e a própria natureza de suas atividades econômicas – açúcar, agricultura de subsistência e pecuária – não contribuía em nada para um vigoroso processo urbanizador. De fato, a presença de atividades de subsistência azia com que a transição do trabalho escravo para o livre fosse quase uma mudança de nome. Ao absorver o trabalho livre, o interior nordestino replicava as rudimentares técnicas de produção escravistas, mantendo baixa a produtividade na cultura de alimentos e gado.

Tais questões levavam o Nordeste a não conseguir sair do ciclo vicioso: tecnologias obsoletas, falta de competitividade, baixo nível de renda, mercado interno pouco representativo e consequente ausência de investimentos . Diante de

tantos descaminhos históricos, a realização de maiores investimentos em capital tecnológico, na formação de capital humano e em infraestrutura que assegure competitividade locacional é apontada como direção para amenizar tamanho desequilíbrio social e econômico. A partir do final da década de 1950, várias iniciativas (obras de infraestrutura, instalação de parques industriais, programas específicos liderados pelo governo) podem ser identificadas mas, segundo o Instituto Monitor-FGV (2015), as mesmas são insuficientes.

A Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) é uma autarquia federal ligada ao Ministério da Integração Nacional, criada em 1959, no governo de Juscelino Kubitschek, sob a idealização de Celso Furtado, que teve forte atuação em quatro planos diretores instituídos entre 1960 e 1980. Esses planos, não executados em sua plenitude por razões políticas e econômicas, visaram agir na infraestrutura, no incentivo à atividade empresarial (micro e pequenas empresas e instalação de parques industriais), no fortalecimento de universidades federais e na concessão de incentivos fiscais para ampliação, implantação e modernização de empreendimentos competitivos. Ao final do século XX, a letárgica SUDENE foi desativada (sob a alegação de falta de recursos fruto do quadro recessivo internacional) e deu lugar à Agência para o Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), em 2001. Segundo o sítio da SUDENE (2015)

Essa decisão foi tomada (extinção da SUDENE e criação da ADENE) sob a influência marcante da grande recessão que afetou o País a partir da década de 1980, tendo como causa remota os dois choques do petróleo ocorridos na década anterior, culminando com a cessação dos financiamentos externos e com a decretação da moratória em 1987. No rastro da recessão veio o ressurgimento do modelo de globalização liberalizante que havia sido abandonado após a grande depressão de 1929/1930 que deu origem às políticas de redução do tamanho e do poder de intervenção do Estado na economia, justificando a execução acelerada de amplo programa de privatização das empresas estatais e também, de modo complementar, a extinção das Superintendências de Desenvolvimento Macrorregional, que permaneciam como redutos das políticas desenvolvimentistas. No entanto, a criação da ADENE, sem a mínima condição de levar adiante a política de desenvolvimento que havia sido iniciada com sucesso pela SUDENE, sofreu severa rejeição da sociedade nordestina abrindo espaço para a discussão de propostas alternativas quanto à política de desenvolvimento regional.

Em 2007, o Governo Federal emitiu portaria criando a “Nova SUDENE”, sob a alegação desta agora ser melhor estruturada, aparelhada e dotada de recursos suficientes, segundo informações da própria autarquia, para por em marcha uma nova sistemática de articulação interfederativa e planejamento participativo capaz de promover a necessária aceleração do processo de incorporação da Região na expectativa da retomada do desenvolvimento nacional interrompido com a recessão de 1980.

Esse pequeno histórico da SUDENE foi trazido porque a existência da mesma, em três momentos, refletiu a consciência por parte dos governos da necessidade de ações capitaneadas pelo Estado visando coibir e amenizar as desigualdades regionais históricas constatadas no Nordeste. Seria a SUDENE, a principal operadora do Governo Federal dos esforços e investimentos para o desenvolvimento econômico e social da região. No entanto, essa operacionalização, apesar de ter sido frutífera em aplicações específicas, ainda não foi capaz de trazer os resultados esperados e necessários. Para o Instituto Monitor – FGV (SFIEC, 2015)⁷ a atuação da SUDENE foi denominada de “era da comparatividade”, onde os empreendedores disputavam junto ao governo a obtenção das melhores condições possíveis na aquisição de vantagens comparativas. Esta concepção deu margem a enorme teia de políticas públicas, órgãos, programas, projetos, linhas de crédito e financiamento, campanhas, planos de emergência, etc. Ao longo dos últimos 50 anos, os investimentos na Região Nordeste, capitaneados pela SUDENE, não foram capazes de diminuir a distância histórica das Regiões Sul e Sudeste. Apesar da destinação de recursos, os mesmos foram direcionados de forma equivocada por um modelo de gestão governamental para região com as seguintes características:

- a) crescente dependência nos fatores básicos de produção fornecidos pelo governo, ou seja, o paternalismo estadual era a única fonte de desenvolvimento: incentivos fiscais como único fator de atratividade empresarial, sem a exigência de contrapartidas que pudessem gerar desenvolvimento;
- b) níveis mínimos, quando não inexistentes, de cooperação entre as empresas, pois estas tinham que competir para dispor dos benefícios governamentais, que aliás, muitas vezes, eram cedidos devido à

⁷ Trata-se de um estudo desenvolvido em conjunto pela Fundação Getúlio Vargas, o Instituto Monitor e o SFIEC – Sistema Federação das Indústrias do Estado do Ceará.

compromissos políticos: inexistência de núcleos, centros tecnológicos, laboratórios ou centro de formação compartilhados, ausência de planejamento empresarial regional;

- c) baixa integração vertical: cadeias de suprimento quebradas e sem desdobramentos internos na região;
- d) inexistência da visão estratégica necessária para fazer face à hipercompetitividade globalizada

Segundo SFIEC (2015) identificou-se que os investimentos até agora capitados pelo Nordeste não foram atraídos por um ambiente propício para negócios ou por uma plataforma competitiva que ofereça vantagens únicas, mas sim, pela abundância de mão de obra barata e de incentivos fiscais. A atração, muitas vezes, é momentânea, com pouca ênfase na fixação e na permanência dos investimentos. Assim, os resultados não têm demonstrado a geração de economias de aglomeração externas favoráveis à formação de uma indústria mais competitiva, já que, por exemplo, as empresas atraídas não estabelecem vínculos institucionais com o sistema de inovação local (universidades, escolas técnicas, etc).

Além disso, importante se faz salientar que existem na região, poucas universidades, nenhuma com reputação internacional, e raros centros de pesquisa científica. As empresas lá instaladas não investem em pesquisa e desenvolvimento. Conforme mostra o estudo da MONITOR/FGV, o Brasil da "flexibilidade, criatividade e jogo de cintura não tem conseguido transformar ideias em valor ou riqueza o que nos leva a concluir que esses investimentos possuem um caráter extrativista, pouco agregando para o desenvolvimento da região e seus habitantes".

É nesse cenário que a industrialização da Bahia e de Feira de Santana se desenvolveu / vem se desenvolvendo. Em muitos momentos, a grande extensão territorial, o litoral com grande potencial para escoamento da produção (embora subutilizado), a malha hidrográfica (também subutilizada) e as divisas com as regiões Sudeste e Centro-Oeste favoreceram tanto o agronegócio quanto a indústria como atividades econômicas relevantes na Bahia. No entanto, entende-se que o aproveitamento de tamanho potencial está aquém das necessidades e expectativas de desenvolvimento da região. Feira de Santana, nesse contexto, utilizou sua localização privilegiada para crescer em torno da atividade comercial e, posteriormente na atividade industrial, tendo como principal marco estratégico a implementação do CIS – Centro Industrial do Subaé. Decorrente desse processo, o

índice de urbanização aumentou consideravelmente e a cidade assumiu o papel de “capital regional”.

4.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO: BRASIL, BAHIA E FEIRA DE SANTANA

Para Suzigan (1988, p. 5) “o desenvolvimento industrial no Brasil, da mesma forma que em outros *latecomers* no processo de industrialização, não poderia prescindir de alguma forma de orientação e fomento por parte do Estado”. Porém, desde o período colonial até a primeira metade do século XX, pode-se dizer que a atividade industrial no Brasil foi bastante incipiente pelas objeções da Coroa Portuguesa, defensora dos interesses manufatureiros britânicos até o início do século XIX e posteriormente por influência do Governo Brasileiro defensor dos interesses agrários e mercantis que dominaram a nossa política econômica até a Revolução de 1930. Assim, foram raros, cíclicos e conjunturais os momentos de efervescência da indústria nacional, motivados apenas por circunstâncias externas (crise americana de 1929 e duas guerras mundiais).

Para Curado (2011), havia um pensamento comum atribuído aos governantes da época do Brasil Colônia (1530-1822) de que o desenvolvimento das atividades industriais geraria diversos problemas para a economia, com destaque para o encarecimento dos alimentos e o agravamento do problema da escassez de mão de obra.

É evidente, na construção do pensamento aqui relatado, a influência das oligarquias agroexportadoras e, principalmente, dos interesses da *metrópole*⁸ sobre as atividades econômicas que deveriam ser desenvolvidas na colônia. Ainda segundo Curado (2011, p. 2),

Em síntese, em sua origem e discussão sobre o papel da estrutura produtiva no desenvolvimento foi marcada pela visão – comum ao pensamento econômico da época – de que os países deveriam especializar-se em função das condições impostas pela natureza, o que no caso brasileiro implicava a defesa de um padrão de

⁸ Ressalta-se aqui que a *metrópole* Portugal não tinha grande poder bélico e econômico em relação aos outros países do oeste Europeu. Desta forma, em muitas ocasiões, os interesses de Portugal eram pressionados por grandes potências como a Inglaterra. Em vários momentos do período colonial era possível dizer que o Brasil era colônia de uma “colônia”.

especialização concentrado na produção agrícola e na exploração mineral.

O início do processo de industrialização no Brasil foi marcado por iniciativas isoladas em áreas como a metalurgia, indústria têxtil e naval. Tais iniciativas, no entanto, não foram suficientes para reduzir os desafios enfrentados por governantes e interessados na atividade industrial, uma vez que na época colonial o Brasil era visto como um grande fornecedor de produtos agrícolas e/ou frutos do extrativismo mineral. Curado (2011, p.2) sintetiza esse pensamento da seguinte forma:

[...] o período do Império foi marcado pelo consenso sobre a vocação agrícola da economia brasileira. Os expoentes do debate da época, o Visconde de Cairu e Tavares Bastos, eram ardorosos defensores do liberalismo econômico. Argumentavam que o Brasil deveria especializar-se nas atividades agrícolas e na extração mineral, dadas as vantagens comparativas existentes, particularmente a abundância e a qualidade das terras cultiváveis.

A indústria açucareira se constitui em exceção no quadro acima mencionado, uma vez que, em termos atuais, é possível dizer que foi caracterizada pela elevada competitividade internacional. No entanto, quer seja a vocação agrícola “imposta” pela *metrópole* (por conta de suas relações econômicas e comerciais desfavoráveis com seus parceiros europeus), quer seja pelos interesses das oligarquias agroexportadoras locais, não houve, até meados do século XVIII, mudanças significativas no quadro.

Alguns desavisados poderiam sugerir que vigorava na época, mesmo sem essa denominação, uma espécie de *Teoria de Base de Exportação*. Tal inferência perde sentido ao se analisar a proposição de tal modelo teórico que, segundo Oliveira e Lima (2003) se fundamenta no desenvolvimento impulsionado pelas atividades de exportação, que deveriam dinamizar as atividades econômicas básicas que, por sua vez, desencadeariam o crescimento das atividades complementares. Em relação aos reflexos para a economia brasileira, é possível dizer que não houve dinamização por conta de exportações que eram focadas em *commodities* e produtos com baixo valor agregado.

Após o fim das “guerras napoleônicas” (1815), as classes abastadas do Brasil começaram a ter contato com produtos importados industrializados e o processo de desequilíbrio na *balança comercial* ficava cada vez mais evidente, porém não forte o suficiente para suscitar mudanças de direcionamento (incentivo à

industrialização) em uma estrutura política/administrativa marcada pelo cultura mercantil. A proclamação da República trouxe algumas alterações nesse cenário, sendo possível constatar defesas, ainda que marginais, da dinamização do processo de industrialização no Brasil, que segundo Curado (2011) seria uma forma de superar o caráter ainda colonial da economia nacional. Ainda para Curado (2011, p. 4), duas linhas de pensamento foram bases para o início do fortalecimento da industrialização no Brasil: “a) o desenvolvimento de atividades industriais, originalmente realizadas nas antigas metrópoles, permitiria a superação do caráter colonial da economia; e b) a redução das importações de produtos industriais traria impactos positivos para as contas externas”.

Segundo Chiochetta *et al* (2004), foi somente cinco anos após a “Independência do Brasil” que foi criada a primeira entidade com o objetivo de desenvolver a indústria brasileira, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Porém, uma maior efervescência da atividade industrial no país só foi observada a partir de 1844 quando o governo baixou a *Tarifa Alves Branco*, fato que conferiu algum grau de *protecionismo* à nascente indústria brasileira. Tal fato, que abalou as relações comerciais entre Brasil e Inglaterra (grande potência industrial mundial na época), motivou o funcionamento de conglomerados industriais e financeiros nos estados do Sudeste do país, principalmente.

Mesmo com a dinamização relativa da atividade industrial no país, ainda havia uma grande defasagem em relação à demanda interna, que em sua maioria era dependente de importações. Segundo IEL (2002) citado por Chiochetta (2004, p. 3) “apenas 5 % da demanda de produtos industriais era atendida pelas fábricas instaladas no Brasil. Mesmo no ramo de tecidos, um dos mais tradicionais da indústria brasileira, essa proporção era insatisfatória: 50 % da demanda deixava de ser atendida”.

Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), houve um grande *déficit* industrial para o atendimento da demanda interna do país, suprida por importações da Europa, e o número de fábricas no Brasil cresceu de forma considerável. Segundo IEL (2002) o número de fábricas no Brasil aumentou de 3.998 em 1910 para 13.336 em 1920, elevando o número de trabalhadores empregados de 151.606 para 275.512. Com a crise econômica americana de 1929 (que afetou grande parte do Mundo ocidental/capitalista), houve uma retração no movimento de expansão da

industrialização no Brasil. Essa retração não ocorreu pela queda na demanda e sim pelo impacto da crise nas exportações nacionais⁹.

Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), mais uma vez a industrialização no país foi impulsionada pela necessidade de substituição às importações da Europa. Segundo IEL (2002) houve, na época, um crescimento na indústria brasileira na ordem de 9,0 % ao ano.

A partir da década de 1950, no entanto, é que se percebe uma ação efetiva do Estado visando a dinamização da indústria nacional. Segundo Suzigan (1988, págs. 06-07), três fatores evidenciam essa postura do Estado:

[...] **em primeiro lugar** (grifo nosso), na articulação entre o capital privado nacional, o capital estrangeiro e o próprio Estado. Para isso foram importantes a definição de uma estratégia geral de desenvolvimento (Plano de Metas) e o estabelecimento de metas industriais através da ação de Grupos Executivos. **Em segundo lugar** (grifo nosso), a proteção do mercado interno foi substancialmente aumentada, proteção dada por tarifas protecionistas e pela política cambial [...]. **Em terceiro lugar** (grifo nosso), o Estado passou a fomentar o desenvolvimento industrial, principalmente através da ação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE [...].

A partir de década de 1950, o processo de industrialização nacional foi marcado por fases distintas, ora vivenciando crescimento, ora experimentando períodos recessivos e ora buscando se desvencilhar do papel atribuído ao Brasil pelos países desenvolvidos no jogo das “teorias da dependência”¹⁰. A seguir, com base em Suzigan (1988), Chiochetta *et al* (2004) e Curado (2011), tais fases são elencadas de forma sucinta : a) primeira fase do ciclo, com o rápido crescimento da produção industrial apoiada na capacidade instalada no período (década de 1950); b) o início da década de 60 foi marcado pela capacidade ociosa gerada pelo superdimensionamento da indústria e pela recessão de 1963-1967 e c) fim da recessão e retomada dos investimentos a partir de 1968 e rápido crescimento da produção industrial. Essa fase se caracteriza por uma política estatal de expansão e vai de 1968 até 1974. Segundo Suzigan (1988, p. 8), “a política expansionista

⁹ O café, por exemplo, responsável por 70 % das exportações nacionais, teve seu preço drasticamente diminuído em consequência da “Depressão” de 1929.

¹⁰ As teorias da dependência explicam, basicamente, as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento como interdependentes e estruturais para o modelo capitalista. Em outras palavras, para que existam economias centrais desenvolvidas (e devido ao constante processo de expansão da acumulação capitalista), devem existir as economias periféricas (subdesenvolvidas).

constituiu-se principalmente da realização de um amplo programa de investimentos públicos nas áreas de infraestrutura econômica e social, bem como no investimento direto de empresas estatais nas indústrias de base” beneficiadas pela grande liquidez do sistema financeiro internacional.¹¹ A indústria nacional vivenciava um período de expansão nas exportações impulsionada pela fluidez do comércio mundial, que tinha no petróleo sua principal matriz dinamizadora. Com o choque do petróleo, na década de 70, houve um novo processo de recessão mundial e consequente elevação nos preços dos insumos de produção. O Brasil, por não possuir o mesmo nível tecnológico em sua indústria, não tinha competitividade no mercado externo, contabilizava déficits em sua balança comercial. Com isso, o Estado voltou a adotar medidas de apoio à indústria nacional. O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) articulou investimentos públicos e privados na indústria e na infraestrutura nacional. Segundo Suzigan (1988), o objetivo do II PND era completar a estrutura industrial brasileira e criar capacidade de exportação para alguns insumos básicos. Os investimentos do PND representavam um esforço de acumulação de capital e uma diversificação da estrutura industrial do país.

Por maiores que tenham sido os esforços do Estado visando desenvolver uma indústria nacional competitiva, percebe-se a ineficácia dos mesmos (apesar de trazerem melhorias estruturais importantes), pois estavam focados em modelos industriais obsoletos, sem inovação científica ou tecnológica, continuando o Brasil a figurar como economia periférica no contexto internacional. Enquanto o Brasil estruturava modelos industriais baseados no *fordismo*, a aceleração da globalização da economia faziam os países desenvolvidos figurarem com modelos pós-fordistas. Entende-se por conjuntura paradigmática pós-fordista o modelo de industrialização estabelecido após a finalização do “ciclo virtuoso do *fordismo*” (período em que, após a difusão do modelo de produção fordista entre as diversas indústrias, houve um crescimento econômico impulsionado pela relação “produção – emprego – consumo – demanda – produção”).

Nessa conjuntura (pós-fordista), a partir de modelos de produção baseados em tecnologia intensiva, o crescimento da produção não implicava mais em absorção de mão de obra. Com isso, em um processo natural de expansão da acumulação de capital, houve a necessidade de expansão dos mercados para as

¹¹ Mineração e petróleo, siderurgia, química e petroquímica.

economias periféricas, sem que tal fato implicasse na geração de emprego e renda para tais países.

Percebe-se novamente neste caso, a ocorrência do fenômeno estudado pelas teorias da dependência que bem situam a relação entre economias centrais e periféricas no atual modelo capitalista. Em suma, a partir da década de 1990, a industrialização existente no país, por conta da defasagem tecnológica e da impossibilidade de alterar o *status quo* econômico mundial imposto por economias desenvolvidas, não foi capaz de produzir os efeitos necessários para o desenvolvimento do Brasil.

4.3 DESENVOLVIMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA

Se o processo de industrialização brasileiro foi fortemente condicionado por medidas colonialistas e, posteriormente, por uma política republicana incompetente e extremamente dependente da conjuntura econômica internacional, é possível dizer que na Bahia as consequências negativas se potencializaram por conta dos fatores limitadores abordados a seguir.

Desde a mudança da capital da colônia brasileira para o Rio de Janeiro, até meados do Século XX, a elite da Bahia era formada por famílias tradicionais, conservadoras e oriundas das oligarquias agroexportadoras (açúcar, fumo e cacau). Tal elite, temendo a perda da condição privilegiada que a sustentava, rechaçava qualquer mudança de direcionamento econômico que ameaçasse a ordem social vigente.

Durante a fase em que vigorou o Modelo de Substituição de Importações (MSI), no século passado, a ideia de desenvolver o país contemplava, necessariamente, a questão de quais caminhos seriam trilhados para se alcançar a conquista do objetivo maior que era a industrialização da economia nacional. Todavia, trilhar a direção da industrialização e, portanto, do crescimento econômico nunca foi uma perspectiva claramente exposta à região Nordeste e, de modo especial, à economia baiana.

[...] a Bahia, como integrante da região Nordeste, teve uma participação subordinada na divisão nacional do trabalho ao longo da constituição do capitalismo industrial-financeiro do Brasil. Essa região exportava força de trabalho com baixa qualificação, gerava divisas —

sendo o cacau, na Bahia, uma importante fonte de divisas — e era mercado consumidor dos bens finais produzidos pelas indústrias montadas na região Sudeste, beneficiada com a política de substituição de importação implementada pelo Governo Federal. (CARVALHO JÚNIOR; PESSOTI; PEREIRA, 2002, p. 8).

A conformação desse quadro se reflete, nos dias atuais — assim como nos tempos de outrora —, não apenas nas estatísticas que revelam o nível de participação de cada região na formação do PIB nacional, que é absolutamente assimétrico, mas, também, nos indicadores sociais de cada uma dessas regiões, especialmente os relativos ao mercado de trabalho.

O estabelecimento dessa situação de extrema desigualdade regional decorre, fundamentalmente, das opções políticas tomadas por aqueles que conduziam os destinos do país à época. Durante, por exemplo, uma das suas fases mais importantes, a do Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek, a lógica trazida pelos formuladores da política de desenvolvimento era a de que o crescimento da economia nacional deveria se dar de forma localizada, de modo a privilegiar um único centro dinâmico. Segundo a visão dessas pessoas, esse desenvolvimento, localizado, deveria ser de tal ordem que fosse capaz de alavancar o desenvolvimento de outras regiões do país. Não é a toa que ainda hoje, não raras são às vezes em que se ouve dizer que São Paulo é a locomotiva do Brasil.

Essa lógica trouxe grandes insatisfações para aquelas economias que se viam impossibilitadas de terem seus próprios mecanismos endógenos de crescimento. Ademais, ela era também responsável pela implantação de um esquema que reproduzia em termos de Brasil, o fenômeno da divisão internacional do trabalho, passando-se assim a ter estados claramente desenvolvidos do ponto de vista da complexidade das suas forças produtivas, e outros em que os sinais dessa complexidade ou inexistiam ou eram bastante incipientes.

Estruturar-se-ia nesse esquema uma espécie de periferia dentro da periferia. Em função disso, tornaram-se insistentes as manifestações de descontentamento das regiões que se sentiam mais prejudicadas. Essas queriam ser capazes de tornar-se “donas” do seu próprio destino e não dependerem dos “favores” de certo centro dinâmico para crescerem e se desenvolverem.

Como resposta a essa situação de descontentamento é que surge a iniciativa de se criarem, nas regiões menos desenvolvidas do país, agências que tivessem como função fundamental a promoção do desenvolvimento econômico e social. Essa

foi, portanto, a solução para corrigir, ou pelo menos arrefecer, um traço marcante da economia nacional, que é a sua forte tendência concentradora. No caso da Bahia, o sentimento não poderia ser outro que não o de descontentamento em face das políticas propostas com o Plano de Metas. Não se perca de vista que já em 1954, portanto antes de tal plano entrar em vigor, a economia baiana lançava todas as suas fichas na instalação da Refinaria Landolfo Alves (RLAM), pois via aí a possibilidade concreta de rompimento definitivo com o fenômeno conhecido, àquela altura, como “enigma baiano”, criando assim, portanto, os seus próprios mecanismos endógenos de crescimento e diversificação da atividade econômica.

De acordo Spínola (2009) e Guerra e Teixeira (2000), apoiados nas interpretações fornecidas por Pinto de Aguiar e Dias Tavares, esse enigma decorria do fato de que a indústria baiana não conseguiu deslanchar em termos de diversificação, muito embora no início do século passado ela fosse relativamente diversificada. Nos idos das décadas de 1940 e 1950 essa indústria se concentrava basicamente no setor de alimentação, incluindo aí os subsetores de padaria, torrefação de café e moinhos. Os setores têxtil e fumageiro, por sua vez, não conseguiam mais esboçar a vitalidade dos anos anteriores, passando, portanto, por uma impressionante situação de decadência. O desenho desse quadro, evidentemente, trouxe sérios prejuízos em termos do peso e representatividade da indústria local no plano nacional, pois enquanto em 1920 sua participação no conjunto da indústria do país era de 3,5%, quando medida pelo capital aplicado, 4% pela força motriz utilizada, 5,7% pelo número de trabalhadores e 2,8% pelo valor da produção, em 1940, esses mesmos números situavam-se na faixa de 1,9%, 2,3%, 3,3% e 1,3%, respectivamente.

Essa interpretação que indica certo descontentamento da Bahia em relação ao Plano de Metas, todavia, não pode ser tomada ao pé da letra, pois, na verdade, esse Plano não suscitou uma situação de grandes perdas para a Bahia

A percepção do referido sentimento de transformação foi muito bem comentado por Araújo Guimarães (2002), quando afirma que a instalação da RLAM estava envolta numa certa mística de redenção e mudança. Segundo o seu ponto de vista, daí por diante fincaram raízes

[...] no cotidiano e no imaginário soteropolitanos — com seus lugares de classe e os seus símbolos de consumo e status até então bem definidos — as novas figuras da ordem econômica moderna (a

grande produção fabril, a grande indústria mecanizada, tipificadas na 'nossa' refinaria) e as representações de si que davam contornos aos novos atores sociais (os 'petroleiros' e suas insólitas atitudes para com o consumo e o dinheiro; os engenheiros e técnicos e a introdução de uma nova classe média, de quadros diretivos e gerenciais, lubrificando o cotidiano da pacata vida urbana de Salvador; o sindicalismo do petróleo e sua capacidade de negociar interesses em nome da sociedade local). (ARAÚJO GUIMARÃES, 2002, p. 269).

Quem também chama atenção para essas mudanças é Menezes (2000, p. 76), quando diz que “a economia baiana sofreu de maneira significativa os efeitos da implantação da RLAM, não apenas em termos de expansão, mas também no que se refere à complexificação das atividades econômicas da Região Metropolitana de Salvador (RMS)”.

É precisamente a partir do momento em que a RLAM se instala no estado da Bahia que se inicia o processo de mudança no vetor de crescimento da economia desse estado, passando o setor industrial a ganhar cada vez mais espaço no esquema de produção de riqueza material, em detrimento das atividades agropecuárias. Na década seguinte, ou seja, nos anos 1960, esse fenômeno ganha mais força em função da execução de uma política de incentivos fiscais, do Governo Federal, que visava promover as indústrias de consumo final, replicando, assim, nos estados nordestinos a estrutura industrial que já prevalecia na região Centro-Sul.

Segundo o relato de Guerra e Teixeira (2000), no caso específico da Bahia o resultado prático dessa política foi a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA), em 1966. Não bastassem os incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal, foi montada uma explícita política industrial, setorial e regional no âmbito do governo do estado da Bahia, a qual tinha o intuito maior de fomentar a vinda de indústrias. Tomando a indicação fornecida por Carvalho Junior, Pessoti e Pereira (2002),

[...] além de participar diretamente de alguns empreendimentos, com estudos, investimentos e infraestrutura, o Governo Estadual concedeu um amplo conjunto de incentivos fiscais e financeiros, o que possibilitou ao capital privado reduzir drasticamente o risco de sua participação no processo produtivo e garantiu vantagens comparativas à Bahia em relação aos demais estados do Nordeste. (CARVALHO JUNIOR; PESSOTI; PEREIRA, 2002, p. 12).

Daí em diante, segundo esses mesmos autores, a trajetória desse estado rumo à industrialização não teve mais volta, tornou-se, por assim dizer, inexorável .

A confirmação dessa realidade vem logo na década de 1970, mais precisamente, a partir da sua segunda metade, com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, empreendimento esse que compunha uma das diretrizes do II PND.

Esse é de fato o acontecimento que faz com que a economia baiana perca, de maneira definitiva, o seu perfil agrário-exportador, fortemente apoiado na atividade cacaueteira, e passe a ser uma referência nacional nos setores químico — notadamente a petroquímica — e metalúrgico. O avanço das atividades relacionadas a esses setores de atividade em território baiano se deveu basicamente, a três motivos: o primeiro, refere-se a existência no estado da Bahia de uma base técnica, fruto do fato desse estado já possuir uma refinaria de petróleo e ser, a essa altura, o maior produtor desse bem no país; o segundo, associa-se à carência no plano nacional de determinados insumos básicos indispensáveis à mobilização da indústria de transformação localizada no Centro-Sul; terceiro, por seu turno, guarda relação com o fato de que o Governo Federal ter entre seus objetivos prioritários a redução dos desequilíbrios regionais (GUERRA; TEIXEIRA, 2000).

Tal como pode ser comprovado através das informações que constam da Tabela 1, a economia baiana, na década de 1960, apresentava a seguinte composição setorial do PIB: a agropecuária (setor primário) responsabilizava-se por cerca de 40,0% desse agregado; a indústria (setor secundário), por sua vez, contribuía com 12,0% e os serviços (setor terciário) com 48,0%.

Tabela 8 – Composição setorial do PIB, Bahia, 1960/1970/1980/1990/2000/2010

Períodos	Setores (%)		
	Primário	Secundário	Terciário
1960	40,0	12,0	48,0
1970	21,2	12,4	65,4
1980	16,64	31,6	52,0
1990	15,2	31,9	52,9
2000	10,0	41,3	48,7
2010	7,2	30,3	62,5

Fonte: SEI (2014).

Essa distribuição muda radicalmente nos anos 1970, posto que o setor primário vê a sua participação no PIB diminuir quase pela metade — movimento esse que é compensado por uma enorme ampliação da participação dos serviços e uma, ainda, tímida elevação da participação da indústria. Nos anos 1980, assiste-se tanto à continuidade do processo de perda de participação do setor primário na composição do PIB quanto a uma diminuição da participação do setor terciário na

formação desse agregado; movimentos esses que são compensados pela ampliação da importância do setor secundário.

Quem consegue captar muito bem esse verdadeiro processo de conversão da economia baiana — deixando de ser uma economia, como já se disse, tipicamente agrário-exportadora e passando a ter uma feição industrial bem definida e estruturada — é Menezes (2000), na passagem em que diz:

[...] o fato é que, a cada bloco de investimentos industriais, mudava a economia baiana. Uma indústria inicialmente limitada, situada numa economia de base agrário-exportadora, transformava-se estruturalmente à medida que os grandes investimentos, concentrados no tempo, ocorriam. E esses grandes empreendimentos, por sua vez, alteravam não apenas o ritmo de expansão do PIB, como, principalmente, através de seus impactos indiretos, traziam consigo uma demanda derivada que dava origem a novos setores e oportunidades de investimento, modernizando e complexificando a economia baiana — e alterando, dessa maneira, a sua forma de funcionamento e as suas relações com o restante da economia nacional. (MENEZES, 2000, p. 75).

A despeito de serem ativadas, como bem disse Guerra e Teixeira (2000), por circunstâncias exógenas e espasmódicas — na medida em que dependeu de capitais forâneos e da forte presença estatal, se dando de modo bastante concentrado no tempo — essas mudanças na base produtiva criaram, inequivocamente, um mercado consumidor de novos produtos industriais.

Desde a mudança da capital da província da Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763, até meados do Século XX, a elite da Bahia era formada por famílias tradicionais, conservadoras e oriundas das oligarquias agroexportadoras (café, açúcar, fumo e cacau). Essa elite, temendo a perda da condição privilegiada que a sustentava, rechaçava qualquer mudança de direcionamento econômico que ameaçasse a ordem social vigente.

Segundo Spinola (2012), havia na Bahia, por conta do coronelismo arraigado e do sentimento oligárquico da época, uma série de disputas políticas internas (que atrapalhavam qualquer esforço comum de planejamento) e externas (de oposição sistemática ao governo central). Por conta disso, o período marcado pela dinamização da industrialização, em consequência da implantação do Modelo de Substituição de Importações (MSI), iniciado a partir de 1930, foi caracterizado por uma participação tímida da Bahia, que se limitou a incorporar alguns projetos industriais de pequeno e médio portes, com tecnologia obsoleta em relação até à já

atrasada indústria nacional.

Essa realidade foi muito bem captada por Uderman (2008), quando informa que

Ao final da primeira metade do século XX, a economia baiana caracterizava-se por um modelo de produção primário-exportador de baixa produtividade, estrutura fundiária e padrão tecnológico arcaicos, subordinado ao desempenho da produção de cacau para exportação. O setor agropecuário, que empregava, em 1950, 75% da população economicamente ativa, representava cerca de 87% da renda interna estadual. (UDERMAN, 2008, p. 151).

Com efeito, até meados da década de 1950, a indústria baiana era pouco significativa no cenário nacional e os poucos estabelecimentos existentes (sobretudo nas áreas alimentícia e têxtil), frutos de um processo histórico de pouco investimento, se caracterizavam como “quase artesanais”, sem vantagens de escala ou de diversificação. Tal quadro indicava, portanto, uma situação de total desvantagem em relação à economia nacional e preconizava as bases para o subdesenvolvimento do estado, despertando o interesse de autores que apontavam a necessidade de ações focadas na dinamização da indústria. Tais autores – Almeida (1950), Mariani (1957) e Aguiar (1958) –, na concepção de Uderman (2008), não só buscavam explicar a situação histórica como apontavam aspectos de contenção a serem combatidos como, por exemplo, a subcapitalização e o atraso técnico que imperavam.

Para tentar reverter esse quadro, foi elaborado, em 1959, o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB), considerado um dos planos de maior relevância para a expansão industrial baiana. Em linhas gerais, esse documento recomendava uma política de industrialização que criasse condições para a implantação de uma infraestrutura indispensável para o funcionamento de um parque industrial concentrado em áreas propícias do território estadual.

Nesse período, era bastante nítido o interesse na implementação da indústria petroquímica na Bahia, situação essa que estava em perfeita sintonia/congruência com o desenho que constava dos planos industriais nacionais, uma vez que a Petrobrás foi elemento essencial nesse processo. Destarte, a entrada em operação da Refinaria Landolfo Alves, bem como a criação da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e dos distritos industriais, ocasionaram uma mudança perceptível na constituição do PIB do estado, assumindo a atividade industrial maior importância do

que a agropecuária.

No entanto, os investimentos para a dinamização da indústria baiana não se refletiram em desconcentração efetiva em relação ao interior. Segundo a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), apesar das iniciativas levadas a termo para interiorizar a indústria, em 1970, 81% do valor da transformação industrial da Bahia estava concentrado na RMS.

O quadro atual da industrialização na Bahia mostra que ainda persistem algumas iniciativas de fixação do investimento industrial em pontos estratégicos do interior do estado (montadoras de computadores na região cacauzeira, calçados na região de Jequié, agronegócio do vinho na região de Juazeiro) e tentativas de redinamização do Centro Industrial do Subaé (CIS), instalado, em 1983, na região de Feira de Santana.

Por falar no CIS, cabe informar, em função do propósito almejado por este estudo, que foi o primeiro distrito industrial do interior do Estado. De acordo com a percepção de Spinola (2003),

[...] diversos fatores contribuíram para a sua criação, dentro os quais a localização privilegiada de Feira de Santana, a preexistência de pequenas manufaturas (notadamente nos ramos de confecções e metalurgia), a disponibilidade de incentivos fiscais concedidos pela SUDENE e a presença, no município, da Fundação Centro de Desenvolvimento Industrial (Cedin). (SPINOLA, 2003, p.185).

Vale notar que a despeito de fatores como a não concentração espacial (o CIS se dividiu entre Tomba/São Gonçalo e a BR-324, dificultando estratégias de aglomeração industrial) e dos entraves típicos de disputas políticas eleitorais, tal distrito conseguiu atrair indústrias e em 1998, segundo informações da FIEB (2011), contava com 71 empresas instaladas e 8.031 trabalhadores, cerca de 114 empregados por empresa. Em 2012, segundo a mesma fonte de dados, constatou-se que o CIS possuía 129 indústrias de transformação instaladas e 10.200 empregados, média de 79 trabalhadores por empresa. Apesar dessa média poder ser considerada baixa, havia, no entanto, empresas que apresentavam números absolutos expressivos, em termos de contratação de mão-de-obra, como a Pirelli (com 1.595 empregados). Contrastando com essa realidade, havia também grandes indústrias com baixo número de empregos, se ponderados o investimento para sua implantação (privado e público) e a capacidade instalada, tais como a Nestlé (347

trabalhadores) e a Kaiser (165 trabalhadores).

4.4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE FEIRA DE SANTANA E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Feira de Santana tem sua origem marcada no século XVII, tendo a criação de gado e a sua conseqüente comercialização como fator impulsionador inicial. Ainda na posição de povoado, segundo Lima (2008) a posição ocupada por onde seria Feira de Santana já era estratégica, pois estava entre a Região do Recôncavo (e a integração com Salvador via Cachoeira) e as pastagens de Mundo Novo, Jacobina e Médio São Francisco. Entre os séculos XVII e XVIII, a localização estratégica e a disponibilidade de água (essencial para os rebanhos viajantes ou em espera para comercialização) favoreceram o surgimento de um pequeno arraial e, posteriormente, uma feira semanal. Abaixo estão expressos alguns marcos históricos importantes na consolidação de Feira de Santana como município:

- a) Elevada à condição de vila, em 1833, com território desmembrado de Cachoeira.;
- b) Lei provincial de junho de 1873 estabeleceu condição de cidade, com o nome de Cidade Comercial de Feira de Santana;
- c) Nome simplificado para Feira, através de decretos estaduais de 1931;
- d) Decreto de 1938 constitui a denominação do município para Feira de Santana e estabelece seus distritos: Bomfim de Feira, Humildes, Ipuacu, Jaguará, Jaíba, Maria Quitéria e Tiquaruçu. A mesma lei estabelecia outros distritos que hoje se tornaram municípios: Anguera, Pacatú (Santa Bárbara) e Tanquinho.

Com toda essa vocação comercial em sua origem, é natural que o comércio centralizasse a economia do município até a primeira metade do século XX. Poppino (1968, p. 76 e p. 246) afirmava que:

Ao longo da primeira metade do século XX, sua importância permaneceu. A cidade, em processo de modernização, constituía-se no centro comercial líder do interior, na fronteira da capital Salvador com o sertão, do recôncavo aos tabuleiros do semiárido da Bahia [...] Em menos de um século e meio, Feira de Santana transformou-se de região pastoril, quase desconhecida, de escassa população, numa das comunidades mais ricas e mais densamente povoadas do

sertão baiano. Essa importância explica-se pela feliz combinação de fatores geográficos e humanos que fazem de Feira de Santana a “Princesa do Sertão”.

De essencialmente agrícola, Feira de Santana passou a ostentar um forte desenvolvimento na atividade comercial e, a partir das políticas nacionais e estaduais, na segunda metade do século XX, foi marcada por iniciativas focadas na industrialização. Segundo Lima (1998, p. 54) “Feira de Santana, o mais importante polo de desenvolvimento do interior baiano, dentro desse contexto, sofreu influência de todo o ideário desenvolvimentista a partir da instalação do Centro Industrial do Subaé (CIS), nos anos 1970, que permanece até os dias de hoje”.

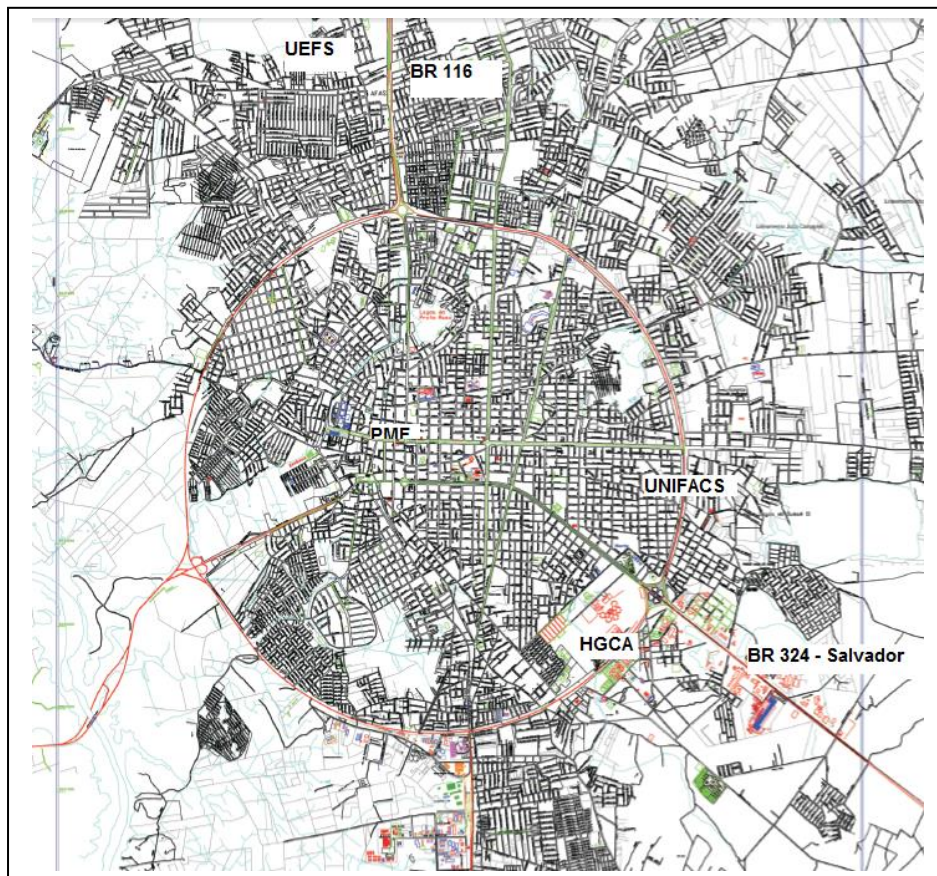
4.4.1 Feira de Santana como entroncamento rodoviário: oportunidade se constituindo em ameaça

A localização de Feira de Santana é estratégica sob várias perspectivas: proximidade com a capital do estado, confluência de rodovias federais e estaduais e ponto intermediário entre diversos municípios do Semiárido e Recôncavo. O entroncamento rodoviário foi tão relevante na formação contemporânea de Feira de Santana que a parte central da cidade se localiza dentro de um anel de contorno. Esse anel interliga as seguintes rodovias: BR-324, BR-116, BR 101, BA 052, BA 503 e BA 504. Há ainda a possibilidade de interligação com a BR 242 e a BR 110, o que possibilita rota preferencial de Salvador para o interior e interligação do Norte e Nordeste do país com as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Entende-se que Feira de Santana apresenta algumas características, principalmente no aspecto da sua constituição urbana, que se revertem em potencialidades para o seu desenvolvimento (centralidade, congruência de rotas, proximidade com a capital) e também em ameaças (devido à centralidade, utilização da sua estrutura pública acima da capacidade instalada, como é o caso do Hospital Geral). O “anel de contorno” ou Avenida Eduardo Fróes da Mota, outrora elemento essencial para o direcionamento urbano da cidade, demanda intervenções no seu dimensionamento sob o risco de se tornar fator de inviabilização para o potencial logístico do município. Na Figura 6, abaixo, é possível perceber como Feira de Santana se desenvolveu dentro e em torno do anel de contorno – Avenida Eduardo Fróes da Mota. Foram marcados na imagem alguns pontos de referência: BR 324 –

Principal ligação com Salvador, BR 116- ligação com o Norte da Bahia e do país, Hospital Geral Clériston Andrade (Hospital público que concentra os atendimentos de urgência/emergência dos municípios que gravitam em torno de Feira de Santana), Prefeitura Municipal, e as duas Universidades com campus instalados na cidade: Universidade Estadual de Feira de Santana e Universidade Salvador.

Figura 6 – Delimitação da mancha urbana da cidade de Feira de Santana



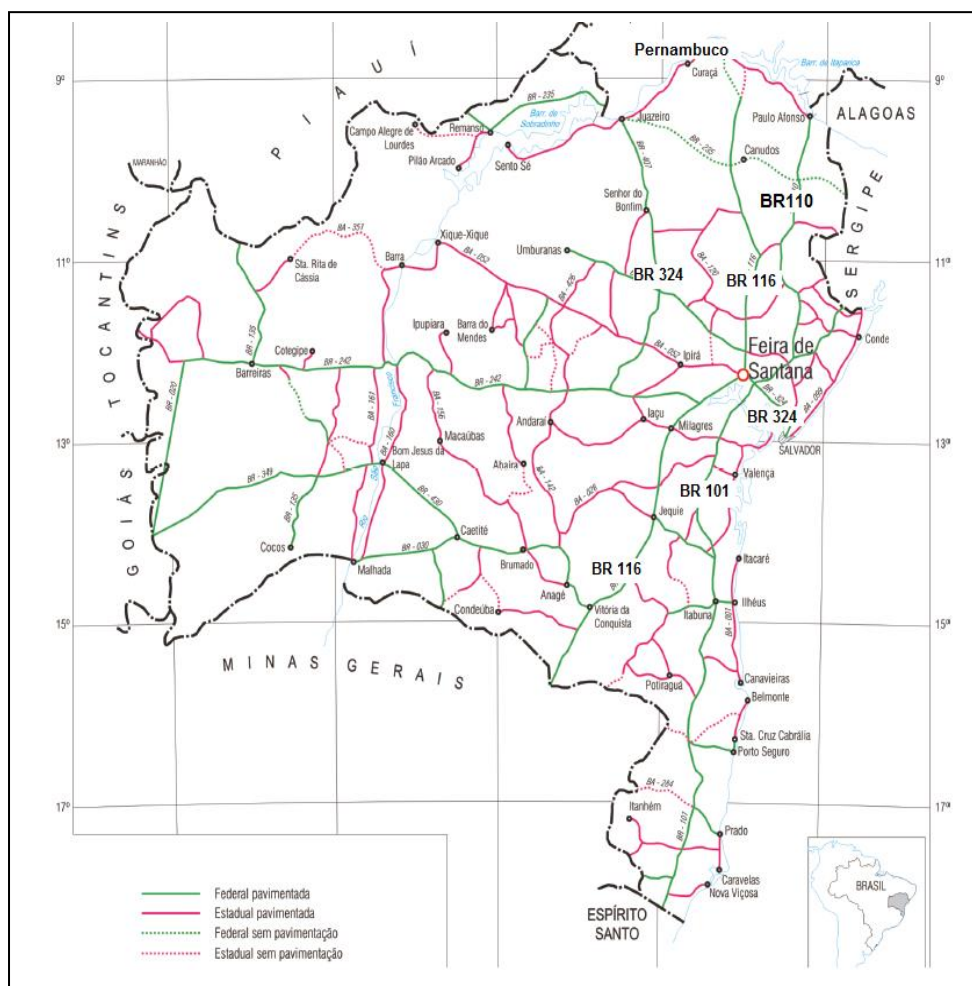
Fonte: Observatório Astronômico Antares – UEFS (2012).

O anel viário de Feira de Santana, em vermelho na Figura 6, chamado popularmente de “Anel de Contorno” tem a atual constituição desde o início da década de 1970 e teve por objetivo interligar o fluxo de diversas rodovias federais (BRs 324, 101 e 116) e estaduais (BAs 52, 84 e 502). Para a cidade, além dos benefícios oriundos de um facilitador logístico (dinamizando os negócios da região), foi determinante na sua estrutura urbana (delimitando um “centro” e suas periferias) e agilizando o trânsito local, uma vez que diminuía o fluxo pelas vias internas, dos veículos que estavam apenas “passando” pela cidade. Depois de quatro décadas, no entanto, a expansão da estrutura urbana da cidade (estabelecimento de

residências e atividades empresariais para além do anel viário), o aumento da população urbana (280 % entre 1970 e 2010) e a visível elevação no fluxo de cargas que se dirige ou simplesmente “passa “ pela cidade transformaram o anel viário de Feira de Santana (com, praticamente, a mesma estrutura que dispunha na década de 1970) em um entrave para a cidade e seu desenvolvimento, uma vez que se constitui um gargalo capaz de anular as vantagens logísticas advindas de sua localização.

A Figura 7, a seguir, representa graficamente justamente o encontro de estradas que forma o entroncamento rodoviário tão estratégico para Feira de Santana.

Figura 7 – Feira de Santana: Principais rodovias estaduais e federais



Fonte: DERBA (2008).

Durante certo período (entre 1860 e 1950) os modais rodoviário e ferroviário se desenvolveram com a mesma intensidade, o que gerou efeitos positivos na

atividade econômica de Feira de Santana. Sob a introdução e decadência do modal ferroviário, Poppino (1968) e Lima (2008) apontam que a evolução dos transportes nesse período levou a cidade à categoria de principal centro comercial do interior da Bahia. Para Lima (2008, p. 55):

A introdução do transporte ferroviário, ligando a cidade de Feira de Santana ao litoral, via Cachoeira, inaugurado em 1876, foi o primeiro grande benefício para a agricultura, pecuária e o comércio da cidade [...] A estrada de ferro Feira de Santana-Cachoeira era administrada pela companhia de capital inglês *The Brazilian Imperial Central Bahia Railway, Company Limited*, e era constituída de material rodante com 56 unidades, sendo 40 vagões para transporte de gado e cargas.

O modal ferroviário começou a entrar em decadência no Nordeste, tendo por causa a falta de maior dinamização na atividade industrial na região. Em Feira de Santana, a decadência se iniciou na primeira metade dos anos 1930 e a concentração no modal rodoviário passou a ser mais presente. O título desta seção questiona se a concentração no modal rodoviário se constitui em uma ameaça ou oportunidade. Entende-se que a confluência de rodovias foi e é fator relevante para a localização empresarial em Feira de Santana. No entanto, concentrar o escoamento e a cadeia de suprimentos apenas nesse tipo de transporte, compromete sobremaneira a competitividade das empresas instaladas no município e, o que se apresentou durante muito tempo como oportunidade, pode se constituir em ameaça. Segundo Fleury *et al* (2008) o custo médio no Brasil da tonelada transportada por quilômetro rodoviário é de U\$ 22. Esse custo é considerado elevado tanto por conta das próprias especificidades dessa categoria de transporte, quanto pelas condições da maioria das rodovias brasileiras: saturadas, inseguras e mal conservadas.

Segundo o Plano de Infraestrutura Logística (PIL), organizado pelo Conselho Federal de Administração (CFA) em 2013, 60 % de tudo que é transportado no Brasil utiliza o modal rodoviário. A título de comparação com outros países continentais, nos Estados Unidos esse índice é de 24 % e na Austrália, 26 %. Em nosso caso, ainda há o agravante da precariedade das rodovias. O documento ora mencionado aponta que ao contrário do que deveria ocorrer, a situação das estradas federais, em termos de conservação, apresentou piora do ano de 2011 para 2012, conforme constatou a 16ª Edição da Pesquisa Confederação Nacional de Transportes (CNT)

de rodovias. O estudo ressalta que, em 2011, 57,4% da malha pesquisada foi classificada como Regular, Ruim ou Péssima.

Enquanto o custo por quilômetro transportado da tonelada é de U\$ 22 através das rodovias, o transporte via estradas de ferro apresenta um custo de U\$ 13 (FLEURY *et al*, 2008). Esse tipo de modal é indicado para transportes acima de 800 quilômetros e, assim como qualquer outro tipo, não deve ser utilizado sem interação com outros modais. Segundo Plano de Infraestrutura Logística (2013) há, no Brasil, apenas 25 mil quilômetros de linhas férreas em operação. No entanto, há o planejamento por parte do Governo Federal, em ampliar drasticamente esse modal. Além das privatizações, é planejada a construção de mais 40 mil quilômetros de linhas férreas até 2020, com um investimento estimado em R\$ 200 bilhões (investimento público e privado).

Sabe-se que tal projeto depende de variações econômicas e que seu ritmo varia na proporção da disponibilidade de recursos dos setores privado e público (principalmente). De concreto na Bahia, há o projeto da construção da Ferrovia Oeste-Leste que estranhamente não possui interligação com o principal entroncamento rodoviário do estado, conforme pode ser observado na Figura 8.

Figura 8 – Projeção da Ferrovia Oeste-Leste



Fonte: Adaptado de CFA (2014).

Pode-se dizer que há relativo aproveitamento do potencial locacional de Feira de Santana através da malha rodoviária. No entanto, considera-se uma falha estratégica o não aproveitamento no passado e a não inclusão para projetos futuros do modal ferroviário como possibilidade de integração com o entroncamento rodoviário. Há ainda a possibilidade do modal aeroportuário que deve ser encarado

como um projeto de desenvolvimento e não apenas uma plataforma política para épocas eleitorais. Hoje há um terminal de aviões no município, mas que atende apenas passageiros e em quantidade e variedade de voos reduzida (um voo por semana para Minas Gerais). A implementação e integração de outros modais exige grandes investimentos e planejamento em conjunto das esferas pública (federal, estadual e municipal) e privada. Nesta concepção, há o planejamento por parte do Governo do Estado, para a construção de uma ponte entre Salvador e a Ilha de Itaparica. Apesar de estar ainda em fase de estudos e captações de recursos, o que eleva a complexidade do empreendimento, sua efetivação pode se constituir em uma ameaça à centralidade de Feira de Santana e do seu fator de “localização privilegiada” ou “rota obrigatória” para o fluxo de cargas. Faz-se necessária a realização de estudos e planejamentos com os possíveis impactos do acréscimo deste modal de transportes.

Na atual conjuntura e com a evidente necessidade por parte das empresas em reduzir custos e tempo de processos visando a competitividade global, a disponibilização de um modal logístico obsoleto ou subdimensionado como principal (ou única) opção se constitui em desvantagem competitiva e locacional para Feira de Santana.

4.5 CENTRALIDADE DE FEIRA DE SANTANA E SUA INSERÇÃO REGIONAL

Nesta seção pretende-se abordar a centralidade urbana de Feira de Santana e seu posicionamento como capital regional. Para isso, será feita uma breve exposição teórica sobre os autores considerados relevantes na análise proposta. Em seguida, serão apresentadas informações e análises sobre Feira de Santana e suas relações na dinâmica regional.

4.5.1 Feira de Santana : entre o monocentrismo inicial e as perspectivas de um policentrismo

Feira de Santana originou-se em uma fazenda estrategicamente localizada (próxima à principal estrada por onde trafegavam as boiadas e os tropeiros). Os proprietários da fazenda Santana dos Olhos D'água construíram uma capela no início do século XVIII sendo tal fato de grande relevância para as primeiras

aglomerações constatadas. Além da construção da capela, outros fatores influenciaram para uma concentração populacional significativa, segundo Lima (2008) e Carvalho (1958) esses fatores foram a existência de senzalas de escravos, de casebres dos trabalhadores livres e a presença de arrendatários de terras. Em volta da capela e dentro da fazenda os visitantes e residentes se reuniam para orações, visitas e negócios. A origem de Feira de Santana se coaduna com o disposto por Hassenpflug (2007, p.2) quando expressa a ideia de cidade e de centro:

As ideias de cidade e do centro estão sempre ligadas. As primeiras e as antigas cidades da história eram híbridos de casas de imperadores divinos: templos e palácios, assim como aquelas derivadas de lugares sagrados centrais [...] A poderosa magia dos antigos lugares sagrados de reuniões de ritos e cultos os fez finalmente muitíssimo atrativos para os então chamados grandes indivíduos. [...].

Com o crescimento da atividade comercial, aumento da urbanização e iniciativas de industrialização a cidade, ao longo dos Séculos XIX e XX, se expandiu e abandonou a centralidade da Fazenda Olhos D'água, mantendo, no entanto, a característica monocêntrica, conforme demonstra a Figura 9.

Figura 9 – Feira de Santana sob a perspectiva monocêntrica



Fonte: GoogleMaps (2015).

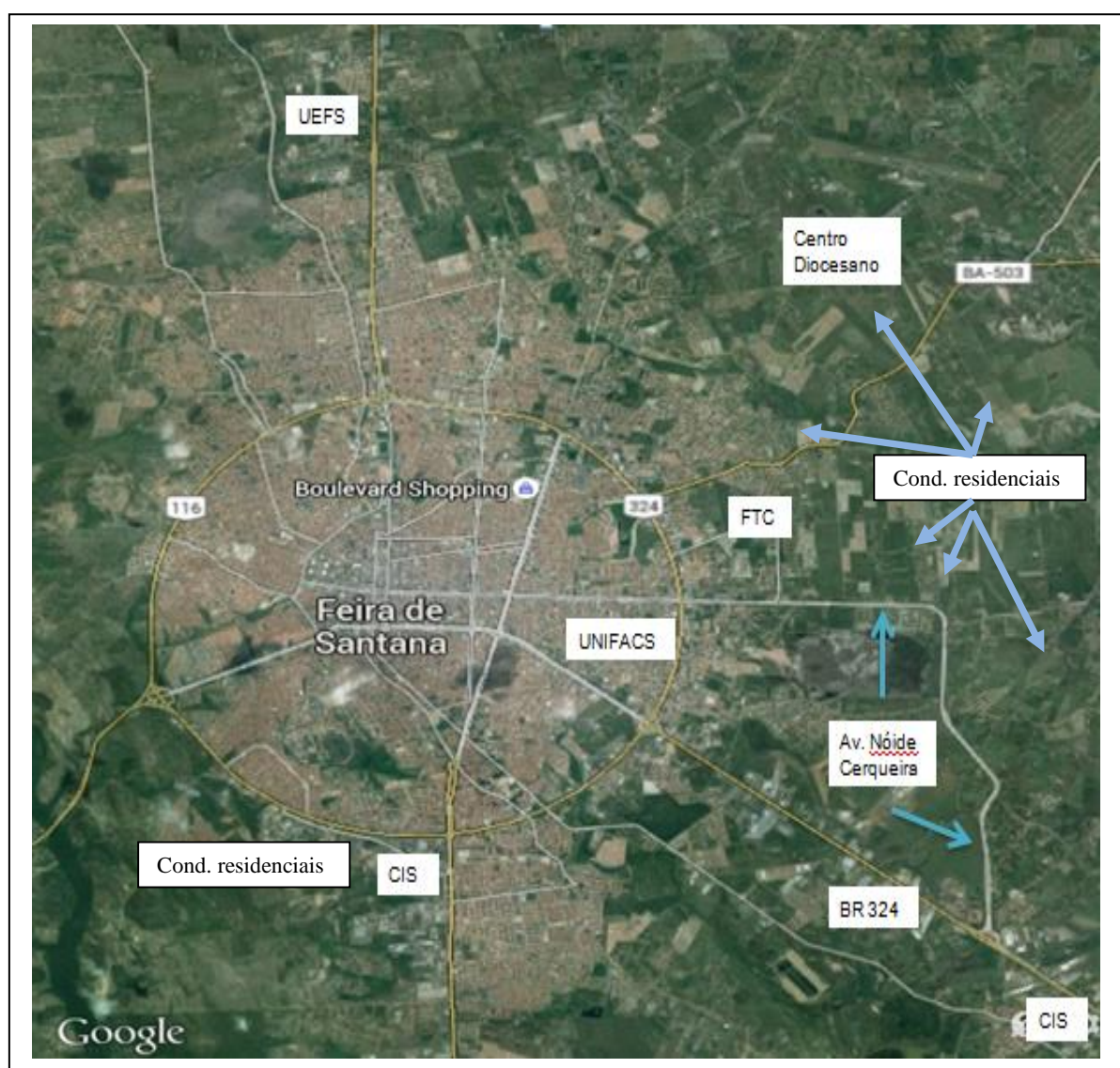
Até meados da década de 1980, pouco era perceptível a concentração de pessoas fora do anel de contorno (Avenida Eduardo Fróes da Mota), sendo esse relegado à migrantes e pessoas com baixa condição social. A cidade se organizava em torno de um centro comercial, que concentrava serviços de saúde, educação e entretenimento (clube, cinema e filarmônicas). Também no centro de Feira de Santana estavam as principais atividades comerciais e administrativas (sede da prefeitura municipal). O interior do anel de contorno abrigava as residências mantendo, claramente, uma estratificação social com a distinção de uma área considerada nobre, que abrigava / abriga empresários, políticos e famílias “tradicionais”.

Nos últimos anos (meados da década de 1990 e anos 2000), foi possível identificar iniciativas visando a implementação de outras áreas, além do centro da cidade para atividades comerciais e industriais, além da qualificação da utilização do espaço fora do anel de contorno: expansão imobiliária com a construção de condomínios em áreas periféricas e antes desvalorizadas, qualificação da malha viária urbana, construção de viadutos, facilitando o acesso para áreas fora do Anel de Contorno (áreas antes desvalorizadas), instalação de empreendimentos educacionais de nível superior (anteriormente apenas a UEFS marcava atuação nessa área), implantação de um *shopping center* (desconcentrando a atividade comercial, antes exclusiva do centro da cidade) e a construção da Avenida Nóide Cerqueira, que liga o centro da cidade à BR 324 e abriga projetos comerciais e residenciais. Ressalte-se aqui que dois empreendimentos de grande relevância na cidade datam de período anterior ao mencionado no início deste parágrafo: a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e o Centro Industrial do Subaé (CIS).

Do ponto de vista territorial, é possível dizer que o município de Feira de Santana é relativamente pequeno para seu porte demográfico e econômico (aproximadamente 1338 quilômetros quadrados, segundo o IBGE). Desta forma, a expansão imobiliária trouxe à evidência a estratégia de expandir o processo de urbanização do município para as áreas periféricas, desconcentrando residências (condomínios) e, em segundo momento, empreendimentos comerciais e na área de serviços, para áreas periféricas. Essa desconcentração exige do poder público local

o provimento de estruturas urbana e social básicas (postos de saúde, escolas, vias pavimentadas, saneamento, transporte coletivo e segurança). Neste aspecto, percebe-se um descompasso entre tal processo de desconcentração e o provimento da estrutura citada. A Figura 10, a seguir, situa os elementos aqui citados:

Figura 10 – Feira de Santana: perspectiva de desconcentração



Fonte: GoogleMaps (2015).

Sobre a necessidade de expansão em relação ao centro, buscando alterar a característica de monocêntrica para policêntrica, Pereira et al (2011, p. 10) afirma que:

O modelo da cidade monocêntrica é uma das principais contribuições para o estudo de densidade.[...] A intuição é de que as famílias enfrentam um *trade-off* entre os locais de moradia e os custos de deslocamento para os locais de trabalho. Essa é uma das mais robustas contribuições para entender a formação das estruturas urbanas. Embora ainda sejam dominantes em estudos de economia urbana, as críticas contra o modelo de cidades monocêntricas são bem conhecidas. A partir dessas críticas, alguns modelos de cidades policêntricas tem sido desenvolvidos, tentando quebrar algumas de suas premissas heroicas. Fujita e Ogawa (1982) foram os primeiros a propor um modelo de cidade policêntrica, onde os moradores e empresas decidem sua localização simultaneamente.

Obviamente, a localização e decisão de expansão das atividades econômicas e sociais de uma cidade para um novo subcentro leva em consideração uma série de interesses e conciliá-los é uma tarefa complexa. No caso de Feira de Santana, como em outras cidades médias, esses interesses passam pela expansão imobiliária, valorização de terrenos, temor de um possível enfraquecimento do centro da cidade (prejuízo ao comércio) e disponibilidade do poder público para investimento em infraestrutura e serviços para o atendimento aos moradores, empreendedores e usuários das novas áreas. Ainda hoje, são comuns entre moradores de condomínios e Bairros de periferia reclamações sobre a falta de infraestrutura de transportes e serviços públicos essenciais (saúde, segurança, educação). Até a disponibilização de *Internet* em banda larga é precária em tais localidades, o que prejudica principalmente a instalação de empreendimentos comerciais.

4.5.2 Feira de Santana e sua regionalização

Sabe-se que diversos critérios são aplicados quando se pretende estudar a divisão do espaço geográfico de uma região. Tais critérios levam em conta aspectos físicos, históricos, locacionais, econômicos e sociais e abrangem grande diversidade de conceitos e metodologias distintas. As possíveis abordagens de regionalização, tendo como foco Feira de Santana, são:

a) **Territórios de Identidade** : constituídos pelo Governo do Estado da Bahia com o objetivo de abordar de forma mais pragmática a realidade de cada região essa metodologia de abordagem substituiu, na prática, o modelo das Regiões Econômicas, utilizado anteriormente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN). Segundo informações obtidas no sítio da SEPLAN, o território de identidade é conceituado “como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial”. A Figura 11, abaixo, representa os 27 territórios de identidade da Bahia.

Figura 11 – Perspectiva dos Territórios de Identidade da Bahia



Fonte: SEPLAN-BA (2015).

Feira de Santana centraliza o Território Portal do Sertão. Como sugerido pela sua nomenclatura, tal território de identidade faz parte de uma estratégia governamental que busca centralizar a análise de problemas e potencialidades regionais ligadas à questão do semiárido e das questões históricas que incidem sobre o homem sertanejo (principalmente alternativas para o convívio com a seca) Na Tabela 9 estão listados os municípios que fazem parte desse território, além de informações relativas à população, índice de desenvolvimento humano municipal e distribuição do pessoal empregado por setor econômico. Observa-se que tal território se constitui em um desafio tanto pelos seus problemas históricos quanto pela disparidade demográficas, econômicas e culturais entre os municípios que o constituem.

Tabela 9 – Municípios do Território Portal do Sertão

Cidade	Pop 2010	IDHM 2010	Pessoal ocupado – 2010							
			Ext Min	Ind Transf	Serv Ind	Const Civil	Com	Serv	Adm Pub	Agro
Água Fria	15731	0,550				3	49	19	651	147
Amélia Rodrigues	25190	0,666		208		101	336	170	821	1529
Anguera	10242	0,589					28	7	553	9
Antônio Cardoso	11554	0,561		1		19	89	26	424	71
Conc da Feira	20391	0,634		101			220	71	720	834
Conc do Jacuípe	30123	0,663	84	1813		158	1148	2218	633	138
Coração de Maria	22401	0,592		269		5	209	85	992	68
Feira de Santana	556642	0,712	174	19905	858	11302	33220	30260	6995	1190
Ipecaetá	15331	0,55					11	11	854	17
Irará	27466	0,62		24		3	373	174	1349	21
Sta. Bárbara	19064	0,583	11	23			245	70	666	11
Santanópolis	8776	0,592		1			10	8	330	12
Sto. Estevão	47880	0,626		2830		39	1001	339	1575	24
São Gonçalo	33283	0,627		1969		24	330	324	624	148
Tanquinho	8008	0,597		6		8	59	62	324	31
Teodoro Sampaio	7895	0,594		7			51	36	286	66
Terra Nova	12803	0,578		349		13	51	65	556	48
Total	872780	0,647 (médio)	269	29475	858	11699	37765	34269	19027	4388

Fonte: Elaboração própria – Adaptado de IBGE (2014) e SEPLAN-BA (2010).

Ao se analisar a Tabela 9, é possível constatar a importância de Feira de Santana como núcleo do Território. Outras inferências podem ser feitas: cidades

- b) **Região Metropolitana de Feira de Santana:** criada através da Lei Complementar Estadual (LCE) nº 35/2011, a criação da região Região Metropolitana de Feira de Santana abrangeu seis municípios em sua fase inicial, com a previsão de inclusão de mais dez municípios em sua fase de expansão. Os municípios previstos na Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), tanto na etapa inicial, quanto na fase de expansão estão expressos na tabela 10:

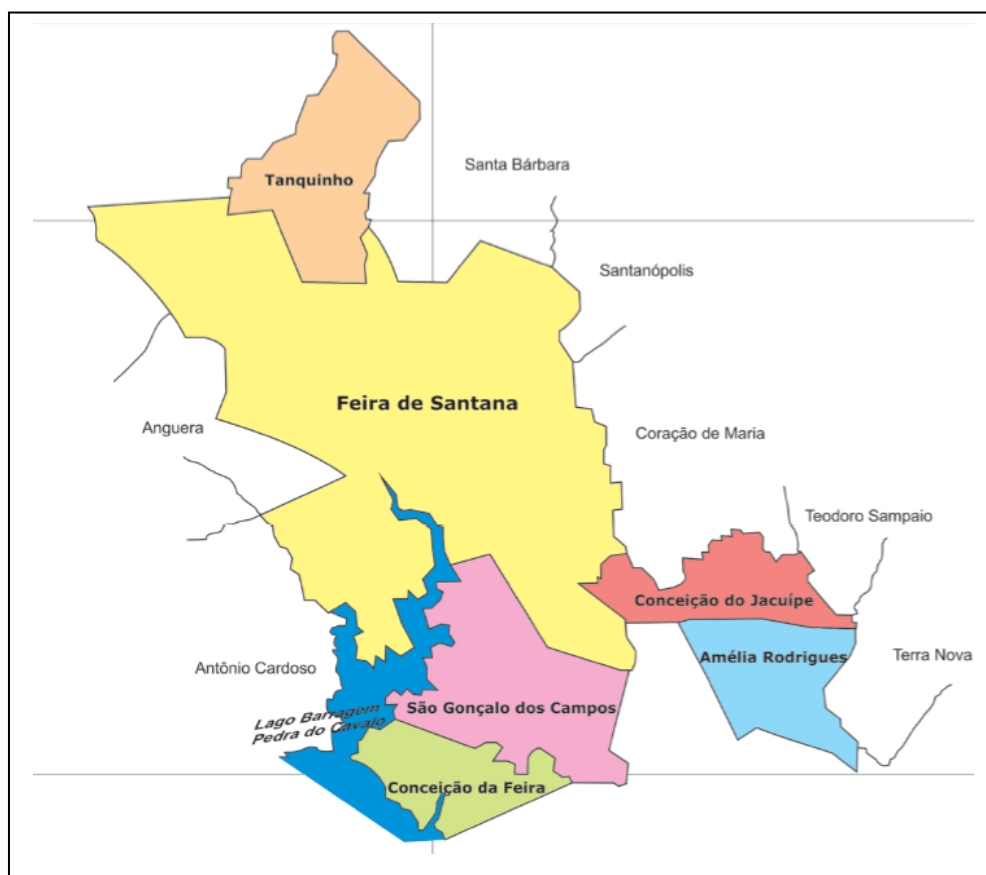
Tabela 10 – Região Metropolitana de Feira de Santana

Municípios contemplados na LCE 35/2011		
Município	Área (km ²)	Pop. (2010)
Feira de Santana	1 362,880	556642
Conceição do Jacuípe	115,680	30123
São Gonçalo dos Campos	293,989	33283
Amélia Rodrigues	124,075	25190
Conceição da Feira	159,776	20391
Tanquinho	209,026	8008
TOTAL	2 265,426	674.437
Municípios previstos na expansão da RMFS		
Município	Área (km ²)	Pop (2010)
Anguera	158,729	10242
Antônio Cardoso	293,217	11554
Candeal	455,278	8 895
Coração de Maria	372,315	22401
Ipecaetá	393,904	15 331
Irará	239,659	27 466
Riachão do Jacuípe	1 190,203	33 172
Santa Bárbara	338,574	19 064
Santanópolis	250,027	8776
Serra Preta	536,892	15 401
TOTAL	3 038,595	172.302

Fonte: IBGE (2015).

A Figura 13 representa a Região Metropolitana de Feira de Santana prevista na lei que a instituiu.

Figura 13 – Região Metropolitana de Feira de Santana



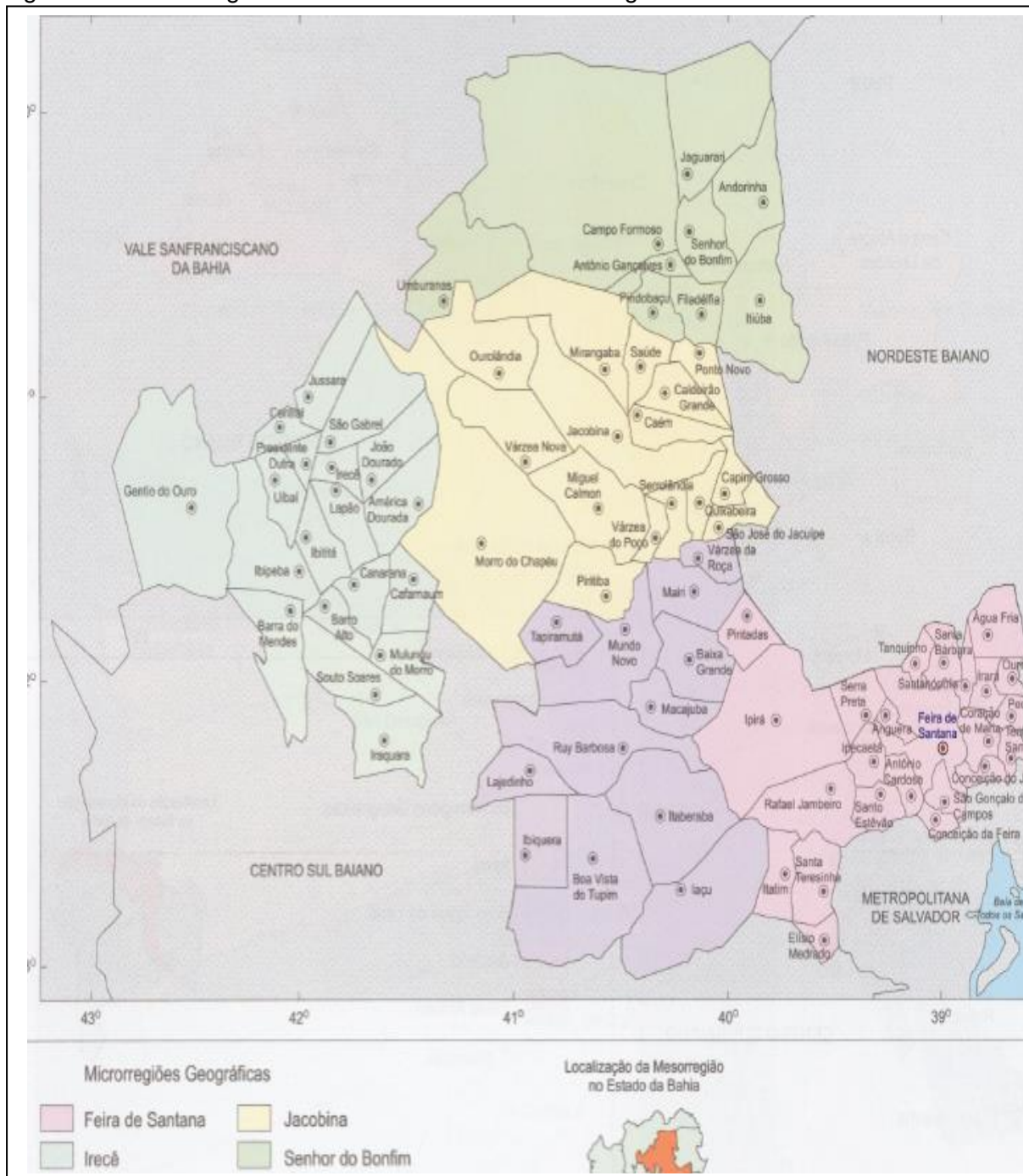
Fonte: Adaptado de IBGE (2012).

A Região Metropolitana, no entanto, ainda não foi viabilizada de forma pragmática. Apesar de já estar instituída legalmente, o objetivo de uma região metropolitana é a viabilização de planejamento e gestão de funções públicas de interesses dos municípios participantes. Não é objeto desta pesquisa a investigação dos motivos da não viabilização do projeto. No entanto, é possível inferir que a assimetria entre os municípios (população e atividades econômicas) em conjunto com a falta de articulação e/ou desinteresse político e administrativo impedem a gestão de empreendimentos conjuntos que se constituiriam em estratégicos para o desenvolvimento de toda a região. Tais empreendimentos seriam nas áreas de saúde pública, educação em todos os níveis, expansão da industrialização, gestão de resíduos sólidos e segurança pública.

c) **Microrregião de Feira de Santana e Mesoregião Centro Norte Baiano:** Segundo Lima (2008), “na divisão regional do Estado da Bahia realizada pelo IBGE, através da Resolução nº 11 de 1990, o município de Feira de Santana ficou inserido

na Microrregião que levou seu nome e na Mesorregião Centro Norte Baiano”, conforme pode ser observado na Figura 13.

Figura 14 – Microrregião de Feira de Santana e Mesorregião Centro Norte Baiano



Fonte: IBGE (2012).

A Mesorregião Centro Norte Baiano contempla as seguintes Microrregiões: Feira de Santana, Irecê, Itaberaba, Jacobina e Senhor do Bomfim. O Quadro 3,

abaixo, relaciona os municípios e populações que fazem parte da Microrregião de Feira de Santana:

Quadro 3 – Municípios da Microrregião de Feira de Santana

Municípios	População (2010)
Água Fria	15731
Anguera	10242
Antônio Cardoso	11554
Conceição da Feira	20391
Conceição do Jacuípe	30123
Coração de Maria	22401
Elísio Medrado	7947
Feira de Santana	556642
Ipecaetá	15331
Ipirá	59343
Irará	27466
Itatim	14522
Ouriçangas	8928
Pedrão	6876
Rafael Jambeiro	22874
Santa Bárbara	19064
Santa Terezinha	9648
Santanópolis	8776
Santo Estevão	47880
São Gonçalo dos Campos	33283
Serra Preta	15401
Tanquinho	8008
Teodoro Sampaio	7895
Total	972431

Fonte: Elaboração própria – Extraído de IBGE (2010).

Entende-se que os critérios de regionalização atendem estudos específicos, mas os três modelos aqui apresentados servem (ou deveriam servir) para orientar políticas públicas de planejamento, investimento e de desenvolvimento. O critério estabelecido pelo IBGE (Micro e Mesorregiões) é essencial na realização de diagnósticos regionais, elaboração de projetos e orienta ações em nível macro e operações de bancos de desenvolvimento. O Governo do Estado da Bahia, por sua vez, deveria utilizar o modelo de Territórios de Identidade para definir ações em demandas comuns dos municípios, tendo interrelação direta com o que deveria ser a Região Metropolitana de Feira de Santana, dentro da sua área de abrangência. Tal diferença de critérios leva à fragmentação de ações e planejamento, possibilitando a sobreposição de ações e investimentos em algumas áreas e carência em outras. Em

comum, nos três modelos de regionalização (Quadro 4) é a *centralidade econômica* de Feira de Santana como núcleo das regiões e/ou territórios.

Quadro 4 – Comparação entre critérios de regionalização

Município	Território de Identidade	Região Metropolitana	Microrregião
Água Fria			
Amélia Rodrigues			
Anguera			
Antônio Cardoso			
Candeal			
Conc da Feira			
Conc do Jacuípe			
Coração de Maria			
Elísio Medrado			
Feira de Santana			
Ipecaetá			
Ipirá			
Irará			
Itatim			
Ouriçangas			
Pedrão			
Rafael Jambeiro			
Riachão do Jacuípe			
Santa Bárbara			
Santa Terezinha			
Santanópolis			
Santo Estevão			
São Gonçalo dos Campos			
Serra Preta			
Sto. Estevão			
Tanquinho			
Teodoro Sampaio			
Terra Nova	x		

Fonte: Elaboração própria – IBGE/SEPLAN (2012).

4.5.3 Feira de Santana como capital regional

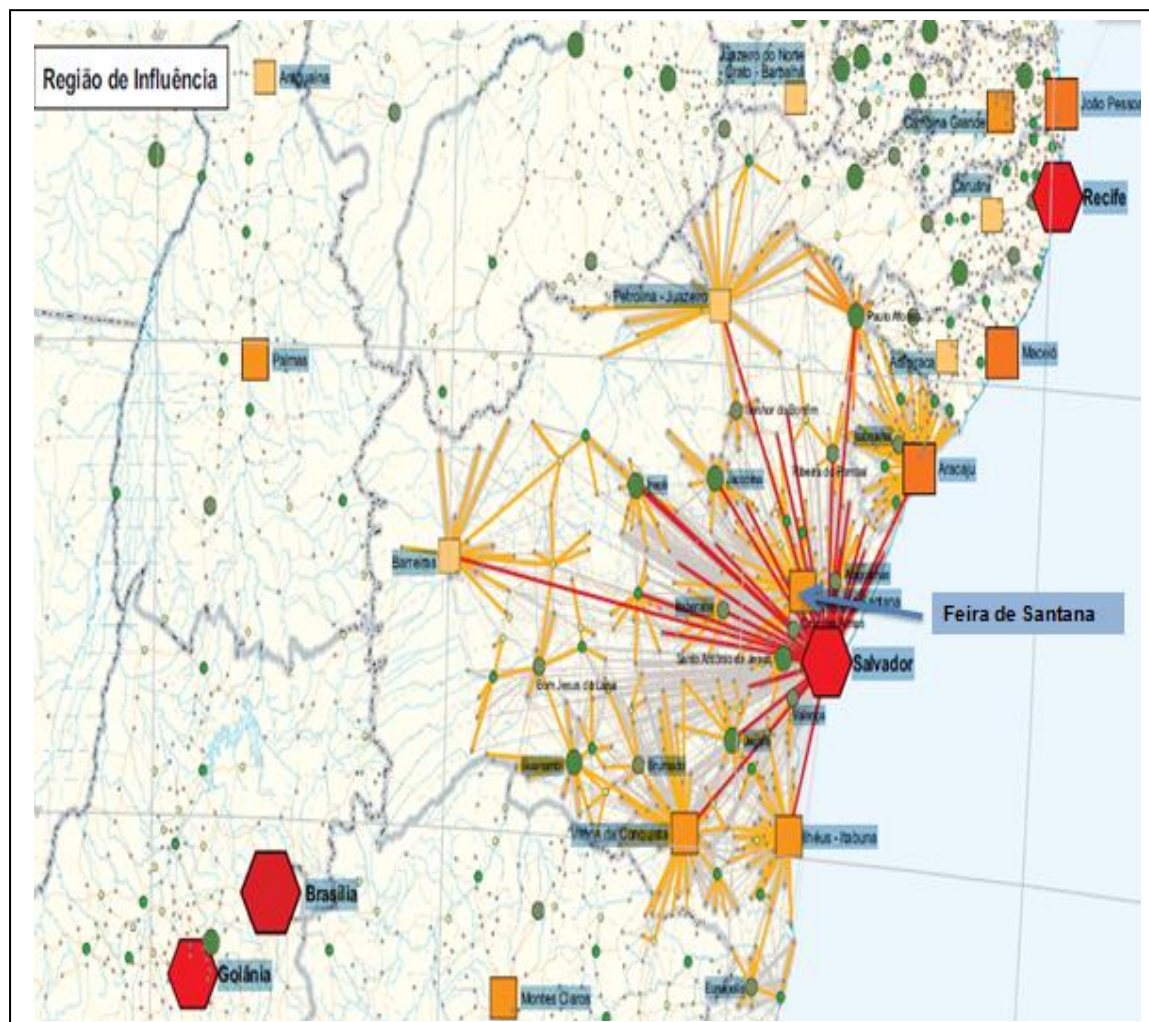
O guia “Regiões de Influência das Cidades (REGIC) ”¹³, publicado pelo IBGE em 2007, traz uma hierarquização dos centros urbanos que será utilizada neste trabalho para situar Feira de Santana e suas relações. Tal critério divide os centros urbanos em :

- a) **Metrópoles:** os doze principais centros urbanos do país (número de habitantes e número de relações entre si). Essas metrópoles são subdivididas em *Grande Metrópole Nacional* (São Paulo), *Metrópole Nacional* (Rio de Janeiro e Brasília) e *Metrópole* (Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre);
- b) **Capital Regional:** são setenta centros no Brasil que se relacionam com o estrato superior da rede urbana, com grande influência de âmbito regional, sendo referência para um conjunto de atividades (econômicas e sociais) entre os municípios que centralizam. **Feira de Santana** é classificada como *Capital Regional B* (são 20 centros com mediana de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos). As cidades classificadas como *Capital Regional A* possuem mediana de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos e as cidades classificadas como *Capital Regional C*, possuem medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos;
- c) **Centro sub-regional:** possuem área de atuação mais reduzida e nível de gestão de menor complexidade. São 169 centros no Brasil com medianas populacionais entre 71 mil e 95 mil habitantes;
- d) **Centro de zona:** formado por 556 cidades, esse grupo possui cidades com menor porte e atuação restrita à sua área imediata. São subdivididos em *centro de zona A*, com mediana populacional de 45 mil habitantes e *centro de zona B*, com mediana populacional em 23 mil habitantes;

¹³O REGIC – Regiões de Influência das Cidades é uma publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e teve a sua última edição em 2007. Segundo o IBGE, o REGIC visa construir um quadro nacional, apontando as permanências e as modificações registradas na rede urbana brasileira. Esta rede estabelece uma hierarquia dos centros urbanos, dividindo-os em *metrópoles*, *capitais regionais*, *centros sub-regionais*, *centros de zona* e *centros locais*. Feira de Santana, por exemplo, é considerada uma *Capital Regional B*. Além de estabelecer uma hierarquia entre os diversos centros urbanos existentes no Brasil, o REGIC ainda explora as interações entre os centros.

- e) **Centro local:** nesta categoria se inserem as demais 4.473 cidades do Brasil, que possuem centralidade e atuação que não extrapolam os limites do município.

Figura 15 – Região de Influência de Feira de Santana x Relação com Salvador



Fonte: Adaptado de REGIC/IBGE (2007).

A Figura 15 acima permite perceber que a área de influência de Feira de Santana, como Capital Regional, apresenta intersecções com a área de influência da Metrópole Salvador. Por conta dessas áreas em comum, determinadas atividades são diretamente impactadas positiva e negativamente. Como efeito negativo, pode-se destacar a precariedade em transportes (e inexistência de outro modal operacional além do rodoviário) e o desenvolvimento tardio de atividades ligadas à indústria e à educação nos diversos níveis. Como impacto positivo, a proximidade com Salvador e sua região de influência leva à relação de complementaridade em algumas atividades industriais, que dividem sua cadeia de suprimentos.

A proximidade com a capital também facilita o fluxo de informações e tecnologias, bem como o escoamento da produção através do porto de Aratú, como alternativa. Acredita-se que, sob a perspectiva estratégica, não é adequado um projeto de desenvolvimento que concorra com a atuação de Salvador quando a área de influência de Feira de Santana ainda possui espaço para expansão de mercados e atração de investimentos.

Quadro 5 – Cidades na zona de influência direta de Feira de Santana

CAPITAL REGIONAL B	Categoria					
	Centro Local	População (2010)	Centro de Zona A	População (2010)	Centro de Zona B	População (2010)
FEIRA DE SANTANA	Água Fria	15731	Conceição do Coité	62040	Riachão do Jacuípe	33172
	Araci	51651	Serrinha	76762	Valente	24560
	Baixa Grande	20060				
	Barrocas	14161				
	Cachoeira	32026				
	Candeal	8895				
	Capela do Alto Alegre	11527				
	Castro Alves	25408				
	Conceição da Feira	20391				
	Conceição do Jacuípe	30123				
	Coração de Maria	22401				
	Ichu	5255				
	Ipecaetá	15331				
	Ipirá	59343				
	Irará	27466				
	Itatim	14522				
	Macajuba	11229				
	Mairi	19326				
	Milagres	10306				
	Nova Fátima	7602				
	Nova Itarana	7435				
	Ouriçangas	8928				
	Pintadas	10342				
	Rafael Jambeiro	22874				
Retirolândia	12055					
Santa Bárbara	19064					

CAPITAL REGIONAL B	Categoria	População	
	Centro Local		
	Santanópolis	8776	
	Santa Teresinha	9648	
	Santo Estêvão	47880	
	São Gonçalo dos Campos	33283	
	Serra Preta	15401	
	Tanquinho	8008	
	Teofilândia	21482	
	Várzea da Roça	13786	
	Wagner	8983	
	Plé de Serra	13752	Interligado através de Riachão do Jacuípe
	Nordestina	12371	Interligados através de Conceição do Coité
	Queimadas	24602	
	Santaluz	33838	
	São Domingos	9226	Interligado através de Valente e Conceição do Coité
	Biritinga	14836	Interligados através de Serrinha
	Lamarão	9560	

Fonte: Elaboração própria – adaptado de REGIC (2007) e IBGE (2015).

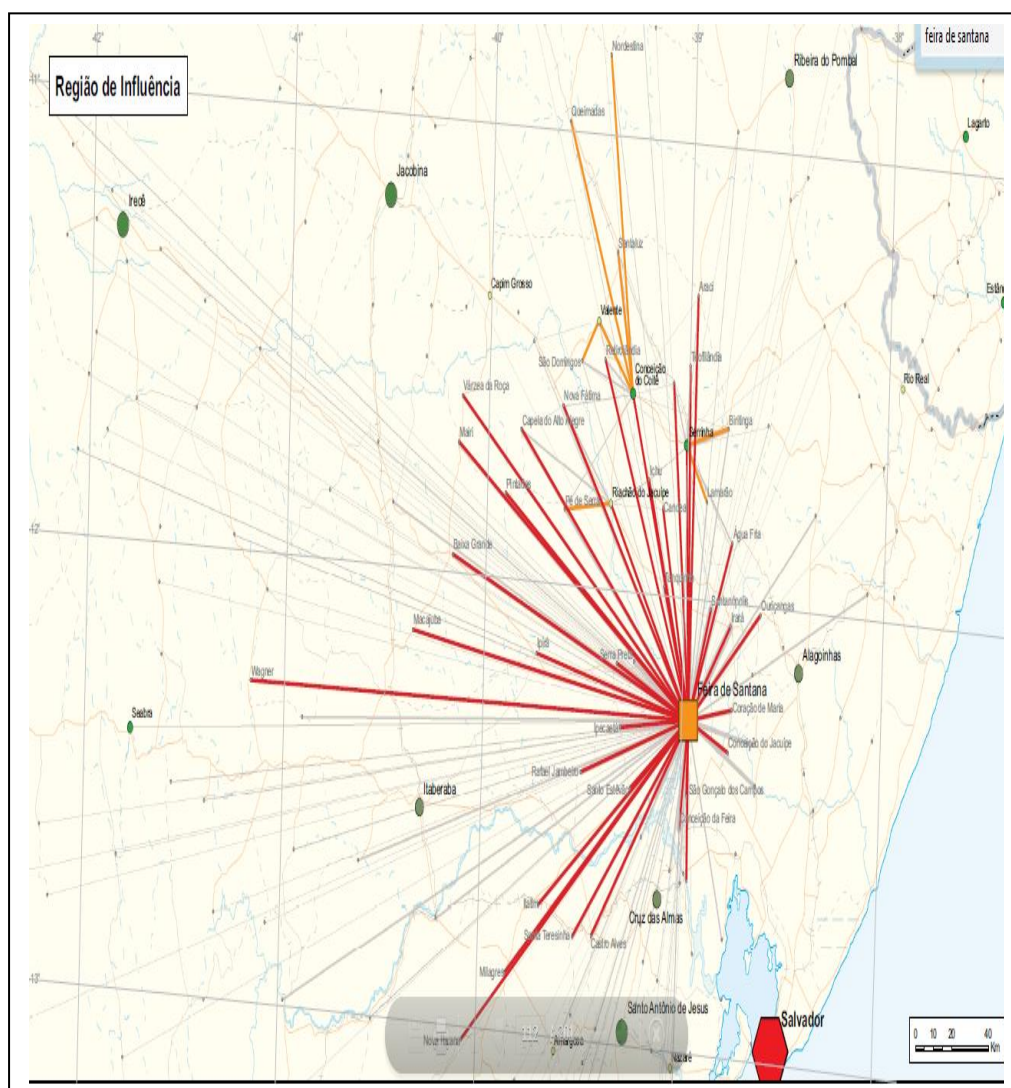
Note-se que, para efeito do REGIC, nem sempre é a população de uma cidade que determinará sua classificação, haja vista que alguns “centros locais” apresentam maior população que os “centros de zona B”. Neste caso, a localização e a centralidade perante outros municípios foi o fator determinante para a classificação. Ainda segundo análise do REGIC – Regiões de Influência das Cidades e conforme expresso no Quadro 5, acima, Feira de Santana possui expressiva relação direta com 47 municípios, entre Centros Locais e Centros de Zonas. As populações desses municípios, segundo dados do IBGE (2010) somam 985.418 habitantes. Se for somado a esse valor a população de Feira de Santana no período, tem-se sob a influência direta de Feira de Santana um total de 1.542.060 pessoas que vivem, trabalham, consomem produtos e serviços na Capital Regional. Tal situação é explicada e compatível com a “Teoria dos Lugares Centrais” postulados por Christaller. Apesar de já ter sido mencionado em seção anterior deste trabalho, é válido trazer à tona alguns pontos específicos de sua teoria e que se aplicam na situação em questão:

- a) Hierarquia entre cidades: o próprio modelo trazido pelo IBGE parte do pressuposto de que há uma hierarquização entre as cidades, no caso Feira é uma Capital Regional e influencia Centros Sub-regionais, Centros de Zona e Centros Locais;
- b) Cidades como centro de Serviços: Feira de Santana concentra serviços médicos, laboratoriais, automotivos e de manutenção em geral que exigem um nível de qualificação e investimento que só tem se mostrado viável se instalados em grandes centros urbanos (por conta da demanda) ;
- c) As cidades crescem por conta do desenvolvimento econômico e do nível de renda dos cidadãos. Neste ponto, pode ser percebido o crescimento de Feira de Santana e o surgimento de Centros de Zona (Conceição do Coité, Serrinha, Valente e Riachão do Jacuípe) que já conseguem centralizar algumas atividades secundárias para os Centros Locais a que estão ligados. No entanto, esses centros locais ainda recorrem à Feira de Santana quando da busca por bens e/ou serviços de maior complexidade;
- d) As áreas de mercado variam de acordo com o setor e se baseiam na economia de escala e na procura *per capita*: Feira de Santana, por conta de praticamente triplicar sua população ao se considerar a zona de influência direta, consegue congregiar empreendimentos que aproveitam a economia de aglomeração e de escala;
- e) Há uma relação direta entre o porte de uma cidade e o estabelecimento da uma determinada atividade econômica que oferte determinado bem ou serviço: a instalação de um hipermercado ou de empreendimentos altamente especializados só se justifica se o centro urbano propiciar demanda que viabilize os investimentos. A atividade comercial de Feira de Santana, por exemplo, se viabiliza a partir das demandas internas e externas;
- f) Mesmo sendo uma Capital Regional, há um limite para a demanda de certos tipos de produtos e serviços e a atratividade locacional de Feira de Santana não assegura crescimento ilimitado para todas as atividades econômicas. Há o *limite crítico de procura* e a influência de outras Capitais e/ou Metrôpoles se constituem fatores limitadores que devem ser levados em conta quando da decisão da implementação ou não de um novo projeto. Por exemplo, o projeto de implementação de um aeroporto de passageiros, com voos regulares, em

Feira de Santana esbarrou durante muito tempo em uma demanda baixa, que se satisfazia plenamente com o deslocamento para Salvador, e que não justificava a sua implantação no município.

Ressalta-se, ainda, que as informações acima abordados, se referem à influência direta da Capital Regional. De forma indireta, essa influência se estende por outras áreas. Para Lima (2008, p. 90) “a influência do sistema urbano regional de Feira de Santana abrange aproximadamente, 96 municípios, perfazendo um total de 3.035.969 habitantes”. Esse aumento da população de influência se justifica ao se considerar cidades consideradas Centros Subregionais (que centralizam centros locais). Tais Centros são: Irecê, Itaberaba, Jacobina e Senhor do Bonfim. A Figura 16, a seguir, representa essa ampla região de influência de Feira de Santana.

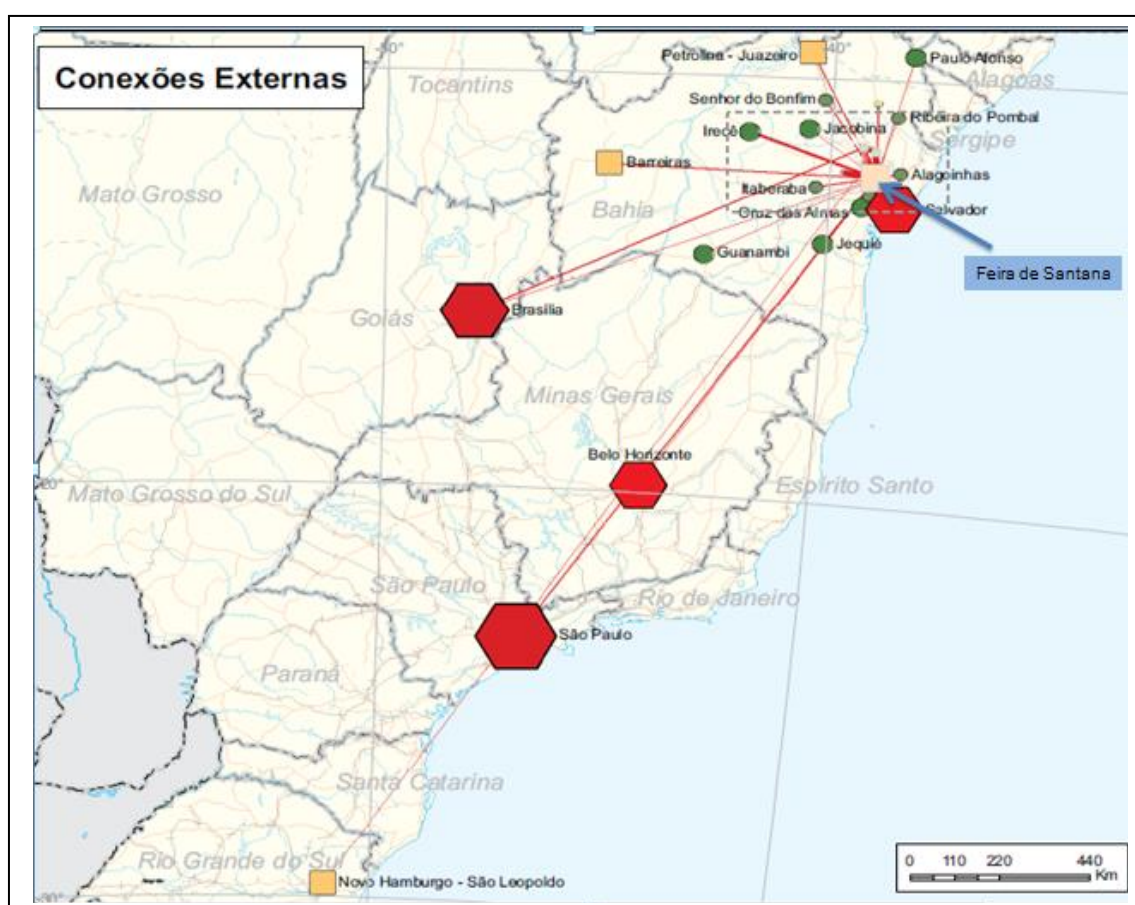
Figura 16 – Capital Regional Feira de Santana – Região de influência



Fonte : Adaptado de REGIC/IBGE (2007).

Entende-se que Feira de Santana não apenas influencia, mas também é influenciada em maior ou menor intensidade por outros centros urbanos de maior ou menor hierarquização. A Figura 17, a seguir, expressa as relações empresariais de Feira de Santana com cidades consideradas Metrópoles (São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Brasília), outras Capitais Regionais (Juazeiro-Petrolina, Barreiras e Novo Hamburgo) e Centros Subregionais (Paulo Afonso, Ribeira do Pombal, Senhor do Bonfim, Irecê, Jacobina, Itaberaba, Castro Alves, Guanambi, Jequié, Cruz das Almas e Salvador).

Figura 17 – Conexões externas Feira de Santana



Fonte : REGIC/IBGE (2007).

Apesar das afirmações que fundamentaram o quadro a seguir serem de 2004, é válido expressar a intensidade de relacionamentos empresariais constatados em Feira de Santana¹⁴. Esse dado se refere à soma do número de filiais

¹⁴ O REGIC – IBGE (2007) considerou em sua metodologia para o estabelecimento dos relacionamentos empresariais a soma do número de filiais existentes na cidade B de empresas com sede na cidade A com o número de filiais existentes na cidade A de empresas com sede na cidade B.

existentes em Feira de Santana de empresas com sede em outras cidades, com o número de filiais existentes em outras cidades de empresas com sede em Feira de Santana. A Tabela 11 relaciona as relações empresariais de Feira de Santana segundo o REGIC.

Tabela 11 – Relacionamento Empresarial (2004) – Feira de Santana

Nº	Cidade	Relacionamento Empresarial
1	Salvador-BA	244
2	São Paulo-SP	82
3	Belo Horizonte-MG	26
4	Fortaleza (CE)	23
5	Brasília (DF)	21
6	Aracajú (SE)	18
7	Vitória da Conquista (BA)	18
8	Recife (PE)	18
9	Alagoinhas (BA)	17
10	Rio de Janeiro (RJ)	15
11	Santo Antônio de Jesus (BA)	14
12	Petrolina (PE)	12
13	Conceição da Feira (BA)	10
14	São Gonçalo dos Campos (BA)	9
15	Vitória (ES)	9
16	Conceição do Jacuípe (BA)	7
17	Serrinha (BA)	7
18	Irecê (BA)	6
19	Santo Estevão (BA)	6
20	Ipirá (BA)	6

Fonte : REGIC/IBGE (2007).

Apesar de pouco se poder concluir apenas com a informação da existência ou não de filiais de empresas (empresas de outras regiões abrindo filiais em Feira de Santana e Feira de Santana abrindo filiais em outras regiões), afinal seriam necessárias informações sobre natureza dos empreendimentos, número de funcionários, tipo de operação, valores movimentados) entende-se que os dados acima expressam a oportunidade para que investimentos oriundos de Feira de

Santana se desenvolvam em outras praças, como uma confirmação da atratividade da região, sendo um alerta para as empresas locais, pois há o indicativo de que empreendimentos de outras praças percebem em Feira de Santana e sua região boas oportunidades de negócios.

4.6 FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO EM FEIRA DE SANTANA

O entendimento da atual estrutura para a formação de capital humano em Feira de Santana passa pelo entendimento desse processo dentro de uma breve contextualização histórica da Universidade na Bahia.

Segundo Oliveira (2005) e Fialho (2005), a experiência brasileira baseada na organização de universidade, originária da prática da aglomeração de faculdades, deixou a sua marca também no Estado. O ensino superior no Brasil, que se constituiu como universidade na década de 1920, só chegou à Bahia (onde havia estado em 1808, como ensino superior), vinte anos depois, na década de 1940, quando se instalou a sua (até então única) universidade federal, ampliando-se em 1970. Este acréscimo ocorre como início da implementação do ensino superior estadual, o qual entra em processo de expansão na década de 1980, com a institucionalização da UEFS (1970), UESB (1980), da UNEB (1983), e da UESC (1991) (FIALHO, 2005, p.93).

Segundo Siqueira (2001) até 1960, a oferta do ensino superior na Bahia se limitava a duas universidades: uma pública, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e uma privada confessional, Universidade Católica de Salvador (UCSAL) e as seguintes Faculdades: Faculdade Salvador (FACS), que dará origem 1990, à Universidade Salvador (UNIFACS) primeira universidade privada laica do estado, Escola Superior Estatística da Bahia (ESEB), Escola Baiana de Medicina, Faculdades de Ciências Econômica da Bahia (FACCEBA), Faculdade de Educação da Bahia (FEBA) e Faculdades de Ciências Contábeis da Fundação Visconde do Cairu, todas localizadas em Salvador.

Lima (2008) relata que no início 1990, inicia-se a ampliação do ensino superior privado, intensificando-se ao longo de toda a década, principalmente em Salvador. Atingindo o interior do estado para atender uma demanda reprimida pelo rápido acréscimo do número de concluintes do nível médio, bem como da

flexibilidade em nível nacional das políticas de autorização para abertura de novos cursos e instituições.

4.6.1 Formação do capital humano em Feira de Santana : oferta de cursos

No segundo semestre do ano de 2014 foi realizado um levantamento em fontes secundárias (páginas web institucionais e relatórios oficiais) e primárias (visitas *in loquo*) para verificar o quantitativo e a distribuição de instituições de educação superior e tecnológica com oferta ativa em Feira de Santana. A partir do referido, foram construídos os quadros abaixo, apresentando-se o elenco de cursos superiores presenciais, cursos superiores ofertados em educação à distância e cursos técnicos. Não é intenção desse trabalho, o aprofundamento qualitativo da oferta por instituição, por isso não são apresentados números específicos e, sim, agrupados por natureza de oferta (por dependência administrativa). O Quadro 6 relaciona as instituições de educação superior com oferta presencial em Feira de Santana.

Quadro 6 – IESs com oferta presencial em Feira de Santana

Instituição de Educação Superior – oferta presencial	Natureza
UEFS: Universidade Estadual de Feira de Santana	Pública
UNIFACS: Universidade Salvador – Campus Feira	Particular
FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciências	Particular
FAT – Faculdade Anísio Teixeira	Particular
FAN/UNEF – Faculdade Nobre	Particular
Faculdade Pitágoras	Particular
FUFS – Faculdades Unidas de Feira de Santana	Particular
UNIRB – Faculdade Regional da Bahia	Particular
FAFS – Faculdade Arquidiocesana de Feira de Santana	Confessional/particular
STBNe – Seminário Teológico Batista do Nordeste	Confessional/particular
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Campus Feira	Pública

Fonte: Elaboração própria (2014).

Até o final da década de 1990 a Universidade Estadual de Feira de Santana, era a única possibilidade de oferta de educação superior (não confessional) na cidade de Feira de Santana. Obviamente, por mais que a instituição buscasse

expandir sua oferta de cursos, não tinha condições de satisfazer a demanda da cidade (e da região). A UEFS se destacou ao longo dos anos com a oferta de cursos, principalmente, na área de educação (licenciaturas) e da saúde, apesar de os cursos de Engenharia Civil e Ciências Sociais Aplicadas (Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas) serem dos mais tradicionais da instituição. A Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), após uma cisão de um outro grupo educacional privado, foi implantada na cidade e absorveu à uma grande demanda represada, principalmente na formação de mão de obra para a área de gestão. Os primeiros cursos ofertados (várias turmas por semestre) pela FTC em Feira de Santana foram os de Administração (com diversas habilitações), Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Sistemas de Informações.

Com Feira de Santana se tornando um mercado promissor para a educação superior (própria demanda latente da cidade em conjunto com a demanda da região), outras instituições de educação superior se instalaram na cidade com a oferta de cursos presenciais, havendo predominância de cursos na área de gestão. As faculdades, por conta da sua própria natureza e hierarquia na educação superior, buscaram se fixar com um maior direcionamento na oferta de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*, sem uma maior preocupação com a formação *stricto sensu* e pesquisa. Também destaca-se que, por questão de custos (tanto para minorar investimentos como para ofertar ao mercado produtos com preços competitivos), foram priorizados cursos que não demandassem laboratórios em um primeiro momento.

Com a instalação de um campus da Universidade Salvador (UNIFACS) em Feira de Santana, em 2006, abre-se uma perspectiva da oferta de outros produtos/serviços típicos de uma Universidade, que não deve se limitar apenas a oferta de cursos de graduação. A pesquisa e a extensão são essenciais para a caracterização de uma Universidade, bem como a oferta de cursos *stricto sensu*. Neste ponto, além dos cursos de graduação e pós *lato sensu*, a UNIFACS ofereceu, à Feira de Santana a implementação de projetos de pesquisa e extensão universitária. Tais atividades ainda são desenvolvidas em pequena escala, mas apresentam perspectivas de crescimento nas esferas quantitativa e qualitativa. Merece destaque a implementação, por parte desta instituição, de um complexo de laboratórios ligados à área de tecnologia, ocorrida no final do ano de 2015. Trata-se de um conjunto de nove laboratórios nas diversas especificidades (metrologia,

química, modelagem gráfica, automação, mecânica, eletrônica e hidráulica), constituindo-se em um potencial não só para as atividades de ensino na área tecnológica, mas de pesquisa e desenvolvimento de soluções para o setor industrial local.

A implantação do campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) é recente e suas ações concentram-se, inicialmente, na oferta de cursos de graduação. Hoje, no campus de Feira de Santana, a UFRB tem 220 alunos matriculados. O aumento da oferta de cursos e a diversificação das atividades desta Universidade estão atrelados à consolidação de questões estruturais.

Por conta da sua dimensão, estrutura e histórico, a Universidade Estadual de Feira de Santana, ao longo das suas 4 décadas de funcionamento, proporcionou à sociedade um vasto número de egressos, de cursos ofertados e de atividades consolidadas de pesquisa, extensão e pós-graduação *stricto sensu*. Tais atividades demandam grande monta de recursos e, por ser de natureza pública, a UEFS conseguiu, até então, maior facilidade na captação e aplicação dos mesmos. O nível do capital humano (professores e funcionários) da instituição, atrelado à fixação advinda das possibilidades de carreira (apesar das dificuldades enfrentadas nas relações com o governo-empregador) possibilitam o desenvolvimento de projetos e ações de longo prazo que asseguram indicadores positivos no que tange a qualidade. No que se refere à quantidade de vagas na graduação, no entanto, a oferta não cresceu, em números absolutos, no mesmo ritmo da demanda e, hoje, conforme tabela 12, o maior número de matrículas na graduação se concentra nas instituições particulares.

Quadro 7– IESs com oferta na modalidade EAD em Feira de Santana

Instituição de Educação Superior – Educação à distância	Natureza
UNIFACS: Universidade Salvador – Campus Feira	Particular
UNIASELVI – Centro Universitário Leonardo da Vinci – Polo Feira de Santana	Particular
UNISA – Universidade Santo Amaro – Polo Feira de Santana	Particular
Faculdade Pitágoras	Particular
UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná – Campus Feira de Santana	Particular
Universidade Anhanguera – Polo Feira de Santana	Particular
UNEB/UAB – Universidade do Estado da Bahia/Universidade Aberta do Brasil – Polo Feira de Santana	Pública

Fonte: Elaboração própria (2014).

Com exceção da oferta da UNEB/UAB, que tratou-se de um curso oferecido por uma instituição estadual em parceria com o governo federal e destinado à formação de professores da rede municipal (custeado pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana), a oferta de cursos na modalidade Educação à Distância (EAD), atinge uma outra faixa da população que os busca pelas seguintes motivações: flexibilidade da operacionalização do curso e menor preço das mensalidades. Em Feira de Santana, a maioria da demanda por cursos de tal natureza advém de trabalhadores dos setores do comércio e de serviços e as ofertas, em sua grande maioria, são de cursos de áreas que excluem o viés tecnológico. Naturalmente os preços dos cursos em modalidade EAD são mais baixos que os cursos presenciais por conta da especificidade na constituição dos seus custos. Não há aqui qualquer inferência sobre a qualidade dos mesmos, até porque essa modalidade de educação busca metodologias calcadas em tecnologias que proporcionem a formação dentro dos parâmetros de qualidade estabelecidos pelos órgãos reguladores.

Na área da educação tecnológica, as instituições que ofertavam cursos em 2014 em Feira de Santana estão expressas no Quadro 8 abaixo:

Quadro 8 – Instituições que ofertam ensino técnico em Feira de Santana

Instituição que ofertam ensino técnico	Natureza
UNIFACS: Universidade Salvador – Campus Feira	Particular/ PRONATEC
FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciências	Particular/ PRONATEC
CETEB – Centro Tecnológico do Estado da Bahia	Público/Particular/PRONATEC
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	Particular/Subsidiado/PRONATEC
IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Público

Fonte: Elaboração própria (2014).

Historicamente os cursos técnicos de natureza tecnológica em Feira de Santana eram ofertados, quase que em sua totalidade, pelo SENAI e pela Escola Técnica (que se tornou uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, mantida pelo governo da Bahia, denominada CETEB). A instituição e dinamização em 2014 do Programa Nacional de Aprendizagem Tecnológica – PRONATEC, instituído pelo governo federal, alavancou a oferta de cursos de natureza técnica em Feira de Santana. A oferta de vagas nesse tipo de curso teve

uma significativa expansão em 2014 para sofrer uma baixa em 2015, quando, em decorrência da crise econômica vivida pelo país, os recursos do programa foram cortados ou drasticamente diminuídos, inviabilizando a continuidade da oferta no mesmo patamar da instituição do programa. Com a decadência do PRONATEC, a oferta de cursos dessa natureza voltou ao patamar inicial (SENAI e CETEB), somando-se os cursos ofertados pelo IFBA. Há, no planejamento da UNIFACS (instituição que ofertou cursos através do PRONATEC) a instituição de cursos técnicos independente do programa governamental, mas tais cursos ainda não foram implementados. Entende-se que a oferta de cursos técnicos de natureza tecnológica é muito importante para a formação de mão de obra qualificada, o que se constitui em fator competitivo para Feira de Santana na atração de empresas com demandas complexas.

A Tabela 12, a seguir, demonstra o número de matrículas por tipo de dependência administrativa. Percebe-se uma sensível evolução na oferta de vagas nas instituições privadas.

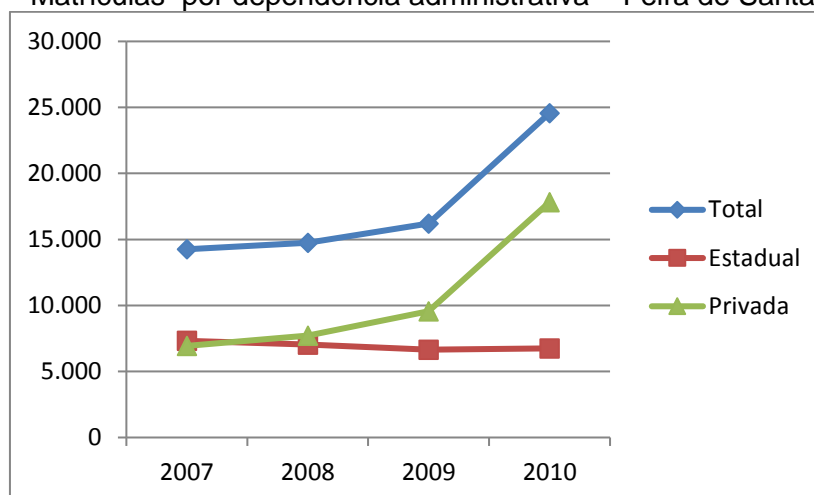
Tabela 12 – Matrícula na educação superior, por dependência administrativa Feira de Santana

Ano	Total	Matrícula			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	14.257		7.320		6.937
2008	14.754		7.039		7.715
2009	16.214		6.653		9.561
2010	24.573		6.745		17.828

Fonte: Adaptado de MEC/INEP (2012).

O Gráfico 4 a seguir deixa mais claro esse aumento na oferta :

Gráfico 4 – Matrículas por dependência administrativa – Feira de Santana



Fonte: Elaboração própria (2014).

O número de concluintes na educação superior, por dependência administrativa, segue a tendência das matrículas, havendo predomínio das instituições privadas. Os dados abaixo ainda não contam com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) pois tal instituição ainda não apresentou egressos em Feira de Santana. A diminuição percebida no número de concluintes nas IES públicas por conta da finalização de várias turmas oriundas de programas de formação de professores e pelos prejuízos causados aos calendários acadêmicos em função de greves ocorridas (por justos motivos) no período.

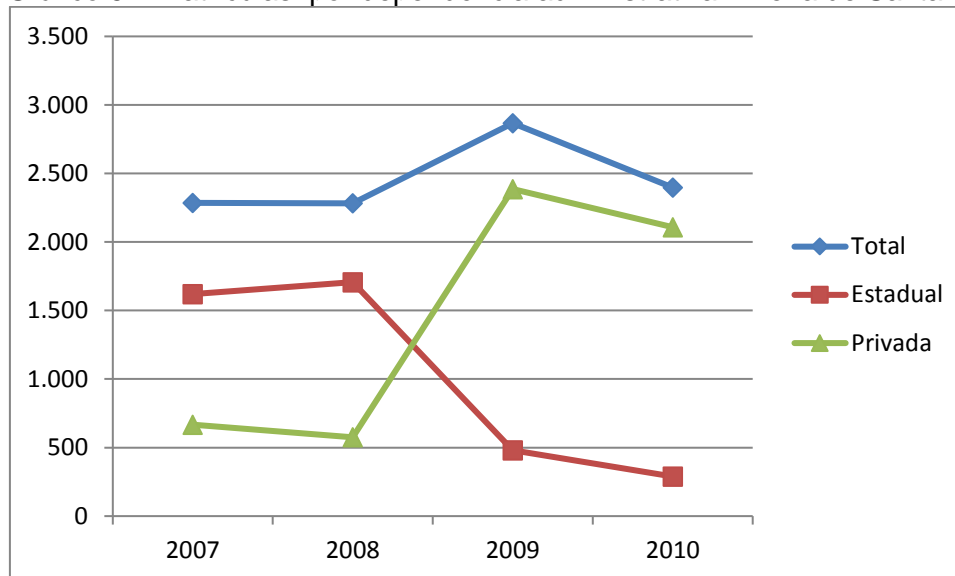
Tabela 13 – Concluintes educação superior, por dependência administrativa – Feira de Santana

Ano	Total	Concluintes			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	2.285		1.619		666
2008	2.282		1.707		575
2009	2.867		481		2.386
2010	2.397		289		2.108

Fonte: Adaptado de MEC/INEP (2012).

O Gráfico 5, demonstra os egressos da educação superior, por dependência administrativa, entre 2007 e 2010:

Gráfico 5 – Matrículas por dependência administrativa – Feira de Santana



Fonte: Elaboração própria (2014).

Os dados acima demonstrados, matrículas e concluintes, passam a ter mais sentido para esta pesquisa ao se analisar o grau de instrução do pessoal ocupado no mercado formal de trabalho em Feira de Santana, expresso na Tabela 14:

Tabela 14 – Grau de instrução do pessoal ocupado no mercado formal

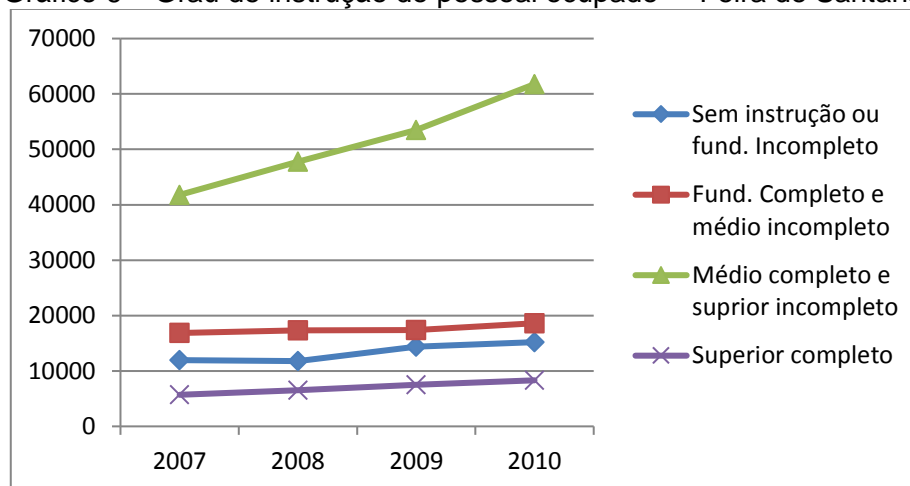
Grau de Instrução	Ano							
	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
Sem instrução ou fund. Incompleto	11953	15,67	11780	14,12	14372	15,50	15203	14,63
Fund. Completo e médio incompleto	16857	22,09	17347	20,79	17393	18,76	18612	17,91
Médio completo e superior incompleto	41785	54,77	47782	57,76	53487	57,68	61775	59,45
Superior completo	5701	7,42	6534	7,83	7480	8,07	8314	8,00
TOTAL	76296	100	83443	100	92732	100	103904	100

Fonte: Adaptado de MTE-RAIS (2012).

O Gráfico 6, a seguir, expressa justamente que, apesar do crescimento sensível na oferta de curso de nível superior, e de haver em 2010 mais de 24 mil

matrículas em Feira de Santana neste nível de cursos, ainda há uma defasagem no nível de instrução do pessoal ocupado em Feira de Santana.

Gráfico 6 – Grau de instrução do pessoal ocupado – Feira de Santana



Fonte: Elaboração própria (2014).

Se, sob a perspectiva numérica, há uma carência quantitativa por profissionais com formação superior em Feira de Santana, há indícios que parte significativa desse contingente de pessoas com formação superior não possui inserção no mercado de trabalho formal. A Tabela 15, a seguir, expressa melhor essa situação:

Tabela 15 – População existente x população ocupada por grau de instrução em Feira de Santana - 2010

Grau de Instrução	População ocupada (MTE-RAIS)	População acima de 10 anos (IBGE)	Diferença	Diferença %
Sem instrução ou fund. Incompleto	15.203	229.779	21.4576	93,38
Fund. Completo e médio incompleto	18.612	78.084	59.472	76,16
Médio completo e superior incompleto	61.775	137.159	75.384	54,96
Superior completo	8.314	24.458	16.144	66,01
Total	103.904	469.480	365.576	77,87

Fonte: Elaboração própria (2014).

É sabido que a tabela acima trata da comparação de duas bases de dados distintas e, que segundo o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), a população ocupada em Feira de Santana é de 261.614 pessoas e não 103.904 como estabelecido pelo Ministério do Trabalho. Sobre tal diferença, 157.710 pessoas, infere-se que a mesma ocorre por conta da informalidade, uma vez que o levantamento do IBGE considera todo tipo de ocupação e o do Ministério do Trabalho considera apenas as ocupações formais.

Apesar das diferenças entre as bases, e partindo do pressuposto que esta se deu por conta das pessoas que trabalham na informalidade, percebe-se que 66,01 % das pessoas com formação superior em Feira de Santana não estão no mercado formal de trabalho formal. Tal informação leva ao entendimento de que não há déficit quantitativo na formação superior em Feira de Santana, mas há um déficit de direcionamento dessa formação, concentrada em áreas onde não existe mais grande demanda.

A Tabela 16 e o Gráfico 7 demonstram grande concentração nas áreas de gestão, saúde e educação e pouca oferta nas áreas científicas e tecnológicas. De ponto de vista de atratividade empresarial, principalmente indústria, e ambiência para inovação, é importante uma expressiva oferta nas áreas científicas e tecnológicas. Tal afirmação não negligencia a importância de cursos na área de gestão, saúde e educação. A formação concentrada nessas áreas foi e é importante para constituir as características de Feira e região. Sabe-se que ainda há um déficit na formação de professores do ensino fundamental e médio e os investimentos nessa área devem continuar, mas na área de saúde, por exemplo os cursos de enfermagem, já vivem uma queda acentuada de demanda no mercado de trabalho, assim como os cursos na área de gestão.

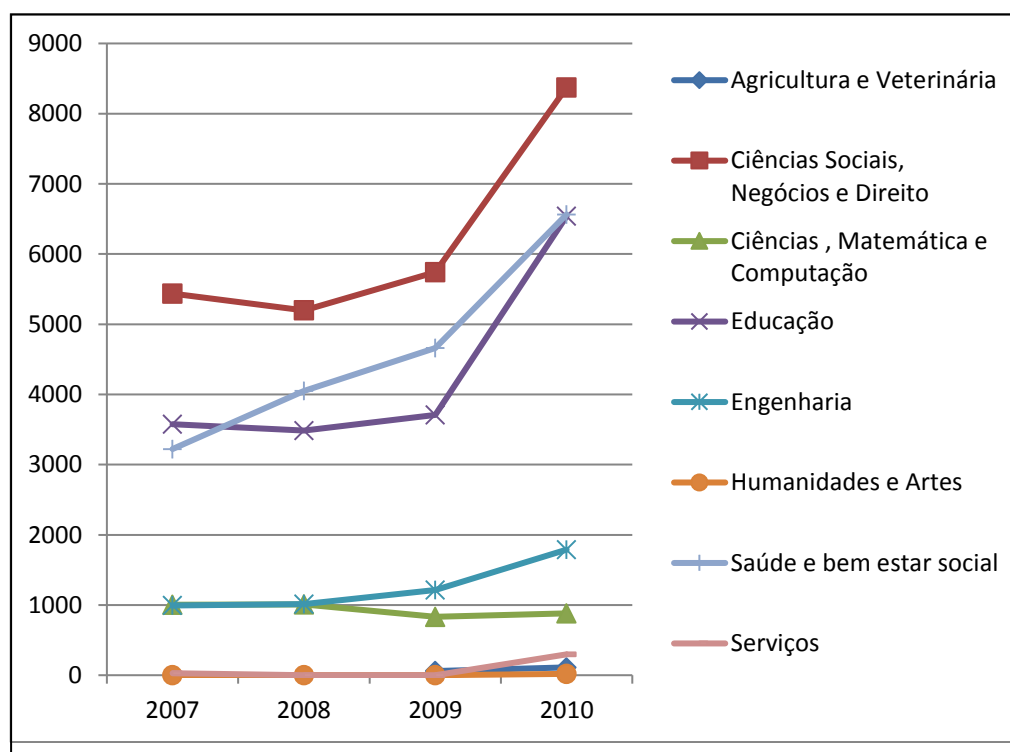
Tabela 16 - Matriculados e concluintes por áreas de conhecimento –Feira de Santana

Área /ano	Matrícula				Concluintes			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
Agricultura e Veterinária			59	111				
Ciências Sociais, Negócios e Direito	5436	5197	5743	8373	854	529	1247	651
Ciências, Matemática e Computação	1006	1008	832	881	99	165	85	75
Educação	3574	3485	3707	6539	814	858	234	719
Engenharia	993	1014	1213	1789	157	147	67	29
Humanidades e Artes	0	0	0	19	0	0	0	0
Saúde e bem estar social	3222	4050	4660	6564	326	583	1234	892
Serviços	26	0	0	297	35	0	0	31

Fonte: Adaptado de MEC/INEP (2012).

Tomando por base as matrículas, o Gráfico 7 expressa a situação acima descrita e deixa claro a concentração nas áreas de educação e ciências sociais em detrimento de áreas de apelo tecnológico, como engenharias. Na área de saúde, apesar dos números apresentarem desempenho destacado, é válido destacar que esta vive um momento de saturação em alguns cursos, como Enfermagem e Fisioterapia, áreas extremamente demandadas pelo mercado na fase da expansão da rede básica pelas prefeituras municipais e que hoje concentram elevado número de profissionais com dificuldades de inserção no mercado de trabalho. A preferência por oferta continua concentrada em cursos que exigem baixos investimentos em laboratórios e infraestrutura e que podem ser ofertados em parte ou em sua totalidade na modalidade de educação à distância.

Gráfico 7 – Matrículas por área de concentração – Feira de Santana



Fonte: Adaptado de MEC/INEP (2012).

4.6.2 Ambiência para inovação e suas relações com o Capital Humano

Dentro da estrutura de instituições formais de pesquisa e inovação, identificou-se duas iniciativas disponibilizadas para a inovação tecnológica em Feira de Santana: Núcleo de inovação tecnológica (NIT) da Universidade Estadual de

Feira de Santana (UEFS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que possibilita às indústrias localizadas em Feira de Santana a utilização da estrutura do Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (CIMATEC) para a pesquisa e desenvolvimento de soluções tecnológicas.

Sobre o CIMATEC, centro localizado em Salvador-Bahia, destaca-se que este é uma instituição de ensino e pesquisa focada na área tecnológica. Segundo informações da página institucional do órgão, *o CIMATEC está capacitado, ainda, a prestar serviços especializados e a promover pesquisa aplicada, com ênfase em tecnologias computacionais integradas à manufatura.* É uma instituição de ensino com a oferta de cursos em todos os níveis: qualificação, técnicos, tecnológicos, graduação, pós-graduação *lato sensu* e pós-graduação *stricto sensu*. Além do ensino, a estrutura de laboratórios disponível se propõe a dar suporte à pesquisas aplicadas em diversas áreas tecnológicas, ao Núcleo de Inovação Tecnológica do CIMATEC e à incubadora de empresas. Apesar de se localizar fisicamente em Salvador, a estrutura do CIMATEC, e seus serviços, estão interligados à unidade do SENAI em Feira de Santana. No entanto, não foram identificados projetos de inovação desenvolvidos para as indústrias de Feira de Santana e região.

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da UEFS tem como principal base legal a Lei de Inovação Federal e a Lei de Inovação Estadual que determinaram, dentre outras medidas, incentivos voltados à criação de ambientes especializados e cooperativos de inovação, além de estimular a participação de Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT's) nos processos e cadeias de inovação. Desta forma, toda ICT deve dispor de um Núcleo de Inovação Tecnológica, próprio ou em associação com outras ICTs, para formação de pessoas e geração e disseminação de conhecimento.

O Núcleo de Inovação Tecnológica da UEFS é um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e tem em sua finalidade institucional gerir a Política Institucional de Inovação, a Propriedade Intelectual e a Transferência de Tecnologia, em consonância com as matérias tratadas pelas Leis 9279/96 (direitos e obrigações relativos à propriedade intelectual), Lei 9609/98 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização), Lei 11105/05 (política de biossegurança), Lei 9610/98 (direitos autorais), e, Lei 9456/97 (proteção de cultivares), (Lei 10.973/2004 - dispõe sobre incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo) e, demais legislações afins. O núcleo

foi criado com o intuito de suporte aos pesquisadores e aos cursos de pós-graduação nas matérias que se relacionam à proteção da propriedade intelectual e transferência do conhecimento gerado no âmbito da UEFS. Como área de atuação, o NIT propõe oferecer aos pesquisadores da UEFS o suporte administrativo para as ações relacionadas à proteção e transferência do conhecimento, inclusive para a solicitação de registro de patentes e propriedade intelectual. Além disso, tem função de formação continuada para os temas relacionados à inovação tecnológica, promovendo eventos como palestras, simpósios e seminários. Também ofertou um curso de especialização em Gestão da Inovação Tecnológica. Atualmente, verificou-se que o NIT fornece suporte administrativo nas questões referentes à inovação tecnológica à duas incubadoras (Incubadora de Biotecnologia e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UEFS) e a cinco empresas juniores, das áreas de computação, administração, engenharia, multidisciplinar (administração, ciências contábeis, ciências econômicas) e em geografia.

Sendo o NIT um Núcleo voltado para o suporte de pesquisas e auxílio às iniciativas de inovação na UEFS, e tendo por base o pressuposto de que a pesquisa de qualidade precisa de pesquisadores com formação *stricto sensu* e, ainda partindo do fato de que apenas a UEFS possui cursos *stricto sensu* consolidados em Feira de Santana, foram construídos os quadros a seguir com o elenco de cursos *stricto sensu* (doutorado) ofertados, bem como do quantitativo de capital humano formado por esses cursos. São 06 cursos de doutorado que já formaram 132 doutores, 15 mestrados acadêmicos, com 785 mestres formados e 3 mestrados profissionalizantes com 7 mestres formados. Alguns dos cursos ora mencionados ainda não completaram o primeiro ciclo e, por isso, ainda não possuem egressos. Ressalte-se que, apesar da UEFS ser a única instituição em Feira de Santana com pós-graduação *stricto sensu* consolidada, há uma gama de profissionais com formação de mestrado e doutorado que estudaram em outras instituições, de outras cidades, estados e países. Segundo informações do Ministério do Trabalho, Feira de Santana possui 573 mestres no mercado de trabalho formal e 303 doutores. Em um primeiro entendimento, poder-se-ia imaginar que apenas 573 mestres dos 785 formados pela UEFS foram absorvidos no mercado de trabalho formal de Feira de Santana. No entanto, nesse quantitativo (573), há a presença de profissionais formados em outras regiões e a migração de vários dos 785 formados em Feira para outras regiões. O mesmo princípio é válido para a diferença no quantitativo de

doutores: 303 atuantes no mercado de trabalho formal de Feira de Santana e 132 efetivamente formados na cidade. Vários doutores atuantes em Feira de Santana tiveram sua formação em outras regiões e vários dos 132 formados na cidade foram atuar em outros espaços. O Quadro 9, descreve tal situação:

Quadro 9 – Formação *stricto sensu* em Feira de Santana

Tipo de curso	Formados em Feira de Santana (UEFS)	Atuantes no mercado formal de Feira de Santana (2010)
Mestrado (acadêmico e profissionalizante)	785	573
Doutorado	132	303

Fonte: Elaboração própria / adaptado de CAPES – Plataforma Sucupira (2015).

Foram identificados 18 mestrados ofertados pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), distribuídos em áreas variadas : Ciências Biológicas e Ambientais (04 cursos), Tecnologias e Engenharia (02 cursos), Saúde (03 cursos), Educação (08 cursos) e Ciências Agrárias (01 curso). Entende-se que toda formação é importante e que os investimentos em qualificação de capital humano são essenciais para o desenvolvimento econômico. A formação em nível de mestrado se constitui em uma preparação para a docência ou em uma etapa no processo formativo do pesquisador, que estará em estágio avançado de evolução no doutorado. No entanto, ao se pensar em pesquisa científica e inovação tecnológica, entende-se que a qualidade das mesmas está atrelada à formação e atuação de doutores. O Quadro 10 detalha a oferta de cursos de doutorado em Feira de Santana (UEFS) em seus diversos programas.

Quadro 10 – Cursos de doutorado ofertados pela UEFS e egressos

Programa	Área de avaliação	Área Básica	Nota CAPES	Quant. Egressos
Biotecnologia	Biotecnologia	Biotecnologia	4	61 doutores
Botânica	Biodiversidade	Botânica	5	33 doutores
Ciência da computação – UFBA-UNIFACS-UEFS	Ciência da computação	Ciência da computação	4	22 doutores
Ensino, filosofia e história das ciências	Ensino	Ensino de ciências e matemática	5	16 doutores
Recursos genéticos vegetais	Ciências agrárias	Agronomia	4	Não informado
Saúde coletiva	Saúde coletiva	Saúde coletiva	4	Não informado

Fonte: Elaboração própria – adaptado de CAPES/ Plataforma Sucupira (2015).

Segundo informações contidas no último relatório de atividades da UEFS disponível para pesquisa em sua página web (referente ao ano de 2013), a UEFS contava com 140 grupos de pesquisa cadastrados juntos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e 596 projetos de pesquisa. Tais números contrastam com o número de patentes registradas. No período de 2004 a 2013 foram depositadas seis patentes junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) e registradas três marcas, segundo informações obtidas junto ao NIT – UEFS. Sabe-se que em uma instituição de natureza pública, o direcionamento de políticas acadêmicas extrapola o viés meramente técnico e de mercado e que há outros indicadores utilizados pela própria instituição para mensurar a atuação na área de pesquisa, como a referência social. No entanto, os dados ora apresentados vão ao encontro da percepção de entidades empresariais e até governamentais sobre a articulação da instituição de educação com as demandas organizacionais e com o desenvolvimento econômico regional.

Percebe-se que há poucas estruturas existentes para a promoção da inovação em Feira de Santana e, mesmo assim, a demanda para as mesmas é baixa. Isso se dá porque a própria natureza da indústria em Feira de Santana demanda por pouca inovação (não precisa ou não sabe que precisa), caracterizando-se como *distrito industrial canônico*. Não se fala aqui em multinacionais que possuem filiais na cidade (com laboratórios de inovação em suas matrizes, muitas vezes em outros países), mas das indústrias originalmente locais (exemplo: metalmecânica, confecções e equipamentos para panificação), onde as inovações não ocorrem por saltos tecnológicos e sim pelo conhecimento tácito e pelo “saber fazer” (conhecimento técnico acumulado localmente). É necessário que esse modelo (distrito canônico), pouco agregador de valor, seja rompido e transformado, a partir das estruturas locais vinculadas à instituições de ensino e pesquisa, em modelos que proporcionem saltos tecnológicos evolutivos e dinamizadores da indústria local e das atividades agregadas.

4.7 ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DE FEIRA DE SANTANA

Por conta do seu histórico de confluência entre as cidades que compõe sua região (e entre outras regiões), Feira de Santana foi beneficiada “naturalmente”, ao longo de sua constituição, pelo agrupamento de empreendimentos em busca de

oportunidades de expansão de negócios e de pessoas em busca de mercado de trabalho, concentração comercial e de serviços.

A economia de Feira de Santana é bastante diversificada e encontra representatividade nos setores de agropecuária, da indústria (transformação e construção civil) e de comércio e serviços. Essa diversidade de atividades, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, foi capaz de tornar Feira de Santana um centro de migração permanente (pessoas que resolveram se fixar na cidade), com uma população oficial de 556.642 pessoas em 2010, segundo o IBGE, e estimada em 617.528 em 2015, também segundo estimativas do órgão oficial. Sobre a população flutuante, sabe-se que é significativa, mas não foi encontrada uma estimativa oficial. Em uma estimativa não oficial, apesar de constar em um portal do governo federal (portal dos convênios), essa população chega a um montante de 200 mil pessoas que são atraídas, principalmente, pela diversidade do comércio, por serviços especializados (principalmente na área de saúde e bancários), pela concentração de instituições de educação superior e pelas oportunidades de trabalho. Sobre essa temática, Lima (2008, p.61) afirma que:

Essas forças que aglutinam os investimentos na economia local interagem com os fatores agregadores de uma nova visão que surgiu nas últimas três décadas: educação superior e os serviços de assistência médica sanitária público e privado, os cursos técnicos, as agências bancárias, novos meios de comercialização, expansão do setor imobiliário, novos meios de comunicação em massa e expansão do sistema de transporte [...] a cidade passou a ser vista e concebida como uma espécie de portal da macrorregião do semiárido e adjacências, redefinindo-se como uma área geográfica sujeita a absorver impactos de um novo processo de industrialização.

Aliada à todas essas características de centralidade, Feira de Santana vivenciou expressivo aumento em sua população e no seu processo de urbanização, que se deu de forma mais efetiva a partir da década de 1970, em conjunto com a expansão da política nacional de industrialização. Percebe-se, neste aspecto, a relação direta entre urbanização de países subdesenvolvidos e industrialização, mencionada por Manuel Castells na seção anterior deste estudo. A intenção, com o processo de industrialização, era transformar Feira de Santana em um polo de atração e desenvolvimento industrial, a partir da implementação do CIS –Centro Industrial do Subaé. Naturalmente, esse processo de urbanização motivado pelas

atividades industriais recentes, ocorreu de forma desordenada, com consequências sentidas até hoje. Segundo Pinto (2010, p. 69),

Constatada a real perspectiva desta década e a seguinte, em linhas gerais, surgiu para o município uma grande expansão populacional com um crescimento médio em torno de 2,7 vezes nos últimos 30 anos. Esse fenômeno de expansão demográfica desencadeou grandes constrangimentos provocados pelas pressões de demanda por moradias e infraestrutura urbana. Levando em conta que mais de 60 % da população que chegava ao município, provinha de outras regiões do nordeste do Brasil e do próprio estado da Bahia, buscando alternativas de emprego e melhores condições de vida.

Ressalta-se que os migrantes vinham de outros Estados e Regiões (por conta da localização “privilegiada” do município em relação à malha rodoviária) e outros vinham dos próprios distritos que constituíam a zona rural do município. Segundo Pinto (2000) tais deslocamentos se deram em função do não desenvolvimento de políticas públicas que pudessem gerar oportunidades de trabalho e essa ausência de políticas elevou sobremaneira a concentração urbana no município. Como tal concentração ocorreu de forma desordenada, os impactos negativos surgiram, segundo palavras do autor, “em forma de habitações subnormais, alto índice de criminalidade, desemprego, analfabetismo e precariedade dos serviços de saúde e lazer, entre outros impactos”. Corroborando com esta visão, Freitas (1998, p. 166) afirmou que “[...] a cidade cresce, porém a qualidade da infraestrutura (sic) oferecida não é proporcional ao crescimento urbano”.

O crescimento populacional (e o crescente processo de concentração urbana) de Feira de Santana é expresso na Tabela 17, a seguir:

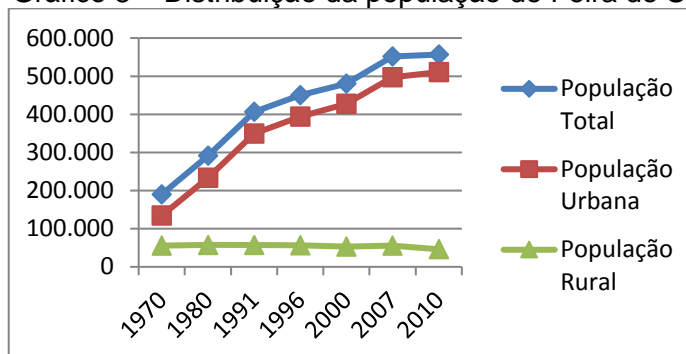
Tabela 17 - Distribuição populacional em Feira de Santana

Ano	População Total	População Urbana	População Rural
1970	190.076	134.263 (70,64%)	55.813 (29,36%)
1980	291.504	233.905 (80,24%)	57.599 (19,73%)
1991	406.447	348.973 (85,86%)	56.875 (14,14%)
1996	450.487	393.943 (87,45%)	56.544 (12,55%)
2000	480.000	427.200 (89,00%)	52.800 (11,00%)
2007	551.997	496.797 (90,00%)	55.200 (10,00%)
2010	556.642	510.635 (91,73%)	46.007 (8,27%)

Fonte: IBGE (2014).

O crescimento urbano de Feira de Santana se torna mais visível quando as informações acima demonstradas são organizadas em forma de gráfico:

Gráfico 8 – Distribuição da população de Feira de Santana (1970-2000)



Fonte: Adaptado de IBGE (2014).

Em número relativos, percebe-se que a massa populacional concentrada na zona urbana em Feira de Santana, 91,73 % em 2010, chega a ser maior que a concentração urbana nacional, que é de 84 % segundo o IBGE. Levando-se em conta que, segundo estudo realizado pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana (PMFS), em 1940 a zona rural do município concentrava dois terços da população, é possível fazer uma correlação entre o processo de industrialização em Feira de Santana (alavancado com o CIS) e a grande concentração urbana ocorrida no município em meados da década de 1970.

A evolução do Produto Interno Bruto (PIB), indicador utilizado para demonstrar o **crescimento** da economia em um período, permite mensurar a produção de bens e serviços (riquezas) produzidos no município. Neste aspecto, é possível dizer que a economia da cidade experimentou um crescimento substancial ao longo de uma década, apesar das discrepâncias entre os setores. A Tabela 18, abaixo, traz os dados que balizam tal inferência, assim como o gráfico seguinte:

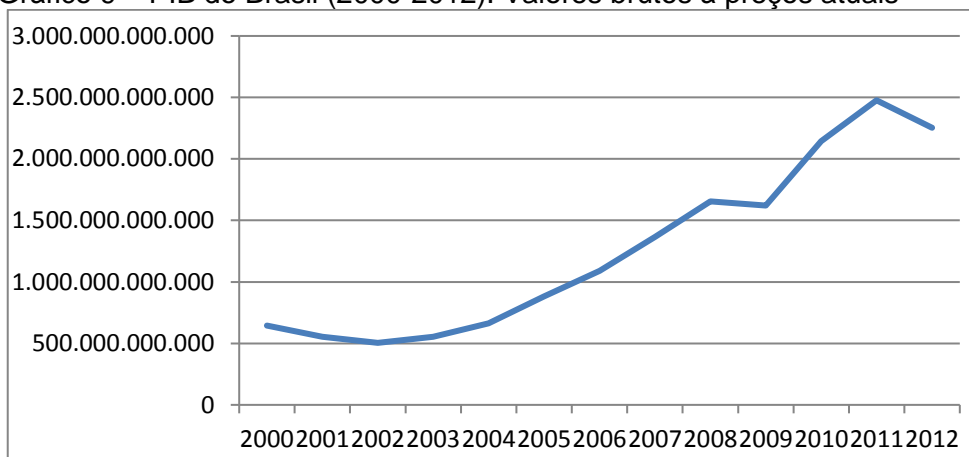
Tabela 18 – PIB Corrente total e por setor de atividade – Feira de Santana

ANO	PIB P CORRENTE (R\$ 1.000)	Valor adicionado bruto			V. s/ impostos líquidos de subsídios
		Agropecuária	Indústria	Serviços	
2000	1.702.498	27.093 (1,59%)	284.580 (16,72%)	1.121.456 (65,87%)	269.369 (15,82%)
2001	1.832.598	37.144 (2,03%)	304.578 (16,66%)	1.189.309 (64,90%)	301.568 (16,46%)
2002	2.221.209	48.762 (2,20%)	375.197 (16,89%)	1.450.727 (65,31%)	369.494 (16,63%)
2003	2.540.478	71.035 (2,80%)	396.553 (15,61%)	1.656.192 (65,19%)	416.698 (16,40%)
2004	2.838.504	45.594 (1,61%)	471.508 (16,61%)	1.845.164 (65,00%)	476.238 (16,68%)
2005	3.492.978	58.211 (1,67%)	638.800 (18,29%)	2.198.714 (62,95%)	597.254 (17,10%)
2006	3.867.472	55.864 (1,44%)	633.674 (16,38%)	2.463.905 (63,71%)	714.028 (18,46%)
2007	4.709.239	46.989 (1,00%)	752.218 (15,97%)	3.132.479 (66,52%)	777.553 (16,51%)
2008	5.379.291	40.534 (0,75%)	976.385 (18,15%)	3.451.785 (64,17%)	910.587 (16,93%)
2009	6.545.416	57.953 (0,89%)	1.425.614 (21,78%)	4.094.949 (62,56%)	966.900 (14,77%)
2010	7.470.441	60.274 (0,81%)	1.758.983 (23,55%)	4.579.618 (61,30%)	1.071.567 (14,34%)
2011	8.276.213	52.807 (0,64%)	1.816.211 (21,94%)	5.189.618 (62,71%)	1.217.577 (14,71%)
2012	8.635.051	39.780 (0,46%)	1.840.038 (21,31%)	5.389.365 (62,41%)	1.387.365 (16,07%)

Fonte: IBGE (2014).

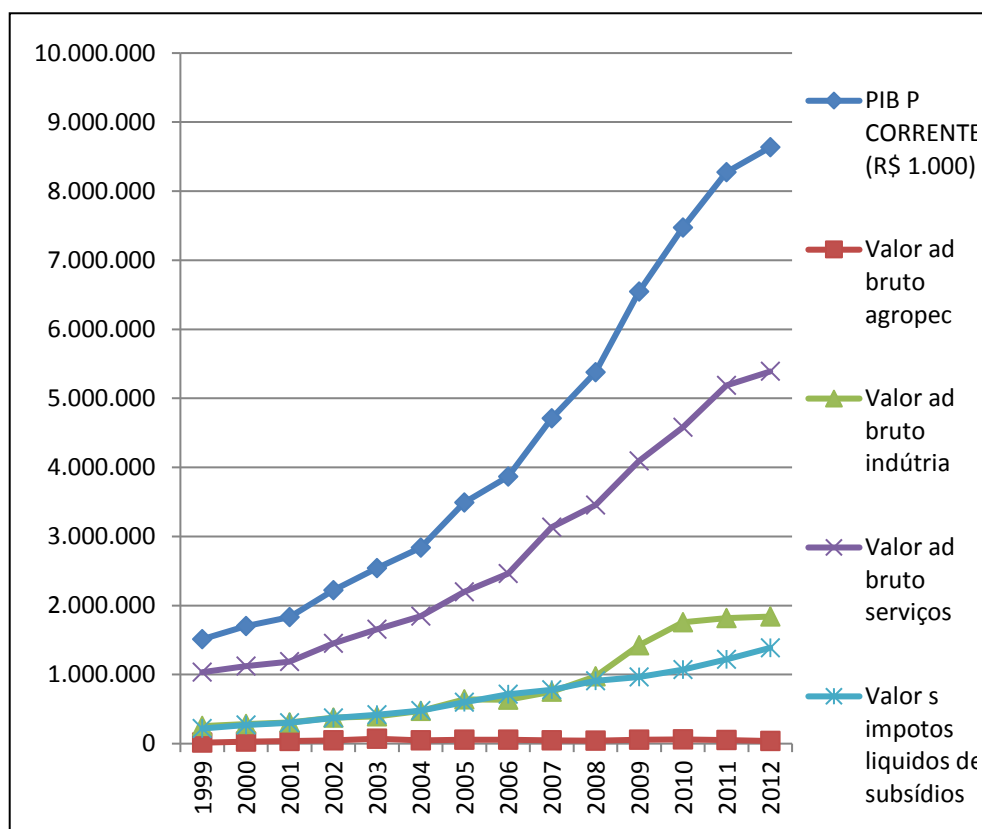
Percebe-se que o PIB de Feira de Santana seguiu uma tendência de crescimento, sendo, em números relativos, mais favorável que os números da economia nacional (Gráfico 9), que apresentaram uma queda nos anos de 2011 e 2012. A já mencionada centralidade econômica de Feira de Santana, o potencial de atratividade para indústrias (e atividades agregadas), e a força dos setores do comércio e serviços foram capazes assegurar a continuidade do crescimento da economia feirense até então (2012), apesar do início de um momento de crise vivenciado pelo país no mesmo período.

Gráfico 9 – PIB do Brasil (2000-2012). Valores brutos à preços atuais



Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Banco Mundial (2014).

Gráfico 10 – PIB total e por setores – Feira de Santana



Fonte: IBGE (2014).

O Gráfico 10, acima, permite verificar a força dos setores comércio/serviços (transcritos no gráfico apenas como “serviços”, por conta de critérios do IBGE) na economia local. Essa força advém justamente das características históricas de constituição do município, da sua estrutura urbana e da centralidade já mencionada no presente estudo. A indústria, apesar de não representar o mesmo produto direto que o setor de “serviços”, cresceu sua importância a partir do ano de 2008. No

entanto, fica demonstrado a necessidade de maiores articulações para a atração e fixação de empreendimentos nesse setor tão importante e com potencial econômico dinamizador. Sobre o setor agropecuário, infere-se que sua baixa representatividade é proporcional ao processo de urbanização do município, o que enfraquece cada vez mais as zonas rurais e seus potenciais de produção.

Esse crescimento do PIB municipal é refletido nos indicadores de emprego, conforme demonstrado a seguir:

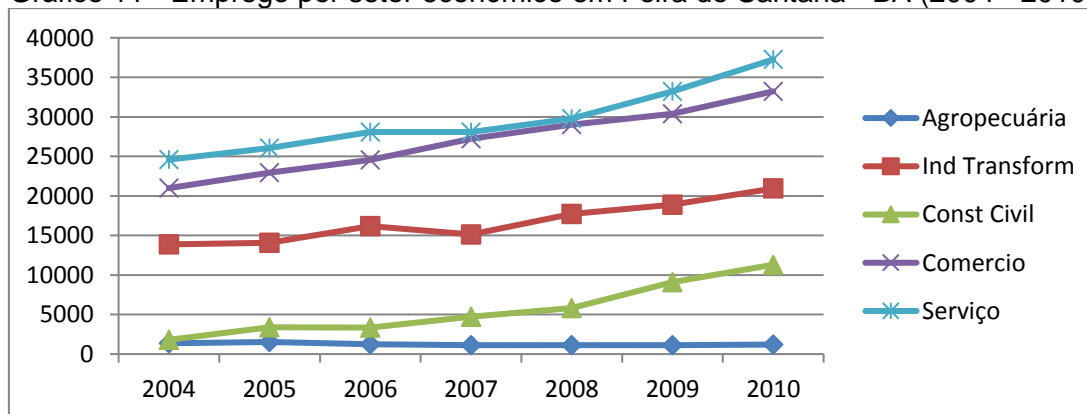
Tabela 19 - Emprego por setor econômico em Feira de Santana (2004-2010)

Setor/Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	(% 2004-2010)
Agropecuária	1363	1529	1257	1136	1128	1130	1190	-12,69 %
Ind Transform	13871	14077	16181	15136	17707	18894	20937	50,94 %
Const Civil	1811	3401	3367	4722	5834	9097	11302	524,07 %
Comercio	20990	22951	24574	27223	29009	30380	33220	58,27%
Serviço	24585	26060	28070	28079	29765	33231	37255	51,53%
Total	62620	68018	73449	76296	83443	92732	103904	

Fonte: Adaptado de MTE/RAIS (2012).

Da mesma forma que os valores relativos ao setor *Serviços* são expressivos na constituição do PIB municipal, na caracterização do emprego por setor, percebe-se grande concentração nos setores *Serviços* e *Comércio* (no cálculo do PIB, ambos são tratados apenas como *Serviços*). Por conta de um momento bastante positivo vivenciado pela construção civil, este setor também se destacou no aumento do número de pessoas empregadas, assim como a indústria de transformação que apresentou números em evolução.

Gráfico 11 - Emprego por setor econômico em Feira de Santana - BA (2004 - 2010)



Fonte: MTE/RAIS (2012).

O Gráfico 11, acima, evidencia uma evolução de 50,94 % no número de empregos formais existentes na indústria de transformação entre os anos 2004 e 2010. Com percentuais de crescimento expressivos destacam-se, respectivamente,, os setores serviços, com 51,53 % e comércio, com 58,26 %. Por conta da grande demanda gerada pela expansão imobiliária vivenciada com grande força na região de Feira de Santana, a construção civil foi o setor que obteve maior evolução no número de empregos gerados: 524,07 %.

-Setores econômicos: Agropecuária.

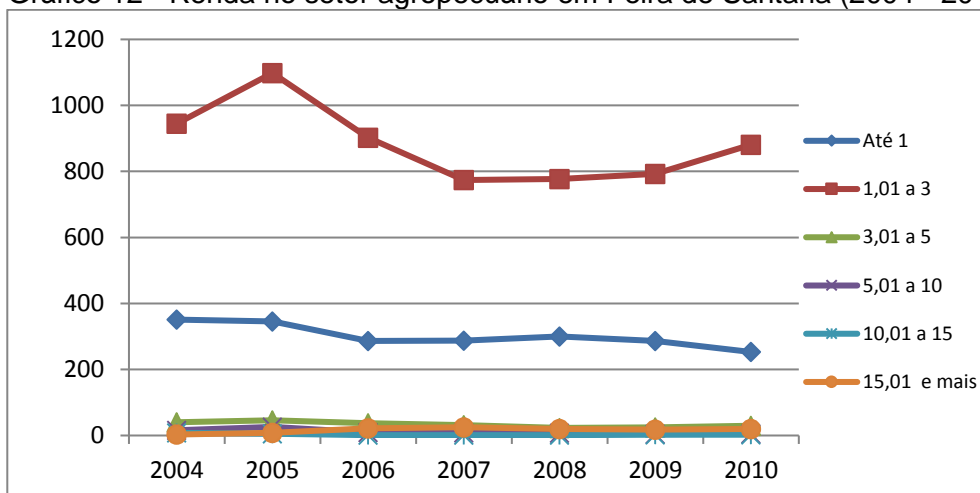
O que já foi a atividade mais importante, sob o ponto de vista econômico e cultural, de Feira de Santana, estando fortemente interligada à própria história do município, perdeu força ao longo dos anos , marcados pelo expressivo processo de urbanização. Caracterizado pela agricultura familiar e, com muita raridade, pela pecuária leiteira e de corte, o setor agropecuário sofreu fortes impactos com as secas dos últimos anos, uma vez que não dispunham de tecnologias que permitissem o convívio com condições naturais adversas. Desta forma, esse tipo de atividade sobrevive precariamente na agricultura familiar (lavouras de milho, feijão e mandioca), e dá sinais de novas perspectivas no que tange a pecuária de corte (pequenos animais) e avicultura, com o funcionamento de frigoríficos, abatedouros e empresas avícolas na região. Abaixo são demonstrados os empregos e os rendimentos do setor:

Tabela 20 - Evolução da Renda no setor agropecuário em Feira de Santana (2004 - 2010)

Ano e Renda (Em Salários. Mínimos)	Até 1	1,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 10	10,01 a 15	15,01 e mais
2004	351 (25,75%)	945 (69,33%)	40 (2,93%)	16 (1,17%)	8 (0,59%)	3 (0,22%)
2005	346 (22,63%)	1098 (71,81%)	46 (3,01%)	26 (1,70%)	5 (0,33%)	8 (0,52%)
2006	286 (22,75%)	902 (71,76%)	37 (2,94%)	9 (0,72%)	1 (0,08%)	22 (1,75%)
2007	287 (25,49%)	774 (68,74%)	31 (2,75%)	8 (0,71%)	1 (0,09%)	25 (2,22%)
2008	300 (26,60%)	777 (68,88%)	23 (2,04%)	7 (0,62%)	1 (0,09%)	20 (1,77%)
2009	286 (25,35%)	793 (70,30%)	25 (2,22%)	4 (0,35%)	2 (0,18%)	18 (1,60%)
2010	253 (21,26%)	881 (74,03%)	29 (2,44%)	5 (0,42%)	2 (0,17%)	20 (1,68%)

Fonte: Adaptado de MTE/RAIS (2012).

Gráfico 12 - Renda no setor agropecuário em Feira de Santana (2004 - 2010)



Fonte: Adaptado de MTE/RAIS (2012).

Com apenas 0,81 % do PIB municipal e 1,15 % dos empregos formais em 2010, o setor agropecuário tem pouca representação na economia de Feira de Santana.

Setores econômicos: indústria

Responsável por 23,55 % do PIB municipal e 31,03 % dos empregos em 2010 (20,15 % na indústria de transformação e 10,88 % na indústria da construção civil), o setor industrial em Feira de Santana é fruto de um processo, hoje em estágio de maturação, iniciado e impulsionado por uma “vocação natural”, por conta da localização privilegiada de Feira de Santana e da centralidade por isso trazida, além do momento econômico favorável (décadas de 1960 e 1970) em que a integração nacional assumiu uma estratégia de especialização regional a partir do desenvolvimento industrial. Dentre os fatos mais marcantes da industrialização de Feira de Santana, e da Bahia, está a implantação do CIS – Centro Industrial do Subaé, concebido inicialmente como uma autarquia municipal em 1970 para ser transferido, em 1983 para o governo do estado. Para Spinola (2003, p. 184):

Feira de Santana, o mais importante polo de desenvolvimento do interior a, sofreu a influência de todo esse ideário desenvolvimentista, a partir da instalação do CIS – Centro Industrial do Subaé, nos anos 1970, com espaços dotados de toda infraestrutura básica, incentivos fiscais e facilidades de acesso ao crédito barato e abundantemente,

disponibilizado pelas fontes de financiamento públicos, visando descentralizar o processo de industrialização baiana [...]

Se, de início, a implementação do CIS foi um processo, segundo Spinola (2003) não foi significativo para o crescimento econômico de Feira de Santana, após o decorrer de 30 anos, o perfil industrial do município, e seu entorno, se mostrou diferente. Para Lima (2008, p. 66):

Se, por um lado, as pequenas manufaturas e indústrias tradicionais continuam a representar a parcela mais numerosa do segmento, por outro, a atividade já era bem diversificada e marcada pela presença de grandes empreendimentos, notadamente de filiais de empresas do Sudeste do país que se instalaram no CIS, em ramos como química, material elétrico, transportes, bebidas, alimentos, vestuário, calçados, metalurgia, papel, papelão e embalagens.

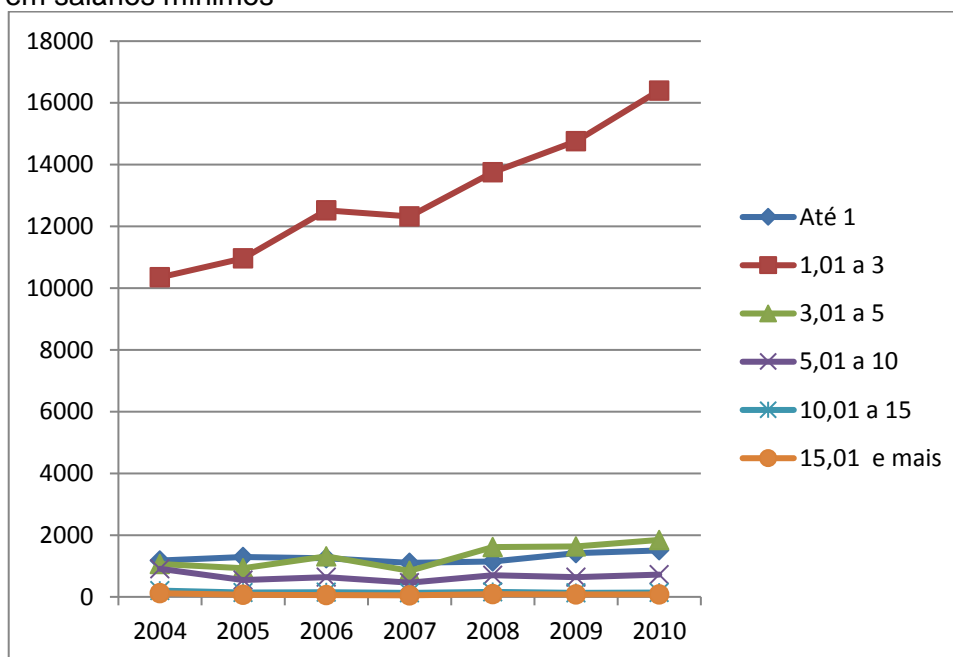
É válido ressaltar aqui que a atividade industrial de Feira de Santana não se restringe apenas ao CIS. A própria FIEB afirma que, em 2011, Feira de Santana contava com 631 estabelecimentos industriais implementados, empregando 16.135 pessoas. Em relação ao fator renda, 7,27 % dos empregados na indústria de transformação recebiam até 1 salário mínimo e que 79,27 % recebiam entre 1 e 3 salários mínimos, o que demonstra que, nos moldes atuais, a simples implementação de novas indústrias não traz reflexos proporcionais no aumento de rendimento, sendo as faixas mais baixas as que sofreram acréscimos significativos entre 2004 e 2010, conforme demonstrado abaixo (Tabela 21 e Gráfico 13):

Tabela 21 - Evolução da Renda na Indústria de transformação em Feira de Santana (2004 - 2010)

Ano/ Renda (Salários Mínimos)	Até 1	1,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 10	10,01 a 15	15,01 e mais
2004	1175 (8,51%)	10349 (74,91%)	1061 (7,68%)	909 (6,58%)	203 (1,47%)	118 (0,85%)
2005	1289 (9,25%)	10964 (78,67%)	928 (6,66%)	549 (3,94%)	136 (0,98%)	71 (0,51%)
2006	1245 (7,82%)	12522 (78,63%)	1308 (8,21%)	642 (4,03%)	148 (0,93%)	61 (0,38%)
2007	1102 (7,39%)	12319 (82,66%)	844 (5,66%)	459 (3,08%)	129 (0,87%)	50 (0,34%)
2008	1141 (6,53%)	13757 (78,77%)	1613 (9,24%)	703 (4,03%)	159 (0,91%)	91 (0,52%)
2009	1413 (7,57%)	14754 (79,08%)	1631 (8,74%)	641 (3,44%)	134 (0,72%)	83 (0,44%)
2010	1504 (7,27%)	16401 (79,27%)	1845 (8,92%)	718 (3,47%)	139 (0,67%)	82 (0,40%)

Fonte: MTE/RAIS (2012).

Gráfico 13 - Renda na Indústria de transformação em Feira de Santana em salários mínimos



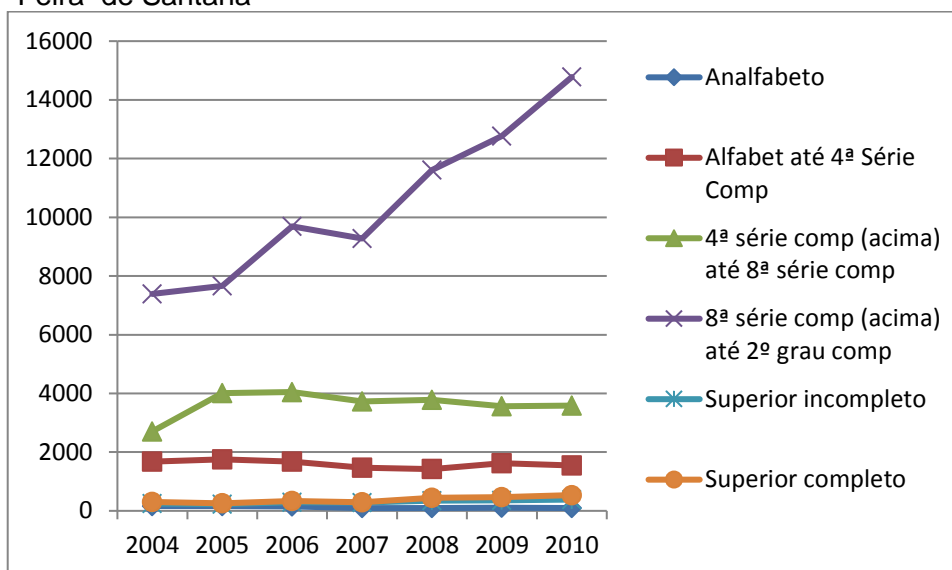
Fonte: MTE/RAIS (2012).

Percebe-se uma não equalização das condições econômicas, por conta da concentração de empregos gerados em faixas mais baixas de renda. Para Souza (2013, p. 160) “existe certo consenso [...] de que o desenvolvimento econômico observado na economia brasileira, alicerçado, sobretudo, no processo de industrialização, não trouxe a homogeneização das condições socioeconômicas, notadamente daquelas que se estabelecem nesse mercado”.

Em relação à escolaridade, percebe-se uma elevação considerável no número de empregados situados na faixa que compreende o ensino fundamental completo e o ensino médio (completo e incompleto). Infere-se que a elevação na referida faixa se deu por conta da demanda por qualificação técnica na indústria de transformação. Diversas instituições (SENAI, Escolas Técnicas, Centros Federais e Instituições de Ensino Superior), incentivadas por programas alavancados pelo Governo Federal, elevaram nos últimos anos a oferta por qualificação técnica nos últimos anos.

O Gráfico 14, a seguir, ajuda a visualizar essa concentração maior de empregados na faixa de escolaridade que compreende aqueles que estão entre o ensino fundamental completo e o ensino médio completo:

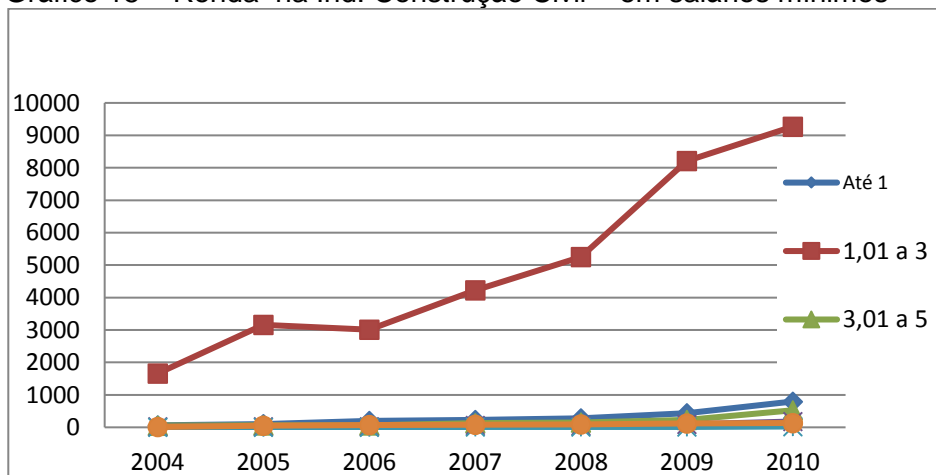
Gráfico 14 – Escolaridade dos Empregados na Indústria de Transformação em Feira de Santana



Fonte: Adaptado MTE-RAIS (2012).

No tocante à indústria da construção civil, responsável em 2010 por 10,88 % dos empregos no município, percebeu-se grande dinamização advinda da expansão imobiliária causada pela demanda represada e pelo momento de crescimento vivenciado pela economia na última década. Além das construtoras já existentes no município, outras foram implantadas, além da atração de grandes grupos empresariais sediados no Sudeste do país. A expansão de tal atividade foi tão grande que, em 6 anos, o número de empregos gerados aumentou em 524,07 %, chegando a faltar mão de obra para as vagas ofertadas. Essa demanda por emprego maior que a oferta teve, por consequência, uma elevação nas faixas salariais, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 15 – Renda na Ind. Construção Civil – em salários mínimos



Fonte: Adaptado de MTE / RAIS (2012).

Setores econômicos: Comércio e Serviços

No capítulo desta tese que trata sobre os aspectos históricos da constituição de Feira de Santana, fica evidenciada a importância e o papel estratégico do comércio. Durante décadas, o ritmo de expansão da cidade foi ditado pelas atividades oriundas de demandas das cidades e regiões circunvizinhas. Por possuir uma localização central, o entreposto comercial logo também se tornou um centro de serviços para viajantes, comerciantes e moradores de outras regiões que já não mais precisavam ir à Salvador para o atendimento de várias de suas necessidades.

Para Lima (2008) a atividade comercial de Feira de Santana logo se diversificou, já que inicialmente era concentrada em produtos ligados à pecuária, inserindo-se em uma rede de comércio regional e nacional e contribuindo para o destaque do município entre os demais de sua macrorregião, de outras regiões e até de outros estados do país.

O comércio de Feira de Santana, tradicionalmente alicerçado em empreendimentos familiares locais, passou a contar com grandes redes varejistas de atuação nacional e internacional. A chegada dessas grandes redes é um sinalizador do potencial de consumo da região, tendo como marco a implantação de um shopping center de porte médio e a viabilização de outros empreendimentos da mesma natureza (atualmente, há outro shopping em construção, além de um *outlet* - com 100 lojas- em fase de operacionalização).

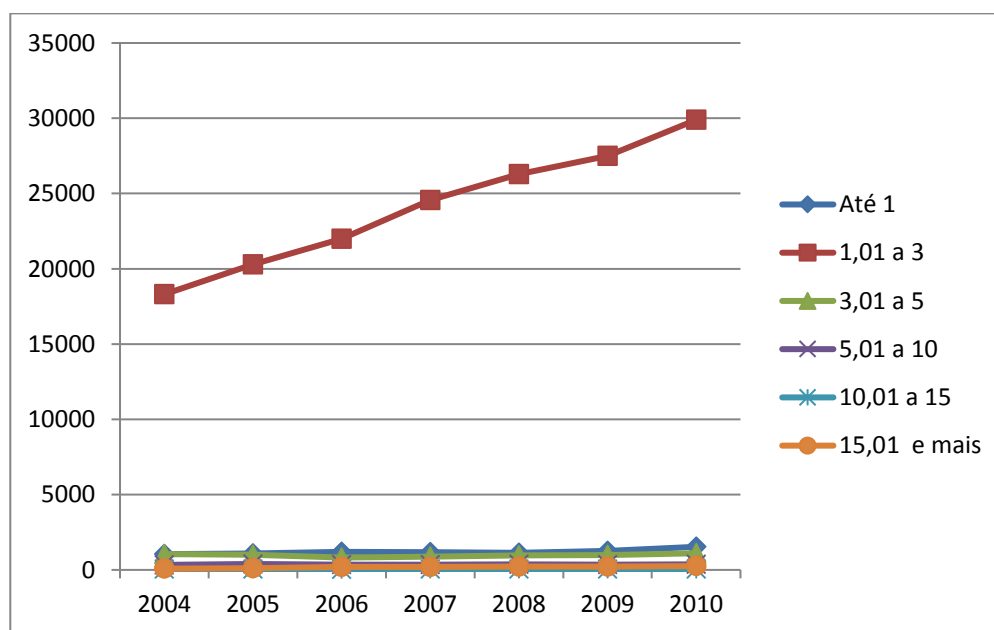
No tocante aos serviços, pode-se dizer que seguiram a mesma lógica do comércio: fase inicial marcada por empreendimentos familiares, pequenos e sem complexidade (oficinas mecânicas, escolas, hotéis, pensões, alfaiatarias, etc). É a partir da década de 1990 que a oferta de serviços em Feira de Santana passa ser mais especializada, destacando-se os setores de educação (níveis superior e médio) e de saúde. Devido ao próprio crescimento populacional (inclusive das cidades no entorno), Feira de Santana se destacou como um grande centro educacional, atendendo demandas de educação fundamental e média (inclusive com destaque qualitativo nacional), profissionalizante, cursos preparatórios para vestibulares e concursos públicos e no nível superior, com a abertura e atração de vários empreendimentos privados, além da expansão (tímida) de vagas na educação superior pública.

Os serviços públicos de saúde também se constituem em foco de atratividade para a cidade. Devido à ausência de estrutura e/ou precariedade nos atendimentos oferecidos, toda uma micro e macro região buscam serviços de saúde em Feira de Santana, superlotando as estruturas existentes: Hospital Geral Clériston Andrade (estadual), Hospital da Criança (estadual, com funcionamento parcial), postos de saúde e policlínicas (municipais) e Hospital da Mulher (municipal). No caso das estruturas municipais, a demanda de outros municípios se constitui em uma distorção, mas pela própria natureza da área, não deixa de ser atendida. Mas é na área privada de saúde que Feira de Santana se destaca, com a implementação de clínicas, hospitais e laboratórios que ofertam serviços de maior complexidade, antes só encontrados na capital do estado.

É possível dizer que no período atual, Feira de Santana tem nos setores *comércio* e *serviços* os grandes pilares da sua atividade econômica, representando 61,30 % do PIB municipal e 67,83 % dos empregos formais (31,81 % no comércio e 35,86 % na área de serviços), sendo 4.871 estabelecimentos comerciais registrados e 2.578 estabelecimentos de serviços no município.

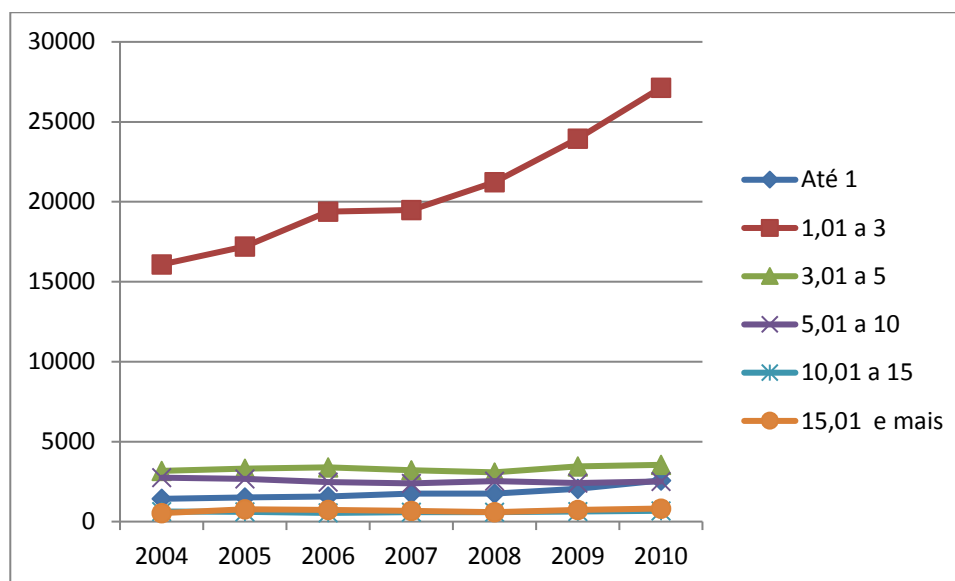
Os gráficos 16 e 17 mostram, respectivamente nos setores de comércio e de serviços, o crescimento do número de empregados e a concentração destes na faixa salarial entre 1 e 3 salários mínimos.

Gráfico 16 - Renda no comércio em Feira de Santana - em salários mínimos



Fonte: MTE/RAIS (2012).

Gráfico 17 – Renda no setor de serviços em Feira de Santana – em salários mínimos



Fonte: Adaptado de MTE/RAIS (2012).

Sobre a **informalidade**, há estimativas que esta chegue à 69,68 % (Lima, 2008) entre as atividades de Feira de Santana, ocupando 157.710 pessoas (diferença entre estimativas do MTE/RAIS, que só consideram os empregos formais, e do IBGE que consideram todas as ocupações, formais e informais). Para Lima (2008,p. 69):

Esta informalidade se explica pela própria natureza de muitos negócios [...] a exemplo de pequenos negócios de bairros: botecos, mercearias, salões de beleza, oficinas (bicicletas, máquinas e equipamentos, eletroeletrônicos, mecânica), barracas de lanche, borracharias, pensões, etc. São estabelecimentos que funcionam muito mais como complemento orçamentário das famílias, do que como empreendimentos inseridos na lógica de mercado, geradores de empregos e dotados de estruturas de controle e planejamento.

Pelos números apresentados, admite-se que a informalidade possui relevante papel na ocupação de pessoas e na geração de renda (mesmo que as menores) em Feira de Santana. No entanto, pela dificuldade de mensuração, pela ausência de pesquisas, estudos e dados quantitativos contemporâneos e pelo cronograma desta pesquisa, a mesma não foi aprofundada nesta tese.

- Desenvolvimento Humano

Sobre o *Desenvolvimento Humano*, percebe-se um aumento considerável do IDHM – Índice de desenvolvimento humano municipal (elaborado segundo metodologia estabelecida pela ONU – Organização das Nações Unidas), entre 1991 e 2010. Se em 1991, o índice atribuído à Feira de Santana representava (segundo critérios da ONU) *muito baixo desenvolvimento humano* (0,000 até 0,499), em 2000 o índice representava *baixo desenvolvimento humano* (0,500 até 0,599), passando em 2010 para *alto desenvolvimento humano* (0,700 até 0,799) . Ressalte-se que, apesar de Feira ostentar um índice de alto desenvolvimento humano, conforme tabela 22, o mesmo (0,712) se encontra no limite do *médio desenvolvimento humano* (0,600 até 0,699).

Tabela 22 – Evolução do IDHM – Feira de Santana

ANO	IDHM
1991	0,460
2000	0,585
2010	0,712

Fonte: PNUD (2015).

Se os índices de desenvolvimento humano de Feira de Santana a posicionam em um patamar considerado positivo, seu crescimento na última década é bastante diferente do crescimento do PIB municipal, conforme Tabela 23:

Tabela 23 – Comparação entre crescimento do PIB e IDHM

Descrição/ano	2000	2010	Crescimento em %
PIB (R\$ 1.000)	1.702.498,00	7.470.441,00	338,79
IDHM	0,59	0,71	21,71

Feira de Santana (2000 – 2010) – Fonte: Elaboração própria (2015).

Mais uma vez, sabe-se que a natureza dos dois indicadores é diferente, uma vez que o IDHM segue uma escala com limite em 1,000 e os valores de um PIB não possuem “teto”. Por isso, trabalhou-se apenas com a variação do crescimento. Ao se descontar do valor do PIB de 2010 a inflação acumulada no período (68,59 %), tem-se ainda um crescimento de 200,97 % entre os anos de 2000 e 2010. Sabendo dessa diferença e tomando por base a comparação entre os dois indicadores e, presumindo que o PIB indica o crescimento econômico e que o IDHM se propõe a

explicar o desenvolvimento humano (dentro dos seus parâmetros metodológicos), entende-se que o município de Feira de Santana alcançou um bom IDHM, mas aquém do seu potencial haja vista a elevação do PIB municipal no período, mesmo descontando a inflação. Houve uma considerável elevação nos valores das riquezas geradas mas, conforme demonstrado nas tabelas e gráficos a seguir, essa elevação de riqueza não foi proporcional à distribuição de renda em forma de remuneração de trabalhadores. A maioria expressiva dos trabalhadores empregados no mercado formal em Feira de Santana percebem rendimentos até 03 salários mínimos.

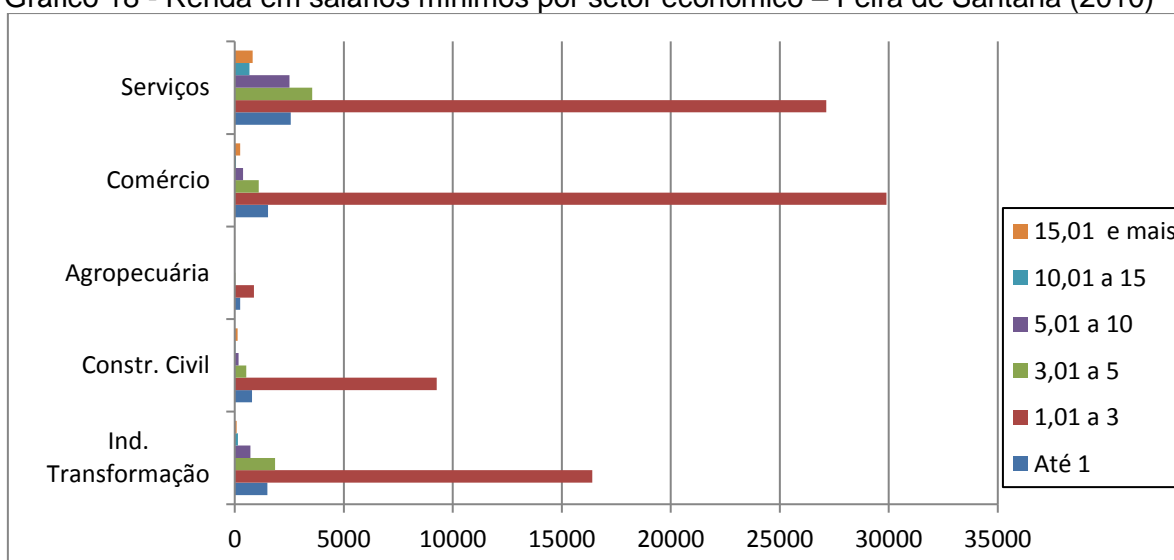
Tabela 24 – Renda por setor econômico – Feira de Santana (2010)

Setor /Faixa de renda	Até 1	1,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 10	10,01 a 15	15,01 e mais
Ind. Transformação	1504	16401	1845	718	139	82
Constr. Civil	796	9268	526	180	26	134
Agropecuária	253	881	29	5	2	20
Comércio	1532	29894	1105	377	60	252
Serviços	2571	27131	3549	2513	674	817
Total	6656	83575	7054	3793	901	1305

Fonte: Adaptado de MTE/RAIS (2012).

O gráfico 18, abaixo, demonstra dois predomínios na relação emprego formal / rendimento em Feira de Santana: liderança dos setores comércio e serviços no emprego de mão de obra e predomínio da faixa salarial 1-3 salários mínimos. As informações se referem à população economicamente ativa empregada no mercado formal de trabalho.

Gráfico 18 - Renda em salários mínimos por setor econômico – Feira de Santana (2010)



Fonte: MTE/RAIS (2012).

Segundo o Censo Demográfico divulgado pelo IBGE com informações relativas à 2010, a população economicamente ativa de Feira de Santana estava assim distribuída nas faixas de rendimento:

Tabela 25 – Rendimento da população economicamente ativa – Feira de Santana

Faixa em Salários Mínimos	Quantidade	%
até 1 s.m.	109.474	44,45
1-2 s.m.	78.143	31,73
2-3 s.m.	21.322	8,66
3-5 s.m.	18.892	7,67
5-10 s.m.	12.990	5,27
10-15 s.m.	2.345	0,95
acima de 15 s.m.	3.100	1,26
Total	246.266	100

Fonte: Adaptado de IBGE (2014).

Há uma diferença de critérios e de base entre os dados do IBGE, que consideram as atividades formais e informais, e os do MTE/RAIS, que consideram apenas as pessoas alocadas no mercado formal de trabalho. A Tabela 25 destaca um dado relevante que pode ser atribuído em sua maioria, aos trabalhadores informais: 44,45 % declararam receber menos que 1 salário mínimo. Pelos dados do IBGE, a faixa de trabalhadores com rendimentos até 3 salários mínimos abrange 84,84 % da população economicamente ativa. Ao se aplicar a distribuição do IBGE à faixa predominante entre os trabalhadores alocados no mercado formal de trabalho (1-3 salários mínimos) é possível chegar à conclusão que 78,56 % destes trabalhadores recebem entre 1 e 2 salários mínimos (faixa de rendimentos que permite apenas a subsistência dos trabalhadores). Fica clara e demonstrada a diferença entre o crescimento do PIB municipal no período 2000-2010 e a evolução no indicador desenvolvimento humano percebido no mesmo período, principalmente se for levado em conta o fator renda dos trabalhadores.

5 DESENVOLVIMENTO DE FEIRA DE SANTANA SOB A PERSPECTIVA DE LIDERANÇAS LOCAIS

Conforme explicitado na metodologia desta tese, pretende-se aqui analisar os conteúdos extraídos das entrevistas realizadas com lideranças públicas, empresariais e da área educacional de Feira de Santana, buscando elucidar as hipóteses da pesquisa (estão na introdução) e alcançar os objetivos da mesma (também na introdução). O questionário utilizado na entrevista estruturada assim como a transcrição, na íntegra, das entrevistas realizadas estão nos Apêndices A e C desta tese, respectivamente. As entrevistas foram realizadas entre os meses de Maio e Setembro de 2015 com o auxílio de um gravador digital (os áudios eram convertidos ao formato *mp3* e depois transcritos para o formato *docx*).

Todas as entrevistas aconteceram nas sedes das entidades representadas pelos entrevistados e foram realizadas pelo pesquisador, com o auxílio de um roteiro estruturado que serviu como um direcionador da ação. Por se utilizar de questões abertas, outras questões não previstas nos roteiros (e consideradas relevantes na pesquisa) foram inclusas. No entanto, para efeito da análise, apenas os trechos ligados à temática da pesquisa foram devidamente considerados.

Por conta da incompatibilidade de agendas e do cronograma da pesquisa, não foi possível realizar todas as entrevistas planejadas. No entanto, tal fato não prejudicou a análise uma vez que a maioria das informações previstas foram coletadas e todos os setores relevantes para a análise foram devidamente ouvidos : Educação, poder público municipal, poder público estadual, indústria, comércio e serviços.

No Quadro 11, estão transcritas as entidades previstas para entrevistas e as que efetivamente participaram do processo:

Quadro 11 – Entrevistas planejadas x entrevistas realizadas

Entidade	Classificação	Situação
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana	Ensino/Pesquisa	Entrevista realizada
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	Ensino/Pesquisa	Entrevista realizada
CIFS – Centro das Indústrias de Feira de Santana	Representação Empresarial - Indústria	Entrevista realizada
CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas	Representação Empresarial – Comércio/Serviços	Entrevista realizada
FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia	Representação Empresarial - Indústria	Entrevista realizada
Associação Comercial de Feira de Santana	Representação Empresarial – Comércio/Serviços	Entrevista realizada
Prefeitura Municipal de Feira de Santana – Secretaria de Planejamento	Poder Público / Município	Entrevista realizada
CIS – Centro Industrial do Subaé	Poder Público / Estado	Entrevista realizada
IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Ensino/Pesquisa	Entrevista não realizada
CETEB – Centro Tecnológico do Estado da Bahia	Ensino/Pesquisa	Entrevista não realizada

Fonte: Elaboração própria (2015).

As análises foram organizadas em quadros por temas e subtemas, conforme codificação expressa no quadro 12 e a identificação das entrevistas foi realizada da seguinte forma: a) EDU-SENAI: instituição de educação, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; b) EDU-UEFS: instituição de educação, Universidade Estadual de Feira de Santana; c) GOV-PMFS: instituição governamental, Prefeitura Municipal de Feira de Santana ; d) GOV-CIS: instituição governamental, Centro Industrial do Subaé; e) COM-CDL: instituição representante dos setores “comércio” e “serviços”, Câmara dos Dirigentes Lojistas de Feira de Santana; f) COM –ACEFS: instituição representante dos setores “comércio” e “serviços”, Associação Comercial e Empresarial de Feira de Santana; g) IND-CIFS: instituição representante da indústria, Centro das Indústrias de Feira de Santana; h) IND-FIEB: instituição representante das indústrias, Federação das Indústrias do Estado da Bahia. Para evitar uma personalização das respostas, opiniões e percepções expressas nas

entrevistas, optou-se por omitir o nome dos entrevistados. No entanto, todos manifestaram que foram oficialmente autorizados e designados para se expressarem em nome dos órgãos ou entidades que representam. Ainda sobre as entrevistas, e suas análises, é possível que os mesmos trechos selecionados se encontrem em dois ou mais códigos e subcódigos. *Por exemplo, uma declaração de um entrevistado sobre educação pode constar em um quadro de análise sobre capital humano e sobre atratividade empresarial. Essa “dupla aparição” ocorre justamente porque os temas tratados não são impermeáveis e uma classificação dicotômica e excludente poderia prejudicar a análise.*

No Apêndice B desta tese estão transcritos, com maior detalhamento, os códigos e subcódigos inseridos no software de análise, juntamente com suas descrições. Tais códigos foram os balisadores da análise das entrevistas, pois permitiram classificar seus diversos trechos de acordo com os eixos norteadores dos objetivos da tese: ambiência para inovação, formação de capital humano e atratividade empresarial. Os códigos e subcódigos ora referidos são os seguintes:

Quadro 12 – Códigos de análise inseridos no MaxQda

1.Capital Humano	2. Ambiência para Inovação	3. Atratividade Empresarial	4.Desenvolv. Econômico
1.1 Demandas locais	2.1 Pesquisa Demandas por Inovação Laboratórios	3.1 Qualidade de vida	4.1 Poder público
1.2 Cursos técnicos		3.2 Mão de obra	4.2 Serviços
1.3 Universidades		3.3 Infraestrutura	4.3 Comércio
1.4 Qualidade na formação		3.4 Incentivos	4.4 Indústria
	3.5 Centralidade Localização e Logística	4.5 Articulação	
		4.6 Planejamento	

Fonte: Elaboração própria (2015).

As análises, a seguir apresentadas, são construídas a partir do referencial teórico estudado e apresentado nos capítulos iniciais desta tese e, das percepções das lideranças públicas, empresariais e educacionais entrevistadas e dos dados e informações apresentados no capítulo 4. Os textos e inferências a seguir não são

presos, do ponto de vista normativo, à um referencial teórico específico (não estão ancorados, neste capítulo, em citações) e, ao mesmo tempo, são fruto da apropriação por parte do autor de todos os referenciais estudados e utilizados na tese e do confronto destes com a realidade percebida, segundo a metodologia utilizada. É possível perceber, nos trechos selecionados, contradições nos pensamentos de um mesmo entrevistado (em um trecho afirma que a estrutura de formação profissional em Feira de Santana é favorável, em outro diz que é insuficiente), o que demandou interpretações feitas durante a análise destas. Na situação acima, por exemplo, pode se entender que há uma satisfação com a oferta por qualificação do ponto de vista quantitativo, mas insatisfação no aspecto qualitativo.

5.1 CAPITAL HUMANO E SUA RELEVÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: FEIRA DE SANTANA EM PERSPECTIVA

Nesta parte da pesquisa, são analisadas as percepções dos entrevistados sobre a importância do capital humano como influenciador do desenvolvimento econômico de Feira de Santana. Os grupos de respostas são divididos em quatro subtemas: atendimento às demandas locais, papel dos cursos técnicos, papel das universidades / instituições de educação superior e qualidade da formação.

5.1.1 Capital Humano e o atendimento das demandas locais

A análise do quadro 13, abaixo, permite perceber que dentro de um aspecto menos complexo de formação, o capital humano de Feira de Santana atende às necessidades das empresas no tocante à qualidade de mão-de-obra, apesar de haver, por parte de lideranças empresárias, a alegação de carência em formações mais específicas do ponto de vista técnico e de falta de diálogo por parte das instituições formadoras. Neste aspecto, o SENAI alega ter canais para colher e processar demandas do mercado. Já a UEFS, grande polo formador da região ao longo dos anos, pauta suas políticas de formação prioritariamente em aspectos sociais e sócio-culturais, atendendo a necessidade de formação de capital humano para o mercado (e para a inovação) como consequência indireta da sua ação e não como objetivo direto.

Nesse aspecto, percebe-se uma real falta de diálogo entre as instituições formadoras (nível superior) e o mercado. As demandas dos segmentos econômicos produtivos são extremamente dinâmicas e a formatação e oferta de cursos por parte de instituições de educação superior (públicas e privadas) são regidas por processos econômicos, financeiros e sociais. Esses processos não seguem o ritmo da dinâmica do mercado e, por conta disso, há a concentração de oferta em áreas onde já não há mais a mesma demanda de quando os cursos foram implementados. No capítulo 4 é demonstrada a não concentração e não priorização em áreas tecnológicas e científicas, áreas focais para o fornecimento de mão de obra técnica específica e para a promoção da inovação tecnológica.

Quadro 13 – Atendimento à demandas locais pelo capital humano de Feira de Santana

Subtema	Entrevista	Trecho selecionado
Demandas locais	EDU-UEFS	<p>Então a partir dos anos 90 a universidade começa a diversificar, trazendo outras profissões, outras formações, a busca de novos cursos como engenharia de alimentos, direito, a própria medicina que era um desejo, um sonho antigo; vai ter engenharia da computação, agronomia que é mais recente, psicologia, mas ainda há um peso muito grande que está começando a modificar na importância formativa voltada para a educação na saúde.</p> <p>Muitas vezes a fundamentação de alguns cursos da área de tecnologia, eu analisei os projetos de cursos, estavam muito mais baseados em aspectos sociais, socioculturais, da importância formativa, do que necessariamente na perspectiva mais objetiva de como esses cursos e essas formações poderiam contribuir com uma abordagem de desenvolvimento de capital humano, no sentido do crescimento, do desenvolvimento tecnológico ou do desenvolvimento da inovação</p> <p>vamos perceber que a universidade está vinculada a essa necessidade formativa, primeiro para as licenciaturas, porque você não tinha professores na formação básica, depois você investe no campo da saúde porque faltava enfermeiros, faltava odontólogos, isso teve um papel decisivo, importantíssimo, no ponto de vista da saúde coletiva no município de Feira de Santana. Na sequência a própria engenharia, a universidade acaba acompanhado um pouco a engenharia civil. A própria expansão urbana do município. Então se imaginar que quem fazia isso era a UEFS ou o feirense que saía daqui para estudar em Salvador dificilmente retornava para Feira de Santana, porque se sentia atraído por uma localidade muito maior. Era muito complicado imaginar que as universidades federais, no caso a UFBA que era a única, viria para cá fazer oferta de curso.</p>
	GOV - PMFSA	<p>Porque veja bem, a Pirelli tem uma fábrica em Feira onde a melhor qualificação de todas as empresas do grupo no mundo em termo de rendimento foi Feira de Santana. A Belgo tem feito elogios (ou ele quis dizer tem recebido elogios), essas empresas novas que estão chegando de transporte coletivo, gera elogios aqui, a mão de obra local é lógico que qualificada</p>
	COM - ACEFS	<p>A qualidade eu acho que deixa a desejar, mas você já ter o potencial das faculdades e universidades aqui, já é um grande passo. Eu acho que a partir de agora você precisa melhorar um pouco mais</p> <p>Veja, ela está fazendo/formando mão de obra para quem? Para o mercado, para as empresas. Se você não enxergar o que o mercado quer, se você não se associar ao mercado, você vai ficar fazendo pesquisa para que? Para o umbigo?</p>

Subtema	Entrevista	Trecho selecionado
	IND – CIFS	As demandas das indústrias são atendidas pelas instituições de ensino? Em parte sim. Hoje as indústrias tem demandado, por incrível que pareça, mais uma mão de obra técnica, não tanto uma mão de obra de nível superior. Por que nessa área técnica há realmente uma defasagem maior e um volume maior de funcionários nessa área
	IND - FIEB	O atual nível do capital humano em Feira de Santana, ele é satisfatório para as indústrias, ele é satisfatório para atividade empresarial? Ainda não, nós precisamos melhorar muito ainda
	EDU- SENAI	Então um empresário que venha para Feira de Santana, ele consegue aqui obter uma mão de obra formada na cidade e com as competências requeridas ai seja para indústria de transformação, seja para uma indústria de alimentos, de pneus, eu acredito que estamos aqui no caminho certo de qualificação. Basicamente, a necessidade do mercado. Nós fazemos visitas constantes as indústrias que aqui estão instaladas, entramos em contato com os profissionais de recursos humanos, profissionais das áreas mais técnicas e em função dessas demandas que nos são sinalizadas é onde nós temos a nossa linha de oferta. Uma outra forma de estarmos abalizando a nossa oferta em relação a própria procura dos alunos em relação aos cursos

Fonte: Elaboração própria (2015).

5.1.2 A formação técnica do capital humano em Feira de Santana

A formação técnica do capital humano em Feira de Santana se divide entre cursos técnicos na área de saúde, que não foi foco desta pesquisa (tal formação vem perdendo força social e econômica por conta da saturação de mercado e regulamentações que os prejudicam em benefício da formação superior), cursos técnicos na área de serviços (corretagem imobiliária e de seguros), também não abordados diretamente por esta pesquisa por possuírem foco em setores pouco específicos no âmbito da atividade empresarial, e formação técnica para atuação em segmentos industriais, foco desta pesquisa. Sobre esse tipo de formação, os trechos de entrevistas selecionados estão agrupados no Quadro 14:

Quadro 14 – Formação técnica do capital humano em Feira de Santana

Subtema	Entrevista	Trecho selecionado
Cursos Técnicos	EDU - SENAI	Olha o SENAI, ele trabalha com a mão de obra mais operacional no primeiro estágio. Então o SENAI trabalha com a formação de qualificação profissional e com cursos técnicos basicamente. Hoje ele é um diferencial na cidade por ter uma unidade estruturada, onde nós temos mais de 14 cursos técnicos em diversas áreas, onde você consegue abranger mais ou menos todas as demandas de manutenção e operação de um futuro parque industrial que por aqui venha se estabelecer.
	EDU - UEFS	Tem uma discussão antiga sobre o papel da formação técnica, da formação tecnológica e infelizmente nós somos uma sociedade bacharelesca desde os tempos do império, isso ainda predomina, é muito difícil ainda se encontrar ressonância social, aceitação e compreensão do papel da formação técnica
	IND - FIEB	E quando vem uma empresa para cá, de alta tecnologia, com alta complexidade, ai busca geralmente pessoas de fora do estado pra vir manusear essas máquinas porque são máquinas de alta complexidade
	GOV - CIS	Eu acho que a indústria tem contribuído muito através do SENAI e o CIMATEC, embora não tenhamos CIMATEC aqui, mas o de Salvador tem ajudado. O SENAI agora inaugurou um prédio enorme, com 17/18 salas de aulas, os laboratórios estão muito bons, o SENAI tem feito isso bem. O CETEB é uma referência no ensino técnico aqui e tem feito isso de uma forma muito contundente. Eu tenho dito nas reuniões com os prefeitos da região, olha prefeito a melhor coisa que você tem que fazer é investir em capacitação, em vez de o menino ficar na rua jogando bola, alugue um carro e mande ele estudar em Feira, fazer um curso técnico no SENAI no CETEB

Fonte: Elaboração própria (2015).

Basicamente, Feira de Santana é atendida nesse nível de formação por poucas iniciativas, merecendo destaque o –Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Centro Tecnológico do Estado da Bahia (CETEB) e o Instituto Federal de Ciências e Tecnologia (IFBA). Por motivos de agendamento e cronograma da pesquisa, os dirigentes destas duas últimas instituições não foram ouvidos. Com o Programa Nacional de Aprendizagem Tecnológica (PRONATEC), Universidade Salvador (UNIFACS) e a Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) de Feira de Santana também ofertaram cursos técnicos, porém essa oferta perdeu força com o corte de recursos oriundos do programa (por conta de uma crise na economia do país com reflexos largamente perceptíveis a partir do final do ano de 2014). Tal corte afetou também o SENAI, que perdeu um grande contingente de vagas.

O setor industrial conhece o SENAI e o CETEB e demanda tais instituições, principalmente na formação técnica operacional. Neste sentido, há pleno atendimento das necessidades formativas, o que representa fator de atratividade para a região. No entanto, no que tange a formação técnica para demandas de maior complexidade, há uma carência na formação em Feira de Santana. Pela lógica de mercado e pela própria ausência de ambiência para pesquisa e inovação, as

instituições alegam não haver demanda que justifique investimentos em tal formação. A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) não atua na formação técnica.

5.1.3 A formação superior do capital humano em Feira de Santana

Com 10 instituições de educação superior com oferta presencial e 06 com oferta de cursos na modalidade educação à distância, Feira de Santana se destaca como grande centro regional de formação superior, atendendo à uma demanda da própria cidade, da região em que está inserida e de outras regiões. A natureza dessas instituições e histórico de atuação foram abordados no capítulo 4 deste trabalho. O Quadro 15, abaixo, resume a abordagem feita pelos entrevistados sobre o tema:

Quadro 15 – A formação superior e o capital humano em Feira de Santana

Subtema	Entrevista	Trecho selecionado
Universidades	EDU - UEFS	Então a UEFS é a grande liderança desse polo formativo educacional, tanto para o ensino básico, quanto para o ensino superior, quanto a atividade de faculdades , a viabilização de empreendimentos escolares e porque não pensar na própria pesquisa e também nas atividades de extensão A formação do capital humano passa também pela questão da pesquisa. Então se imaginarmos que esse papel hoje basicamente ele é exercido, eu acho que unicamente no Brasil há esse problema que é muito grave. Quem faz pesquisa são estudantes do ensino superior, publicas principalmente, se nós imaginarmos que Feira apesar da UFRB tem apenas a UEFS, então podemos dizer que do ponto de vista da cidade há de fato uma certa limitação com relação a questão da capacidade de produção do conhecimento Fora isso há um aspecto cultural ainda significativo, a universidade brasileira ainda não é muito vinculada a um discurso do empreendedorismo, da inovação, o discurso da capacidade de construção, digamos assim, de um patrimônio, de conhecimento que de alguma forma possa promover a inovação a partir dessa concepção de desenvolvimento tecnológico e outros aspectos. Um debate sobre o papel do governo federal, pois achamos que a universidade é quem vai resolver todo problema de formação de capital humano quando não é só isso.
	IND - FIEB	Com certeza. Nós temos em Feira de Santana, primeiro eu vou falar da quantidade de faculdades e universidades que nós temos. Nós temos uma das melhores universidades do Brasil que é a UEFS que está instalada em Feira de Santana e depois da UEFS tem inúmeras faculdades que proporcionam essa qualificação do capital humano
	COM - CDL	Nós temos hoje 15 instituições de ensino superior presencial, com em torno de, vinte mil alunos no nível superior presencial sendo formados. Então uma massa crítica, uma mão de obra qualificada que está sendo formada em Feira de Santana.

Fonte: Elaboração própria (2015).

Para o grande contingente de mão de obra demandado pelos setores do comércio e dos serviços, principais empregadores da cidade, a formação superior disponível atende muito bem as expectativas. Tais setores não exigem demandas complexas em cargos operacionais (a maioria) e a formação concentrada na área de gestão contempla as necessidades laborativas. Ressalte-se o grande contingente de formação (24.573 matriculados em 2012), sendo 72,5 % em instituições privadas e 27,5 % em instituições públicas (UEFS). Sobre tal informação, é correto afirmar que a UEFS possui importância essencial na formação superior em Feira de Santana, principalmente se for abordado o contexto histórico pois foi, por décadas, a única instituição de formação superior da região. Apesar das políticas de inclusão e permanência implementadas na UEFS, a mesma possui uma limitação quantitativa em suas vagas, se for levado em conta as demandas da região e, por conta de tal limitação, não absorve todo o contingente que busca a formação superior. Neste aspecto, as instituições privadas ocupam espaço no mercado com grande oferta de vagas e com preços compatíveis com o perfil dos demandantes. Saliente-se aqui a importância dos financiamentos governamentais (de mensalidades) na expansão da educação superior privada.

Do ponto de vista quantitativo e qualitativo, a atuação das instituições de educação (privadas e pública) atende a necessidade da formação de capital humano na perspectiva de mão de obra e também na formação empreendedora (apesar de não ser objetivo direto da instituição pública). No entanto, a formação de capital humano para a pesquisa científica e inovação tecnológica, concentrada qualitativamente nos cursos *stricto sensu* (mestrado e doutorado), se dá preponderantemente nas instituições públicas, no caso de Feira de Santana, a UEFS, apesar de se registrar as iniciativas da UNIFACS em ofertar cursos nesse nível no campus de Feira de Santana e de ofertar, em parceria com a UEFS e a UFBA um doutorado na área da Ciência da Computação.

A formação em nível de doutorado, nível reconhecidamente apto à pesquisa científica, essencial para o fomento da inovação tecnológica, possui indicadores quantitativos, 303 doutores atuantes em Feira de Santana, positivos que revelam potencial de competitividade locacional neste aspecto. Do ponto de vista qualitativo, a formação nesse nível se concentra, em Feira de Santana, nas áreas da Ciência da

Computação, Botânica e Biotecnologia, áreas com base crítica suficiente para o desenvolvimento de inovações.

5.1.4 Qualidade na formação do capital humano em Feira de Santana

Se do ponto de vista quantitativo Feira de Santana apresenta um elevado contingente de instituições e de vagas, no aspecto qualitativo (nível da formação, área de formação oferecida) há carências evidenciadas no quadro abaixo:

Quadro 16 – Qualidade na formação do capital humano em Feira de Santana

Subtema	Entrevista	Trecho selecionado
Formação	COM - ACEFS	<p>Eu sinto falta de base, que a pessoa sai da universidade, não, terminou. Agora o terceiro ano está melhorzinho, é o terceiro grau, o nível superior é o terceiro grau.</p> <p>Acho inclusive, o nível de qualificação da formação muito baixo. Então acho que as faculdades, principalmente as faculdades, muito mercantilizadas e isso está virando praticamente um terceiro ano, é uma extensão do segundo grau, e não se forma profissionais de nível superior como se fazia antigamente</p> <p>A qualidade eu acho que deixa a desejar, mas você já ter o potencial das faculdades e universidades aqui, já é um grande passo. Eu acho que a partir de agora você precisa melhorar um pouco mais</p>
	EDU - UEFS	<p>A cidade de Feira de Santana hoje na atual circunstância em que ela se encontra é uma cidade polo do ponto de vista do processo da formação educacional, de nível superior, tem bastante faculdades, há um nível bem diversificado de formações, então todas as áreas de conhecimento humano você vai encontrar formações hoje na cidade de Feira de Santana, excetuando algumas formações mais específicas</p> <p>O fato é que ainda temos muita carência na questão formativa, sobretudo na formação da engenharia, elétrica, mecânica, de produção, se formos imaginar empreendimentos industriais na tecnologia da informação, na engenharia da computação, na análise de sistema, então tem ainda muita carência nesse sentido. Então ainda não é o lugar da centralidade o lugar de Feira de Santana</p>
	COM - CDL	<p>é lógico que precisamos de melhores cursos na área de tecnologia e determinados. Feira não tem característica de tecnologia de ponta, então a nossa grande massa de trabalho é o comércio e serviços essenciais, nós não temos empresas de alta tecnologia, nós não temos um polo tecnológico</p> <p>Existe uma demanda ainda reprimida em algumas atividades, por exemplo na questão de gerência, que é um cargo mais elevado dentro do comércio varejista, temos algumas deficiências</p>
	IND - CIFS	<p>Em outros momentos ouvimos elogios de que a melhor unidade da empresa no Brasil, as vezes até no mundo é a de Feira de Santana. Então quem faz a empresa são as pessoas. Nós temos as vezes situações em que há uma crítica muito grande e outras situações em que há um elogio muito grande.</p>
	IND -	O capital humano, ele é satisfatório para as indústrias, ele é satisfatório para

	FIEB	<p>atividade empresarial? Ainda não, nós precisamos melhorar muito ainda.</p> <p>A impressão que eu tenho é que existe uma quantidade muito grande, mas a qualidade não acompanha essa quantidade</p> <p>Eu acho que tá faltando ainda curso de nível superior em Feira de Santana, voltado pra essa área de inovação e tecnologia.</p>
--	------	--

Fonte: Elaboração própria (2015).

Mesmos em setores não complexos, como o comércio, o nível do capital humano disponível apresenta carências, se forem consideradas as demandas em cargos de gerência. Dirigentes empresariais alegam o distanciamento entre a academia e o mercado e que as pessoas formadas chegam ao campo de trabalho com lacunas significativas na formação. É comum que os cargos mais qualificados sejam ocupados por profissionais oriundos de outras cidades ou estados. No tocante à indústria, percebe-se uma insatisfação com o nível de formação. Sobre este aspecto, há um real sentido nas críticas, uma vez que a busca pelo diploma de formação superior tornou-se no mundo do trabalho contemporâneo, um fim em si mesmo e um condicionante para ser de empregável. A busca pela qualidade cabe à poucas instituições (geralmente as universidades que tem outras funções além da mera formação na graduação), muitas vezes, pressionadas por um mercado e por uma conjuntura social calcados no curto prazo, onde quantidade é vista como mais importante que a qualidade. Acredita-se que quando uma instituição privada opta pela qualidade como foco principal, a mesma corre o risco de perder competitividade no mercado por conta da elevação de custos. Esta depende da atuação de seus egressos para a credibilidade de sua imagem, sendo que esse retorno não ocorre no curto prazo.

Para a instituição pública a pressão é ainda mais forte, pois seu principal financiador, o governo, com uma visão limitada, mede sua eficácia apenas pela formação na graduação, alegando que o custo unitário por egresso formado é muito alto (esquece da pesquisa e da extensão, atividades que demandam muito investimentos e são essenciais para a qualidade na educação). Tais instituições se vêem estranguladas financeiramente, o que acarreta a limitação de suas atividades.

Tais fatos acarretam a carência formativa na diversificação de áreas de cursos e na oferta de vagas em áreas tecnológicas e inovativas, que demandam

maiores investimentos e maior tempo de maturação sob o aspecto de resultados tangíveis.

5.2 A AMBIÊNCIA PARA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: FEIRA DE SANTANA EM PERSPECTIVA

Partindo do pressuposto de que a ocorrência da inovação tem o potencial de produzir efeitos alavancadores e dinamizadores na economia de uma região, buscou-se investigar o posicionamento das instituições pesquisadas frente à essa temática.

5.2.1 A pesquisa como fator essencial para a inovação

Quadro 17– Pesquisa como fator essencial para inovação

Subtema	Entrev	Trecho selecionado
Pesquisa	EDU - UEFS	<p>Quem faz pesquisa são estudantes do ensino superior, publicas principalmente, se nós imaginarmos que Feira apesar da UFRB tem apenas a UEFS, então podemos dizer que do ponto de vista da cidade há de fato uma certa limitação com relação a questão da capacidade de produção do conhecimento</p> <p>Então o NITE tem esse papel de sempre primeiro disseminar o papel da inovação, servir como elo de ligação entre os pesquisadores e as discussões de inovação no país inteiro, que possa fazer essa mediação. Disseminar uma prática de desenvolvimento de patentes, de pesquisas que possam contribuir de maneira efetiva pra melhoria da realidade social. Mas é um papel muito grande se formos observar, isso não é um núcleo que vai resolver, isso é uma cultura institucional; mas pelo menos há aí um começo, há um embrião nesse sentido.</p> <p>Grandes programas, digamos assim, eles são vinculados, porque a finalidade da universidade é preciso que se diga é a pesquisa, ensino e extensão, é basicamente essas três atividades. E ela tem que fazer inovação dentro desses três campos, não é inovação só a finalidade, a finalidade da inovação é uma consequência de como ela faz a pesquisa, de como ela faz o ensino, de como ela faz a instituição.</p> <p>Nós percebemos que os avanços vão acontecendo por partes de, sobretudo uma coisa importante que devemos destacar aqui na UEFS que é o processo formativo, a própria pós-graduação, a expansão da pós-graduação. Eu acho que quem mais se aproxima do fator inovador, do desenvolvimento do conhecimento é a pós-graduação</p> <p>Também aqui discutir qual é de fato o papel da universidade. Se pensarmos nessa participação temos que lembrar a universidade, ela necessariamente tem um tempo diferente, da empresa de consultoria, do próprio estado, ela tem um tempo diferente de outras entidades, a instituição é diferente. Não podemos esquecer nunca que o papel da universidade é o ensino, a pesquisa e a extensão.</p>
	EDU -	Potencialidade existe, agora na medida em que nós não tenhamos um ensino

SENAI	I	<p>científico bem avançado, que Feira de Santana ainda não é um polo de tecnologia reconhecido, isso obviamente vai dificultar esse ambiente de inovação</p> <p>A estrutura de serviços basicamente ela está centralizada em Salvador no SENAI CIMATEC. Então aqui nós funcionamos como um braço do CIMATEC, mas todo atendimento é centralizado. Hoje quando se pensa em inovação no SENAI, basicamente é a partir de Salvador, das áreas tecnológicas de Salvador</p>
GOV - CIS		<p>Eu acho Feira muito tímida nesse sentido, por exemplo, tem algumas linhas que a UEFS tem trabalhado bem, na parte de inovação de pesquisa, mas muito timidamente, eu acho que isso ainda é um segmento que precisa ser trabalhado melhor, mais investimento.</p>
COM - CDL		<p>Eu posso citar a UEFS que investe nessa área. Muito pouco, poderia ser mais. Porque é a universidade da cidade. Tem características e estrutura de universidade, que poderia dar um impulso nessa área. Mas eu acho ainda muito pouco. Quem poderia ser o carro chefe na produção de inovação seria a academia. E a academia que se fala aqui é a UEFS, que é pública. Apesar das três universidades que Feira tem, mas a com todas as características é a UEFS</p> <p>Hoje as empresas que trabalham muito com inovação, quando eles precisam trazem de fora.</p>
GOV-PMFS		<p>Depende muito da academia, as academias infelizmente ainda são incipientes, as grandes universidades de Feira não interagem com a comunidade em um nível suficiente para propiciar isso, para atrair. O que é que vai atrair?</p>
COM-ACEFS		<p>Você falou muito que um fator importante é a inovação, nós não temos senso de inovação aqui em Feira. Foi inaugurado sexta-feira da semana passada uma expansão do SENAI, que é um prédio novo, que tem varios laboratórios, inclusive um laboratório de robótica, é pequeno, mas tem. E para você começar a fazer pesquisas de formação, isso do SENAI. O CIMATEC é uma coisa de excelência, pouca gente conhece</p>

Fonte: Elaboração própria (2015).

Foram identificadas duas estruturas disponíveis para a promoção da inovação em Feira de Santana: a UEFS e o CIMATEC (em Salvador). Sobre este último, foi identificada a disponibilidade da estrutura para o atendimento das demandas por inovação, mas também foi identificada a não utilização deste potencial. Tal fato ocorre porque as grandes indústrias instaladas no município são filiais, que mantêm seus laboratórios e centros de desenvolvimento junto às matrizes (Sul ou Sudeste do Brasil ou no exterior). Sobre as empresas locais e de menor porte, a ausência de demanda por inovação se dá pela ausência de uma cultura de inovação.

Apesar de um esforço institucional da UNIFACS em dinamizar a pesquisa científica no campus de Feira de Santana (com projetos em áreas específicas), é na UEFS que se concentram, sob a perspectiva quantitativa, a grande maioria das iniciativas de pesquisa: são 140 grupos de pesquisa cadastrados junto ao CNPq e

596 projetos de pesquisa em andamento. Tais números, à primeira vista, poderiam levar à uma perspectiva bastante positiva de potencialização da inovação tecnológica, uma vez que há essa expectativa por parte das instituições empresariais: que a academia lidere o processo de inovação, articulando-se com as instituições e gerando produtos, serviços e aprimoramentos que repercutam economicamente. Concentrando-se apenas na UEFS, os resultados em termos de patentes e marcas registradas frustra essa expectativa. A instituição ora mencionada, apesar de possuir um Núcleo de Inovação Tecnológica, não tem a inovação como fim, mas como uma consequência do processo de ensino, pesquisa e extensão e dentro da perspectiva política institucional, funciona com uma lógica de referenciamento social e não na perspectiva econômica e de mercado.

Um indicador interessante sobre tal temática, pesquisa e inovação, é o “Ranking Universitário Folha”, que avalia nacionalmente as instituições de ensino superior sobre vários aspectos e dispõe os resultados em forma de ranqueamento. Os aspectos gerais analisados são (ensino, pesquisa, mercado, internacionalização, inovação e índice geral de cursos). Sabe-se que não se trata de uma avaliação oficial, apesar de utilizar em seus parâmetros o Índice Geral de Cursos (IGC) e que, por tal motivo (não oficialidade), nem todas as instituições priorizam o provimento de informações. No entanto, sendo um indicador organizado por um importante veículo de mídia nacional, o mesmo é capaz de refletir (em alguns termos) as relações das instituições de educação superior com o mercado. A UEFS, nesse “ ranking” encontra-se em 60º entre as IESs do país (2º lugar na Bahia), sendo que no indicador de pesquisa¹⁵ ocupa a posição 50º, com nota “ 29” em uma escala que vai até 40. Em relação à inovação, a UEFS possui a 92ª posição no país (nota 1,02 em escala que vai até 4) e, em relação ao mercado, está na 102ª posição entre as IESs do Brasil (com nota 7,67 em uma escala que vai até 18). Os indicadores aqui mencionados são, em sua maioria, quantitativos e, apesar do número de pesquisas ser, em tese, representativo, o baixo desempenho no quesito “inovação” reflete o distanciamento entre a atividade científica e o fornecimento de soluções ao mercado. O desempenho no indicador “ mercado” também reflete, segundo o “Ranking

¹⁵ O Ranking Universitário Folha, no seu indicador pesquisa, avalia os seguintes aspectos: total de publicações, total de citações, citações por artigo, publicações de docentes, citações por docentes, publicações em revistas nacionais e bolsistas do CNPq. O indicador de inovação é medido pelo número de pedido de patentes. Em relação ao indicador “mercado”, são considerados levantamentos feitos junto à dirigente de empresas e recrutadores (preferência por profissionais de determinada instituição).

Universitário Folha“, o distanciamento entre a formação proporcionada pela instituição e as expectativas dos setores econômicos.

Em relação à Universidade Salvador (UNIFACS), a segunda instituição universitária existente em Feira de Santana, não é possível uma plena análise de sua atuação no município tendo o “ Ranking Universitário Folha“ como parâmetro, uma vez que os dados fornecidos avaliam, de forma consolidada, a atuação da instituição em Feira de Santana e em Salvador (onde concentra a maioria absoluta de suas atividades). Tal instituição ocupa, no ranqueamento geral, a 103ª colocação entre as IESs do Brasil, sendo a 6ª colocada entre todas as universidades da Bahia e 1ª entre as particulares. No ranqueamento de pesquisa, ocupa nacionalmente posição 137ª (com nota 12,44 em escala que vai até 40), não pontuando no quesito inovação. Em relação ao mercado ocupa a 27ª posição entre as IESs do país (com nota 15,33 em escala que vai até 18). Tal desempenho frente ao “ Ranking Universitário Folha“ demonstra um alinhamento das expectativas do mercado de trabalho com a formação dos seus egressos. No entanto, o desempenho nos quesitos “pesquisa“ e “inovação“ (apesar de superiores às outras IESs particulares da Bahia) reflete uma necessidade por maior priorização institucional (em nível estratégico) de tais atividades.

Sabe-se que a natureza de uma IESs particular é diferente das instituições mantidas com orçamento público e, por isso mesmo, poucas se tornam universidade. Estas devem realizar, com igual priorização, as funções precípua de uma instituição universitária: ensino, pesquisa e extensão. No entanto, as mesmas são empresas e, apesar de toda a crise de financiamento das IESs públicas, uma instituição particular trabalha com menor disponibilidade de recursos (oriundos do mercado caracterizado por intensa concorrência, dos financiamentos estudantis e das agências de fomento), levando-as a adotar a lógica empresarial de racionalização dos custos e a busca da lucratividade, natural no sistema econômico capitalista. Atualmente, o cenário econômico do país vivencia uma conjuntura de recessão, o que diminui drasticamente tanto os recursos oriundos do mercado, quanto os de origem pública. Na IESs em questão (UNIFACS), o desenvolvimento da pesquisa como atividade relevante passou a ser incentivado por editais internos que estimulam docentes a proporem projetos. Tal iniciativa ainda está em fase inicial e demanda maturação e maior adesão do corpo docente para produzir resultados. De forma já consolidada, a existência de cursos *stricto sensu* (5 mestrados e 2

doutorados), de 40 grupos de pesquisa consolidados, de 4 modalidades de iniciação científica (que estimulam alunos da graduação), de 6 periódicos científicos próprios e de eventos acadêmicos/científicos regulares se consituem em indicadores positivos e relevantes, além de indicarem possibilidades reais e potenciais para a ampliação da pesquisa acadêmica na instituição.

Se Feira de Santana possui deficiência na pesquisa científica aplicada, não se pode alegar que o baixo investimento na área ocorre pela baixa demanda. Uma vez que tais investimentos fossem feitos, a demanda se apresentaria naturalmente. Não há ambiente para inovação tecnológica em Feira de Santana (apenas poucas e pontuais iniciativas) e isso se reflete na ausência de demanda (por inovação) e no planejamento das empresas que buscam a cidade para se instalar. Como consequência, tem-se uma grande perda de potencial dinamizador das práticas inovativas e dos seus efeitos econômicos e sociais. A título de ilustração, em 2011 as regiões Sul e Sudeste concentraram 91 % das patentes registradas no Brasil. Tais regiões concentram os maiores empreendimentos industriais, maior volume de produto gerado (71,89 % do PIB nacional em 2012) e os maiores IDHM. Obviamente tais números não podem ser analisados em uma simples relação de causa-efeito, mas são indicativos da importância da pesquisa com foco em resultados capitalizáveis economicamente.

5.3 ATRATIVIDADE EMPRESARIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: FEIRA DE SANTANA EM PERSPECTIVA

Sendo a atividade empresarial importante geradora de produto e crescimento econômico, é essencial que esta se faça presente nos planos e ações voltadas para o desenvolvimento regional. Uma região se torna mais competitiva quando medidas são tomadas com foco a torna-la mais atrativa, dentro de um processo planejado de desenvolvimento, para a instalação de empresas e atração (retenção) de capital humano qualificado.

5.3.1 Qualidade de vida e atratividade empresarial

Um dos fatores essenciais para a promoção do desenvolvimento econômico regional é identificação positiva de pessoas com determinada região (a ponto de

gerar sentimentos de pertencimento). Feira de Santana, por conta de sua localização e da sua constituição histórica, apresenta uma confluência de pessoas das mais variadas origens (Salvador, cidades do interior da Bahia e outros estados). Partindo do pressuposto de que tal fato é potencialmente positivo por trazer novos conhecimentos, vivências e experiências, o mesmo pode ser negativo por gerar um sentimento de não pertencimento. Oferecer condições para uma boa qualidade de vida é essencial para a fixação de pessoas e, por consequência, de organizações comprometidas em desenvolver o local onde estão. Entende-se que o sentimento de “pertencimento” tem potencial de gerar um quadro de colaboração entre pessoas e instituições (públicas e privadas) em busca de tornar melhor o local em que vivem. Desta forma, a qualidade de vida de uma cidade ou região se torna fator relevante na análise do desenvolvimento econômico. O quadro 18 trata dessa temática sob a perspectiva das entrevistas realizadas.

Quadro 18 – Qualidade de vida e atratividade empresarial

Subtema	Entrevista	Trecho selecionado
Qualidade de vida	EDU - SENAI	Feira tem um diferencial que eu consideraria um ponto fora da curva que são escolas particulares muito bem colocadas e pontuadas no ENEM . Proporcionalmente eu acredito até de melhor nível de que algumas capitais Então eu acredito que precisamos criar aqui uma infraestrutura de retenção desses alunos na medida que o nosso desenvolvimento econômico se desse de fato Para que essas pessoas realmente fixem aqui e não haja essa fuga de capital humano para outras grandes cidades. Eu nem coloco só Salvador, muitos estão saindo para estudar em São Paulo ou outras grandes capitais para fazer cursos superiores nas principais faculdades do Brasil, já que você tem um nível de educação excelente e eles sequer vão retornar a Feira de Santana. Então estamos fazendo um trabalho de base interessante, mas hoje não tem as condições de retenção desse público aqui
	EDU - UEFS	Eu acredito que basicamente essas carências estão muito associadas a distribuição de renda , porque é muito importante, você não pode pensar em industrialização, em desenvolvimento econômico, isso tem uma certa relação, se você não tem capacidade de consumo local, isso é um processo de uma forma difícil de equacionar. Como gerar renda sem ter consumo? Como gerar consumo sem ter renda?
	GOV - PMFS	Nós estamos com um pensamento em vetor de desenvolvimento na região noroeste, de criar um bairro sustentável naquela região , do lado Gabriela. Nós estamos querendo urbanizar a Lagoa Grande, requalificar a Lagoa, dar um segmento, fazer a economia daquela região prosperar
	COM - ACEFS	Eu diria a você que estamos resgatando isso. Já veio uma mudança. Isso as pessoas começaram a enxergar melhor porque, se a cidade que eu tenho meu negócio, que faço meus investimentos, ela não desenvolver, meu negócio não vai desenvolver.
	IND - CIFS	O nível de desenvolvimento de Feira é muito bom. Feira tem se destacado nos últimos 15 anos atraindo muitas empresas de fora, muitas pessoas tem vindo morar em Feira de Santana, já prevendo o que a cidade

		<p>oferece, já prevendo uma nova tendência que existe no Brasil, do interior, porque nos grandes centros das grandes capitais tem sido muito difícil a questão do trânsito, a questão da violência, a questão do custo de vida.</p> <p>Na área de saúde também, nós temos bons profissionais aqui, temos boas clínicas, algumas já com aparelhos modernos que já fazem vários exames sofisticados; temos também uma mão de obra qualificada</p> <p>Então temos também uma rede escolar de ensino Fundamental e Médio muito boa. Então as pessoas também procuram qualidade de vida, não simplesmente uma condição ideal para o seu negócio, para sua empresa, mas procura também uma condição interessante de qualidade de vida, porque ela vai passar a morar aqui ainda que seja de segunda a sexta, mas ela vai conviver de segunda a sexta e muitos acabam vindo e ficando definitivamente, então trazem as famílias e precisam de uma condição também de qualidade de vida. Então a pessoa vai trazer a esposa, os filhos e aí vai se preocupar: onde é que meu filho vai estudar? Tem um ensino de boa qualidade? Se meu filho, minha esposa e eu adoeceremos, eu vou ter uma rede hospitalar que seja adequada, eu não vou passar um aperto em relação a isso? Eu vou ter lazer para os meus filhos? Então tudo isso é analisado, a questão da qualidade de vida, e Feira tem se destacado nisso, várias pesquisas tem sido divulgadas ultimamente e Feira tem se destacado bastante.</p>
	IND FIEB -	<p>Feira de Santana cresce muito e é uma cidade plana, uma cidade gostosa de se morar, com clima importante e com desenvolvimento acima de todas as expectativas, é a cidade que mais cresce no Brasil hoje. Entendeu? Eu acho que é uma oportunidade</p>

Fonte: Elaboração própria (2015).

Feira de Santana, em relação à qualidade de vida como atrativo locacional, é uma cidade com vários aspectos positivos, destacando-se a área de educação e saúde. Na educação, desde o ensino infantil, passando pelo fundamental e chegando ao ensino médio, há diversos empreendimentos privados com padrão de excelência nacional, inclusive com bom ranqueamento na avaliação do Ministério da Educação para o ensino médio. É comum encontrar pessoas que optaram por morar em Feira de Santana ou que se recusam a sair por conta da educação dos filhos. Na educação superior, há a presença de 3 universidades UEFS e UFRB (públicas) e a UNIFACS (particular), além de uma série de faculdades particulares com oferta de cursos diversificadas. Tamanho leque de oferta possibilita a atração e fixação de pessoas que buscam condições de qualificação para si ou para os familiares.

Na área de saúde, também na esfera privada, há uma estrutura de hospitais, clínicas especializadas e laboratórios que asseguram o atendimento de demandas de maior complexidade sem a necessidade do deslocamento para Salvador.

A estrutura comercial, de serviços e a presença de um parque industrial também se constituem em atrativos locacionais para o município. O fato de Feira de

Santana ser uma cidade de pouca extensão territorial, diminui o tempo entre os deslocamentos. No entanto, o trânsito desordenado prejudica essa potencialidade (qualidade de vida). Alguns outros aspectos precisam de melhorias e ameaçam a caracterização do município como um local de boa qualidade de vida: ordenamento urbano mal planejado (ausência de um Plano Diretor), trânsito desorganizado, ausência de um sistema de transporte público eficiente, serviços públicos de baixa qualidade (saúde e educação infantil, ensino fundamental e médio), vias perimetrais subdimensionadas e violência urbana.

Mesmo com tais aspectos negativos, Feira de Santana pode ser considerada uma cidade com possibilidades de boa qualidade de vida, principalmente para quem pode pagar pelos serviços disponíveis, sendo um ponto de convergência migratória de pessoas e empreendimentos. Neste ponto, entende-se qualidade de vida como uma reunião de fatores que possibilitem satisfação aos seus moradores: clima agradável, boa localização (próxima ao litoral), vasta estrutura residencial, vasta estrutura de serviços essenciais (saúde e educação), setores comercial e de serviços diversificados (com a presença de várias marcas nacionais), pequena extensão territorial (facilitando, em tese, o deslocamento) e opções diversificadas de cultura e lazer.

5.3.2 Mão de obra e atratividade empresarial

A existência de um estoque de mão-de-obra qualificada ou potencialmente qualificável se constitui em um fator de atratividade empresarial, uma vez que mesmo as empresas (principalmente indústrias) possuindo necessidades específicas de qualificação, o investimento nesse processo se torna menor se a região já tiver uma base qualificada ou instituições para parceria. A existência de diversas instituições de educação (superior e técnica) é essencial na formação e preparação desse capital humano que é visto, em termos quantitativos, como um fator de atratividade para Feira de Santana, vista como um polo educacional (por conta do expressivo número de instituições de educação superior instaladas), conforme expresso no Quadro 19:

Quadro 19 – Mão de obra e atratividade empresarial – Feira de Santana

Subtema		Entrevista	Trecho selecionado
Mão de obra		EDU - SENAI	Feira de Santana tem uma característica interessante e peculiar. Aqui existe uma militância sindical extremamente elevada, então muitas empresas têm pensado duas vezes em investir aqui pelas dificuldades que ela vai ter em relação ao seu dia a dia com os sindicatos
		EDU - UEFS	O fato é que ainda temos muita carência na questão formativa, sobretudo na formação da engenharia, elétrica, mecânica, de produção, se formos imaginar empreendimentos industriais na tecnologia da informação, na engenharia da computação, na análise de sistema, então tem ainda muita carência nesse sentido. Então ainda não é o lugar da centralidade o lugar de Feira de Santana.
		GOV - PMFS	Então eu acredito que para se atrair, pergunta-se: tem essa mão de obra aqui (formação específica)? Não tem, ele tem que buscar fora. As vezes no curto prazo, como Feira tem uma característica muito comercial, eu pessoalmente não acredito não.
		COM - ACEFS	Feira hoje tem um polo educacional muito forte , eu acho que isso facilita muito.
		IND - CIFS	Em alguns momentos ouvimos críticas muito serias em relação a mão de obra e em outros ouvimos elogios. Eu diria que uma parte da mão de obra é muito militante , muito ligada e influenciada por sindicato e isto reflete no trabalho, então nós temos algumas situações em que as negociações coletivas de acordos salariais são tensas, as vezes ocorrem greves, piquetes e situações mais difíceis de serem resolvidas Em outros momentos ouvimos elogios de que a melhor unidade da empresa no Brasil, as vezes até no mundo é a de Feira de Santana. Então quem faz a empresa são as pessoas. Nós temos as vezes situações em que há uma crítica muito grande e outras situações em que há um elogio muito grande Então a nossa mão de obra, ela é um fator atrativo para as indústrias virem para Feira de Santana? Sim, eu diria que sim, desde que não sofra uma influência sindical muito forte, e é uma tendência que tem acontecido nos últimos anos em nosso país e aqui em Feira houve um momento em que isso estava muito presente e muito intenso e estava gerando dificuldade para as empresas. Algumas indústrias instaladas aqui cancelaram ou suspenderam alguns investimentos, porque o momento estava muito difícil de se lidar internamente com o quadro de trabalhadores , isto aconteceu
		COM - CDL	Nós temos hoje 15 instituições de ensino superior presencial, com em torno de, vinte mil alunos no nível superior presencial sendo formados. Então uma massa crítica, uma mão de obra qualificada que está sendo formada em Feira de Santana

Fonte: Elaboração própria (2015).

Por se constituir em um “ polo educacional”, Feira de Santana se apresenta como um centro formador de mão-de-obra qualificada, se constituindo em um fator amplamente utilizado nas estratégias de atração de empreendimentos. As entidades empresariais reconhecem esse potencial quantitativo, apesar de perceberem as carências em formações mais específicas e complexas. Trata-se de uma situação ambivalente: a mão-de-obra é suficiente quando se pensa em ocupações mais simples e operacionais (as que oferecem menores rendimentos e pouco potencial de crescimento) e insuficiente (quantitativa e qualitativamente) para ocupações complexas, de maior valor (rendimento e carreira), para atividades empreendedoras e para a pesquisa e inovação tecnológica.

Outro aspecto a ser ressaltado na visão de organizações empresariais ligadas à indústria é a insatisfação destas com o nível de mobilização sindical da mão-de-obra disponível em Feira de Santana. Para tais entidades, um dos fatores que fizeram indústrias se transferirem da Região Sudeste para Feira de Santana foi justamente a busca por trabalhadores não influenciados por instituições sindicais. Tais instituições, na visão das indústrias, são regidas por políticas que posicionam as empresas como antagonistas dos empregados, prejudicando a produtividade.

Sabe-se que tal alegação só faz sentido em parte. Há, realmente, entidades sindicais muito mais aparelhadas politicamente do que interessadas em garantir o direito dos trabalhadores. Porém, há empresas oportunistas que se aproveitam da ausência da influência de sindicatos para administrarem relações de trabalho totalmente precarizadas em regiões empobrecidas economicamente. É importante que as relações empresas x trabalhadores x sindicato sejam devidamente equalizadas, e nesse ponto é essencial a atuação de órgãos oficiais, para que sejam evitados situações extremas que prejudiquem empresas e trabalhadores.

5.3.3 Incentivos para a atratividade empresarial e infraestrutura

A existência de incentivos (fiscais) para a atração de indústrias foi uma estratégia utilizada amplamente a partir da década de 1960 em várias regiões do país como mecanismo de atratividade empresarial . Do ponto de vista da estratégia empresarial, tal fator foi preponderante ao longo do tempo e a atração industrial para Feira de Santana não fugiu à tal regra. Atualmente, apesar de não se poder desprezar a importância dos incentivos fiscais, há o entendimento que outros fatores

pesam na decisão de implantação de uma indústria em uma determinada região: aspectos qualitativos da força de trabalho, base científica local, qualidade de vida, possibilidade de integração vertical e horizontal e articulação e parcerias com o poder público e comunidade local.

Sabe-se que a instalação de uma planta industrial tem custos elevados e que tais empresas buscam equalizar seus custos com contrapartidas oferecidas pela região onde vai se implantar. Não se afirma aqui que tais contrapartidas não devam ser oferecidas (infraestrutura, qualificação de mão-de-obra), mas a oferta de incentivos fiscais deve ser repensada. Há uma consciência, percebida nos conteúdos das entrevistas realizadas (Quadro 21), que os incentivos fiscais como único atrativo se constituem em fatores prejudiciais para a economia local, pois é feita uma renúncia de receitas em troca de benefícios efêmeros de uma estrutura empresarial que só permanecerá na região enquanto estes durarem. Neste ponto, é importante que Feira de Santana articule seus fatores de atratividade dentro de elementos em que já possui potencial: qualidade do capital humano, vantagens logísticas advinda da localização, infraestrutura adequada para as operações e qualidade de vida. É válido observar que empreendimentos em outros setores (comércio, serviços) de grande potencial empregador buscam a cidade mesmo sem receberem tais incentivos, uma vez que percebem a presença dos fatores acima mencionados. Neste sentido, os trechos dispostos no Quadro 20, a seguir, tratam da visão das lideranças locais sobre os incentivos públicos fornecidos para a atração de empreendimentos.

Quadro 20 – Incentivos e atratividade empresarial

Subtema	Entrevista	Trecho selecionado
Incentivos	EDU - SENAI	Só que precisamos observar que uma guerra fiscal que existe entre outros municípios, o incentivo fiscal por si só não vai ser suficiente para atrair e como falamos muito aqui de capital humano
	EDU - UEFS	São temporários, fugazes (incentivos fiscais) . São situações bem pontuais. Então um diferencial competitivo talvez, se formos apelar para Michael Potter, do ponto de vista fatores realmente de longo prazo que possam dar...
	IND - FIEB	Olha, a minha visão com questão de incentivo fiscal é um pouco contraditória em relação ao que existe aí. Eu acho que a cidade por si ela já proporciona grandes condições . Mas, o incentivo talvez não fiscal, mas o incentivo na parte de formação de mão de obra altamente qualificada talvez seja um fator preponderante do que o incentivo fiscal . Eu vou citar algum exemplo: quando se trata de uma empresa com tecnologia complexa, você não tem essa mão de obra pra empresa vir e ela não virá pra cá só pelo incentivo fiscal, porque ela vai ter um custo muito alto com importação de mão de obra qualificada
	GOV - CIS	O incentivo fiscal é uma coisa que, com essa questão da briga tributária dos estados, esse pacto federativo tende a acabar com isso, porque isso de certa forma fica um desenvolvimento predatório, você ficar dando um incentivo que acaba prejudicando o próprio estado , você abre mão de muitas coisas
	COM - CDL	Isso eu estou falando de setores que não precisam de incentivo nenhum, eu não estou falando do setor industrial. É diferente, é outra característica, ele vem onde ele tem incentivo . Eu estou falando de setores que não tem incentivo nenhum para se implantar na cidade e vem pelo potencial que a cidade tem.

Fonte: Elaboração própria (2015).

A análise da infraestrutura existente em Feira de Santana se divide em dois aspectos: infraestrutura urbana e infraestrutura para indústrias. Em ambos os casos, há o entendimento de que a precariedade existente prejudica a qualidade de vida e as operações empresariais.

A cidade cresceu de forma desordenada, sem a orientação de um plano diretor contemporâneo e movida pela especulação imobiliária. Hoje, apesar de possuir pouca extensão territorial (1.362 Km²), Feira de Santana possui um trânsito desordenado que transcorre por vias públicas subdimensionadas para o fluxo que recebe. Somando-se a isso a ausência de estacionamentos públicos, a movimentação de pessoas no centro da cidade fica bastante prejudicada, repercutindo em prejuízos para as atividades empresariais lá instaladas (comércio e serviços).

A infraestrutura para as atividades industriais também é vista com precária: há uma falta de entendimento sobre a jurisdição do Centro Industrial do Subaé (CIS), gerando uma falta de responsabilização por parte do estado e da prefeitura municipal em aspectos como pavimentação, limpeza pública e urbanização. Outro

aspecto prejudicial levantado pelas entidades empresariais é o péssimo estado de conservação das rodovias que dão acesso à Feira de Santana, prejudicando o funcionamento do principal modal de transporte utilizado pela indústria e atividades derivadas. O fato de Feira de Santana ser o “ maior entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste“ é sempre ressaltado em discursos e falas de lideranças empresariais e políticas, mas se o modal rodoviário não encontra plena condições de funcionamento, perde-se esse potencial (eficiência na chegada de materiais e no escoamento da produção).

Sobre o aeroporto, entende-se que este não passa de objeto de promessas em épocas eleitorais. Há uma expectativa da implementação de um aeroporto de cargas, mas não houve efetivamente iniciativa neste sentido. Ressalte-se aqui que uma possível implementação de um aeroporto em Feira de Santana se constituiria em elemento de relevante para dinamizar o potencial logístico da região. No entanto, tal medida por si só não bastaria, pois investimentos em modais de transporte alternativos ou melhorias sensíveis nos já existentes seriam essenciais para um efetivo aproveitamento dos fatores locacionais favoráveis. O quadro 21 expressa a síntese das entrevistas no tocante à infraestrutura de Feira de Santana e seus efeitos na atratividade empresarial

Quadro 21 – Infraestrutura para atratividade empresarial

Subtema	Entrevista	Trecho selecionado
Infraestrutura	EDU- SENAI	<p>É uma cidade que necessitaria de uma infraestrutura melhor, e em termos de saneamento básico, em termos de pavimentação de ruas, eu acho que isso ainda não reflete muito da potencialidade que a cidade tem. Eu chego de fora há mais ou menos uns três anos aqui, me deparo com algumas situações que ainda me causam alguma estranheza. Feira de Santana ainda está parecendo as vezes em alguns bairros que a gente transita, que a gente está andando na década de 80</p> <p>Feira de Santana ainda poderia aproveitar, por ser um polo, explorar aqui um aeroporto de cargas, transformando-se assim no que Campinas é pra São Paulo, um polo de distribuição, de logística, mais agressivo, pois sua posição geográfica por ser o maior anel rodoviário do país, Feira poderia escoar muito sua produção e o que mais preocupa é que sempre trabalhamos com Feira de Santana as promessas e as potencialidades e não vê que isso se configura de fato em uma realidade pelo menos nesses últimos trinta anos</p> <p>Então se formos observar o anel de contorno de Feira de Santana hoje é o mesmo que foi criado na década de 70/80 se não me engano. A BR 324 foi privatizada e continua a mesma, a mesma capacidade.</p>
	COM ACEFS -	<p>A infraestrutura infelizmente deixa a desejar. Eu vou falar até um pouco de infraestrutura de logística. A própria chegada a cidade hoje é prejudicada, você tem vias de auto tráfego na cidade que já deveria ser duplicada ou talvez triplicada e estamos ainda com mão dupla</p> <p>Eu acho que sim (atrapalha a vinda de empresas), porque se eu fosse um gestor e fizesse uma pesquisa: e esse trânsito aqui, de repente eu vou escoar uma carga aqui e vou levar só aqui dentro uma, duas horas. Então eu não consigo entender, daí eu falo logo em política, BR 101, ela vinha sendo duplicada, no Espírito Santo parou, pulou a Bahia e foi para Sergipe, por questões políticas.</p>
	GOV CIS -	<p>Existe um interesse realmente de atração de empresas para cá. Existe, o que pega na realidade é que nós temos uma defasagem ainda grande em termos de infraestrutura. Havia uma visão, vamos dizer, míope do Estado de que a infraestrutura deveria ser dada na medida que você tivesse essa demanda, então isso atrasa muito e dificulta a atração, porque as vezes o empresário está com urgência em empreender, mas você não tem aquela infraestrutura naquele momento, vai ter na frente, daí o empresário desiste vai para outro lugar.</p> <p>Agora, eu acho que nós precisávamos melhorar mais a parte de logística, de recebimento desse povo, nós estamos ainda muito bagunçados, a cidade ainda está muito desorganizada no sentido de receber essa população flutuante. Você vê que no aspecto físico, você passa em determinado local, é carro parado em todo lugar. Sabe, criar uma infraestrutura para acolher essa população que vem para cá com uma infraestrutura melhor; eu acho que pecamos nesse sentido.</p>

Fonte: Elaboração própria (2015).

5.3.4 Localização e centralidade como fatores de atratividade empresarial

Sobre a temática da localização e centralidade de Feira de Santana, o Quadro 22 expõe os principais trechos das entrevistas realizadas:

Quadro 22 – Localização e centralidade de Feira de Santana

Subtema	Entrevista	Trecho selecionado
Centralidade/ Localização / Logística	GOV - PMFSA	Feira tem características próprias, apresenta um comercio muito forte que congrega no seu entorno uma população de mais de dois milhões de pessoas das cidades que gravitam em torno de Feira Feira é uma cidade que tem características de convergir para ela mais de trezentos municípios brasileiros. Ela tem uma área de influência muito forte até o Rio Grande do Sul. Tem um estudo do IBGE: Área de Influência da Cidade, por esse olhar Feira é um gigante
	COM - ACEFS	A sua geolocalização é muito boa em termos de distribuição. Você pega mercadorias vindo do sul para distribuir para o nordeste e conseqüentemente algumas fábricas do nordeste você consegue levar para o sul também , até um pouco para o centro-oeste do país. E Salvador é um grande gargalho, é um estímulo, então Feira fica numa posição muito privilegiada Então, por ser o segundo entroncamento rodoviário do país, você ter a facilidade de logística, que nem todos enxergam isso , mas Feira é um grande ponto de logística, isso facilita muito o comercio da cidade, infelizmente em alguns momentos, desordenado
	IND - FIEB	O mercado da Bahia e sobretudo de Feira de Santana ele é um mercado importantíssimo porque, nos estamos dentro de um mercado baiano com mais de 15 (quinze) milhões de habitantes, então você por si já tem um grande mercado, isso atrai grandes empresas, porque hoje o grande problema é você ter um mercado. Se você já tem um mercado, especificamente Feira de Santana, além desse mercado é um grande entroncamento rodoviário é o maior do norte/nordeste.
	COM - CDL	Quais são os pontos positivos? Ela é como uma cidade motriz, onde você tem várias cidades que flutuam em torno de Feira de Santana, então isso agrega valor à economia local , porque aquelas pessoas que aqui vem em busca de serviços urbanos, em busca de assistência médica, sanitária, pública, que vem em busca de educação pública, de resolver os seus problemas nos órgãos públicos, que vem ao comércio comprar ou vender , isso agrega valor à economia local. Isso é um ponto positivo, porque dá pujança ao desenvolvimento tanto econômico, quanto social da cidade.
	GOV - CIS	É uma cidade que tem um potencial grande logístico, porque abre espaço a três rodovias federais que passam por ela, então se abrem caminhos para atingir o nordeste, o centro-oeste e o norte do país , então é uma cidade que tem uma característica própria, eu vejo que ela se desenvolve mesmo contra forças e fatores que as vezes impedem esse desenvolvimento A localização eu acho que é um fator diferencial , primeiro que você está próximo do Porto de Aratu, do Aeroporto Internacional de Salvador , que não é tão longe, se você for contar a distância de Guarulhos para São Paulo é a mesma distância daqui para lá.

Fonte: Elaboração própria (2015).

Tema abordado no Capítulo 4 desta tese, a centralidade e a localização privilegiada de Feira de Santana são reconhecidas amplamente por parte de entidades governamentais, empresariais e de educação como fator essencial para o atual quadro de crescimento e desenvolvimento do município e como um dos principais alavancadores de ações futuras. Do ponto de vista das rodovias, são 3 rodovias federais (BR-324, BR 116 e BR 101) e três rodovias estaduais (BAs 052, 503 e 504) que passam diretamente em Feira de Santana, além das possibilidades de interligações com as BRs 242 e 110. Essa malha de rodovias permite ligações com Salvador (principal ligação da capital como interior do estado), com as regiões norte, sul e oeste do estado, com outros estados das Região Nordeste e de outras regiões do país. Há, no entanto, uma dificuldade na interligação com outros modais logístico. A proximidade com o Porto de Aratu, por exemplo, não se constitui em fator competitivo já que este não possui capacidade de pleno atendimento à demanda existente, gerando um acúmulo de caminhões nas rodovias.

Do ponto de vista das regionalizações, Feira de Santana é o centro de três diferentes regiões: Região Metropolitana de Feira de Santana (que ainda só existe em termos de legislação, com 846.739 pessoas em 16 municípios), Região Portal do Sertão (estabelecida como território de identidade pelo Governo da Bahia, com 20 municípios e 872.780 habitantes) e a Microrregião de Feira de Santana (estabelecida pelo IBGE, com 23 municípios e 972.431 habitantes).

Para efeito de análise dessa centralidade e regionalização, utilizou-se os critérios do IBGE, que classificam Feira de Santana como uma Capital Regional, lidando diretamente com 1.542.060 pessoas e indiretamente com 3.035.969 pessoas (relação da capital regional com centros subregionais). Tais números atestam e confirmam a centralidade de Feira de Santana e o grande potencial de desenvolvimento por ela trazida. Tal potencial, no entanto, precisa ser melhor aproveitado através da oferta de uma infraestrutura adequada para pessoas e empresas.

5.4 FEIRA DE SANTANA E A PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

No processo de entrevistas com lideranças empresariais, governamentais e educacionais de Feira de Santana, além dos aspectos considerados centrais na

presente pesquisa (formação do capital humano, ambiência para inovação e atratividade locacional), buscou-se averiguar o entendimento destas lideranças sobre o desenvolvimento econômico nas seguintes perspectivas: papel do poder público, importância dos setores econômicos (indústria, comércio e serviços) e articulação entre setores (governo, entidades educacionais e empresas).

5.4.1 Poder público, planejamento e desenvolvimento econômico

Percebe-se, por parte do poder público municipal uma preocupação com o crescimento desordenado e ocupação do solo fora de um planejamento elaborado tecnicamente. Tanto há essa preocupação que houve a iniciativa de elaboração de um Plano Diretor focado nas demandas contemporâneas (em fase de elaboração). Tais medidas são essenciais e urgentes para o fornecimento de condições estruturais e urbanas que assegurem operacionalidade para as empresas e qualidade de vida para as pessoas. Como explicado anteriormente, as qualidades potenciais de Feira de Santana (localização e centralidade) não são totalmente aproveitadas por conta de uma estrutura desordenada e com pouca proatividade governamental.

Do ponto de vista educacional (principalmente nos níveis de acesso à educação superior), é apontada, conforme quadro 23, uma carência e insatisfação com o nível dos serviços públicos e uma necessidade social de que o estado assuma sua responsabilidade nessa etapa da educação. Mesmo havendo vários caminhos para acesso à formação superior, esta só será de excelência se houver qualidade na base educacional construída previamente.

Quadro 23 – Poder público, planejamento e desenvolvimento

Subtema	Entrevista	Trecho selecionado
Poder público / Planejamento	EDU-SENAI	Então eu acho que é papel do governo do estado da Bahia, papel da prefeitura de Feira de Santana, prover uma educação cada vez de melhor qualidade e a iniciativa privada, ela entraria como um complemento, e assim deve ser esse papel e não ser a única mola propulsora de educação de qualidade
	EDU-SENAI	basicamente o SENAI trabalha super articulado com o governo do estado, na medida que existem alguns programas de qualificação específicos utilizando recursos do fundo de amparo ao trabalhador (FAT).
	EDU-UEFS	Então eu acho que passa pelas políticas públicas, por uma perspectiva de compreensão do papel das cidades médias, Feira de Santana ocupa um lugar importante como cidade média no interior do estado, e a compreensão, digamos assim, do poder público, estadual, nacional, do papel dessas cidades médias na desconcentração das atividades nas grandes regiões metropolitanas
	GOV-PMFS	Feira precisa ter um direcionamento melhor, um planejamento melhor da ocupação do seu solo. Hoje infelizmente diante dessa explosão imobiliária, o governo perdeu o controle, nós temos essa deficiência. Feira precisa direcionar melhor a ocupação do seu espaço urbano, que hoje está efetivamente desordenado. Então com o novo Plano Diretor que estamos começando a construir, esperamos ter instrumentos mais eficazes de controle, principalmente na região leste, que é a do CIS, do Aeroporto; a região noroeste que está ainda com muitos equipamentos de moradia, de imobiliário, isso vai causar problemas no futuro para o próprio setor público, está custando muito caro levar os serviços públicos até lá. Feira precisa melhorar muito a sua ocupação de uso do solo.
	COM-ACEFS	Eu acho interessante Feira ter essa infraestrutura, agora eu não posso deixar de falar que eu acho que infelizmente o governo de um modo geral, eu não estou entrando em questões partidárias, a infraestrutura que deveria ser dada, ela é mais espontânea do que preparada pelos governos. A infraestrutura infelizmente deixa a desejar. Eu vou falar até um pouco de infraestrutura de logística. A própria chegada a cidade hoje é prejudicada, você tem vias de auto tráfego na cidade que já deveria ser duplicada ou talvez triplicada e estamos ainda com mão dupla. Eu falo por exemplo, Feira/Serrinha, que eu vou de mês ou mês e meio, eu levava 30 a 40 minutos para chegar em Serrinha, hoje eu levo uma hora e meia, porque você tem um fluxo de caminhões. Então você vê, a economia é muito pujante, mas a infraestrutura deixa a desejar.
	IND-CIFS	Bom, uma coisa que precisa acontecer logo é a região metropolitana de Feira de Santana ela virar uma região regulamentada, porque de fato ela já é. Feira já exerce uma influência muito grande em toda a região e ela já se beneficia e atrai muita gente de outras cidades e de municípios vizinhos, mas precisa isso ser regulamentado para inclusive Feira obter recursos específicos para regiões metropolitanas. Feito isso, também Feira poderá se beneficiar e os municípios vizinhos também de ações conjuntas
	GOV-CIS	Agora, não pode ser uma instalação impositiva. No passado o Estado dizia: você vem, mas eu só lhe dou incentivo se você colocar em tal lugar. Então aquele lugar não dava retorno

		suficiente para o empresário, pois ele quando perdia o benefício ia embora , porque ali não tinha sinergia entre que ele fazia e o que a região produz, o que ela demanda. Então nós sempre deixamos o empresário a vontade, apresentamos a ele as opções que temos, como: Feira de Santana, Alagoinhas, Anguera, São Gonçalo, e aí ele vai visitar as áreas e se identifica onde melhor instalar
	COM-CDL	A cidade vem passando há muitos anos por falta de um planejamento no seu processo de desenvolvimento, que seria um planejamento de longo prazo. O único planejamento de longo prazo que Feira de Santana teve foi no final da década de 60. Foi no Plano Diretor de 1960 e o Plano de Desenvolvimento Industrial de 68 que foi no governo do Prefeito Joao Durval Carneiro. Que por incrível que pareça esse plano até hoje está atualizado. Então é uma cidade que foi o único planejamento, que pode se dizer de planejamento, e é uma cidade que por si só se desenvolve, ela tem um potencial econômico muito grande, ela consegue apesar de todos os percalços, todas as dificuldades nesse processo de desenvolvimento que ela vem ostentando esses últimos anos, ela consegue se desenvolver. Não tem crise que consiga abalar essa economia feirense, essa pujança que a cidade tem.

Fonte: Elaboração própria (2015).

5.4.2 Setores econômicos (indústria, comércio e serviços) e o desenvolvimento de Feira de Santana

No atual quadro de desenvolvimento de Feira de Santana, o setores comércio e serviços são os grandes impulsionadores de produto, emprego e renda, além de se constituírem em chamarizes para a população flutuante que gravita em torno do município. Se tais setores se destacam em números absolutos, a indústria experimentou um crescimento na última década, aumentando sua importância no cenário econômico local. Se não há relação direta entre a indústria e o comércio de Feira de Santana, o mesmo não pode ser dito se for levada em consideração a relação indireta. Infelizmente não há uma matriz “insumo-produto” que permita uma mensuração de quanto dos valores gerados pela indústria são injetados no comércio da região, mas sendo este setor responsável por mais de 30 mil empregos diretos no município, é possível presumir que há um direcionamento da renda gerada para o comércio local . O Quadro 24 traz os principais trechos das entrevistas sobre as relações entre os setores econômicos e o desenvolvimento de Feira de Santana.

Quadro 24 – Setores econômicos e o desenvolvimento de Feira de Santana

Subtema	Entrevista	Trecho selecionado
Comércio, indústria e serviços	GOV-PMFS	Feira tem características próprias, apresenta um comercio muito forte que congrega no seu entorno uma população de mais de dois milhões de pessoas das cidades que gravitam em torno de Feira.
	GOV-CIS	Nós temos hoje uma carteira de mais de 50/70 empresas para se instalarem em Feira de Santana, mais de \$ 500 milhões de investimentos , então eu vejo que se encontra num nível de desenvolvimento bom, que poderia ser melhor.
	IND-CIFS	Na questão empresarial além da localização estratégica nós temos mão de obra, nós temos um comercio muito forte, nós temos uma cidade que se configura como a terra de oportunidades , Feira é uma terra de oportunidades, então isso gera muita atração de negócios, sem contar que é a segunda cidade do estado, tem um mercado consumidor forte, não só da cidade, mas de toda a região, então é interessante a estrategia que as empresas tenham unidade aqui também, seja indústria, seja centro de distribuição, loja, e isso tem acontecido muito nos últimos anos.
	IND-FIEB	A indústria, onde ela chega ela gera emprego e renda, né. Quando gera emprego e renda ela contribui para o desenvolvimento porque há consumo, consumo com poder aquisitivo. Então de qualquer forma gera esse desenvolvimento. Ao mesmo tempo a indústria proporciona ao seu trabalhador a busca de conhecimento, então os trabalhadores vão estudar pra ter mais conhecimento e se desenvolver dentro da própria indústria. Então ela contribui de forma efetiva com desenvolvimento de capital humano e desenvolvimento local
	COM-CDL	O comercio é a locomotiva da economia dessa cidade, é quem mais gera impostos é quem mais emprega mão de obra, então ela tem um papel fundamental em todo o processo de desenvolvimento da economia , não só local, mas regional, pela própria posição que a cidade de Feira de Santana ostenta de ser uma metrópole, de ser uma capital regional. Quais são os pontos positivos? Ela é como uma cidade motriz, onde você tem várias cidades que fluuam em torno de Feira de Santana, então isso agrega valor à economia local, porque aquelas pessoas que aqui vem em busca de serviços urbanos, em busca de assistência médica, sanitária, publica, que vem em busca de educação pública, de resolver os seus problemas nos órgãos públicos, que vem ao comércio comprar ou vender, isso agrega valor à economia local. Isso é um ponto positivo, porque dá pujança ao desenvolvimento tanto econômico, quanto social da cidade
	EDU-SENAI	Eu concordo e acho que Feira de Santana teria uma grande oportunidade de se estabelecer através de polos regionais, em alguns segmentos específicos de atividades econômicas. Por exemplo, aqui, se hoje já é um polo de confecções poderia haver uma articulação para que esse polo fosse muito mais representativo do que um polo de metal mecânica e atrair novas empresas desse segmento e se fazer uma cadeia, então o que você fala eu acho que é muito importante que houvesse essa articulação e que Feira de Santana se definisse ai quatro polos de desenvolvimento em segmentos econômicos, talvez fosse um caminho para iniciarmos uma virada no desenvolvimento industrial daqui

Fonte: Elaboração própria (2015).

Segundo informações obtidas junto ao Centro Industrial do Subaé, há estudos e entendimentos para a atração de mais de 50 empreendimentos industriais para o

município. Sabe-se que a decisão de implantação de uma indústria é direcionada por vários estudos de viabilidade e que não é um processo com resultados em curto prazo. No entanto, tal informação indica uma situação, que caso se concretize, será de extrema importância para o desenvolvimento de Feira de Santana e região.

Ainda sobre a atividade industrial, é possível afirmar que não existe em Feira de Santana, sob a perspectiva de Perroux (trabalhado no capítulo 2) um polo industrial. Não há uma indústria chave ou motriz e isso limita os efeitos benéficos e potenciais da implantação de indústrias na região. É de extrema importância que sejam pensadas alternativas para implementação de empreendimentos voltados para vocações regionais (confeções, por exemplo) e que tais empreendimentos se relacionem de forma a gerar transformações estruturais e, por consequência, o desenvolvimento econômico.

5.4.3 Articulações e o desenvolvimento de Feira de Santana

Não é possível a promoção do desenvolvimento regional a partir de ações isoladas. Governos, empresas e instituições de educação devem se articular em busca de sinergia em suas ações.

Quadro 25 – Articulação para o desenvolvimento econômico

Subtema	Entrev	Trecho selecionado
Articulação	EDU- SENAI	Olha, basicamente o SENAI trabalha super articulado com o governo do estado, na medida que existem alguns programas de qualificação específicos utilizando recursos do fundo de amparo ao trabalhador (FAT). Nos últimos anos trabalhamos também articulados com a prefeitura municipal em projetos específicos de qualificação profissional, que dá um resultado interessante principalmente em comunidades mais carentes. Então a prefeitura através de sua secretaria de ação social e de trabalho, ela promove alguns cursos de qualificação em lugares onde você tem uma maior dificuldade de estudo dessas pessoas, então você vai com a capacitação, uma qualificação profissional, em bairros assim mais carentes ou distritos que tenha essa necessidade maior
	EDU- UEFS	Eu diria que sim (a UEFS participou de articulações), porque o próprio NITE participa de projetos específicos, existem parcerias com a secretaria de ciência tecnologia e inovação, mas são ações muito difusas, vinculadas a grupos de pessoas, professores que fazem parte do núcleo de pesquisa. Nós temos planejamento mestrado, planejamento territorial urbano que estamos fazendo. Temos parceria com a secretaria de planejamento que de alguma forma vem desenvolvendo quadros para as prefeituras, o estado, nesse sentido. Tem o curso de engenharia da computação, que você tem iniciativas ligadas sobretudo ao processo formativo, ao debate do papel da computação na realidade social. Mas essas iniciativas, como é próprio da universidade, muito difusas, pontuais

GOV-PMFSA	<p>Aconteceria com as academias dizendo, olha eu tenho isso para você, eu posso lhe dar isso ou eu tenho um projeto de pesquisa nesse nível, que seu segmento pode melhorar. O que hoje acontece é que se existem esses projetos eles estão nos muros. Eu não posso dar fazer, eu vou falar em urbanismo, em cursos de mestrado, doutorado. Os trabalhos realizados até hoje, eles foram discutidos com a comunidade? Foram apresentados a sociedade, como projetar melhor essa cidade? Não existe essa interação</p> <p>Não existe por quê? Porque tem barreiras, para você chegar até a universidade é muito difícil, porque as chances que se tem em determinadas áreas, outras como a área de saúde é mais fácil, pois se tem um contato direto. Mas na nossa área como chegar? O que é que nós temos em nossos cursos?</p>
COM-ACEFS	<p>Mas infelizmente eu acho que as faculdade, as universidades, principalmente as universidades, elas não enxergam a empresa como um parceiro. Não somos ouvidos de forma nenhuma. Não há articulação, de jeito nenhum, não vejo, não consigo enxergar isso</p> <p>Mas pelo que eu percebo (da Universidade) não tem assim: vamos fazer uma aproximação com as empresas, com o comércio. O que é que a Universidade Estadual de Feira de Santana precisa formar? Ela precisa abastecer o mercado local [...] você pode atrair muitos investimentos de empresas. O indivíduo chega aqui e diz: eu vou para lá (Salvador) por que eu tenho engenheiro. E aqui. Quais são os cursos de engenharia que nós temos? Poucos. A indústria precisa de engenheiros.</p>
IND-FIEB	<p>Nós temos aqui em Feira de Santana um número muito grande de fabricas de confecções, as faculdades não procuraram até hoje colocar um curso de moda. Então essas articulações talvez não sejam corretas, então coloca-se varios cursos que não geram desenvolvimento. Então ficam muitas pessoas graduadas e não conseguem um emprego porque não focaram, não tiveram um link com as industrias pra ver quais são as demandas da industrias, quais são os profissionais que as indústrias querem.</p> <p>Eu acho que falta um pouquinho de interação entre as faculdades para poder promover cursos para que as indústrias absorvam, tanto a indústria quanto o comercio.</p>
COM-CDL	<p>De vez em quando a CDL é procurada por algumas instituições de ensino tentando fazer parcerias. Digamos já, que algumas visitas, até da própria Fundação Getúlio Vargas que fez algumas propostas, para entrarmos numa parceria. Mas essas parcerias são um pouco complicadas, entre o que a academia pensa e o que as entidades de classe pensam</p> <p>A academia tem uma ideia mais voltada para a área acadêmica, o comércio quer o feijão com arroz, quer uma coisa mais direta, ele quer uma mão de obra que ele sinta o retorno de imediato. Essas parcerias não deram muito certo, apesar de tentarmos algumas, mas não deram certo nesse sentido.</p>
COM-CDL	<p>A CDL participa de vários polos de desenvolvimento da cidade. Ultimamente as entidades de classe da cidade, CDL, Associação Comercial, Centro das Industrias, o sindicato do comércio, estão fazendo reuniões conjuntas, unindo forças, porque essas entidades não tem poder econômico, mas tem um poder político muito grande de pressionar o poder público.</p> <p>Mas poder público e academia não participam .Poder público sim, porque essas entidades estão muito próximas tanto do poder público municipal, com do estadual e do federal. Recentemente estavam todos em Brasília. A academia, apesar dos convites, não participa.</p>

A partir dos trechos das entrevistas selecionados no quadro 25 acima, é possível perceber que há articulações entre as entidades empresariais (indústria, comércio e serviços) e que estas atuam em conjunto buscando o atendimento de suas demandas junto à entidades governamentais. Também há a articulação de tais entidades, de forma isolada, com o poder público, principalmente na realização de ações de capacitação do trabalhador.

No tocante às instituições de educação, percebe-se um isolamento destas das demandas do mercado. As instituições empresariais e governamentais alegam esse distanciamento, tanto quando da tentativa de reuniões de planejamento e articulação, quanto da perspectiva da formação profissional e oferta de produtos e serviços. Em alguns momentos, em tentativas anteriores de aproximação, o produto ofertado estava distante da demanda das instituições empresariais.

Como centros de produção de conhecimento, as instituições de educação superior não devem se submeter simplesmente à lógica do mercado. Sua atuação deve ser reflexiva, propositiva e também geradora de demandas. Mas é necessário maior aproximação da academia com as empresas, tão importantes na construção do quadro social e econômico da região. As instituições de educação devem ser centros de excelência contextualizados, a fim de gerar propostas, modelos e soluções para as questões locais. Discutir com as entidades o perfil da formação profissional, as demandas existentes por pesquisas, produtos, elaborar em conjunto projetos de inovação são práticas comuns em centros que alcançam o desenvolvimento através da sinergia entre os principais atores envolvidos.

5.5 SÍNTESE E RESULTADOS

Com base na pesquisa realizada, a partir de fontes secundárias e do levantamento empírico em fontes primárias, tem-se as seguintes conclusões sobre os fatores indutores do desenvolvimento econômico, tendo Feira de Santana como objeto de estudo:

Atratividade empresarial:

-Apesar de oferecer condições de vida com boa qualidade, tais condições são ofertadas em sua grande maioria por entidades privadas (com exceção da UEFS), o que exclui parte da população que utiliza serviços públicos precários (saúde, educação, mobilidade urbana, saneamento, segurança). Mesmo assim, a existência, mesmo que ofertadas por parte da iniciativa privada, de escolas de excelência, serviços de saúde qualificados e um número expressivo de instituições de educação superior se constitui em fator positivo para atrair e reter pessoas e empresas no município;

- Há oferta em quantidade suficiente de mão de obra qualificada para atividades menos complexas;

- Apesar da localização privilegiada e da centralidade que exerce em toda uma região, a infraestrutura interna prejudica a operação das empresas e a qualidade de vida (falta de ordenamento urbano, trânsito desorganizado, centro da cidade com fluxo acima da capacidade) e a infraestrutura de operações industriais e de logística também é precarizada, pois é concentrada no modal de transportes rodoviário, prejudicado pelas condições da maioria das rodovias que servem à região.

Desta forma, é possível dizer que a atratividade empresarial exercida por Feira de Santana ocorre em função de sua localização e centralidade e da própria presença e atuação empresarial (economia de aglomeração), não sendo fruto de um planejamento público integrado. A localização de Feira de Santana é hoje um fator importante para o desenvolvimento econômico, mas este ocorre aquém do potencial existente e das demandas apresentadas.

a) Capital humano:

- A presença de diversas instituições de formação superior e técnica se constitui em fator de desenvolvimento para Feira de Santana. No entanto, a formação de capital humano em nível superior, apesar de algumas iniciativas pontuais de oferta em áreas tecnológicas, se concentra em áreas não tecnológicas e/ou científicas, buscando áreas de menor custo e já com demanda saturada pelo mercado de trabalho;

- A aproximação que existe entre as instituições formadoras de capital humano e as entidades empresariais é insuficiente e estas alegam não ter suas demandas de formação atendidas;
- O capital humano formado em Feira de Santana atende demandas menos complexas e o processo de formação não é direcionado para a inovação tecnológica;

Feira de Santana possui, na esfera quantitativa, um capital humano capaz de servir à demandas simplificadas e operacionais do mercado de trabalho. No entanto, há carências na formação em áreas de base tecnológica bem como do direcionamento para a pesquisa científica e inovação tecnológica.

b) Ambiência para inovação:

- Há duas estruturas disponíveis para a inovação tecnológica em Feira de Santana: o CIMATEC – SENAI, e a UEFS. O CIMATEC não recebe demanda por serviços das empresas de Feira de Santana e a UEFS trabalha sem aproximação direta com as demandas empresariais ou até governamentais por inovação. Há, nesta instituição, vasta produção de conhecimento, mas esta ocorre em processo de alimentação do ciclo : ensino, pesquisa e extensão.
- As demais instituições de educação investem muito pouco em pesquisa científica e inovação;
- Não há cultura de parcerias com empresas para o financiamento de pesquisa e inovação tecnológica em Feira de Santana;
- A formação do capital humano em Feira de Santana é pouco direcionada para a pesquisa científica e inovação tecnológica .

Não há ambiente para inovação tecnológica em Feira de Santana e isso gera impactos negativos no aproveitamento do potencial de desenvolvimento de Feira de Santana. As empresas que possuem filiais em Feira de Santana produzem tecnologias em suas matrizes e as empresas locais não encontram condições para a produção de inovação.

CONCLUSÕES

Tendo sua origem em uma cidade comercial, Feira de Santana atraiu, em seu processo histórico de estruturação, pessoas e empresas em busca de oportunidades de trabalho e de campos de atuação, respectivamente. A atividade comercial foi e é preponderante para a economia da cidade que também logo se tornou um importante centro de serviços para a região. O processo de industrialização foi fruto de uma estratégia desenvolvimentista baseada na implementação de distritos industriais, sendo importante para a modificação da matriz produtiva do município, que buscava se estruturar em um novo cenário de urbanização, o que fez o setor agropecuário diminuir a relevância social e econômica ao longo do tempo.

A educação superior foi essencial para a mudança de paradigma do município, uma vez que aumentou a atratividade para a região, além de profissionalizar e qualificar o capital humano disponível. Nesse ponto, a Universidade Estadual de Feira de Santana foi um marco dinamizador para toda a região. Hoje, a presença de diversas instituições de educação superior e técnica dão à Feira de Santana a característica de polo educacional de uma região.

É muito comum observar, em estudos técnicos e acadêmicos, diversas alusões ao potencial logístico ou à vocação logística de Feira de Santana. Sua localização, tida como privilegiada, foi essencial na constituição do entreposto comercial (citado várias vezes na história do município) e é apontada até hoje como principal fator impulsionador do crescimento da cidade. No entanto, verifica-se que fatores como a formação do capital humano e as condições para a promoção da inovação são relevantes para a promoção do desenvolvimento e, nesses aspectos, Feira de Santana apresenta uma condição de defasagem, o que impacta no não aproveitamento do potencial existente

Retoma-se agora, as questões iniciais da pesquisa aqui apresentada. **O problema de pesquisa proposto foi:**

Partindo do pressuposto de que fatores como: atratividade para localização empresarial; ambiência para a formação e retenção de capital humano; e ambiência para a promoção da inovação são essenciais para o desenvolvimento econômico de

uma região, como tais fatores influenciam no atual nível de desenvolvimento de Feira de Santana?

O fator de maior influência no atual nível de desenvolvimento econômico de Feira de Santana é a **atratividade empresarial**, pois sua localização e centralidade econômica permitem a atração e surgimento de diversos empreendimentos, principalmente os de natureza comercial.

Feira de Santana apresenta um PIB municipal considerável assim como seu indicador de desenvolvimento humano. Tais números são frutos de uma forte atividade comercial e no setor de serviços. Essas atividades são importantes, pois concentram a grande massa de empregados da cidade, mas contribuem com o desenvolvimento apenas neste aspecto (geração de emprego) e de forma limitada, uma vez que tratam-se de setores com baixos salários e poucas possibilidades de carreira. Mesmo sabendo que nenhuma região consegue se desenvolver sem interações com o meio externo, as atividades comerciais movimentam, essencialmente, produtos originários de outras regiões, que se apropriam dos benefícios econômicos dessa relação.

A estrutura para formação do capital humano influencia o desenvolvimento econômico de Feira de Santana, pois gera massa crítica e possibilita a atração de empreendimentos. No entanto, o capital humano formado não apresenta (em quantidade e qualidade) qualificação técnica suficiente para a ocupação de funções de maior complexidade, destinando-se a sua maioria, quando empregados, à funções subalternas em setores com poucas possibilidades de carreira.

A ambiência para inovação não possui qualquer relação com o desenvolvimento de Feira de Santana, pois a mesma não foi identificada.

Questões de pesquisa desdobradas da questão principal:

*- Tomando-se por base de análise a cidade de Feira de Santana, como os fatores atratividade para localização empresarial, ambiência para formação e retenção do capital humano e ambiência para a promoção da inovação **se relacionam** na construção de um modelo de desenvolvimento econômico?*

A atividade empresarial de Feira de Santana se relaciona diretamente com o capital humano existente na região. Apesar deste não atender plenamente a demanda qualitativa, é um fator de atratividade para a região. Sobre a formação deste capital humano, a relação existente entre as entidades formadoras e as demandantes de mão de obra é insuficiente. Não há foco, por parte das empresas, entidades governamentais e de educação na promoção da inovação tecnológica. Esses fatores não se relacionam em um modelo de desenvolvimento.

- Entre os fatores citados, tomando por base o caso de Feira de Santana, há algum que se caracterize como de maior relevância a ponto de suplantar a deficiência ou ausência de outros?

De uma forma sintética, é possível dizer que, dos três fatores destacados como centrais na presente pesquisa (atratividade empresarial, capital humano e ambiência para formação), o único que se constitui em relevante fator com possibilidade de gerar desenvolvimento é a *atratividade empresarial*, ocorrendo muito mais por fatores “naturais” (localização e centralidade) e “espontâneos” (concentração empresarial) do que por ação planejada do poder público. O capital humano chega a apresentar indicadores quantitativos positivos, mas carece de maior adequação às demandas do mercado. Sobre a ambiência para inovação, entende-se que esta não ocorre em Feira de Santana, o que se constitui em forte entrave para o seu desenvolvimento.

Hipóteses da pesquisa

Buscou-se, ao longo da pesquisa, verificar a veracidade ou não das seguintes inferências:

Hipótese principal: Os fatores “atratividade para localização empresarial”, “ambiência para a promoção da inovação” e “potencial para formação e retenção do capital humano” são impulsionadores para o desenvolvimento econômico regional. Presume-se que o atual nível de desenvolvimento econômico de Feira de Santana é influenciado pela interação de tais fatores.

Partindo-se do pressuposto que o fator renda é essencial em um quadro favorável de desenvolvimento econômico, é possível dizer que o atual nível de desenvolvimento de Feira de Santana é influenciado em menor escala, pela formação do seu capital humano, uma vez que a maior parte da mão de obra está alocada em atividades que não exigem elevados níveis de qualificação, e em maior escala pelos aspectos locacionais que favorecem a atração e o surgimento de empresas. Não há qualquer influência do ambiente local para inovação no desenvolvimento econômico de Feira de Santana. Desta forma, o desenvolvimento econômico de Feira de Santana é influenciado pela interação entre a atratividade empresarial, em maior escala, e a formação de capital humano, em menor escala.

Hipótese secundária 01: O capital humano formado em Feira de Santana carece maior qualificação para atender às demandas da atividade empresarial e se constituir um fator de desenvolvimento econômico.

Hipótese confirmada, uma vez que as entidades empresariais, apesar de alegarem ser fator positivo para a cidade as várias opções de formação de capital humano, demonstram insatisfação com o nível qualitativo do capital humano formado. Basicamente tal carência ocorre pela falta de aproximação entre as entidades formadoras e o mercado e a concentração de cursos em áreas com pouco potencial tecnológico e científico.

Hipótese secundária 02: As iniciativas existente em Feira de Santana com foco na inovação são insuficientes e precisam de alinhamento com as demandas empresariais e sociais visando o desenvolvimento econômico.

Hipótese também confirmada, pois não há aproximação entre a atividade empresarial, poder público e academias. Há a presença de uma cultura de que é responsabilidade das academias a promoção da pesquisa e inovação tecnológica, sem responsabilizar as empresas. Como as empresas não se sentem responsáveis pelo processo de inovação e como a academia não trabalha diretamente focada em demandas do mercado, as poucas iniciativas identificadas em Feira de Santana com foco na inovação são insuficientes para qualquer desdobramento em desenvolvimento econômico.

Hipótese secundária 03: As iniciativas focadas na formação do capital humano, na inovação e no aproveitamento do potencial locacional de Feira de Santana, quando presentes, são planejadas de forma desconectadas umas das outras. A interação entre o planejamento de tais fatores poderá gerar mais efetividade no desenvolvimento econômico de Feira de Santana.

Hipótese também confirmada. As empresas articulam-se entre si e buscam aproximações com o poder público em busca de benefícios que potencializem sua formação, mas não há foco direto no desenvolvimento econômico. As instituições de educação buscam contribuir com a formação de capital humano e com pesquisas, mas como não possuem aproximação com o mercado, não atingem resultados proporcionais ao potencial existente. Não há articulação entre governo, instituições formadoras, instituições de pesquisas e empresas.

Perspectivas para o desenvolvimento regional de Feira de Santana

Apesar da presente tese ter como característica metodológica o viés explicativo, e de, a mesma identificar uma desagregação de esforços por parte das entidades com potencial para promoção do desenvolvimento regional de Feira de Santana, alguns caminhos e *perspectivas* podem ser apontados para uma possível “correção” de rumos.

Inicialmente, faz-se necessário o estabelecimento de medidas visando o melhor aproveitamento do potencial locacional, com a ampliação e melhoramento da infraestrutura para o transporte de cargas. Um esforço conjunto para a duplicação do anel rodoviário (anel de contorno), além de otimizar os processos de transporte de quem o utiliza, desafogaria o trânsito no centro da cidade, resolvendo outro grave problema constatado no município. Sabe-se que o investimento para tal intervenção é relativamente elevado (R\$ 150 milhões só para a duplicação do anel viário, em um projeto maior de duplicação de rodovias no valor de R\$ 1,1 bilhão, segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT) e que o mesmo deve fazer parte de uma estratégia que não aborde Feira de Santana isoladamente. Trata-se de um projeto complexo, já executado em alguns trechos, que precisa

entrar na agenda de prioridades para o desenvolvimento de toda uma região que se beneficiaria com sua execução.

É essencial o estabelecimento de esforços conjuntos por parte dos poderes públicos municipal, estadual e federal com vistas à um projeto de desenvolvimento para Feira de Santana, não deixando que disputas eleitorais prejudiquem o município. Um exemplo interessante de como não há esse “esforço conjunto” é a situação da área física do Centro Industrial do Subaé (CIS), originalmente pertencente ao município, hoje é uma autarquia ligada ao governo estadual. No entanto, suas vias de acesso e internas estão em estado precário de conservação, prejudicando a atração de novos empreendimentos industriais;

É necessária a identificação das vocações regionais efetivas e potenciais e implementação de um plano para o pleno aproveitamento destas. Em relação à tal tema, a título de perspectivas, destacam-se os seguintes setores que já demonstram potencial, independentes da inexistência de ações coordenadas para aproveitamento de tal potencial:

- a) No ramo da indústria de transformação, segundo RAIS/CAGED (2010) destacam-se as atividades de *confecções de vestuário e acessórios* (274 estabelecimentos), *materiais para construção civil* (40 estabelecimentos) e *metalmecânica ou metalurgia mecânica* (80 estabelecimentos);
- b) No ramo comercial, segundo RAIS/CAGED (2010), se destacam os setores de *comércio de veículos* (77 estabelecimentos), *artigos de vestuário e acessórios* (647 estabelecimentos), *materiais de construção* (390 estabelecimentos), *varejo de produtos alimentícios, mercearias e mercados* (642 estabelecimentos), produtos farmacêuticos e veterinários (210 estabelecimentos) e *peças automotivas* (127 estabelecimentos);
- c) No setor de serviços, segundo a mesma fonte de informações, se destacam as *atividades de assistência à saúde* (471 estabelecimentos), *apoio contábil* (87 estabelecimentos), *hospedagem* (54 estabelecimentos), *alimentação* (380 estabelecimentos) e *transporte e logística* (220 estabelecimentos).

A informalidade não é contemplada nas informações acima e, por conta disso, diversas atividades com suposta representatividade econômica não foram contabilizadas (salões de beleza, oficinas mecânicas e comércio de alimentos). É necessário um mapeamento de tais atividades para um melhor aproveitamento

econômico e social das mesmas. Sobre as atividades formais relacionadas, percebe-se o destaque do setor de confecções, tanto na indústria, quanto no comércio. É possível presumir que o setor de confecções pode se constituir em um dos caminhos viáveis para potencializar um modelo de desenvolvimento regional para Feira de Santana. Se o setor comercial da cidade é tão forte a ponto de atrair consumidores de todo um entorno regional, de empregar a grande maioria dos trabalhadores e ser responsável pelo maior PIB agregado, torna-se imprescindível definir estratégias que liguem o comércio ao que é produzido na região.

O setor de metalmecânica, juntamente com o comércio de peças automotivas, serviços de manutenção de automóveis e de transporte de cargas também possui potencial para a formação de uma cadeia econômica, aproveitando a localização estratégica de Feira de Santana, fator já identificado como de maior relevância para o atual estágio de desenvolvimento da cidade. Tal setor, a partir de uma melhor qualificação e direcionamento, também pode se especializar na manutenção industrial, atendendo demandas de Feira de Santana e região. Tanto neste setor, como no de confecções, as partes não se ligarão espontaneamente. É preciso um planejamento que direcione esforços públicos (incentivos fiscais direcionados e específicos, fornecimento de infraestrutura, incentivo à inovação), educacionais (formação e qualificação técnica e superior, atividades de pesquisa focadas no fornecimento de soluções estratégicas para as atividades em foco) e mobilização empresarial em busca da profissionalização e qualificação das atividades.

Além dos serviços logísticos, algumas outras atividades do setor de serviços aproveitam plenamente a localização privilegiada de Feira de Santana, como o ramo de hospedagem, o de bares e restaurantes e os serviços de saúde. Além do grande potencial econômico de tais atividades, há a atração de público que ao buscar Feira de Santana para consumir tais serviços, buscam o comércio e outras atividades derivadas. Com a qualificação e profissionalização dos serviços (hotelaria, gastronomia, deslocamento interno e apoio à negócios), o turismo de negócios pode e deve ser melhor aproveitado em modelo de desenvolvimento. Ainda sobre o turismo, a proximidade com Salvador pode significar uma oportunidade de atratividade para o turista que busca o lazer e atrativos culturais, obviamente, a partir da oferta de eventos específicos (em datas estratégicas) que fortaleçam a identidade de Feira de Santana como “Portal do Sertão” (festivais gastronômicos, eventos artísticos e culturais, por exemplo). Claramente, o desenvolvimento desse

potencial turístico (não tão evidente quanto o do turismo de negócios) deve ser fruto de um esforço conjunto (empresas, poder público, instituições de ensino) que crie os atrativos e qualifique os prestadores de serviço, demandando estudos de viabilidade e tempo para implementação e retorno dos investimentos feitos.

Em relação à formação do capital humano e a ambiência para inovação, entende-se que é preciso um maior direcionamento de recursos para ampliar a oferta na formação técnica (principalmente através do SENAI, considerado centro de excelência) e direcionar qualitativamente os investimentos na formação superior para que seja priorizada a formação em áreas estratégicas e interligadas com as vocações regionais. Uma Instituição de Educação Superior, pública ou privada, não deve apenas ofertar um curso olhando para suas próprias necessidades. Estas devem se envolver (ou liderar) projetos de desenvolvimento e ouvir os diversos setores sociais e agentes econômicos em relação às suas demandas. Percebe-se a saturação profissional em áreas de conhecimento em que as instituições insistem em oferecer e ampliar vagas e a carência em outras consideradas estratégicas para o desenvolvimento de uma região.

Sobre a ambiência para a inovação, certamente entre os fatores foco desta tese o que menos contribui para o desenvolvimento de Feira de Santana, identificou-se a grande necessidade de maiores investimentos na pesquisa básica, por parte das instituições privadas, e na pesquisa aplicada (por parte das instituições públicas e privadas). Das treze IESs privadas existentes na cidade, doze são faculdades (dedicadas apenas ao ensino) e apenas uma é universidade e tem a pesquisa entre suas funções precípuas. Dentre as instituições públicas (03), apenas a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) apresenta maturidade para a realização da atividade de pesquisa (as demais foram implantadas há pouco tempo e estão em fase de consolidação de suas atividades). Neste ponto, a UEFS, apesar de uma política atual de estrangulamento financeiro por parte do Estado da Bahia, possui grupos e projetos de pesquisa consolidados e uma relevante produção. No entanto, a mesma deve buscar maior aproximação com os setores produtivos (do ponto de vista econômico) da sociedade e se envolver (ou capitanear) em projetos que forneçam soluções e modelos para o aproveitamento das vocações regionais. Em outras palavras, a melhor estrutura humana e material para a realização da pesquisa e promoção da inovação existente em Feira de Santana está na UEFS e é de grande relevância que esse potencial se envolva ativamente

nos projetos de desenvolvimento regional. O financiamento público é importante e a busca deste através de repasses orçamentários regulares (IESs públicas) ou de agências de fomento (IESs públicas e privadas) é o caminho tradicionalmente utilizado pelas universidades. Somando-se a esse “caminho”, é preciso que se desenvolva, por parte das instituições públicas e privadas, a cultura de parceria com empresas para agregar o financiamento privado entre as opções de viabilização da pesquisa científica. Isso, com certeza, não é submeter a academia à “lógica do capital” até porque não há essa dicotomia ou espaço inexpugnável e a academia precisa de autonomia para produzir. Os setores econômicos produtivos já financiam indiretamente as pesquisas nas academias (através da arrecadação tributária que alimenta os orçamentos públicos e as agências de fomento). Entende-se que através do estabelecimento de uma relação profícua, onde os financiadores visualizem produtos e resultados, a pesquisa e inovação tecnológica encontrará o “fôlego” necessário para desenvolver plenamente suas atividades. A aproximação da academia com as reais demandas sociais e dos agentes econômicos é essencial para o desenvolvimento de Feira de Santana.

As perspectivas ora apontadas, tanto para o fornecimento de infraestrutura que potencialize a atratividade empresarial, quanto para o direcionamento da formação do capital humano e promoção da inovação tecnológica são os pilares para a constituição de um modelo de desenvolvimento regional aplicável à Feira de Santana. No entanto, as mesmas demandam investimentos (por parte das empresas, das instituições educacionais e do poder público), o que torna a adoção / implementação destas uma incógnita na atual conjuntura econômica, marcada por um clima de incerteza sob os aspectos econômico, político e social. A presente tese é concluída no final de dezembro de 2015 e vivencia-se no Brasil um momento recessivo que desacelera ou interrompe projetos e ações que demandem grandes investimentos. Claramente, um projeto de desenvolvimento regional, se bem sucedido, traz em médio e longo prazos dinamizações nas atividades econômicas que se irradiam socialmente, transformando os gastos de sua implementação em investimentos com retorno assegurado. Desta forma, mesmo em um momento econômico caracterizado por concretas dificuldades das organizações, indica-se uma **priorização** de investimentos em projetos e modelos capazes de incentivar desenvolvimento econômico de uma região.

Considerações finais

Partindo do entendimento de que o desenvolvimento, principalmente na perspectiva endógena, não ocorre naturalmente e que deve caber a alguma entidade o estabelecimento de ações e condições iniciais para sua ocorrência, percebe-se a importância do estado (poder público/governo) como liderança deste processo. Não se fala aqui em um governo controlador ou “empresário”, mas na ação governamental voltada para um planejamento conjunto que leve em consideração o contexto empresarial, a formação de pessoas para o emprego, o empreendedorismo e para a pesquisa focada na inovação e o fornecimento de condições estruturais para a dinamização da atividade empresarial e para a qualidade de vida das pessoas.

A ação governamental deve ocorrer justamente na articulação com entidades empresarias e educacionais em projetos conjuntos onde a ação de cada instituição, dentro de sua natureza e objetivos, ocorra em função da promoção do desenvolvimento econômico regional. As empresas, dentro de um enfoque utilitarista, buscam o lucro, a remuneração do capital investido. É essencial que algumas questões sejam respondidas no âmbito da articulação entre entidades: Como tais instituições podem atuar em uma estrutura de desenvolvimento? É justamente um planejamento conjunto que dirá o tipo de empreendimento necessário e que estrutura o poder público poderá prover; Que tipo de mão de obra é necessária para atrair e manter empreendimentos? Os projetos de cursos superiores e técnicos devem ser desenvolvidos para atender tais demandas, mas também para gerar demandas. A formação científica e tecnológica é condição essencial para uma ambiência para a inovação. Mas é preciso que as instituições de pesquisa se aproximem das demandas do mercado, atuem como parceiras. Não se sugere aqui, abandonar a pesquisa de base ou a ciência pura, mas é necessário para a promoção do desenvolvimento econômico regional que se trabalhe as pesquisas aplicadas, com foco na geração de produtos e serviços, no registro de patentes e na aplicação econômica destes. A inovação deve ocorrer em grande escala para se constituir em fator impulsionador do desenvolvimento.

É de grande relevância o papel dos entes locais na construção de um modelo de desenvolvimento: instituições de ensino e pesquisa, governos municipais (e estaduais), empresas dos diversos portes, entidades de classe empresarial e de

interesse dos trabalhadores órgãos de fomento tecnológico. Partindo das ideias do crescimento endógeno (e do desenvolvimento), deve-se ressaltar a importância das condições para a geração de inovação, que não deve ser vista como algo de propriedade de uma empresa, mas de interesse econômico e social a partir da ação de entidades públicas e privadas, empresariais e educacionais. Trata-se de um perfil empreendedor e inovador para uma região, que se beneficiará de economias de aglomeração e interações externas, afinal o processo se dá de forma endógena (articulação de elementos locais e regionais), mas as relações com outras cidades, regiões, estados e até países são essenciais.

Feira de Santana precisa planejar seu desenvolvimento e não apenas aproveitar os benefícios de uma localização privilegiada. Ter a inovação como objetivo certamente direcionará de forma mais apropriada as ações de instituições de educação e empresas. A inovação, a partir de novos produtos e processos produtivos, deve ser baseada em uma estrutura de cooperação entre os principais agentes interessados: governos, instituições de educação e empresas. A criação de incubadoras de empreendimentos estratégicos pode se caracterizar como uma das iniciativas capazes de promover essa interação. É preciso quebrar a cultura da não inovação e o paradigma de que apenas instituições de educação devem produzir pesquisas e inovações. Obviamente, estas devem liderar o processo e, além de promover a inovação tecnológica, formar capital humano qualificado para isso, a partir das demandas advindas das esferas pública e privada.

O desenvolvimento econômico não é natural ou acidental e deve ser fruto de ações que garantam a qualidade de vida das pessoas que vivem na região foco. Cabe ao poder público, prover a infraestrutura necessária para Feira de Santana aproveitar suas vantagens locacionais em todo o seu potencial, mas este também deve elaborar um planejamento que aproveite as vocações regionais e oriente a ação dos agentes interessados. A existência de um capital humano com qualificação de excelência possibilita tanto a atuação empreendedora e disponibilização para o mercado de trabalho, quanto a formação de um contingente capaz de promover a inovação tecnológica. Neste ambiente, gera-se um ciclo virtuoso com a atração de empresas que, ao encontrar infraestrutura adequada, vantagens locacionais, capital humano qualificado e ambiência para inovação, desenvolverão atividades dinamizadoras e alto valor agregado. Tais atividades gerarão um efeito encadeador com grande potencial benéfico para Feira de Santana e região

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni . **A Ilusão do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.
- BACON, Francis. **Novum Organum**. Trad e notas de José Aluysio Reis de Andrade, São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- BANCO MUNDIAL. **Economía y Crecimiento**. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/tema/economia-y-crecimiento>> Acesso em: 4 maio 2013.
- BARAN, Paul A. **A economia política do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.
- BARROS, Alexandre Rands. **Desigualdades regionais no Brasil: natureza, causas, origens e soluções**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011
- BECATTINI, Giacomo. Industrial Sectors and Industrial Districts: Tools for Industrial Analysis”. **European Planning Studies**, v. 10, n. 4, 2002.
- BIANCHI, Ana Maria. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n.2, 2007.
- BLAUG, Mark . **La metodología de la economia**. Trad. Ana Martinez Pujana. Madrid: Alianza Editorial, 1985.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Conceito histórico de desenvolvimento econômico**. São Paulo. FGV, 2006. (Texto para Discussão, 157).
- BRUE, Stanley. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- BRUM, Argemiro. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira; SIMONSEN, Mario Henrique. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1974.
- CAPES. [Aplicativo gráfico para pesquisa de periódicos]. Disponível em: <www.geocapes.capes.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2012.
- CARVALHO, A. D. da S. Feira de Santana e o comércio do gado. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 28, mar. 1958
- CARVALHO JÚNIOR, César Vaz de; PEREIRA, Ítalo Guanais Aguiar; PESSOTI, Gustavo Casseb. **Panorama da economia baiana sob a ótica do PIB – 1975/2000**. Dez anos de economia baiana. Salvador: SEI, 2002b. (Série Estudos e Pesquisas, 58).

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Cláudio de Moura. **Desenvolvimento econômico, educação e educabilidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

CHIOCHETTA, João C.; HATEKEYAMA, Kazuo; LEITE, Magda L. G. Evolução histórica da indústria brasileira: desafios, oportunidades e formas de gestão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA., 2004, Brasília. **Anais...** 2004.

CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano**: o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas, seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento. São Paulo: Atlas S.A, 2004.

CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline F. Org. **Gestão integrada da inovação**: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2009.

CORSI, F. L. **Crise do capitalismo e reestruturação da economia mundial**. As estratégias de desenvolvimento na América Latina. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL, 30., 2010, Lisboa. **Anais...** 2010

CORREIA, Ana Maria Magalhães e GOMES, Maria de Lourdes Barreto. Habitats de inovação na economia do conhecimento: identificando ações de sucesso. **RAI – Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p.32-54, abr./jun. 2012.

COUTINHO, Maurício C. Espaço e economia no sistema Cantillon. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 1, n.15, 2005.

CURADO, Marcelo. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS - IPEA, 1., 2011. **Anais...** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo10.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2012.

DAVENPORT, Thomas O. **O capital humano**: o que é e porque as pessoas investem nele. São Paulo: Nobel, 2001. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id>>. Acesso em: 1 maio 2013.

DINIZ, C. C.; GONÇALVES, E. Economia do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.131-170.

DINZ, Clélio Campolina; SANTOS, Fabiana ; CROCCO, Marco. Conhecimento, inovação e desenvolvimento regional/local. In: ECONOMIA regional e urbana. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000,

DIAS, Donaldo de Souza ; SILVA, Mônica Ferreira. **Como escrever uma monografia**: manual de elaboração. São Paulo: Atlas, 2010.

EUFRASIO, M. **Estrutura urbana e ecologia humana**: a Escola Sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: Editora 34, 1999.

FAKUDA-PAR, Sahiko. The human development paradigm: operationalizing sem's ideas on capabilities. **Feminist Economics**, v.9, n.2 – 3, 2003, 301 – 317. Disponível em:

<<https://csde.washington.edu/~scurran/files/readings/April28/recommended/HumanDevelopmentParadigm.pdf>> Acesso em: 1 maio 2013.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana**: influência da industrialização 1970 - 1996. 1998. 189 p. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

FUJITA, Masahisa. **Thunen and the new economic geography**. Nota de leitura preparada para a “Conferência Internacional Thunen”, Universidade de Rostock, Alemanha. Rostock, 2000.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1991.

FEIJÓ, Ricardo. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2001.

FEIJÓ, Ricardo. **Metodologia e filosofia da ciência**: aplicação na teoria social e estudo de caso. São Paulo: Atlas, 2003.

FERRETTI, Celso J. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. **Revista Educação e Sociedade**, São Paulo: PUC, ano XVIII, n. 59, 1997.

FLEURY, Paulo Fernando; WANKE, Peter; FIGUEIREDO, Kleber Fossati. **Logística empresarial**: a perspectiva brasileira. São Paulo: Atlas, 2008.

FONSECA, Eduardo Giannetti. O capital humano na filosofia social de Marshall. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 12, n. 2, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez, 1993.

GALBRAITH, John Kenneth. **O novo estado industrial**. São Paulo: Pioneira, 1977.

GALBRAITH, John Kenneth. **1929: A Grande Crise**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010.

GAZIER, Bernard. **A crise de 1929**. São Paulo: L&PM, 2009.

GOOGLE maps. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRANOVETER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 91, n. 3, 1985.

GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 Anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. Bahia: **Análise & Dados**, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v. 10, n. 1, jul. 2000.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia :Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, 2006.

HASSENPFUNG, Dieter. Sobre a centralidade urbana. **Arquitextos**, v. 8, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/235>> Acesso em: 1 maio 2013.

HERSCOVICI, Alain. Economia do conhecimento, trabalho “imaterial” e capital intangível: uma contribuição teórica. **Redes.com**, n. 4. Disponível em: <api.ning.com/files/.../Economiadoconhecimento15.pdf> Acesso em: 1 maio 2013.

HUNT, E. K; SHERMAN, H. J. **História do pensamento econômico**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

KRUGMAN, Paul ; WELLS, Robin. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

KUNH, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA-. **Educação Superior**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 4 maio 2013.

LANGE, Oskar. **Moderna economia política: problemas gerais**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963

LAUDAN, Larry. **O Progresso e seus Problemas: rumo a uma teoria do crescimento científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LEFEBREVE, Henry. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LIMA, Roberto Luiz de Cerqueira. **Educação Superior em Fera de Santana Bahia como fatores de desenvolvimento**. 183 f. 2008. Dissertação (mestrado)– Desenvolvimento Social de Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2004.

LINS, Hoyêdo Nunes. A região de aprendizagem como temática e ângulo de observação. **Nova econ**. Belo Horizonte, v.17, n.1, 2007.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luiz. **Trabalho e educação**. São Paulo: Autores Associados, 2002. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id>>. Acesso em: 3 abr. 2013.

LUCENA, Carlos. **Tempos de destruição**: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil. Uberlândia-MB: EDUFU, 2004.

MARCHINI NETO, Dirceu. 1929: a grande crise. **Revista Científica Facmais**, Goiás, v.2, n.1, 2012.

MARKUSEN, Ann. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaços e Debates**, São Paulo, v. 1, n.2, 1998.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I : o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAYRING, P. Qualitative content analysis. Forum: **Qualitative Social Research**, Budapest, v.1, n.2, 2000.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. [Portal institucional]. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2012.

MENDES, Jefferson M. G. Teoria dos pólos de crescimento. **Em Economia Regional e Urbana**, 2008

MENEZES, Vladson. O Comportamento Recente e os Condicionantes da Evolução da Economia Baiana. **Tendências da Economia Baiana**, Salvador, Seplanteq, 2000.

MILL, John Stuart. **Princípio da lógica dedutiva e indutiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

MINAYO, Maria Cecília de S; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 1993.

NODARI, Felipe; SOARES, Mauren do Couto; WIEDENHOFT, Guilherme Costa; OLIVEIRA, Mírian. Contribuição do Maxqda e do Nvivo para a realização de análise de conteúdo. In: ENCONTRO DA ANPAD, 38., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** 2014.

NUNES, Edson; NOGUEIRA, André Magalhães; RIBEIRO, Leandro Malhano. **Futuros possíveis, passados indesejáveis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

NUNES, José Avelás. A filosofia social de Adam Smith. **Boletim de Ciências Econômicas** (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra), Coimbra, v. 49, 2010

OLIVEIRA, C.A. Externalidades espaciais e o crescimento econômico das cidades do estado do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 36, n. 3, p. 21, 2005.

OLIVEIRA, Fátima Bayma. **Desafios da educação**: contribuições estratégicas para o ensino superior. E- papers: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id>>. Acesso em: 4 jun. 2013.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; LIMA, José Edmilson de Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **FAE**, v. 6, n. 2. Curitiba, 2003.

PARENTE, Stephen L. **The Failure of Endogenous Growth**. Disponível em: <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/d912f511a5300cbdd4.pdf>> Acesso em: 10 maio 2014.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. Planejamento e crítica: a contribuição de Inácio Rangel. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**, Salvador, v. 3, jan. 2000,

PORTER, Michael. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la America Latina y algunos de sus principales problemas . In: CEPAL. **Cincuenta años de pensamiento de la Cepal – Textos seleccionados**. Volumen I. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1998.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escola à academia. São Paulo: Rêspel, 2005.

PEREIRA, Rafael Henrique Moraes et al. **Quantificando a centralidade urbana**: uma proposta de índice simples e comparação internacional. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. (Texto para discussão).

PERROUX, Francois. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional**. Textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PINTO, Florentino Carvalho. **Aspectos da cadeia produtiva da mandioca em Feira de Santana no Distrito de Maria Quitéria** (Povoados de Lagoa Grande e Olhos D'água das Moças) 2010. Disponível em: <<http://www.fat.edu.br/revistas/Index.php/reac/article/viewFile/23/25>> Acesso em: 20 jul. 2012.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Informes sobre desarrollo humano 2013**. Nova York (EUA): 2013. Disponível em: <<http://hdr.undp.org>> Acesso em: 4 maio 2013.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Valores do Desenvolvimento Humano 2010**. Brasília: 2010. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>> Acesso em: 4 maio 2013.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS ; FJP – FUNDAÇÃO JOSÉ PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>> Acesso em: 20 maio 2014.

POLÊSE, Mario. **Economia urbana e regional**. Coimbra – Portugal: APDR, 1998.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1972.

POPPINO, Rollie. E. **A história de Feira de Santana**. Salvador-Ba: Itapuã, 1968.

POSSAS, Mario L. **A dinâmica da economia capitalista**: uma abordagem teórica. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PUTNAM, Robert. **Bowling alone**: the collapse and revival of American community. New York: Simon & Schuster, 2000.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.) **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Rudney Aminadab. Teoria do capital humano: uma análise do caso brasileiro. **Análise**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, 2008.

SANTOS, Vanice dos; CANDELORO, Rosana j. **Trabalhos Acadêmicos**: uma orientação para pesquisa e normas técnicas. AG, 2006. Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id>>. Acesso em: 7 jun. 2013.

SAUL, Renato Paulo. As raízes renegadas da teoria do capital humano. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 12, 2004.

SCHENOWITZ, A. S. A descentralização da república federativa do Brasil. **Análise & Dados**, Salvador, 1995.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Índices de Performance Econômica e Social da Bahia**. Publicações SEI. Salvador: 2013. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>> Acesso em: 20 maio 2014.

SHULTZ, Theodore W. **O valor econômico da educação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SILVA, Fernando Marinheiro da. Sobre a indução de Francis Bacon. **Revista Urutágua**, Maringá-Paraná, n. 14, 2008.

SOUZA, S. M. C.; CIDADE, L. C. F. O centro e a centralidade na estrutura urbana: um debate teórico. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS: CRISE PRÁXIS E AUTONOMIA – ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E DE ESPERANÇAS ESPAÇO DE DIÁLOGOS E PRÁTICAS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010.

SOUZA, Laumar Neves de. Emprego formal na Bahia na primeira década do Século XXI: caminhou-se na direção do trabalho decente? **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v.1, n. 2, p. 157-172, 2013.

SIRQUEIRA, Domingos Sávio. **Administração**: há vagas: expansão do ensino superior privado na Região Metropolitana de Salvador (1994 – 2000). 2001. Dissertação (Mestrado)- Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2001.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. Tradução Getúlio Schanoski Jr. São Paulo: Madras, 2009.

SOARES, José Alex Rego. **Uma interpretação do novo desenvolvimentismo a partir da conjuntura econômica da América Latina**. Santiago – Chile: CEPAL 2014. (Primeiras Jornadas de Planejamento).

SOUZA, Maria Cristina de Andrade. **Crescimento econômico, inovação e empreendedorismo**. 2009. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS. Porto Alegre, 2009.

SOUZA, Nali de Jesus de. Teoria dos pólos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Análise**, Porto Alegre, v.16, n. 1, 2005.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2012.

SPINOLA, Noélio D. ; SPINOLA, Carolina de Andrade. **Mitos e controvérsias da teoria do desenvolvimento**. Salvador: [s.n.], 2014.

SPÍNOLA, Noélio Dantaslé. Desafio ao desenvolvimento de economias periféricas. In: CONGRESSO MUNDIAL DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA REGIONAL, 9., 2012, Timissioara, Romênia. **Paper...** 2012.

SPINOLA, **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia.** Salvador: Unifacs, 2003.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. **A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no Século XX.** Salvador: UNIFACS, 2009.

SUZIGAN, Wilson. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política (UNICAMP)**, v. 8, p. 5 – 16, 1988.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do Conhecimento.** Porto Alegre: Bookman, 2008

TIDD, Joe; BESSANT, John; PAVITT, Keith. **Gestão da inovação.** Porto Alegre: Bookman, 2008.

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

UDERMAN, Simone. **Indústria e desenvolvimento regional: uma análise das estratégias de industrialização da Bahia.** Salvador: FIEB, 2008. (Prêmio FIEB de Economia 2007).

UEFS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS. **Sua História.** Disponível em: <<http://www.uefs.br/portal/a-universidade/sua-historia>>. Acesso em: 30 maio 2013.

UEFS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS. **Informações Gerais.** Disponível em: < <http://www.uefs.br/portal/a-universidade/localizacao-e-abrangencia> >. Acesso em: 30 maio 2013.

VALE, Mário. Conhecimento, inovação e território. **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia**, Lisboa – Portugal, n. 88, p. 9-22, 2009.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desarrollo, redes e innovación.** Madrid: Pirámide, 1999.

VELOSO, Fernando; FERREIRA, Pedro C.; GIAMBIAGI, Fábio; PESSÔA, Samuel. **Desenvolvimento Econômico: uma perspectiva brasileira.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

VIANA, Geraldo Valdísio Rodrigues. O método indutivo. **Revista Científica da Faculdade Lourenço Filho**, v. 3, n. 1, 2007.

VIANA, Willian Barbosa. O design da pesquisa qualitativa: questões a considerar. In: SIMPEP, 13., 2006. Baurú, São Paulo. **Anais...** 2006.

VIEIRA, Cilane da Rosa *et al.* **Crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil:** uma análise comparativa da desigualdade da renda per capita dos níveis educacionais. Texto para discussão nº 03/2007. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/ppgfiles/files/faceppg/ppge/texto_3.pdf> Acesso em: 10 abr. 2014.

WIRTH, Louis. Urbanisme as Way of Life. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 45, n. 1, 1938.

ZILLES, Urbano. **Teoria do conhecimento**. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id>>. Acesso em: 4 abr. 2013.

APÊNDICE A – ROTEIRO ORIENTADOR PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Apresentação dos objetivos da pesquisa	
Objetivo geral	Avaliar, sob a perspectiva dos postulados teóricos e análise empírica, as influências da interrelação dos fatores <i>condições de atratividade industrial, ambiência para formação do capital humano e inovação</i> para o desenvolvimento de Feira de Santana.
Objetivos específicos	Comprovar se há algum fator que se destaque como relevante para o desenvolvimento econômico de Feira de Santana, verificar o nível de interação entre os fatores e apontar caminhos para maior efetividade nessa interação

1. Identificação	
Nome:	Profissão:
Cargo:	Entidade:

2. Questões Genéricas (todos respondem)
2.1 – Avalie o atual nível de desenvolvimento econômico de Feira de Santana.
2.2 -Qual a influência da sua instituição (usar o nome) para o Desenvolvimento de Feira de Santana ?
2.3 – Feira de Santana é considerada uma metrópole regional, centralizando uma região com aproximadamente 2 milhões de pessoas. Em que aspectos Feira aproveita esse potencial e em que aspectos precisa melhorar?
2.4 – Uma das principais teorias que trata sobre o capital humano (Marshall) postula que a formação do capital humano (pessoas formadas e qualificadas para o trabalho e para pensar soluções e novas perspectivas) é fator relevante para o desenvolvimento econômico. Qual a situação de Feira de Santana em relação ao capital humano? A sua instituição possui alguma relação com a formação do capital humano em Feira de Santana? Como se dá essa relação?
2.5 – Como melhorar ou direcionar estrategicamente a formação do capital humano em Feira de Santana? De quem é essa responsabilidade?
2.6 – É comum observar em falas de lideranças da região que Feira de Santana possui uma localização privilegiada e que isso atrai investimentos produtivos. Você concorda com isso? Além da localização, quais os outros atrativos de Feira de Santana para atração de investimentos e empreendimento? Há algum aspecto objetivo que possa ser melhorado?
2.7 – Há ambiente para inovação em Feira de Santana? Você consegue apontar alguma iniciativa que fomenta / tenha fomentado a inovação nos últimos anos?
2.8 – O capital humano existente em Feira de Santana é capaz de produzir inovações úteis ao desenvolvimento?
2.9 – Sua instituição participa ou participou de algum tipo de articulação (poder público / empresas / instituições de ensino e pesquisa) nos últimos anos com foco no desenvolvimento econômico de Feira de Santana? Para você, os resultados foram satisfatórios? Por quê?

3. Questões específicas para Instituições de Ensino Superior

3.1 – No planejamento de cursos a serem ofertados, que fatores são levados em consideração? Qual a importância dos fatores “contribuição no desenvolvimento regional” e “formação de capital humano” na oferta de cursos?

3.2 – Quais as iniciativas de sua instituição para promover a inovação? Quais os resultados?

4. Questões específicas para entidades empresariais

4.1 – O que leva as empresas a empreenderem em Feira de Santana?

4.2 – Como a indústria / comércio contribui no desenvolvimento econômico de Feira de Santana?

5. Questão específica para o poder público local

5.1 – Quais os vetores de desenvolvimento de Feira de Santana? Quais projetos estão em andamento ou previstos?

5.2 – Nesses projetos, há alguma articulação prevista com empresas e instituições de educação? Caso positivo, como ocorrerá?

APÊNDICE B – DETALHAMENTO DOS CÓDIGOS E SUBCÓDIGOS INSERIDOS NO MAXQDA

1 Capital Humano

Importância do Capital Humano no processo de desenvolvimento econômico de Feira de Santana

1.1 Capital Humano\Demandas locais

Capital Humano e o atendimento das demandas locais

1.2 Capital Humano\Cursos Técnicos

Formação através de cursos técnicos

1.3 Capital Humano\Importância_Universidades

Papel das Universidades na formação do capital humano

1.4 Capital Humano\Qualidade na formação

Formação dentro de padrões de qualidade

2 Inovação

Ambiência para a promoção de inovação como fator indutor do desenvolvimento regional

2.1 Inovação\Pesquisa

Pesquisa científica para a inovação

2.2 Inovação\Demandas locais inovação

Demanda de empresas / sociedade / governo por inovação

2.3 Inovação\Laboratórios

Laboratórios de pesquisa

3 Atratividade empresarial

Fatores que tornam a região atrativa (ou não) para a atividade empresarial

3.1 Atratividade empresarial\Qualidade de vida

Qualidade de vida para atrair e reter pessoas

3.2 Atratividade empresarial\Mão de obra

Qualidade de mão de obra como fator de atratividade

3.3 Atratividade empresarial\Infraestrutura

Infraestrutura para a instalação de empresas, para o transporte (cargas) e locomoção urbana

3.4 Atratividade empresarial\Incentivos

Incentivos fiscais

3.5 Atratividade empresarial\Centralidade\Localização\Logística

Feira de Santana como capital regional, favorecimento de operações logísticas de empresas, localização privilegiada como fator de competitividade.

4 Desenvolvimento Econômico

Como os entrevistados entender/percebem o desenvolvimento econômico de Feira de Santana

4.1 Desenvolvimento Econômico\Poder público

Responsabilidades e papel do Poder Público

4.2 Desenvolvimento Econômico\Educação

Papel da educação e suas instituições no desenvolvimento

4.3 Desenvolvimento Econômico\Serviços

Importância do setor de serviços

4.4 Desenvolvimento Econômico\Comércio

Importância do comércio

4.5 Desenvolvimento Econômico\Indústria

Importância da indústria

4.6 Desenvolvimento Econômico\Articulação

Articulação entre instituições

4.7 Desenvolvimento Econômico\Planejamento

O desenvolvimento como foco do planejamento das instituições

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

ENTREVISTA 01 – EDU - SENAI

1-Como você avalia o atual nível de desenvolvimento econômico de Feira de Santana?

2-Feira de Santana sendo a segunda cidade do estado da Bahia, eu avalio que é uma cidade que tem um potencial enorme de desenvolvimento, mas que ainda carece de alguns investimentos, tanto nas questões básicas da cidade, sejam nas questões de infraestrutura principalmente, quanto também na questão de você conseguir atrair novos empreendimentos pra cá.

1-Fala um pouquinho dessa questão de estrutura, o que você vê que carece na cidade?

2- Feira de Santana é uma cidade que ainda, por ser a segunda da Bahia e pelo potencial econômico que ela tem é uma cidade que necessitaria de uma infraestrutura melhor, e em termos de saneamento básico, em termos de pavimentação de ruas, eu acho que isso ainda não reflete muito da potencialidade que a cidade tem. Eu chego de fora há mais ou menos uns três anos aqui, me deparo com algumas situações que ainda me causam alguma estranheza. Feira de Santana ainda está parecendo as vezes em alguns bairros que a gente transita, que a gente está andando na década de 80.

1-Eu concordo com você. Isso de alguma maneira atrapalha a atração de empresas, de investimentos?

2-Eu acredito que sim, porque as empresas quando elas vão se estabelecer em uma determinada localidade, elas analisam um conjunto de fatores. Fatores desde a taxa de oferta que cada município está disposto a conceder para esta instalação, seja em incentivos governamentais, impostos, doação de terrenos, mas também é feito uma avaliação do ponto de vista social, de infraestrutura local, se será encontrada uma mão de obra, qual o perfil desses moradores daquela região, se existem (tradita) favoráveis ou desfavoráveis, então esse conjunto de fatores hoje pode se tornar um entrave de novos investimentos aqui para Feira de Santana sim.

1-Muito bem. Qual a influência do SENAI para o desenvolvimento de Feira de Santana?

2-Olha o SENAI, ele trabalha com a mão de obra mais operacional no primeiro estágio. Então o SENAI trabalha com a formação de qualificação profissional e com cursos técnicos basicamente. Hoje ele é um diferencial na cidade por ter uma unidade estruturada, onde nós temos mais de 14 cursos técnicos em diversas áreas, onde você consegue abranger mais ou menos todas as demandas de manutenção e operação de um futuro parque industrial que por aqui venha se estabelecer. Então um empresário que venha para Feira de Santana, ele consegue aqui obter uma mão de obra formada na cidade e com as competências requeridas ai seja para indústria de transformação, seja para uma indústria de alimentos, de pneus, eu acredito que estamos aqui no caminho certo de qualificação.

1-Feira de Santana é considerada uma metrópole regional centralizando uma região de aproximadamente mais de dois milhões de pessoas. Em que aspectos Feira aproveita esse potencial e em que aspectos precisa melhorar?

2-Eu acho que Feira de Santana aproveita muito bem esse aspecto na questão do comércio, acho que é um comércio que acaba abrangendo toda essa região. No ponto de vista educacional também, Feira acabou se transformando em um polo de referência. Você tem aqui já algumas faculdades estabelecidas, você tem o próprio SENAI, (interrupção) CETEB, que atuam nas áreas de curso técnico. Feira tem um diferencial que eu consideraria um ponto fora da curva que são escolas particulares muito bem colocadas e pontuadas no ENEM. Então você tem aí o colégio HELYOS, o ACESSO, que provem aí uma educação de base, de bom nível. Proporcionalmente eu acredito até de melhor nível de que algumas capitais. Então Feira poderia melhorar seu potencial na questão de atratividade, mais indústrias, porque o seu parque industrial ainda há uma perspectiva de melhora. Feira de Santana ainda poderia aproveitar, por ser um polo, explorar aqui um aeroporto de cargas, transformando-se assim no que Campinas é pra São Paulo, um polo de distribuição, de logística, mais agressivo, pois sua posição geográfica por ser o maior anel rodoviário do país, Feira poderia escoar muito sua produção e o que mais preocupa é que sempre trabalhamos com Feira de Santana as promessas e as potencialidades e não vê que isso se configura de fato em uma realidade pelo menos nesses últimos trinta anos.

1-Você falou nesta questão da educação de base, temos escolas que se destacam formam as pessoas no nível médio. Conseguiríamos dar sequência nessa qualidade de pegar esse bom aluno do ensino médio, do curso superior, do nível técnico, de formar esse profissional excelente também?

2-Olha eu acho que esse ciclo está sendo interrompido e não está dando uma continuidade nessa linha de formação. Essas boas escolas que nós temos hoje aqui estão formando esse aluno, esse grande potencial para o ensino superior ou mais técnico, ele está saindo de Feira de Santana, não está ficando aqui, principalmente em função das oportunidades que serão geradas a partir dessa formação. Então eu acredito que precisamos criar aqui uma infraestrutura de retenção desses alunos na medida que o nosso desenvolvimento econômico se desse de fato.

1-Enraizamento dessas pessoas?

2-Para que essas pessoas realmente fixem aqui e não haja essa fuga de capital humano para outras grandes cidades. Eu nem coloco só Salvador, muitos estão saindo para estudar em São Paulo ou outras grandes capitais para fazer cursos superiores nas principais faculdades do Brasil, já que você tem um nível de educação excelente e eles sequer vão retornar a Feira de Santana. Então estamos fazendo um trabalho de base interessante, mas hoje não tem as condições de retenção desse público aqui.

1-A impressão que nós temos é que as pessoas que têm formação nessas escolas excelentes, preferem os cursos de mais status, ou seja, medicina, direito, mas aquela formação que é necessária para a cidade, alguma coisa mais tecnológica, as engenharias e até os cursos técnicos mesmo ficam um pouco discriminados. Você conhece bem o perfil de seu aluno que nós temos aqui no SENAI, ele não é oriundo dessa formação particular.

2-Meu perfil básico de aluno se nós formos trabalhar em todas as pesquisas que fazemos de entrada de alunos, meu perfil de aluno fez o segundo grau em escola pública, ele tem uma faixa de renda que vai de um a três salários mínimos e o caminho da educação profissional é o escolhido por ser o mais curto entre a educação e o mercado de trabalho. Então concordo com você, que Feira de Santana poderia avançar muito na questão de faculdades aqui, de engenharia, na área mais técnica, para tentar reter um pouco desse capital humano que hoje está fugindo e que nós estamos perdendo para outras cidades.

1-Uma das principais teorias de captação de capital humano postula que a formação do capital, pessoas formadas e qualificadas para o trabalho, para pensar soluções e novas perspectivas, fator relevante para o desenvolvimento econômico. Você falou da situação de Feira em relação ao capital humano e a sua instituição possui uma relação com a formação do capital na área técnica. Como é que você vê esse estudante que chega muitas vezes com deficiência, pelo próprio ensino que teve, na parte de linguagem, de método quantitativo. Isso repercute na qualidade do profissional que se forma ou você já tem uma estratégia para poder suprir essa deficiência?

2-Normalmente nossos cursos começam por um módulo básico, onde temos que fazer toda aquela revisão básica, imaginando que o aluno já deva vir pronto do ensino médio. Então em nossos cursos técnicos eles normalmente vão passar por uma revisão de matemática e português, observando que os alunos têm muita dificuldade. Inclusive são disciplinas, logo as iniciais, onde você tem um alto índice de reprovação em função da educação de base. Mas a nossa estratégia é de estar revisitando esses conteúdos, fazendo um reforço com os alunos, um trabalho praticamente individualizado para que ele consiga evoluir e avançar nas disciplinas mais técnicas dos cursos, que em si tratando de disciplinas de mecânica, eletricidade, de química, ele vai precisar ter esse conhecimento básico que muitas vezes nós vemos que a educação formal ainda está deixando muito a desejar.

1-A imagem que nós temos do SENAI, quem está de fora, é de que o sujeito que sai com uma formação do SENAI, ele tem qualidade. Então me parece que tem que ter esse filtro mesmo, porque é uma imagem que existe e que é constituída não é isso?

2- O primeiro, normalmente os cursos técnicos variam de 3 a 4 módulos semestrais e o primeiro módulo quando nós observamos as ementas e as matrizes curriculares eles basicamente são revisão de tudo aquilo que a escola formal não fez e que vamos tentar trabalhar aqui, para fazer um nivelamento desse aluno e em seguida ele seguir nos 2 ou 3

módulos subsequentes com a formação mais técnica. Mas assim, é fundamental que paremos nesse primeiro momento, revisitemos esses conteúdos para ter um nivelamento das turmas.

1-Como melhorar ou direcionar estrategicamente a formação do capital humano em Feira e de quem é essa responsabilidade?

2-A responsabilidade eu acho que é conjunta. A responsabilidade da iniciativa privada e da iniciativa pública. Não existe desenvolvimento de capital humano se nós não tivermos educação de base. Eu já militei na área de recursos humanos em alguns estados e você vê a diferença gritante quando você vai fazer a entrevista com candidatos com o segundo grau completo, de formação desse 2º grau de um estado para o outro. Então eu acho que é papel do governo do estado da Bahia, papel da prefeitura de Feira de Santana, prover uma educação cada vez de melhor qualidade e a iniciativa privada, ela entraria como um complemento, e assim deve ser esse papel e não ser a única mola propulsora de educação de qualidade. Então para quem tenha condição de frequentar uma escola particular, essa escola também deve se estabelecer aqui com uma qualidade diferenciada. Agora precisamos ter uma escola pública municipal e estadual de boa qualidade, uma faculdade estadual (que já temos aqui) de boa qualidade também, nós vemos ai muitos problemas, inclusive a data em que estamos realizando esse encontro a universidade está em greve. Precisamos inclusive tentar atrair outras faculdades para Feira de Santana, quem sabe um campus da UFBA, você está vendo ai o nosso entorno com a faculdade do recôncavo, a universidade federal do nordeste que agora também vai se estabelecer em Serrinha. Eu tenho sentido que Feira tem ficado um pouco a margem.

1-Como se em quem planeia Feira já está suprida.

2-É exato. Quando não é verdade. Pelo quantitativo populacional de Feira e da região como você mesmo falou temos aqui...

1-Uma capital. Dois milhões por baixo que transitam em Feira de Santana.

2-Exatamente.

1-É comum observar nas lideranças de Feira de Santana que ela possui uma localização privilegiada, que isso atrai investimentos produtivos. Você concorda com isso? Além da localização que outros atrativos Feira de Santana precisa para atração de investimentos?

2-Além da localização acho que sem dúvida o que nós precisamos em Feira é de um aeroporto que tenha um porte bem diferenciado desse que ai está. É inconcebível uma cidade e uma região com essa capacidade e potencialidade que você mesmo citou, cerca de dois milhões de pessoas, hoje nós temos que ir a Salvador pegar um avião para qualquer destino do país, fora agora esse voo que foi colocado, essa última linha. E o que enxergamos de um aeroporto não é apenas um transporte de passageiros, são todas aquelas potencialidades que um aeroporto poderia trazer para cá.

1-E atendendo aquela logica de região metropolitana que só existe no papel, até pensar nesse aeroporto que podia necessariamente não ser dentro de Feira. Talvez podia desenvolver uma das cidades da região e criar um outro polo.

2-Até a BR 324 que vemos que ainda não está 100% habitada. Um outro fator crítico que observamos é que Feira está um pouco parada, eu digo não a cidade em si mas, o seu entorno. Quando tratamos dessa operação logística, dessa posição geográfica, existe toda uma infraestrutura que precisa ser criada em função de uma posição geográfica em si. Então se formos observar o anel de contorno de Feira de Santana hoje é o mesmo que foi criado na década de 70/80 se não me engano. A BR 324 foi privatizada e continua a mesma, a mesma capacidade. Então é inconcebível uma Salvador crescendo a passos largos em termos de densidade populacional, uma região como essa de Feira de Santana, todas as cidades estão crescendo, e que continuemos com duas pistas pra ir e duas pra voltar. E para quem depende de ir a Salvador fazer uma reunião e retornar sabe da dificuldade.

1-Perde o dia.

2-Então é assim, uma caixinha de surpresa, tem dia que você vai conseguir fazer em uma hora e meia, em duas ou até em seis horas. Então isso para um transporte logístico, para um empresário que precisa escoar uma produção é um fator crítico e idem para todas as saídas para o resto do Brasil. Se você for observar hoje só a 116 que tem um trecho que está duplicando. A 101 continua a mesma, seja sentido Aracaju ou Itabuna e sul do estado da Bahia. Então acho que essa logística já que o Brasil escolheu esse modal de transporte rodoviário, deveria ser visto com bons olhos pelo governo do que o que vem sendo.

1-Sempre se fala, ah, Feira é um entroncamento, mas é um modal extremamente estressado já e não vemos integração com outros modais e isso é um problema real em nossa cidade. Sobre isso a questão do incentivo fiscal, essa é uma estratégia que muitas cidades utilizam para atrair empresas, quando na verdade você poderia ter outros incentivos para atraí-las para uma cidade. Até que ponto o incentivo fiscal é eficiente?

2-Olha no primeiro momento o incentivo fiscal tem uma eficiência na medida de atração de novos empreendimentos. Só que precisamos observar que uma guerra fiscal que existe entre outros municípios, o incentivo fiscal por si só não vai ser suficiente para atrair e como falamos muito aqui de capital humano, Feira de Santana tem uma característica interessante e peculiar. Aqui existe uma militância sindical extremamente elevada, então muitas empresas têm pensado duas vezes em investir aqui pelas dificuldades que ela vai ter em relação ao seu dia a dia com os sindicatos.

1-É cíclico isso não é? As empresas vieram de São Paulo para cá porque aqui não tinha, daí começou a se estruturar os sindicatos e surge um fator que em vez de atrair termina afastando.

2-Exato. O que no primeiro momento do ponto de vista econômico é extremamente saudável para uma implantação aqui, vide alguns casos que nós temos aí, empresas que obtiveram retorno do investimento feito, até em tempo inferior àquilo que estava previsto, em compensação estão hoje na condição de devolver terrenos doados para futuras expansões porque tem uma dificuldade tremenda no que tange a negociação de data base, a paralizações constantes dos sindicatos. Então é algo que também precisamos trabalhar de uma maneira mais articulada, seja em termos de governo, entidades sindicais, porque assim vamos acabar afugentando algumas empresas daqui e outras estão fechando as portas e abrindo no estado vizinho, o que é extremamente preocupante.

1-Como o caso da YASAC especificamente que foi terrível. Eu estava fazendo um levantamento trabalhando com outras pessoas por exemplo na (monde) onde eu emprego ali na região de Berimbau, o horror que seria uma dessas fechar as portas, uma Monde, uma Pirelli, uma Nestle. A Yasac empregava muita gente, era uma das que mais tinha emprego direto aqui na região. Isso impacta realmente muito negativamente. Há ambiente para inovação, para promoção de inovação em Feira de Santana, você consegue apontar alguma iniciativa que fomente ou tenha fomentado inovação nos últimos anos?

2-Potencialidade existe, agora na medida em que nós não tenhamos um ensino científico bem avançado, que Feira de Santana ainda não é um polo de tecnologia reconhecido, isso obviamente vai dificultar esse ambiente de inovação. O SENAI e algumas faculdades trabalham de maneira até certo ponto isoladas e eu acredito que é mais uma das potencialidades ainda não exploradas em Feira de Santana.

1-Eu não pesquisei essa estrutura aqui do SENAI. Em alguns lugares no Brasil o SENAI junto com empresas, com prefeituras, ele disponibiliza centro de inovação, laboratórios para inovação, para servir realmente as indústrias. A estrutura de laboratório que nós temos aqui ela é para as aulas da didática ou existe essa estrutura de serviços também?

2-A estrutura de serviços basicamente ela está centralizada em Salvador no SENAI SIMATEC. Então aqui nós funcionamos como um braço do SIMATEC, mas todo atendimento é centralizado. Hoje quando se pensa em inovação no SENAI, basicamente é a partir de Salvador, das áreas tecnológicas de Salvador.

1-E essa estrutura do SIMATEC tem desenvolvido algum projeto para Feira de Santana?

2-Especificamente para Feira, não. Nós atuamos em todo o parque industrial do estado, mas não existe um polo secundário hoje que eu possa lhe destacar, tipo calçados está desenvolvendo ou seguimento de vestuário está desenvolvendo um projeto de inovação, nesse ou naquele seguimento.

1-Já vem sendo demandado isso ou não tem demanda?

2-Não, não há uma demanda, porque há a estrutura para atendimento. O centro tecnológico do SENAI ele atende todo o estado da Bahia, mas você não vê ainda muito esse foco despertado pelos empresários locais.

1-Interessante isso. O capital humano que existe em Feira é capaz de produzir inovações uteis para o desenvolvimento?

2-Olha, como falamos mais cedo, nós perdemos muito do nosso principal capital intelectual de maior nível para outras cidades. Então é possível sim, desde quando se tenha as iniciativas e claras para que se fomente inovação aqui no município. E hoje eu não percebo isso, uma linha de atuação clara, seja por parte do próprio empresariado, seja por parte da própria infraestrutura que compõe aqui a nossa sociedade feirense de se atuar nesse seguimento.

1-O SENAI, ele participa ou participou de alguma articulação com o poder público, com instituições de ensino, entidades empresariais nos últimos anos, com foco no desenvolvimento? Caso positivo, que resultado isso gerou?

2-Olha, basicamente o SENAI trabalha super articulado com o governo do estado, na medida que existem alguns programas de qualificação específicos utilizando recursos do fundo de amparo ao trabalhador (FAT). Nos últimos anos trabalhamos também articulados com a prefeitura municipal em projetos específicos de qualificação profissional, que dá um resultado interessante principalmente em comunidades mais carentes. Então a prefeitura através de sua secretaria de ação social e de trabalho, ela promove alguns cursos de qualificação em lugares onde você tem uma maior dificuldade de estudo dessas pessoas, então você vai com a capacitação, uma qualificação profissional, em bairros assim mais carentes ou distritos que tenha essa necessidade maior. Uma outra articulação que trabalhamos muito nos últimos tempos foi com o programa do governo federal, o PRONATEC. Nesse conseguimos levar a educação profissional para um número maior de pessoas. Por ser um programa que tinha recursos e uma quantidade boa de vagas. Conseguimos praticamente triplicar nossa produção de matrículas, de alunos hora, ao longo dos últimos três anos. O que preocupa um pouco é que o programa praticamente tem parado esse ano por causa do corte de recursos. E estávamos vendo um cenário de conseguirmos formar a cada ano mais técnicos na região. Com esse cenário de retração voltamos quatro a cinco anos para trás. Então voltamos a formar o que estávamos formando em 2011, o que o mercado vai sentir mais à frente, porque o quantitativo de pessoas que tem condição de aportar uma quantidade de recursos por mês para fazer uma educação complementar, uma educação profissional, esse quantitativo ainda não é tão representativo.

1-Em média, sem o PRONATEC os cursos normais do SENAI?

2-Os cursos normais do SENAI têm em média uma entrada de 200 a 240 alunos por semestre. Com o PRONATEC nós chegamos a ter 1.200 alunos.

1-Radicalmente diferente.

2-Uma diferença absurda.

1-A impressão quando se faz esse levantamento é que existe um interesse amplo nessa questão de desenvolver essa atividade econômica. Então você tem o poder público com interesse, as empresas com interesse, as instituições de ensino. Mas parece que tem pouca articulação, muitas vezes desenvolvem esforços, mas parece que está cada um indo para um lado, você concorda com isso?

2-Eu concordo e acho que Feira de Santana teria uma grande oportunidade de se estabelecer através de polos regionais, em alguns segmentos específicos de atividades econômicas. Por exemplo, aqui, se hoje já é um polo de confecções poderia haver uma articulação para que esse polo fosse muito mais representativo do que um polo de metal mecânica e atrair novas empresas desse segmento e se fazer uma cadeia, então o que você fala eu acho que é muito importante que houvesse essa articulação e que Feira de Santana se definisse ai quatro polos de desenvolvimento em segmentos econômicos, talvez fosse um caminho para iniciarmos uma virada no desenvolvimento industrial daqui.

1-No planejamento de cursos a serem ofertados, que fatores são levados em consideração?

2-Basicamente, a necessidade do mercado. Nós fazemos visitas constantes as indústrias que aqui estão instaladas, entramos em contato com os profissionais de recursos humanos, profissionais das áreas mais técnicas e em função dessas demandas que nos são sinalizadas é onde nós temos a nossa linha de oferta. Uma outra forma de estarmos abalizando a nossa oferta em relação a própria procura dos alunos em relação aos cursos. Então, hoje temos muita procura aqui pelas áreas de eletricidade, de mecânica, de química, então como já há uma procura natural desses alunos, por enxergarem que esses cursos vão ser o caminho mais rápido para que eles sejam inseridos no mercado, normalmente nós temos uma oferta mais agressiva nessas áreas. Outras áreas nós não deixamos de ofertar, mas com um quantitativo menor por semestre em função da própria procura.

1-Eu vi no portfólio dos cursos de panificação, confeitaria, vocês também estão diversificando o foco, não é só o foco de transformação propriamente dita, tem outras atividades também?

2-Tem. As panificadoras, por incrível que pareça, nós temos aquela visão mais comercial delas, mas elas são consideradas como fabricas e existe aqui uma representação grande em Feira de Santana, com um sindicato formado e atuante. Em função disso nós temos atendido essas demandas desses sindicatos. E através dos seus representantes, dos seus associados, eles nos demandam e reclamam muito da falta de formação técnica desses profissionais que trabalham nesse segmento.

1-Eu já fiz alguns trabalhos para o pessoal que trabalha com panificação e eles reclamam muito com relação a falta de padeiros.

2-Exato. Então agora estamos com uma turma de qualificação em panificação básica para esses funcionários das panificadoras. Eu tenho um padeiro aqui de trinta anos de serviço que nunca trabalhou com medidas, nem receitas, sempre foi na base do olho, eu sempre fiz assim. Como também nesse mesmo público tem aprendizes de padeiro, pessoas que trabalham numa área mais de balcão ou de caixa e que querem migrar para uma área maior em produção dentro dessas panificadoras e até tem empresários que para cobrar o dia a dia dos seus colaboradores querem aprender o como fazer.

1-Muito bom. Edmundo eu agradeço seu tempo, foi muito valioso. Deixo espaço para suas considerações sobre os temas que nós falamos aqui.

2-Eu acho assim. Primeiro lhe parabenizar pelo seu trabalho, pela sua linha de pesquisa. É um trabalho que vamos querer ver os frutos lá na frente.

1-Com certeza.

2-Eu acho que iniciativas como essa podem nos ajudar a trilhar um caminho de inovação, de desenvolvimento para a região daqui para frente e trabalhos como esse podem servir como base para que tanto o empresariado local com alguns segmentos produtivos possam ter ações mais efetivas, sejam elas junto as entidades governamentais e internamente como eles mesmo como um segmento representativo de cada setor. Espero que Feira de Santana volte a atrair novos empreendimentos a curtíssimo prazo, visto que temos uma potencialidade imensa.

2-Obrigado.

ENTREVISTA 02 – EDU-UEFS

1. Em primeiro lugar, o objetivo geral da pesquisa é avaliar sob a perspectiva dos postulados teóricos das análises empíricas, as influencias das inter-relações dos fatores e condições das atividades industriais, ambiência para formação de capital humano e inovação para o desenvolvimento de Feira de Santana. Então nosso conceito de capital humano é aquele conceito baseado em Marshall, é o capital humano focado no trabalho, qualificação de capital humano para o trabalho, mas também para desenvolver ciência e tecnologia, porque só assim se pode chegar na inovação. Objetivos específicos: comprovar se há algum fator que se destaque como relevante para o desenvolvimento econômico de Feira de Santana e verificar o nível de interação entre os fatores e apontar caminhos para maiores atividades nessa interação. Vamos para a primeira pergunta.

1. Avalie o atual nível de desenvolvimento econômico de Feira de Santana.

2. Para avaliar o desenvolvimento econômico de Feira de Santana temos que pensar numa perspectiva mais geral, basicamente o município no contexto do estado e também do país, e porque não dizer no contexto global do ponto de vista de como o Brasil joga no conjunto dos

atores internacionais. A cidade de Feira de Santana é a segunda maior cidade do interior do estado do ponto de vista da atividade econômica. É uma cidade que podemos considerar pujante, mas em particular eu tenho um entendimento de que o município de Feira de Santana padece de várias mazelas de desigualdade, então esse desenvolvimento econômico não temos que pensar só na perspectiva da industrialização propriamente dita, mas temos que pensar na qualidade de vida, no bem estar, na saúde, no nível de educação, desenvolvimento social, nas políticas públicas que procurem atender a população de maneira geral. Se considerarmos que esse é um contexto mais recente, a partir do boom econômico que o país viveu recentemente, Feira de Santana teve uma pujança muito grande, sobretudo no segmento imobiliário. Do ponto de vista da atratividade de algumas empresas, nós conseguimos trazer algumas empresas como a PEPSICO, mas ainda assim há uma dificuldade (palavra não entendida 2:57) porque existe uma guerra fiscal entre os estados, naturalmente no sentido de viabilizar essa atividade. Então esse jogo não é simples, nem fácil, mas se você considerar Feira de Santana como um portal do sertão, obviamente é uma cidade muito mais desenvolvida de que essa região onde ela está inserida, porque é a média das cidades dessa região a qual ela faz parte. Mas se você considerar no contexto do jogo dos atores que posiciona a Bahia diante dos outros estados, vamos perceber que ainda há muito a ser feito. A centralidade de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os estados do sul do país que também aparecem na cena com bastante força, como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina. De uma maneira geral a Bahia para jogar nesse jogo acaba sempre ocupando uma posição de relativa dificuldade, sobretudo porque existe uma cultura que podemos dizer econômica, ou de investimento, atratividade, o próprio nível de desenvolvimento da formação educacional, social, dessas outras localidades que acaba sendo um fator de atratividade. Se pensarmos só em indústria não.

1. Agora onde você vê as carências aqui na nossa cidade para o desenvolvimento?

2. Eu acredito que basicamente essas carências estão muito associadas a distribuição de renda, porque é muito importante, você não pode pensar em industrialização, em desenvolvimento econômico, isso tem uma certa relação, se você não tem capacidade de consumo local, isso é um processo de uma forma difícil de equacionar. Como gerar renda sem ter consumo? Como gerar consumo sem ter renda? Então eu acho que passa pelas políticas públicas, por uma perspectiva de compreensão do papel das cidades médias, Feira de Santana ocupa um lugar importante como cidade média no interior do estado, e a compreensão, digamos assim, do poder público, estadual, nacional, do papel dessas cidades médias na desconcentração das atividades nas grandes regiões metropolitanas. Então é importante se pensar que há uma ausência de políticas nesse sentido, então o que se faz são ações mais localizadas, isoladas de atratividades, não existe uma política pública que expresse de fato uma noção de desenvolvimento econômico para as cidades médias.

1. E qual a influência da UEFS para o desenvolvimento de Feira de Santana?

2. A UEFS é uma instituição com 39 anos de idade, inclusive isso foi fruto do meu trabalho de tese, ela foi crucial, a existência da universidade se confunde com o desenvolvimento social, econômico, cultural do município de Feira de Santana. É sabido que os primeiros cursos de ensino, sobretudo no campo da educação foram ministrados e oportunizados pela Universidade Estadual de Feira de Santana, que foi a instituição que teve o papel de interiorizar o ensino superior, foi a primeira instituição pública que assumiu a função de desconcentrar a educação superior na Bahia, que estava limitada a cidade de Salvador. Feira de Santana acabou tendo um papel de cidade polo nesse processo ao longo do tempo, na medida em que formando professores acabou influenciando a sua localidade. Esse papel aconteceu nas outras três regiões onde estavam situadas outras universidades, a Universidade Estadual do Sudeste da Bahia, a Universidade Estadual de Santa Cruz e de maneira mais desconcentrada a Universidade do Estado da Bahia. Então a UEFS é a grande liderança desse polo formativo educacional, tanto para o ensino básico, quanto para o ensino superior, quanto a atividade de faculdades, a viabilização de empreendimentos escolares e porque não pensar na própria pesquisa e também nas atividades de extensão.

1. Feira de Santana é considerada uma metrópole regional, centralizando uma região de mais de três milhões de pessoas. Em que aspecto Feira aproveita esse potencial e em que aspecto precisa melhorar?

2. A primeira grande dificuldade é a compreensão de política pública, quando você parte para a discussão do contexto da municipalização, da municipalidade, do poder público local, há ainda muita indefinição. Vivemos numa economia, num país, numa sociedade em que a estrutura de gestão, de formatação das políticas públicas ainda é muito concentrada no governo federal. Então isso acaba dificultando os arranjos e diálogos locais. A própria experiência da região metropolitana de Feira de Santana dá uma demonstração disso, que por um processo de pressão política isso acabou não se consolidando. Inicialmente tinha-se 14 municípios pensados dentro desse contexto e outros tantos que poderiam vir a ser incorporados e politicamente se chegou a formatação de sete municípios e nós pouco temos observado resultados dessa efetividade, dentro dessa formulação, definição do decreto da região metropolitana de Feira de Santana, por conta dessa falta de perspectiva, eu acredito de definição de política pública, no sentido de ponderar os municípios e viabilizar os diálogos entre as diferentes prefeituras e os diferentes atores locais. Então é uma dificuldade muito grande para poder de alguma forma viabilizar e ponderar essa região em que vivenciamos que é a mesma situação do resto do país.

1. Feira tem três regionalizações, tem a do portal do sertão, a da região metropolitana e tem a do REGIC que é a do IBGE também. São três diferentes, cada uma com (palavra não entendida 9:01) de municípios, isso dificulta até na questão de planejamento de políticas

para aquela região. Uma das principais teorias que trata sobre capital humano, postula que a formulação do capital humano, pessoas formadas e qualificadas para o trabalho, para pensar soluções novas e perspectivas é fator relevante para o desenvolvimento econômico. Qual a situação de Feira de Santana em relação a capital humano e a sua instituição (UEFS) possui que relação com a formação de capital humano em Feira de Santana?

2. Essa é uma pergunta importante, interessante, pensarmos na concepção de capital humano, imaginar não só o processo formativo, mas um ambiente de desenvolvimento de capital humano, que passa inclusive por perspectivas de maior foco que o papel da educação, essa ambiência de aprendizagem, de desenvolvimento, acaba tendo também um aspecto relativamente cultural. O que eu imagino é que a cidade de Feira de Santana hoje na atual circunstância em que ela se encontra é uma cidade polo do ponto de vista do processo da formação educacional, de nível superior, tem bastante faculdades, há um nível bem diversificado de formações, então todas as áreas de conhecimento humano você vai encontrar formações hoje na cidade de Feira de Santana, excetuando algumas formações mais específicas. Temos uma disseminação muito grande no ensino superior privado que é vinda da UFRB. Então no contexto da realidade nacional, se você pensar do ponto de vista da oferta de cursos, você pode imaginar por exemplo uma etapa, a graduação, sabemos que tem outra, vamos identificar que existem diferentes oportunidades. Entretanto tem questões importantes que estão vinculadas também com a pesquisa. A formação do capital humano passa também pela questão da pesquisa. Então se imaginarmos que esse papel hoje basicamente ele é exercido, eu acho que unicamente no Brasil há esse problema que é muito grave. Quem faz pesquisa são estudantes do ensino superior, públicas principalmente, se nós imaginarmos que Feira apesar da UFRB tem apenas a UEFS, então podemos dizer que do ponto de vista da cidade há de fato uma certa limitação com relação a questão da capacidade de produção do conhecimento. Se imaginarmos o conhecimento aqui não só com o processo formativo mas com o processo de pesquisa, desenvolvimento de tecnologia e de inovação. Fora isso nós temos limitações próprias também da natureza da instituição que talvez aí atenda um pouco a sua segunda pergunta. A Universidade de Feira de Santana, isso também foi um trabalho da minha tese, ela foi construída basicamente para atender duas frentes iniciais: uma foi para o campo da educação com a formação de professores e a outra o campo da saúde. Então a partir dos anos 90 a universidade começa a diversificar, trazendo outras profissões, outras formações, a busca de novos cursos como engenharia de alimentos, direito, a própria medicina que era um desejo, um sonho antigo; vai ter engenharia da computação, agronomia que é mais recente, psicologia, mas ainda há um peso muito grande que está começando a modificar na importância formativa voltada para a educação na saúde. É um trabalho identificado na minha tese de que há pouca discussão, inclusive na justificativa de cursos ligados a

tecnologia, da importância de desenvolvimento tecnológico para a questão do aperfeiçoamento e do desenvolvimento econômico social. Muitas vezes a fundamentação de alguns cursos da área de tecnologia, eu analisei os projetos de cursos, estavam muito mais baseados em aspectos sociais, socioculturais, da importância formativa, do que necessariamente na perspectiva mais objetiva de como esses cursos e essas formações poderiam contribuir com uma abordagem de desenvolvimento de capital humano, no sentido do crescimento, do desenvolvimento tecnológico ou do desenvolvimento da inovação. Fora isso há um aspecto cultural ainda significativo, a universidade brasileira ainda não é muito vinculada a um discurso do empreendedorismo, da inovação, o discurso da capacidade de construção, digamos assim, de um patrimônio, de conhecimento que de alguma forma possa promover a inovação a partir dessa concepção de desenvolvimento tecnológico e outros aspectos. A cultura da UEFS ainda é um pouco impregnada com esse componente, que eu poderia dizer, dessa história formativa da educação e da saúde, ainda deixa um pouco a desejar nesse sentido, embora ainda existam iniciativas importantes.

1. Eu queria perguntar isso, dentro dessa questão, dessa cultura ainda da formação de professores, de saúde, a UEFS ela sente a necessidade de uma nova perspectiva ou não, ou considera que realmente...

2. Sente, agora como temos uma universidade formada na diversidade de opiniões, com segmentos o que é muito natural, discussões, nós temos o núcleo de formação tecnológica, que vem fazendo um ótimo trabalho, é hoje um núcleo institucionalizado de uma iniciativa particular de professores, mas de diferentes áreas. Fizemos um curso de especialização em inovação e tecnológica recentemente, um curso de pós-graduação, com foco tanto em professores, servidores da universidade, quanto em agentes de inovação do município, há um diálogo e um debate sobre isso. Mas devemos lembrar que inovação é muito confundida, e talvez essa confusão seja muito natural, com a área de tecnologia. Então é muito comum que os professores que lidam com isso, os pesquisadores, sejam da área de tecnologia, pois sabemos que o conceito de inovação pode ultrapassar isso, poderia ser um princípio formativo que estaria transversalmente na área de saúde, educação, enfim na cultura, na música e em todas as áreas.

1. Como melhorar ou direcionar estrategicamente a formação de capital humano em Feira de Santana e de que é essa responsabilidade?

2. Essa é uma pergunta interessantíssima, porque o que estamos vivenciando agora? um debate sobre o papel do governo federal, pois achamos que a universidade é quem vai resolver todo problema de formação de capital humano quando não é só isso. Tem uma discussão antiga sobre o papel da formação técnica, da formação tecnológica e infelizmente nós somos uma sociedade bacharelesca desde os tempos do império, isso ainda predomina, é muito difícil ainda se encontrar ressonância social, aceitação e compreensão

do papel da formação técnica. Ainda se privilegia muito o ensino superior. Então qual o debate hoje? Ele gira em torno de quem é realmente a responsabilidade por desenvolver o capital humano, a atitude formativa, mais principalmente no campo da educação superior que é onde minha instituição está localizada. Então existe um debate de que esse papel hoje é do governo federal; só que há disfunções, há questionamentos muito sérios sobre isso porque, existe uma estrutura das universidades estaduais e municipais viabilizadas ao longo do tempo que, em um vago criado significativamente pelo governo federal veio ocupar esse espaço formativo, esse espaço de formação de capital humano durante muito tempo, na década de 60, 70, principalmente com o crescimento licitativo na década de 70, 80, 90.

1. E se isso não existisse não tinha nada.

2. Não tinha nada. Se não existissem as instituições públicas estaduais e municipais não existiria o campo formativo. Lembrando que a educação básica depende do ensino superior. Então o grande debate hoje é: qual o papel da união? Abro em que a Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais vem discutindo isso: formas de participação do poder público. Por outro lado o que nós percebemos também é uma certa precarização dessas instituições estaduais e municipais, sobretudo porque de certa forma, não agora recentemente porque estamos vivendo uma crise, mas nos últimos anos houve uma expansão da rede federal de ensino superior, então de alguma forma os estados começaram a se posicionar na perspectiva de tentar diminuir os investimentos que faziam nas suas instituições com a justificativa de que o governo federal estava entrando e que estava expandindo vagas e desenvolvendo atividades. Na verdade sabemos que o déficit é muito maior, se pegarmos a taxa líquida de estudantes que de fato tenham acesso ao ensino superior no Brasil, e posso até estar errado, recentemente passou dos 20%. E se formos observar pessoas entre 18 e 24 anos com a perspectiva de poder potencialmente acessar o ensino superior. Se formos observar isso em cidades do interior com Feira de Santana se torna mais complexo, porque boa parte dessa formação está concentrada nas grandes metrópoles. Isso tem a ver com aquela perspectiva que estávamos bolando anteriormente: papel das cidades médias, papel da desconcentração urbana, de desenvolver atividade econômica em municípios médios, que de alguma forma possam alavancar o estado e contribuir para minoração das realidades e desigualdades nos grandes centros urbanos.

1. É comum observar em falas de liderança da região que Feira de Santana possui uma localização privilegiada e que isso atrai investimentos produtivos, você concorda com isso? Além da localização que outros atrativos de Feira de Santana há para atração de investimentos e empreendimentos.

2. Isso é verdade em parte. Se pegarmos a teoria de fatores locacionais isso é verdade, mas existem outras concepções mais modernas, sobretudo quando se trata da questão de

inovação, dessa própria relação da fragilidade, das novas tecnologias, de como se pode produzir e de como se pode gerir de alguma forma a distância, tudo tem que ser relativizado. Não há dúvida que do ponto de vista de empreendimento físicos de grande porte, que tem por exemplo o nordeste como um foco, um objetivo fim, Feira de Santana talvez ocupe aí uma posição de destaque. Mas também tem outros municípios que vêm ocupar, que têm outras vantagens, outros aspectos que são importantes. O fato é que ainda temos muita carência na questão formativa, sobretudo na formação da engenharia, elétrica, mecânica, de produção, se formos imaginar empreendimentos industriais na tecnologia da informação, na engenharia da computação, na análise de sistema, então tem ainda muita carência nesse sentido. Então ainda não é o lugar da centralidade o lugar de Feira de Santana.

1. Você vê que sempre se fala que nós temos uma localização, mas a anos se repete esse esforço de .Só que na verdade a infraestrutura péssima, nós somos entroncamento rodoviário, mas utilizamos um modal que está altamente ultrapassado, defasado. Então esse entroncamento rodoviário, que os caminhões atrasam muito na questão de descarregar e carregar, na verdade fica esse discurso há anos de que Feira tem uma localização privilegiada, mas você não tem uma infraestrutura, existe uma dificuldade nessa questão que você colocou de profissionais focados realmente para esses empreendimentos e nós não vemos iniciativas concretas. No meu ponto de vista a UEFS faz o papel dela, mas você não vê uma iniciativa de melhorar esteticamente. Então o que atrai empresas para Feira? Incentivo fiscal. Mas quando acaba o incentivo as empresas se vão.

2.São temporários, fugazes. São situações bem pontuais. Então um diferencial competitivo talvez, se formos apelar para Malcon Potter, do ponto de vista fatores realmente de longo prazo que possam dar.... Mas eu acredito que essa realidade não é muito diferente assim, excetuando algumas regiões mais privilegiadas do interior do estado de São Paulo que possamos considerar talvez...

1.Minas

2.Minas Gerais, talvez alguma coisa no Rio de Janeiro, pela centralidade que ocupam. Mas eu acho que essa realidade não é muito diferente aqui.

1.É como se nós tivéssemos um potencial, que é a localização, três BRs, ligação, algumas BAs, mas esse potencial não é aproveitado.

1.Há ambiente de inovação em Feira de Santana? Você consegue apontar alguma iniciativa que fomente ou tenha fomentado inovação nos últimos anos?

2.Por incrível que pareça eu conheço e esse conhecer tem a ver com a relação pessoal muito mais que com a relação institucional, é uma iniciativa que eu acho bem bacana. A iniciativa do NITE (Núcleo de inovação tecnológica da UEFS) é interessante.

1.Ele é o que?

2. Ele é um núcleo de pesquisa e desenvolvimento de práticas inovativas que tem o papel de auxiliar a formação de um ambiente inovador dentro do espaço acadêmico. É claro que isso é um trabalho muito grande, um desafio muito grande, mas as pessoas que estão a frente são muito dedicadas. Passa-se por um processo de convencimento, de importância institucional, qual a importância que se dá do ponto de vista da gestão para essa iniciativa. Nós entendemos que é uma iniciativa importante porque ela está vinculada a área de pesquisa, que é onde costumamos debater, sempre que vamos tratar de pesquisa tratamos também da questão de inovação. Mas ainda há muito a ser feito, porque é um tema muito novo, e que até para os professores universitários não há uma ideia muito bem formada do que é inovação, de qual o papel da inovação, do que é ser inovador e como a inovação pode contribuir para o desenvolvimento econômico, social, político, de determinada realidade. Então o NITE tem esse papel de sempre primeiro disseminar o papel da inovação, servir como elo de ligação entre os pesquisadores e as discussões de inovação no país inteiro, que possa fazer essa mediação. Disseminar uma prática de desenvolvimento de patentes, de pesquisas que possam contribuir de maneira efetiva pra melhoria da realidade social. Mas é um papel muito grande se formos observar, isso não é um núcleo que vai resolver, isso é uma cultura institucional; mas pelo menos há aí um começo, há um embrião nesse sentido.

1. Eu só consegui identificar o NITE aqui, nesse sentido, em Feira de Santana com alguma coisa focada com a inovação. Você conseguiu identificar alguma outra coisa além do NITE?

2. Bom, tem os posicionamentos locais, eu tenho amigos empresários que são donos da IANET, que é uma empresa que trabalha basicamente com inovação e tecnologia da informação e eles participam de grandes eventos no contexto nacional, eventos ligados a inovação. Recentemente foram posicionados em segundo lugar com um produto que eles desenvolveram e que vem se destacando no país inteiro, inclusive acabou de receber um aporte significativo de um investidor, inclusive de fora do estado. Basicamente é um produto inovador no sentido da ideia, da concepção. Então é um produto que permite o acesso à internet através de compartilhamento via facebook. O usuário chega em determinado ambiente e para utilizar a internet naquele ambiente ele obrigatoriamente ele tem que dizer que está naquele ambiente, então é uma espécie de recurso, uma maneira de fazer marketing digital, isso é uma grande inovação. Eles acabaram até apresentando essa ideia para o pessoal da rede global, estão conseguindo) diferenciados, mas é uma geração que se você for perceber não tem uma vinculação com uma instituição específica, são novos **players**,

São pessoas que estão chegando na sociedade, jovens que gostam de tecnologia e procuram desenvolver empresas pautadas e baseadas em tecnologia.

1. As iniciativas institucionais.

2. Institucionais, de fato nós temos algumas situações muito limitadas, eu acho que realmente de fato eu assim conheceria e falaria mais especificamente do NITE aqui na UEFS.

1. O capital humano existente aqui em Feira de Santana é capaz de produzir inovações uteis ao desenvolvimento?

2. Essa pergunta é relativa, porque depende desse conceito de desenvolvimento, se pensarmos no desenvolvimento no sentido mais amplo, desenvolvimento econômico, social, humano, vamos ver que ainda há muito a ser feito, temos muitos problemas nas escolas básicas, na questão da formação técnica, que precisa ser melhorada; temos problemas também no campo da saúde, da qualidade de vida, da própria formação da política pública dos quadros, então eu diria que ainda há muito que precisa ser feito, não é o suficiente não, precisamos de mais universidades, mais escolas públicas de qualidade, pois as escolas que nós temos talvez precisem ser repensadas e no conceito mais eficiente de educação, de formação, para pensarmos numa sociedade melhor preparada para os enfrentamentos que estão aí, que estão sendo colocados. A sociedade discute muito o papel da tecnologia da informação e comunicação, da capacidade produtiva, empreendedora, relativização da própria compreensão da noção de geração de renda, de emprego, uma série de questões, então eu acho que ainda há muito atraso, muito a ser feito, e assim é bom que se diga que a UEFS em particular tem um papel importante, mas ela não vai conseguir resolver isso, não é função dela resolver, ela tem que contribuir, mas ela não resolve sozinha.

1. Com certeza. A UEFS participa ou participou de alguma articulação com o poder público, com empresas, instituições de ensino, pesquisa, nos últimos anos com foco no desenvolvimento econômico de Feira de Santana?

2. Essa é uma pergunta interessante e difícil de responder. Eu diria que sim, porque o próprio NITE participa de projetos específicos, existem parcerias com a secretaria de ciência tecnologia e inovação, mas são ações muito difusas, vinculadas a grupos de pessoas, professores que fazem parte do núcleo de pesquisa. Nós temos um exemplo interessante da incubadora de impedimentos populares solidários, que se formos pensar em inovação, vai na contra mão da lógica do princípio de inovação como algo que tem a ver com algo com grande aporte de recursos, capacidade inovadora ou tecnologia no sentido máquinas e equipamentos, mas no sentido do modo de fazer. Então tem muitas iniciativas, mas bem difusas. Nós temos planejamento mestrado, planejamento territorial urbano que estamos fazendo. Temos parceria com a secretaria de planejamento que de alguma forma vem desenvolvendo quadros para as prefeituras, o estado, nesse sentido. Tem o curso de engenharia da computação, que você tem iniciativas ligadas sobretudo ao processo formativo, ao debate do papel da computação na realidade social. Mas essas iniciativas, como é próprio da universidade, muito difusas, pontuais. Grandes programas, digamos

assim, eles são vinculados, porque a finalidade da universidade é preciso que se diga é a pesquisa, ensino e instituição, é basicamente essas três atividades. E ela tem que fazer inovação dentro desses três campos, não é inovação só a finalidade, a finalidade da inovação é uma consequência de como ela faz a pesquisa, de como ela faz o ensino, de como ela faz a instituição.

1. Já foi chamada para alguma coisa; vamos pensar Feira de Santana junto com as lideranças do governo estadual ou municipal...

2. Essa é minha discussão. Existem momentos pontuais, debates de plano e planejamento anual, existem as vezes convites e parcerias entre a universidade e a prefeitura para discutir temas específicos. Na área de educação recentemente os pró-reitores de graduação fizeram um trabalho importante de parceria com a prefeitura pra discutir o plano de educação municipal. Nós temos debates na área de saúde também, mas isso é muito difuso, como eu falei, isso vai depender de cada campo, de cada área. Também aqui discutir qual é de fato o papel da universidade. Se pensarmos nessa participação temos que lembrar a universidade, ela necessariamente tem um tempo diferente, da empresa de consultoria, do próprio estado, ela tem um tempo diferente de outras entidades, a instituição é diferente. Não podemos esquecer nunca que o papel da universidade é o ensino, a pesquisa e a instituição. Nós colocamos também dentro desses aspectos a cultura, porque não pensar? E ai não há como se negar o trabalho que a universidade vem fazendo no campo da cultura, sobretudo na formação. Que instituição de ensino superior publica poderia oferecer um curso de música, não é? Um curso de música que tem um papel importante, numa dimensão social e que você não vê instituições privadas oferecendo. Agora, há um questionamento. A universidade tem que responder sempre que ela é chamada de maneira efetiva ou como podemos imaginar o que fosse um papel de uma instituição de consultoria?

1. Mas ela é chamada?

2. Ocasionalmente ela é chamada, as vezes ela dá respostas, as vezes não dá. Porque existem limitações, limitações de expressividades, de formação de área de interesse do corpo docente. Não existe na universidade uma lógica hierárquica no sentido de definição de que o reitor manda e os professores obedecem, do ponto de vista da participação, nessa ou naquela iniciativa; como poderia existir em outras instituições, até porque existe o princípio da liberdade acadêmica. Cada professor vai estudar, ver para sua área aquilo que lhe é atrativo, lhe é interessante. Então essa sim que vai ser a dificuldade da universidade. Para você pensar, essas iniciativas são sempre mais localizadas, são grupos de professores ou as vezes as iniciativas institucionais, as pró-reitorias, vinculadas as pró-reitorias que acabam contribuindo com a realidade social. Por outro ponto de vista podemos pensar também que a universidade hoje com a própria evolução da tecnologia, a facilidade da informação, é olhar na contra mão. A universidade também não pode achar que ela está

aqui para responder tudo da sociedade. E acho que a sociedade hoje não espera isso da universidade, ela critica, mas ela também não espera porque não vemos isso sendo pensado como uma política propriamente. O próprio estado da Bahia muito pouco chama a universidade para discutir política pública e gestão, o próprio município muito pouco chama a universidade. Ai há o que se discutir, é um problema da política pública ou é um problema do papel da universidade, de como ela se vê? Só isso ai dá outra tese.

1. não vou colocar isso aqui na sua realidade, mas meu comentário é que boa parte das coisas ai, se o DECIS tivesse mais engajamento com pesquisas, não é?

2. como é que um corretor diz: fala ai ao professor Hélio que ele vai fazer um trabalho de consultoria em tal lugar ou vai ajudar tal entidade, é complicado, depende da vontade, o professor Hélio quer participar.

1. Você tem agora essa questão da mobilidade urbana, de orçamento...

2. Isso, discussão de poder público local, de política de educação, tecnológicas propriamente, em alguns momentos há esses convites, mas também há que se notar que muitas vezes isso não é colocado como uma política pública, mas uma política de governo pontual, ai muda um pouco. O princípio é esse, a confusão começa daí. A universidade tem que se preocupar com a política pública, o governo se preocupa com a política do governo. A política pública passa por dois, por três, por dez governos.

1. E nós vemos tecnicamente as coisas que surgem do ponto de vista, são ruins, coisas que aqui dentro seriam resolvidas com facilidade, só que há uma dificuldade justamente porque é levada como uma política do governo, não acontece.

2. Partidariza não é?

1. Exato partidariza. No planejamento de cursos a serem ofertados, eu sei que você já comentou isso, mas eu gostaria de mais especifica, que fatores são levados em consideração, qual a importancia dos fatores, contribuição ou desenvolvimento regional, formação de capital humano na oferta de cursos?

2. Essa é uma pergunta boa e foi tema da nossa tese, justamente isso e nós vamos perceber que a universidade está vinculada a essa necessidade formativa, primeiro para as licenciaturas, porque você não tinha professores na formação básica, depois você investe no campo da saude porque faltava enfermeiros, faltava odontólogos, isso teve um papel decisivo, importantíssimo, no ponto de vista da saude coletiva no município de Feira de Santana. Na sequência a própria engenharia, a universidade acaba acompanhado um pouco a engenharia civil. A própria expansão urbana do município. Então se imaginar que quem fazia isso era a UEFS ou o feirense que saía daqui para estudar em Salvador dificilmente retornava para Feira de Santana, porque se sentia atraído por uma localidade muito maior. Era muito complicado imaginar que as universidades federais, no caso a UFBA que era a única, viria para cá fazer oferta de curso. A UFBA nunca propôs oferta de curso na

UEFS, ensaiou uma vez com um curso de música mas, que não avançou para lugar nenhum, nunca desconcentrou o papel da região metropolitana e praticamente tem Salvador como grande centro pensante, como grande centro catalizador. Então o processo de criação dos cursos, ele na verdade numa universidade pública ele não passa pela perspectiva do interesse especificamente econômico. Há uma discussão sobretudo, principalmente, claro que se tem que levar em consideração a contribuição da atividade econômica, se eu tenho um povo melhor instruído, melhora o desenvolvimento econômico; se eu tenho um povo com melhores condições de saúde, isso melhora o desenvolvimento econômico. Mas passa, sobretudo, pelas necessidades regionais, pelas perspectivas das necessidades regionais. Todos os projetos de cursos são fundamentados, sobretudo, nessa lógica da necessidade regional. Eu dei um exemplo muito recente e posso dar mais um que é o caso dos músicos e filosofia. Bem o que um curso de filosofia pode contribuir para a questão do desenvolvimento econômico e social? Filosofia é a base de todo processo científico, numa universidade que não tem filosofia, não pode dizer que é universidade. Porque é onde você começa todo questionamento da produção do conhecimento. Então não existe hoje em Feira de Santana, exceto se pensarmos num campo que é muito proximal que é teologia, que já é um trabalho mais da igreja católica, uma preocupação com a formação nesse campo que é mais filosófico; que é que vai fazer isso? É a instituição privada? Não, é a universidade pública. E aí alguém pode questionar, mas para que implantar um curso de filosofia. Porque também é importante ter um filósofo pensando as grandes questões da vida, a sociedade, o cotidiano, os dilemas da existência humana, formando cientistas, desenvolvendo a crítica sobre a ciência. Então isso é importante, esse é o papel que a universidade pública acaba exercendo e que precisa ser considerado, contabilizado. A formação em música, a formação cultural no município que tinha a tradição das fanfarras, tinha a tradição de toda uma lógica, digamos assim, da musicalidade que estava entranhada na comunidade feirense que entretanto sempre foi um município em si secundarizado em função da formação cultural. Então quem é que pode criar um curso de música? A universidade. A questão da agricultura, a questão do curso de engenharia agrônômica, há pertinência. Feira de Santana já foi um polo importante, ainda é um polo importante, já teve um peso muito maior na área de agropecuária e não tinha um curso de agronomia, não é? E agora já tem o curso de engenharia agrônômica, na verdade ciências agrônômicas que é voltado para a formação técnica. Então podemos imaginar esse papel social que a universidade acaba desenvolvendo e temos que imaginar que enquanto instituição pública, porque tem isso também, hoje vivemos o expansionismo do sistema privado, mas temos que imaginar que tem um custo, um lucro, tem uma série de coisas. Então não dá para justificar a expansão de capital humano apenas a partir da iniciativa privada, apesar das bolsas, de todas as políticas públicas para viabilização do acesso da população ao ensino

superior, o estado também tem um papel importante de prover a educação em todos os campos do conhecimento.

1. O próprio fato de se fortalecer como instituição pública ela está contribuindo para o desenvolvimento. Porque na verdade é um tipo de abordagem, é um tipo de trabalho que se faz. Inclusive esses cursos todos que você citou: filosofia, música. Pode ser que você não veja um resultado de curto prazo, mas no longo prazo ele é útil para toda a sociedade.

2. E tem uma coisa que você falou que é o papel da universidade enquanto instrumento de desenvolvimento econômico no sentido do impacto da atividade produtiva na universidade, é um viés que as pessoas vivem estudando; e é a geração de emprego, a UEFS é a maior instituição pública do interior do estado da Bahia do ponto de vista do município de Feira de Santana, se pensarmos é uma comunidade com mais de dez mil pessoas, que gera diretamente quase três mil empregos, fora os empregos indiretos, prestadores de serviço, devolve significativamente o percentual do ISS ao município, devolve para o estado um recolhimento do SMS significativo. Então tem esse papel também que é o impacto de curto prazo. É um fator de atratividade das famílias que se interessam pela cidade, onde você possa ter oferta de ensino superior, então as pessoas imaginam, olha existe uma universidade pública nessa cidade, é uma cidade média. Então isso é um fator de atratividade familiar, de emprego, então é importante fortalecer a universidade pública que tem um papel fundamental. Se pegarmos São Paulo na política dos anos 30, você tem três grandes instituições públicas bancadas pelo governo do estado que foram um fator de diferenciação importantíssimo para o crescimento econômico e tecnológico.

1. Nós estamos muito aquém de São Paulo, mas o que seria da Bahia se não fosse as quatro estaduais? Agora é que temos algumas federais e as particulares. Mas o que seria da Bahia se não fosse a UNEB com tantos campos, a UEFS, a UESB e a UESCAN, é complicado. Abro agora espaço para suas considerações.

2. Eu acho que o foco da sua pesquisa gira em torno justamente da contribuição, de como diferentes atores locais enxergam a perspectiva da inovação. Eu acho que a universidade precisa avançar muito ainda, não é a UEFS, mas a universidade brasileira. Existem ainda muitas ilhas de conservadorismo é bom que se diga, dentro da própria universidade, não é? É um debate de princípio, de discussão principiológica sobre o papel da inovação, sobre o papel do empreendedorismo. Mas a universidade é um campo diverso, de conhecimentos, experiências e visões. Nós percebemos que os avanços vão acontecendo por partes de, sobretudo uma coisa importante que devemos destacar aqui na UEFS que é o processo formativo, a própria pós-graduação, a expansão da pós-graduação. Eu acho que quem mais se aproxima do fator inovador, do desenvolvimento do conhecimento é a pós-graduação. Então a UEFS vem se consolidando, a universidade tem um número significativo de mestrados e de doutorados, com perspectivas de ampliação. Mas passa por dificuldades,

como toda instituição de ensino superior vem passando. A universidade tem natureza orgânica, diferente, por exemplo, de outros órgãos públicos, de empresas e outros tipos de instituições, então o conhecimento dela é natural. Cada novo professor que chega para fazer um doutorado, quer criar um núcleo, quer fazer uma proposta, quer desenvolver atividades, isso é muito bem-vindo. Difícil é você ter recursos, na realidade que nós vivenciamos, para acompanhar esse processo de crescimento. Então hoje se imaginarmos o quadro de mestres e doutores que a universidade possui e os cursos de pós-graduação e as expectativas de expansão, nos deparamos com uma situação complicada, porque o interesse é de crescimento, de desenvolvimento, mas se você também não tiver a base disso que é o dinheiro, quer dizer, o estado investindo. Tem uma discussão de que o papel do financiamento primordialmente do estado, digo estado no sentido amplo, mas não impede que o próprio município poderia contribuir, o estado da Bahia, a própria união poderia contribuir. Mas também a própria iniciativa da universidade no sentido de, não que ela venha a se transformar num balcão de serviços, mas que ela de alguma forma possa dialogar com realidades, que são realidades? Que ela possa viabilizar projetos de interesses sociais, de interesse econômico, desde que isso seja amplamente controlado, publicisado e desde que isso não afete de maneira nenhuma a maneira da perspectiva da lisura e da forma mais publica, digamos assim, mais transparente que se tem que ter no ente cuja natureza é publica essencialmente.

1. Ok, muito obrigado pelo seu tempo aqui dedicado.

ENTREVISTA 03 – GOV-PMFS

1. Estamos aqui com Carlos Brito, ele é Secretário de Planejamento da Prefeitura Municipal de Feira de Santana e vai contribuir com esta pesquisa. Bom dia professor, faça uma avaliação do atual nível de desenvolvimento econômico de Feira de Santana.

2. Feira de Santana é um município que está numa situação altamente privilegiada em relação a um contexto Brasil, primeiro porque Feira tem características próprias, apresenta um comercio muito forte que congrega no seu entorno uma população de mais de dois milhões de pessoas das cidades que gravitam em torno de Feira. Ela é referência na área de serviços para o Estado e para outros Estados vizinhos também, então no momento a administração pública vem enfrentando essa crise com responsabilidade, uma situação financeira equilibradíssima, estamos cumprindo nosso orçamento com dificuldades, mas com as contas em dia, sem dividas, pagando os funcionários regularmente, até antecipado. Feira só precisa atrair novos investimentos nessa parte industrial, pois eu acredito que Feira com essa perspectiva da implantação do CIS NORTE e esta ampliação do aeroporto que

está sendo propagada ela pode melhorar mais ainda o seu desenvolvimento, já que a nível de nordeste é onde mais se investiu o Minha Casa Minha Vida, é o sexto investimento de grandes cidades no país a nível de investimento na parte de construção civil, na parte imobiliária.

1. Pode falar um pouco mais sobre esse projeto do CIS NORTE?

2. O CIS NORTE é uma perspectiva que o governo do estado tem o seu centro industrial na 324, pois o do Tomba já está saturado, não tem mais espaço para receber novas empresas. Então nós criamos uma área, essa área foi desapropriada pelo governo do estado, não pagou ainda mas fez, para que os novos empreendimentos sejam deslocados para aquela região, então há grandes perspectivas, como tinha também as ferrovias, o polo ferroviário, mas com essa crise ninguém sabe se esses investimentos vão ser realizados. Então temos essa perspectiva desse CIS, que está ainda só no papel, mas que isso provocou e tem provocado nas margens da BR 116 NORTE a construção de muitos galpões; já está tomando uma característica já própria no entorno dessa via que vai ser duplicada agora.

1. Ficaria então ali nas proximidades de São José?

2. Ele começa exatamente ali, subindo depois de Novo Horizonte até próximo de Santa Barbara.

1. Em que aspectos Feira precisa melhorar?

2. Bom, Feira precisa ter um direcionamento melhor, um planejamento melhor da ocupação do seu solo. Hoje infelizmente diante dessa explosão imobiliária, o governo perdeu o controle, nós temos essa deficiência. Feira precisa direcionar melhor a ocupação do seu espaço urbano, que hoje está efetivamente desordenado. Então com o novo Plano Diretor que estamos começando a construir, esperamos ter instrumentos mais eficazes de controle, principalmente na região leste, que é a do CIS, do Aeroporto; a região noroeste que está ainda com muitos equipamentos de moradia, de imobiliário, isso vai causar problemas no futuro para o próprio setor público, está custando muito caro levar os serviços públicos até lá. Feira precisa melhorar muito a sua ocupação de uso do solo.

1. Nesse ponto percebemos que Feira vem crescendo muito para fora do _____ porque dentro não tem mais espaço, e isso causa uma demanda grande por serviços, inclusive Escolas, Postos de Saúde, Transporte...

2. Reforçando, Limpeza Pública, diversos serviços, então isso está forçando muito e encarecendo a máquina.

1. Esse Plano Diretor que está sendo elaborado, tem previsão?

2. Ele tem previsão de um ano para estar pronto e ser discutido na Câmara Municipal e os Vereadores aprovarem ou não a proposta que está sendo feita.

1. Vamos falar um pouco sobre capital humano. Uma das principais teorias que trata sobre desenvolvimento, trata de que uma região se desenvolve a partir da qualidade de seu capital

humano, que são as pessoas habilitadas para trabalhar, desenvolver inovação, isso atrai emprego, melhorias endógenas para uma cidade e região. Como a Prefeitura se relaciona com essa formação de capital humano?

2. A prefeitura tem um espaço que é a Casa do Trabalhador, que além de acolher toda essa demanda de jovens para o primeiro emprego direcionando, a Prefeitura na Secretaria de Desenvolvimento Social vem estimulando muito o empreendedorismo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, mas precisa se qualificar para melhorar essa formação, embora estejamos buscando atrair esses polos. Feira hoje é um polo universitário, tem mais de 12 escolas de nível superior e buscando estimular a presença de mais. É um caminho e a comunidade precisa também fazer a sua parte, o segmento empresarial também, estimulando seus servidores, dando oportunidades. O governo tem feito isso, buscando estimular através do empreendedorismo, economia solidaria, com todos esses programas buscando qualificar o jovem que está chegando no mercado. Porque Feira de Santana abriga hoje um polo realmente de atração de muita gente, para vir estudar, trabalhar, porque as oportunidades aqui estão acontecendo. Então é esse o caminho.

1. Como é que você avalia o nível de capital humano existente em Feira de Santana, ele é bom e suficiente para atrair empresas?

2. Eu tenho certeza que sim. Porque veja bem, a Pirelli tem uma fábrica em Feira onde a melhor qualificação de todas as empresas do grupo no mundo em termo de rendimento foi Feira de Santana. A Belgo tem feito elogios, essas empresas novas que estão chegando de transporte coletivo, gera elogios aqui, a mão de obra local é lógico que qualificada, é lógico que precisamos de melhores cursos na área de tecnologia e determinados. Feira não tem característica de tecnologia de ponta, então a nossa grande massa de trabalho é o comércio e serviços essenciais, nós não temos empresas de alta tecnologia, nós não temos um polo tecnológico. Então essa mão de obra que está sendo formada, pelo que eu entendo e tenho visto, está atendendo a demanda local.

1. E sobre essa questão da tecnologia, você vê alguma possibilidade de em um mega ou longo prazo Feira ter esse tipo de obra, de investimento que trabalhe com inovação, que tenha um ambiente para inovação?

2. Depende muito da academia, as academias infelizmente ainda são incipientes, as grandes universidades de Feira não interagem com a comunidade em um nível suficiente para propiciar isso, para atrair. O que é que vai atrair? As escolas não estão formando pessoas, estão preparando e jogando para a rua, porque o mercado de Feira ninguém conhece. Os cursos de alta tecnologia que a UEFS tem, mas você usa como na cidade? Onde estão? Onde é que a nossa universidade entra? Me diga. Então eu acredito que para se atrair, pergunta-se: tem essa mão de obra aqui? Não tem, ele tem que buscar fora. As

vezes no curto prazo, como Feira tem uma característica muito comercial, eu pessoalmente não acredito não.

1. Você fala que precisa de uma melhor interação das academias com a sociedade, como é que isso aconteceria?

2. Aconteceria com as academias dizendo, olha eu tenho isso para você, eu posso lhe dar isso ou eu tenho um projeto de pesquisa nesse nível, que seu segmento pode melhorar. O que hoje acontece é que se existem esses projetos eles estão nos muros. Eu não posso dar fazer, eu vou falar em urbanismo, em cursos de mestrado, doutorado. Os trabalhos realizados até hoje, eles foram discutidos com a comunidade? Foram apresentados a sociedade, como projetar melhor essa cidade?

1. Então não houve essa interação?

2. Não existe essa interação.

1. Nem de dentro para fora, nem de fora para dentro.

2. Não existe por quê? Porque tem barreiras, para você chegar até a universidade é muito difícil, porque as chances que se tem em determinadas áreas, outras como a área de saúde é mais fácil, pois se tem um contato direto. Mas na nossa área como chegar? O que é que nós temos em nossos cursos?

1. Ou o que a sociedade precisa?

2. Porque a sociedade é formada de cérebros, nós temos cientistas e você conhece a realidade da sociedade, se faz o papel inverso, "se Maomé não vai a montanha, a montanha vai a Maomé". Hoje quando a UFES sai de férias quem sente?

1. Ou quando tem uma greve.

2. Quem sente? Só o Feira VI, não é? Não é verdade? O que é que nossos cursos noturnos dão de retorno a sociedade, em termos de pesquisa e extensão?

1. Muito pouco, para não dizer nada.

2. Nada. Você forma no curso de economia doutores, e o retorno? Quem tem mais doutores hoje no curso noturno é o de economia, dá o que em troca a nossa sociedade? Qual o trabalho que existe, qual a pesquisa que existe? Tem alguma coisa errada, não é verdade?

1. Inclusive esse é um dos pontos que eu coloco em meu trabalho, de que na verdade todos querem desenvolver a cidade, o poder público, as empresas, as universidades também querem, só que parece elas não conversam, não interagem.

2. Mas só que você não pode conversar porque a oportunidade que a UFES tem é dizer que não pode pagar o professor para fazer. Plano diretor, a universidade passou um ano para responder que não tinha como remunerar os professores para fazer o Plano Diretor. É isso que você falou antes, se tem uma fundação. Quem vinha fazendo era a Fundação Escola de Administração da UFBA e quem deveria fazer era a UEFS. Logico que quando eu digo academia não estou falando dos professores, porque eles são cerceados(restringidos) até

na sua vontade, mas você não pode fazer trabalhos sem ser remunerado, você tem que lutar, tem que sobreviver. Mas a instituição não dá oportunidade disso porque fica cerceando a remunerar o trabalho, não estimula.

1. Da mesma maneira que existe essa dificuldade para projetos da prefeitura, você também percebe isso em relação a demanda das empresas?

2. As empresas dificilmente demanda UEFS, porque ela é uma ilustre desconhecida para as empresas. Entendeu?

1. Entendi.

2. Você só ama o que você conhece. Quando é que nós já saímos do nosso mundo para ir numa instituição vender alguma ideia. Que nós cientistas, pensadores, detentores do conhecimento, quando foi que fizemos isso, que buscamos essas instituições: olha eu tenho esse produto aqui, que é tecnologia de ponta, você compra a ideia? CDL, Associação Comercial, quando, eu nunca ouvi.

1. CDL agora está fazendo uma pesquisa com a APRAS, que podia, pois nós temos aqui gente para fazer.

2. Mas logico, a APRAS veio vender o seu produto, ele tem o sentimento de vender o que é seu, ele está prospectando o mercado para vender o seu produto que é consultoria e auditoria.

1. É algo para se pensar mesmo. Brito mais uma pergunta. Quais são os vetores de desenvolvimento de Feira de Santana e que projetos estão em andamento ou previstos?

2. Nós estamos com um pensamento em vetor de desenvolvimento na região noroeste, de criar um bairro sustentável naquela região, do lado Gabriela. Nós estamos querendo urbanizar a Lagoa Grande, requalificar a Lagoa, dar um segmento, fazer a economia daquela região prosperar. A noroeste é a que estamos buscando um projeto de médio e longo prazo, até para urbanizar a margem do rio Jacuípe, para dar uma atividade econômica ali, para melhorar, limpar o rio, evitar poluição. Porque aquela região está ainda inexplorada, mas que dentro de pouco tempo ela vai estourar, já está acontecendo.

1. Os condomínios ali.

2. É, e estão chegando, mas eu estou brigando, porque a ideia é requalificar aquela região fazendo um bairro sustentável. E na região do Sim, o Aeroporto, estamos buscando melhorar a mobilidade, estimular, embora com dificuldade porque o poder público tem uma máquina de fiscalização muito fraca, não é boa. A comunidade vai para lá mas, não existe mobilidade, o sistema viário é muito ruim, muito estreito, violentado pelos condomínios que estão fazendo corredores. Estamos esperando, a nossa grande esperança era o investimento. Nós tínhamos um polo ferroviário desta região. A perspectiva de usarmos esse Programa de Integração de Logística o PIL para Feira de Santana, estávamos pensando nele, mas com essa crise econômica aí, não sei.

1. Como é que isso está sendo encaminhado, tem um projeto?
2. Teve um projeto, foram feitas audiências públicas. Esse projeto está no DENITE.
 1. É dinheiro do governo federal.
 2. Dinheiro federal, mas que nós tínhamos que nos preparar para receber, porque quando chega uma ferrovia no seu entorno você tem que ter ações, senão estrangula tudo, vira um pandemônio.
 1. Que ações são essas?
 2. Ações de melhorar a estrutura.
 1. O entorno da ferrovia.
 2. O entorno. Porque ali vai demandar serviços públicos, muita gente vai para lá morar. Vai ser um sufoco se você não estiver preparado.
 1. Fica desordenado.
 2. Totalmente, e continua desordenado.
 1. Você quer acrescentar alguma coisa?
 2. Feira é uma cidade que tem características de convergir para ela mais de trezentos municípios brasileiros. Ela tem uma área de influência muito forte até o Rio Grande do Sul. Tem um estudo do IBGE: Área de Influência da Cidade, por esse olhar Feira é um gigante.
 1. Ela é uma capital regional B.
 2. Exatamente. A Veja nos colocou como uma cidade de grande estrutura para investimentos na área imobiliária, urbana. Então eu acho que Feira é isso. Eu acredito que com a construção desse Plano Diretor novo, eu tinha até uma esperança que a UEFS fosse fazê-lo, mas fiquei frustrado, é que possamos junto com a comunidade construir a cidade que todo mundo pensa para o futuro.

ENTREVISTA 04 –GOV-CIS

2. Boa tarde e obrigado também pela confiança.
 1. Jairo avalie o atual nível de desenvolvimento econômico de Feira de Santana. Como é que está a cidade em relação a isso?
 2. Eu costumo dizer que Feira de Santana tem uma mola propulsora de desenvolvimento própria da cidade, até pelas suas características de logística. É uma cidade que tem um potencial grande logístico, porque abre espaço a três rodovias federais que passam por ela, então se abrem caminhos para atingir o nordeste, o centro-oeste e o norte do país, então é uma cidade que tem uma característica própria, eu vejo que ela se desenvolve mesmo contra forças e fatores que as vezes impedem esse desenvolvimento. Se você observar a Feira de Santana antiga tinha uma característica de agricultura, de comércio, hoje ela tem

uma matriz de desenvolvimento econômico diversificada. Você tem hoje o segundo maior parque industrial da Bahia, com grandes empresas como a Nestle, Heineken, PepsiCo, inúmeras empresas multinacionais e nacionais. Nós temos hoje uma carteira de mais de 50/70 empresas para se instalarem em Feira de Santana, mais de \$ 500 milhões de investimentos, então eu vejo que se encontra num nível de desenvolvimento bom, que poderia ser melhor.

1. Essa instalação dessas empresas que você falou agora tem previsão, tem cronograma, é especulação, já tem contrato, como é que está isso aí?

2. É o seguinte, nós temos uma carteira que é dinâmica, você vai colocando os processos com a intenção de se instalar, tem fases que demandam uma licença ambiental ou de construção, uma série de licenças que as vezes atrasam um pouco; tem empresas que demoram cinco ou seis anos para conseguir. Nesse ano, por exemplo, nós tivemos a PLACO que inaugurou, a KAMA, uma empresa israelense que só tem duas no mundo, uma em Israel e uma em Feira. Você tem empreendimentos significativos inaugurados esse ano.

1. Existe um interesse realmente de atração de empresas para cá?

2. Existe, o que pega na realidade é que nós temos uma defasagem ainda grande em termos de infraestrutura. Havia uma visão, vamos dizer, míope do Estado de que a infraestrutura deveria ser dada na medida que você tivesse essa demanda, então isso atrasa muito e dificulta a atração, porque as vezes o empresário está com urgência em empreender, mas você não tem aquela infraestrutura naquele momento, vai ter na frente, daí o empresário desiste vai para outro lugar.

1. Como se ele tivesse que apostar.

2. Apostar.

1. Dentro disso qual a influência do CIS (Centro Industrial do Subae) para o desenvolvimento de Feira de Santana?

2. O CIS enquanto agência de fomento de desenvolvimento, eu acho que foi um divisor de águas na economia de Feira de Santana, porque por exemplo, foi a primeira cidade fora da região metropolitana que tem um termo de desenvolvimento industrial significativo e o CIS tem participação efetiva nisso, enquanto autarquia ligada a antiga Secretaria de Industria e Comércio, hoje de Desenvolvimento Econômico, faz esse papel. Eu pelo tempo que estou aqui tenho buscado atrair investimentos para Feira de Santana através da própria Secretaria. As vezes estou na Secretaria e ouço que alguém está querendo vir para a Bahia e digo: opa vamos para Feira de Santana. Nós sempre temos lutado. Agora, não pode ser uma instalação impositiva. No passado o Estado dizia: você vem, mas eu só lhe dou incentivo se você colocar em tal lugar. Então aquele lugar não dava retorno suficiente para o empresário, pois ele quando perdia o benefício ia embora, porque ali não tinha sinergia entre que ele fazia e o que a região produz, o que ela demanda. Então nós sempre

deixamos o empresário a vontade, apresentamos a ele as opções que temos, como: Feira de Santana, Alagoinhas, Anguera, São Gonçalo, e aí ele vai visitar as áreas e se identifica onde melhor instalar. Temos feito esse trabalho, inclusive com intenções de se instalar aqui na região metropolitana e tem muita gente ainda na nossa carteira, por exemplo para se instalar em São Gonçalo, a possibilidade de abriremos um novo núcleo em Conceição da Feira, já todo encaminhado, só dependendo do recurso, mas esse momento é um momento difícil, mas que tecnicamente tudo que é para ser feito já foi feito.

1. Feira é considerada uma metrópole regional, uma capital regional, centralizando a região com mais de dois milhões de pessoas, estima-se que esse número vá a três milhões e meio segundo o IBGE. Em que aspectos Feira aproveita esse potencial e em que aspectos ela precisa melhorar?

2. Eu acho que no ponto de vista comercial acho que Feira aproveita bem, você tem um direcionamento grande do comércio para a região, nós temos, por exemplo, um facilitador ainda que é a questão da comunicação via rádio, que a região ainda ouve muito rádio. Essa interação se dá também através desse meio de comunicação. Agora, eu acho que nós precisávamos melhorar mais a parte de logística, de recebimento desse povo, nós estamos ainda muito bagunçados, a cidade ainda está muito desorganizada no sentido de receber essa população flutuante. Você vê que no aspecto físico, você passa em determinado local, é carro parado em todo lugar. Sabe, criar uma infraestrutura para acolher essa população que vem para cá com uma infraestrutura melhor; eu acho que pecamos nesse sentido.

1. É comum vermos, por exemplo, em Camaçari as pessoas trabalham lá, mas não são de lá, são de Salvador e até de Feira de Santana. Nós temos esse fenômeno aqui no CIS?

2. Temos, temos muitas pessoas que trabalham aqui e moram nas cidades vizinhas perto de Feira de Santana. O problema todo é o seguinte. Eu passei por esse problema. Nós falamos assim: o trabalhador tem que se qualificar, mas as vezes se qualifica tanto que o mercado não tem como absorver ele, por exemplo, as vezes o cara é um soldador de primeira qualidade, mas ele só vai encontrar alguém que remunere a capacidade técnica dele fora, em Camaçari. Porque aqui não tem uma oferta de mão de obra as vezes qualificada. Tem melhorado. Eu tenho dito isso as empresas quando chegam aqui: olha Feira de Santana tem muita mão de obra boa, desde que seja bem remunerada ela volta, porque por exemplo, quanta gente daqui trabalha no polo? São técnicos bons que poderiam estar trabalhando aqui, mas se voltar para cá ele deve perder no mínimo 30 a 40% do salário.

1. Isso eu converso muito com os estudantes e vejo eles se queixando. Nós vemos muitas empresas que se instalam em Feira, mas só instalam a parte operacional, muitas vezes os cargos executivos, mais interessantes, de melhor remuneração, de maior complexidade ficam na matriz ou em Salvador e outros centros. Você percebe essa situação ou não é bem assim, como é isso?

2. Acontece, mas observe o seguinte, uma empresa busca também dar espaço aqueles profissionais que se desenvolvem dentro da empresa e que merecem uma oportunidade, por exemplo, você é um empresário no sul, vai abrir uma filial em Feira de Santana, qual o mais correto, é você contratar um gerente geral aqui que você não conhece, pode ser o melhor técnico do mundo, ou aproveitar um bom que você tem lá e que você precisa dar uma promoção, pois ele é um cara que tem 10/12 anos dentro da empresa, que cresceu, um cara que veste a camisa, poxa vou abrir uma filial em Salvador, a tendência é ele oferecer essa vaga para aquele funcionário que ele já tem. As pessoas as vezes reclama, ah o cara trouxe o gerente de fora, mas isso é uma oportunidade que o cara dá aquele funcionário que ele tem lá na matriz, que precisa de uma oportunidade e não tem espaço de dar lá. Então ocorre muito isso. As vezes vem para aqui alguém que já teve uma oportunidade e veio de lá buscando uma oportunidade dentro do grupo. Mas no caso de Feira de Santana, por exemplo, das empresas locais que na maioria das vezes não acontece porque quase todas são familiares, então quem gerencia, quem toma conta, quem é o empresário maior é o dono, é o pai, é o irmão, então tem essa dificuldade. Quem vem de fora também tem isso. Nós temos o exemplo da COLORVISAO que está vindo para cá e o gerente é o primo do cara, do dono da fábrica de lá. Mas o primo já trabalha no grupo. Então se eu tenho que contratar um gerente geral para uma fábrica nova lá, não é muito mais correto eu dar uma oportunidade a um servidor que está me servindo a 10/15 anos?

1. Uma vez que a atividade cresça, não é?

2. As vezes as pessoas reclamam, ah mas o cara trouxe o cara de fora, mas isso é natural, ele está promovendo alguém que já tem tanto tempo lá trabalhando e que merece uma oportunidade. Ele oferece, olhe vou abrir uma filial em Salvador e Feira, você se interessa? Não. Aí é outra história, ele vai procurar um no local. Mas no geral isso sempre acontece, claro que nas empresas grandes, como você vê aqui a Nestle é assim, de vez em quando muda um gerente, transferido para uma outra fábrica ou vem para cá, por quê? É espaço de crescimento dentro do grupo.

1. E a Nestle absorve mesmo, a Nestle, a Pirelli, os estudantes muitos entram como estagiários e lá dentro desenvolvem.

2. Tem um plano de cargos e salários e que aproveita.

1. Eu sempre coloco isso, o comércio se pegarmos as estatísticas, o comércio de Feira é o que mais emprega, o comercio de serviços, em relação a indústria. Agora os empregos mais qualificados, os melhores empregos e que tem carreira estão na indústria.

2. Claro. O comércio, ele é muito volátil o emprego, as pessoas mudam muito de emprego.

1. O emprego do comércio é de vendedor, você não tem outra coisa.

2. E o cara fica pulando de um em um. Essa semana eu fui numa loja de informática e o menino disse assim: eu sou novato, eu tenho uma semana aqui. Eu falei: porque, você

trabalhava onde? Eu trabalhava na empresa lá do outro lado, a concorrente. Eu falei: e por que você saiu de lá e veio para aqui? Porque eu tenho um amigo que está trabalhando em uma determinada loja de departamento e ele está ganhado um salário de não sei quantos mil, ele disse mas eu não lembro, um salário alto, mas lá só emprega se você tiver experiência em loja Mega Story, Magazine, essas coisas, e eu não tinha na minha carteira, então eu vim para aqui só para ganhar essa experiência porque eu vou para lá. Então, tem essa rotatividade.

1. É um plano de carreira também. Uma das principais teorias que trata de capital humano mostrou que a formação de capital humano, pessoas formadas, qualificadas para o trabalho e para pensar soluções, é fator relevante para desenvolver uma economia. Qual a situação de Feira em relação ao seu capital humano e o CIS tem alguma relação com a formação de capital humano, ele é ouvido pelas instituições que formam? Como é que você vê isso?

2. Olha bem, nós temos uma relação vamos dizer assim, superficial com isso. Porque o CIS na realidade como um agente de fomento, trabalha na pré-instalação. Eu trabalho buscando empreendimento para a cidade e uma vez instalado cortamos o cordão umbilical. Daí ela já começa a caminhar e vai para uma outra esfera de relacionamento, como por exemplo o CIFS (Centro das Indústrias de Feira de Santana) esse centro é que tem um relacionamento pós-instalado ele trabalha com as indústrias instaladas. A nossa participação ela se dá na pré-instalação. Então como autarquia do Estado, a nossa principal função é captar o investimento e instalar. Nós trabalhamos propiciando a infraestrutura de energia, de água, de via terreno e depois de instalada vamos acompanhar a execução do projeto, mas de longe. Nós não temos esse relacionamento cotidiano com as empresa instaladas. As vezes as pessoas vêm aqui: Jairo precisamos saber alguma coisa das empresa, como é que está a mão de obra? Eu não sei porque eu não acompanho isso. O CIFS acompanha, porque ele tem esse trabalho.

1. Mas esse processo de prospecção, quando vocês vão chegar para as empresas e dizer: olha vamos para Feira, porque Feira tem essas vantagens. Como é que você apresenta o capital humano de Feira de Santana para essas empresas?

2. Aí apresentamos o capital humano como sempre relacionamos a quantidade de universidades que nós temos, a maior universidade estadual da Bahia está sediada aqui, que é a UEFS e tem cursos de várias áreas. Nós apresentamos as instituições que formam técnicos, como CETEB, SENAI. Nós tivemos agora na inauguração da PLACO um depoimento importantíssimo da direção francesa, elogiaram muito a mão de obra local. Disse que o melhor Star Tap de fábrica no mundo foi o de Feira de Santana e creditaram isso a mão de obra. Então quem pensa que a nossa mão de obra é ruim erra. Nossa mão de obra é boa, agora precisa ser valorizada, tem que ter, nós sabemos que no chão de fábrica

temos que ter todo um mecanismo de conversa, de diálogo com aquelas pessoas e se não tiver você vai ter um empregado ruim.

1. Dentro disso Jairo, como é que você vê, de quem é a responsabilidade em Feira de Santana dessa formação de capital humano? É do poder público, das faculdades, das empresas?

2. Eu acho que a indústria tem contribuído muito através do SENAI e o CIMATEC, embora não tenhamos CIMATEC aqui, mas o de Salvador tem ajudado. O SENAI agora inaugurou um prédio enorme, com 17/18 salas de aulas, os laboratórios estão muito bons, o SENAI tem feito isso bem. O CETEB é uma referência no ensino técnico aqui e tem feito isso de uma forma muito contundente. Eu tenho dito nas reuniões com os prefeitos da região, olha prefeito a melhor coisa que você tem que fazer é investir em capacitação, em vez de o menino ficar na rua jogando bola, alugue um carro e mande ele estudar em Feira, fazer um curso técnico no SENAI no CETEB. Eu acho que a prefeitura também nas regiões circunvizinhas, porquê como temos essa população flutuante, se o indivíduo mora lá e se qualifica aqui, ele vem trabalhar aqui e volta para sua cidade, até que tenha essa oportunidade lá. Então eu acho que a prefeitura também tem esse papel. A de Feira de Santana tem também trabalhado muito nessa linha de formação através da Casa do Trabalhador, junto com o programa federal do governo o PLANATEC; eu acho que a responsabilidade é de todos, que têm a responsabilidade de contribuir com a formação compartilhada.

1. É comum observar em falas das lideranças da região que Feira possui uma localização privilegiada e que isso atrai investimentos, indústrias, você concorda com isso? Além da localização há outros fatores que possibilitam Feira estar sendo empreendimentos?

2. A localização eu acho que é um fator diferencial, primeiro que você está próximo do Porto de Aratu, do Aeroporto Internacional de Salvador, que não é tão longe, se você for contar a distância de Guarulhos para São Paulo é a mesma distância daqui para lá, você tem o Aeroporto de Feira de Santana que de uma certa forma já está recebendo investimentos significativos, o governo já vai fazer uma pista para aviões maiores, então isso abre um diferencial também; mas, por exemplo, se tivermos a concretização dessas duas ferrovias passando por aqui, mais as BRs que passam por aqui, mais a proximidade do Porto de Aratu, o Aeroporto Internacional e o nosso, acho que ficamos credenciados para ser o Eldorado do desenvolvimento econômico do Norte/Nordeste.

1. Como é que está esse projeto dessas ferrovias?

2. As ferrovias vinha caminhando, mas com essa crise violenta, com redução de investimentos, me parece que o PAC 2 travou um pouquinho e isso tem atrasado um pouco, mas a última informação que eu tive a FIOL já está dentro do estado da Bahia. É uma expectativa que está se aguardando e que isso se concretize e aí facilita muito. O transporte

ferroviário é muito mais barato, mais eficaz, transporta muito mais tonelada do que de um caminhão.

1. E a malha rodoviária está super afetada.

2. Super castigada.

1. E não consegue dar vazão ao fluxo que ela está pegando.

2. Com certeza, a frota brasileira quadruplicou, quintuplicou.

3. Exatamente. Inovação, muitas vezes é comum as empresas para se instalarem em uma região, em uma localidade, elas procuram saber se existe ambiente para inovação, laboratórios, universidades que desenvolvam inovação, para suas próprias soluções empresariais, um problema, uma nova peça, um novo produto, coisas desse sentido. No Brasil vemos muito isso, em Campinas, no interior de Minas Gerais, no vale da eletrônica, em Pernambuco tem o Porto Digital, em Salvador tem a CIMATEC. Como é que você vê o ambiente de inovação aqui em Feira de Santana e se as empresas percebem isso, como as empresas percebem isso?

1. Eu acho Feira muito tímida nesse sentido, por exemplo, tem algumas linhas que a UEFS tem trabalhado bem, na parte de inovação de pesquisa, mas muito timidamente, eu acho que isso ainda é um segmento que precisa ser trabalhado melhor, mais investimento. Há uma previsão, não sei se a médio ou longo prazo, de alguma coisa de CIMATEC por aqui, se bem que agora com essa possível redução de recursos no sistema ESC, em mais de 40% do orçamento, eu não sei como é que vai ficar. Mas havia uma conversa no sentido de interiorizar e trazer um CIMATEC para aqui. Mas eu estive essa semana no SENAI, tem alguns laboratórios lá, algumas coisas de inovação que eles estão fazendo de mecatrônica, de robótica. Eu acho que estão iniciando alguma coisa por aqui mesmo, mas ainda é tímido demais, aí só em Salvador.

1. O que leva as empresas a empreender em Feira de Santana? Nós temos uma boa localização, boa infraestrutura? Até que ponto isso pesa, até que ponto o incentivo fiscal pesa? Quando elas colocam na balança o que é que pesa mais?

2. O incentivo fiscal é uma coisa que, com essa questão da briga tributária dos estados, esse pacto federativo tende a acabar com isso, porque isso de certa forma fica um desenvolvimento predatório, você ficar dando um incentivo que acaba prejudicando o próprio estado, você abre mão de muitas coisas. Eu digo que feira de Santana além de ter essa localização, você tem uma região grande, por exemplo, existem dois, três milhões de pessoas em volta, uma região metropolitana muito em desenvolvimento. Eu recebi um empresário aqui do sul, Paraná, e eles vieram aqui e compraram uma área enorme para criar um CD, porque ele disse que o consumo é daqui para cima. O sul já está num nível de consumo que as pessoas já estão quase que saciadas, não digo que está num padrão internacional, mas chega próximo, a diferença entre nordeste e sul é grande. Então aqui é

onde tem que se apostar no desenvolvimento, no consumo, estando no sul longe daqui a diferença de custo, de transporte e tudo mais, então eu acho que essa questão do desenvolvimento regional do nordeste, do norte e centro-oeste, também atrai empresas para cá, e Feira porque tem uma localização privilegiada. Então ele olha o nordeste, visita Suape lá em Pernambuco, que tem atraído muita coisa, mas em função dessa coisa do incentivo fiscal, mas já fica um pouco deslocado em relação ao aspecto de Norte, Nordeste e Centro-oeste que Feira tem. Os incentivos estão bons, a cidade também colabora nessa questão de dar alguns incentivos de impostos para implantação nova. O Estado tem contribuído também com a questão do incentivo, mas eu acho que o mais importante hoje é a questão do mercado, você ter visão de que tem consumo, tem escoamento de produção. Fazer isso lá no sul para jogar para norte e nordeste não dá mais, o mercado não absorve esse custo de frete alto, então você tem que diminuir o preço na gondola, como é que diminui o preço na gondola? Diminuindo o custo de produção, que evita ir para perto do consumidor e nós temos trabalhado nisso. Eu inclusive comecei a desenhar com Florentino que é da UEFS, a montagem de uma matriz de sumo produto de Feira, para sabermos de fato para onde nós mandamos e o que compramos, por exemplo, isso aqui podemos tentar trazer para Feira e produzir aqui, porque o sujeito vai fornecer na Bahia e no nordeste, só que atravancou o negócio e não andou, mas já estamos articulando com o SEBRAE, com outras, para ver se conseguimos montar essa matriz, fazer um projeto até com a universidade também, porque isso é importante, pois teríamos um retrato do que entra e sai aqui em Feira.

1. Eu tenho interesse nesse projeto, quando eu retornar em março para a UEFS, queremos formar um núcleo de pesquisa e isso aí é algo que eu já tinha pensado. Agora precisa-se de uma equipe grande e de instituições envolvidas, pois é um custo alto.

2. Chegamos até fazer uma reunião com o reitor e Florentino, eu ia disponibilizar alguns técnicos que temos aqui e que inclusive são professores de lá, ia dar o carro e ele montava a equipe, fazia as pesquisas, fazia o levantamento. Depois esmoreceu, não voltou mais, mas eu coloquei essa proposta no Feira Empreende, que é um movimento de todas as instituições, CIS, CIFS, PREFEITURA, SEBRAE, SINDICATOS, CDL e outros, para discutir o desenvolvimento de Feira. Então você tem quatro linhas, comunicação, logística, pesquisa e desenvolvimento, (Roberto inclusive é coordenador de um dos grupos que eu faço parte) daí nós discutimos e estamos elaborando, vai sair agora em novembro na semana global do empreendedorismo um documento que vai ser feito, (eu tive um contato com a PW que é a Print Westenhouse e eles fizeram um levantamento aqui e vão produzir um documento, tipo do que fizeram em Campinas) eles vieram aqui e me procuraram: Jairo, nós trabalhamos com poli investidores internacionais e vislumbramos que Feira de Santana vai ser Campinas, nós queremos colocar no nosso portfólio a cidade de Feira de Santana, queremos fazer um trabalho aqui. Eles pesquisaram 150 empresas aqui entre comércio,

indústria e serviços, não sei se entrou educação, mas enfim, levantaram todas essas informações e estão produzindo este documento que vai dizer: porque investir em Feira. Vai ter muitas informações que talvez você precise para o seu mestrado. Agora na semana global do empreendedorismo vai ser apresentado esse trabalho. E eu intermediei com eles. Quando chegaram aqui eu disse: já sei para onde nós vamos. Levei-os para o Feira empreende e eles fizeram todo o levantamento.

1, E é uma empresa de nome.

2. E eles fazem isso, por exemplo, o investidor interessado procura por eles, que é uma empresa mundialmente conhecida. Nós queremos investir, então vamos pegar o book de Feira e dizer: olha aqui a cidade. Vamos trabalhar nesse sentido. Então esse trabalho vai ser apresentado em novembro, na Semana Global de Empreendedorismo que vai ser no Ville Gourmet.

1. Jairo muito obrigado pelo seu tempo, sua participação.

2. Eu espero que tenha contribuído mesmo.

1. Contribuiu muito

ENTREVISTA 05 – IND-CIFS

1. O nível de desenvolvimento de Feira é muito bom. Feira tem se destacado nos últimos 15 anos atraindo muitas empresas de fora, muitas pessoas tem vindo morar em Feira de Santana, já prevendo o que a cidade oferece, já prevendo uma nova tendência que existe no Brasil, do interior, porque nos grandes centros das grandes capitais tem sido muito difícil a questão do trânsito, a questão da violência, a questão do custo de vida. Então já tem muita gente mirando o interior e é a vez das cidades medias, então Feira de Santana tem esses pré-requisitos, tem uma localização estratégica que é privilegiada, eu diria até privilegiadíssima. Então realmente Feira tem tido um desenvolvimento muito grande nos últimos anos, tanto que o PIB da cidade aumentou muito, tanto perante a Bahia, quanto perante o Brasil, e nós já vemos em Feira de Santana muitas coisas funcionando que antigamente seria só um sonho, e hoje já são questões concretas, já funcionando até há alguns anos e isso tem feito com que as pessoas permaneçam mais em Feira de Santana, não mais procurando outros lugares, outras coisas em outros lugares que antes em Feira não tinha.

1. A sua entidade representa as indústrias de Feira de Santana. Então qual a influência das indústrias de Feira de Santana, para o desenvolvimento de Feira, para essa coisa positiva que você falou de Feira?
2. É uma influência muito grande, porque o setor industrial geralmente investe muito, quando uma empresa vem se implantar aqui ela geralmente investe bastante, quando vai fazer uma ampliação também e geralmente a média salarial é maior que muitos outros segmentos, a indústria gera conseqüentemente uma série de outros investimentos, questões são desenvolvidas também pelo segmento industrial, são gerados muitos empregos indiretos em áreas afins do segmento industrial, são áreas que a indústria demanda, então por exemplo manutenção, refeitório, contabilidade, jardinagem, tudo isso a indústria puxa quando ela vem, então tudo isso faz parte da cadeia, então realmente o desenvolvimento é muito grande. O parque industrial de Feira é bem diversificado, temos indústrias de varios segmentos, temos muitas indústrias e um números de empregos gerados na cidade muito grande e a arrecadação do SMS para a cidade também é bem significativa
1. Feira como você sabe é uma capital regional, ela centraliza uma região entre dois a três milhões de habitantes. Em que aspectos Feira aproveita esse potencial e em que aspectos Feira precisa melhorar?
2. Bom, uma coisa que precisa acontecer logo é a região metropolitana de Feira de Santana ela virar uma região regulamentada, porque de fato ela já é. Feira já exerce uma influência muito grande em toda a região e ela já se beneficia e atrai muita gente de outras cidades e de municípios vizinhos, mas precisa isso ser regulamentado para inclusive Feira obter recursos específicos para regiões metropolitanas. Feito isso, também Feira poderá se beneficiar e os municípios vizinhos também de ações conjuntas. Feira é a sede das regiões metropolitanas e pode desenvolver uma série de ações que vão ser muito benéficas para os moradores de toda a região, por exemplo, as ligações telefônicas, ao invés de serem ligações interurbanas, seriam ligações locais; o transporte intermunicipal, poderia ser o coletivo normal; o policiamento metropolitano, pode ser feito e se teria uma companhia para gerir toda a região metropolitana, claro que com estrutura, subdividida em companhias, poderia ser feito de uma forma centralizada; a questão de aterro sanitário também, os municípios hoje já precisam ter aterros sanitários adequados que atendam a legislação.
1. Você tem alguma resposta de porque a região metropolitana ainda não saiu do papel?

2. Bom, Feira sofre muito com a questão política. Feira é uma cidade que a política é uma área muito forte, movimenta muito a cidade e quando Feira não tem um prefeito que é do mesmo lado do governador, isso influencia muito na vinda de recursos para a cidade, e várias ações poderiam ser feitas, mas não há vontade política, então muita coisa está emperrada, muitas não saem do papel.
1. É como se cada prefeito quisesse cuidar do seu mandato, eles não tem aquela visão conjunta, por exemplo um aterro, um transporte, fazer trabalhos consorciados, é uma coisa que não se planeja.
2. Então assim, eu atribuo a uma questão política, porque a região metropolitana não é realmente regulamentada até hoje, porque o projeto é antigo, desde 1993, houve algumas adequações no projeto e quando foi se não me engano, em 2011/2012 a assembleia legislativa do estado fez uma reunião itinerante aqui em Feira e aprovou essa região metropolitana, só que precisa o governo regulamentar, o governo do estado, e o governo não regulamentou ainda não sei porque. O governo tem insistido na tese de que seria um território e não uma região metropolitana.
1. Um território de identidade Portal do Sertão.
2. Acho que isso geraria talvez alguns investimentos por conta do Estado e o Estado não quer ou não pode investir esse recurso e talvez esteja travando por causa disso. Mas é uma pena porque Feira naturalmente é uma cidade sede de uma região, uma macro região e isso é perceptivo no dia-a-dia, não só pela localização de Feira mas pelo seu porte, sua estrutura, seu tamanho perante as cidades vizinhas e Feira é muito maior que as cidades vizinhas.
1. Ok. Sobre a questão da infraestrutura, sempre se vê muito na fala das lideranças locais que Feira tem uma localização privilegiada e que isso facilita a atração de empresas, mas além da localização que outros fatores são atrativos para indústrias virem a Feira de Santana?
2. Feira já tem um polo educacional forte, nós já temos hoje várias faculdades particulares, já temos universidades, só tínhamos uma, hoje já temos mais duas e várias faculdades particulares. Na área de saúde também, nós temos bons profissionais aqui, temos boas clínicas, algumas já com aparelhos modernos que já fazem vários exames sofisticados; temos também uma mão de obra qualificada; temos algumas instituições de ensino que

trabalham com ensino profissionalizante como o SENAI, o IFBA, A Casa do Trabalhador, o CETEB, então temos também uma rede escolar de ensino Fundamental e Médio muito boa. Então as pessoas também procuram qualidade de vida, não simplesmente uma condição ideal para o seu negócio, para sua empresa, mas procura também uma condição interessante de qualidade de vida, porque ela vai passar a morar aqui ainda que seja de segunda a sexta, mas ela vai conviver de segunda a sexta e muitos acabam vindo e ficando definitivamente, então trazem as famílias e precisam de uma condição também de qualidade de vida. Então a pessoa vai trazer a esposa, os filhos e aí vai se preocupar: onde é que meu filho vai estudar? Tem um ensino de boa qualidade? Se meu filho, minha esposa e eu adoecermos, eu vou ter uma rede hospitalar que seja adequada, eu não vou passar um aperto em relação a isso? Eu vou ter lazer para os meus filhos? Então tudo isso é analisado, a questão da qualidade de vida, e Feira tem se destacado nisso, várias pesquisas tem sido divulgadas ultimamente e Feira tem se destacado bastante. Na questão empresarial além da localização estratégica nós temos mão de obra, nós temos um comércio muito forte, nós temos uma cidade que se configura como a terra de oportunidades, Feira é uma terra de oportunidades, então isso gera muita atração de negócios, sem contar que é a segunda cidade do estado, tem um mercado consumidor forte, não só da cidade, mas de toda a região, então é interessante a estratégia que as empresas tenham unidade aqui também, seja indústria, seja centro de distribuição, loja, e isso tem acontecido muito nos últimos anos.

1. Imagino que você converse bastante com representantes e dirigentes das indústrias. Como é que eles avaliam o capital humano disponível e se existe alguma relação entre a formação desse capital e a demanda das empresas? Vocês são ouvidos pelas instituições de ensino quando eles vão planejar um curso, como é que isso acontece?
2. Em alguns momentos ouvimos críticas muito serias em relação a mão de obra e em outros ouvimos elogios. Eu diria que uma parte da mão de obra é muito militante, muito ligada e influenciada por sindicato e isto reflete no trabalho, então nós temos algumas situações em que as negociações coletivas de acordos salariais são tensas, as vezes ocorrem greves, piquetes e situações mais difíceis de serem resolvidas. Em outros momentos ouvimos elogios de que a melhor unidade da empresa no Brasil, as vezes até no mundo é a de Feira de Santana. Então quem faz a empresa são as pessoas. Nós temos as vezes situações em que há uma crítica muito grande e outras situações em que há um elogio muito grande.

1. Mas a crítica é em relação a essa questão da atividade sindical, mas em relação a capacidade do trabalhador? Como isso é visto?
2. Eu diria que é um trabalhador bem criativo, assim como o brasileiro que é um povo criativo, o baiano também, ele é bem criativo e as vezes precisa de uma oportunidade e quando a têm muitos entendem a importancia dessa chance que ele teve e abraçam com todas as forças e levam muito a sério, com muita responsabilidade e colaboram para o crescimento da empresa.
1. Então a nossa mão de obra, ela é um fator atrativo para as indústrias virem para Feira de Santana?
2. Sim, eu diria que sim, desde que não sofra uma influência sindical muito forte, e é uma tendência que tem acontecido nos últimos anos em nosso país e aqui em Feira houve um momento em que isso estava muito presente e muito intenso e estava gerando dificuldade para as empresas.
1. Mas corremos o risco de sermos preteridos pelas empresas por conta disso?
2. Sim, algumas indústrias instaladas aqui cancelaram ou suspenderam alguns investimentos, porque o momento estava muito difícil de se lidar internamente com o quadro de trabalhadores, isto aconteceu. Mas nós temos trabalhado, o CIFS junto com algumas outras entidades tem trabalhado tentando aproximar os trabalhadores das empresas criando um ambiente de alvo de discussão favorável, um ambiente propicio em que se converse, em que se busque soluções, construa soluções conjuntamente e esse momento mais difícil já passou. Atualmente estamos vivendo um momento de dificuldades ainda, mas não tão complicados como nós tínhamos antes e agora eu acho que Feira já superou bastante isso. Ainda existe? Existe, mas o momento atual é melhor do que já houve a alguns anos atrás, uns dois, três anos atrás estava bem mais difícil. A própria crise também colabora para isso, quando há um desemprego; estamos vivendo um momento no país chamado de pleno emprego, então a pessoa saindo hoje daqui já estava empregada sem grandes dificuldades, tinha vagas a vontade, hoje não, se você perder o emprego fica recebendo o seguro desemprego três ou quatro meses, depois você vai procurar outro emprego e provavelmente você vai ter dificuldade em encontrar se você não tiver uma boa empregabilidade vai ser difícil de encontrar, isso começa a fazer com que as pessoas deem mais valor e mais importancia ao trabalho, se comprometa mais com o trabalho, tenha mais responsabilidade e isso melhora o desempenho das empresas, pois na crise você tem que fazer mais com menos. Então

isso é outro fator que atualmente tem colaborado para essa melhoria no ambiente de trabalho aqui em Feira.

1. Estão valorizando mais seus empregos.
2. Sim, com certeza.
1. Sobre a inovação tecnológica, nós sabemos que isso é um fator atrativo. O Brasil tem alguns centros de excelência com laboratórios para poder pesquisar as soluções. Muitas vezes tem integração com as universidades e as empresas se beneficiam disso. Como é essa situação em Feira de Santana? Como é o ambiente de inovação tecnológica em Feira de Santana?
2. Nós temos algumas instituições de ensino profissionalizante que tem laboratórios, como o CETEB, o SENAI, que já fazem alguns trabalhos nessa área, mas a nível de inovação eu acredito que não seja algo tão forte assim. Um trabalho muito bom que vem sendo desenvolvido é no SENAI e CIMATEC em Salvador, que é uma instituição, uma unidade de tecnologia de ponta que a Bahia tem que é referência no Brasil. Foi criada em função da Ford que estava vindo se instalar em Camaçari, mas que atende a indústria em geral e tem uma estrutura fantástica a nível de robótica, a nível de mecatrônica e várias outras áreas que são demandadas por essa indústria que tem cada vez se automatizado mais.
1. E as nossas indústrias tem demandado a CIMATEC para inovação?
2. Eu acredito que sim, talvez não aproveitando o potencial que o CIMATEC tem, mas de uma forma tímida sim. Agora o que pode ser desenvolvido bem mais é a questão da inovação aqui na região.
1. Isso seria visto como positivo pelas indústrias no sentido de se instalarem e se fixarem em Feira de Santana?
2. Se nós tivéssemos uma estrutura de inovação boa, se tivéssemos um CIMATEC aqui com certeza favoreceria muito, mas o fato de não ter eu acredito que não seja um impedimento, talvez seja uma desvantagem competitiva, mas eu não diria que seria um impedimento porque o CIMATEC está aqui bem próximo.
1. Quem sabe essa ampliação do SENAI pode estabelecer lá um núcleo do CIMATEC.

2. Nós já pensamos nisso, já conversamos mas, tem que ver se há demanda, porque o investimento é muito alto, tanto de implantação de um centro desse quanto de manutenção. O corpo técnico é um corpo muito qualificado, o custo é muito alto, tem que se analisar a viabilidade se realmente há demanda para isso, se houver esperamos contar com um centro desse para ser mais um diferencial para Feira de Santana.
1. Sua instituição como representante das indústrias participa ou já participou de algum tipo de articulação com o poder público, com instituições de ensino nos últimos anos com foco no desenvolvimento de Feira de Santana, vocês são chamados a pensar isso? Isso acontece?
 2. Muito. Inclusive as vezes eu fico muito sem tempo, nós participamos de muitas ações voltadas para a sociedade em geral. Tem gente que pensa que nós só atuamos visando o seguimento industrial. Na verdade o foco é o seguimento industrial, mas nós atuamos em prol de Feira de Santana como um todo. Então em relação ao relacionamento com instituições nós temos alguns comitês no CIFS, temos quatro atualmente, o comitê de RH, de educação, jurídico tributário e de suprimentos. Todos funcionando com reuniões mensais e com ações bem interessantes. O comitê de educação por exemplo é composto de várias instituições de ensino, universidades, instituições profissionalizantes e que a aproximação da indústria com a academia é extremamente importante para que quando a academia forme os profissionais, os profissionais estejam preparados para atender a demanda do mercado. Que não formem profissionais que não atendam a demanda do mercado. Então estamos trabalhando em sintonia. O comitê de RH também tem trabalhado isso para capacitar as pessoas para que elas estejam preparadas, com qualificação suficiente para atender essas necessidades das empresas.
 1. As demandas das indústrias são atendidas pelas instituições de ensino?
 2. Em parte sim. Hoje as indústrias tem demandado, por incrível que pareça, mais uma mão de obra técnica, não tanto uma mão de obra de nível superior. Por que nessa área técnica há realmente uma defasagem maior e um volume maior de funcionários nessa área. Ontem inclusive nós fizemos uma ação extremamente interessante do comitê de educação, nós fizemos o dia da empresa na escola. Inclusive contamos com a participação do prefeito. Nós comemoramos ontem o aniversário da Escola Municipal Ana Brandoa, que fez 50 anos ontem e uma indústria a Contflex ela investiu, ela bancou toda uma estrutura para fazer a comemoração desse aniversário de 50 anos da escola e também mostrando seus produtos e mostrando suas ações de responsabilidade social.

Houve a apresentação do coral dos funcionários da empresa, da Contflex e houve também o próprio maestro que faz o ensaio do coral dos funcionários, fez o ensaio com os estudantes e houve a apresentação desses estudantes da escola municipal e realmente foi algo que emocionou a todos que estavam presentes. Então essa interação da empresa com a indústria, com a comunidade, é realmente algo muito interessante. A empresa desenvolve ações de responsabilidade social.

1. Importante isso.
 2. Com certeza e também temos relacionamentos em que atuamos de forma conjunta com várias outras instituições. O CIFS é parceiro da Associação Comercial, do CDL, do Instituto Pensar Feira, do Sindicato do Comércio, do SEBRAE, do SENAI, do sistema FIEB como um todo. Então várias demandas que são interessantes para a cidade e que vão beneficiar a indústria, mais também o comércio, o setor de serviços, nós atuamos conjuntamente. Porque? Porque não é restrito a um segmento só e também dá mais peso ao nosso pleito. Então elaboramos ofícios, documentos com a assinatura de várias instituições ao mesmo tempo e isso é encaminhado ao prefeito, ao governador, as vezes até a Brasília, a algum ministro, depende da necessidade, depende do que for a demanda, mas nós temos trabalhado muito forte nisso. Questão do Aeroporto, Centro de Convenções, Poli Logística, enfim, tudo que é interessante para a cidade como um todo, nós estamos envolvidos.
1. Muito bom. Eu não tenho mais questões, lhe agradeço, se tiver mais alguma consideração a fazer. É muito importante para minha pesquisa essa palavra sua, principalmente que você colocou algumas respostas que foram totalmente diferentes de outras coisas que eu estava ouvindo e isso me esclareceu bastante, obrigado.
 2. Assim, o que nós fazemos por Feira, na verdade nós vivemos aqui, daqui tiramos nosso sustento, muitos nascem aqui, eu não sou daqui mas me considero feirense, mas minha esposa e minha filha são, e é daqui que vivemos e temos que buscar ter uma cidade o melhor possível, para termos uma melhor qualidade de vida e Feira é uma cidade que eu diria ser até fácil de se lidar no dia a dia, porque é uma cidade plana, que tem um tamanho bom, não é uma cidade grande demais, nem pequena demais. É uma cidade que existe um encontro das pessoas, que trocam ideias, informações e se juntam em determinadas questões e isso gera amizade, mas gera negócios, gera também mobilizações. Temos visto Feira crescendo muito e ficamos felizes, pois estamos cada vez menos dependentes de Salvador, de São Paulo, de outros centros, pois aqui temos

praticamente tudo, o que precisamos procurar fora são coisas que Feira não tem, como uma praia e outras questões específicas, mas de uma forma geral o que precisamos para o dia a dia, para viver bem, hoje basicamente temos aqui em Feira.

ENTREVISTA 06 – IND – FIEB

1 - O mercado da Bahia e sobretudo de Feira de Santana ele é um mercado importantíssimo porque, nos estamos dentro de um mercado baiano com mais de 15 (quinze) milhões de habitantes, então você por si já tem um grande mercado, isso atrai grandes empresas, porque hoje o grande problema é você ter um mercado. Se você já tem um mercado, especificamente Feira de Santana, além desse mercado é um grande entroncamento rodoviário é o maior do norte/nordeste. Esse entroncamento rodoviário possibilita a colocação de grandes indústrias, a atração de grandes indústrias para a cidade. Então nós estamos agora fazendo uma pesquisa na cidade pra poder vender a cidade pra fora. Porque na hora que as pessoas descobrirem que Feira de Santana é uma cidade com quase 700 mil habitantes, o maior entroncamento rodoviário do norte/nordeste e que tem um grande mercado e tem como escoar os produtos pra todo o Brasil, porque aqui nós temos esse entroncamento que facilita, pelo menos pra o norte/nordeste, tem com escoar esses produtos. Nós estamos aqui próximo do porto e próximo do grande aeroporto e provavelmente será construído em Feira de Santana um aeroporto de cargas como foi construído em Campinas.

2- Isso seriam fatores que tornam a cidade competitiva.

1- A cidade vai ser uma cidade bastante competitiva.

2- Ela já tem um potencial, mas na sua opinião isso precisa ser mais vendido, colocado para o Brasil e pra o mundo como uma vantagem da nossa cidade.

1-Tem uma empresa que eu esqueci o nome agora, foi falado ontem na reunião que nós tivemos, que ela está vindo fazer uma pesquisa cara, muito cara e ela está vindo de graça, porque ela entende que Feira de Santana é uma cidade importante para eles venderem a cidade para o mundo. É interessante, eu posso está até te dar o nome dessa empresa porque ela está vindo fazer uma pesquisa que é caríssima. Ela é uma das empresas mais ricas do mundo, ela tem um capital de \$ 40 bilhões de dólares, ela está instalada em São Paulo e ela descobriu que Feira de Santana é uma cidade importante pra ser vendida. Então ela não tem dados e vem fazer essa pesquisa aqui.

2-Vem fazer in loco.

1-In loco, para poder ter dados. Ai ela está fazendo uma parceria com a Feira Empreende.

2-Qual é a área dessa empresa?

1-É só pra fazer pesquisa mesmo, ela vende pesquisa para vender informações.

2-Interessante isso!

1-É uma empresa de consultoria, eu posso te dar, eu não estou lembrando aqui porque foi falado ontem na reunião do Feira Empreende que é outra coisa que nós estamos fazendo aqui em Feira de Santana pra pode desenvolver a cidade. Nós criamos ai o Feira Empreende. O Feira Empreende é o que? É uma concentração de entidades para minimizar os esforços, ou seja, o que nós vamos fazer como sindicato como FIEB aqui em Feira de Santana outras entidades poderão também querer fazer. Então se eu faço hoje, amanhã faz outro a mesma coisa não vai surtir tanto efeito como eu unir os esforços pra poder fazer um grande evento e esse evento chegar ao alcance de todos.

2-Maravilha

1-Então, ai nós criamos o Feira Empreende e desse Feira Empreende surgiu a possibilidade de fazer justamente um censo empresarial e essa empresa vai vir fazer o censo empresarial porque ela tem interesse de conhecer a potencialidade de Feira de Santana.

2-Quem faz parte do Feira Empreende, da organização dele?

1- Feira Empreende tem com coordenador Antônio Carlos Borges Jr. que é secretário de desenvolvimento econômico; eu posso abrir o espaço para que também você possa estar entrevistando ele.

2-Ele está na minha lista pra ser entrevistado, se você puder me ajudar inclusive a articular essa entrevista.

1-Ajudo sim, terminando aqui a gente pode estar articulando pra que ele possa estar contribuindo com a sua tese de doutorado, e o Feira Empreende tem um coordenador também pago pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico pra poder monitorar, tem um consultor pago pelo SEBRE que é o Sr. Bráulio, que ele também pode estar contribuindo com algumas informações importantes, e tem as empresas, as entidades. As entidades são os sindicatos, os Bancos de fomentos e Bancos normais, a CDL, Associação Comercial, a Prefeitura, todas as entidades juntas, o pensar Feira, o Instituto Pensar Feira, que é uma entidade não setorial é uma entidade que ela tem isenção, que ela pensa a cidade, que tem como presidente Edson Piaggio, que eu também posso abrir pra você fazer uma entrevista com ele, que é dono dos shoppings e presidente dos shoppings do Brasil inteiro. Então você poderá estar fazendo também uma entrevista com ele pra ele falar um pouquinho das oportunidades que Feira de Santana e que a Bahia oferece pra criação de novos investimentos.

Então eu acho que hoje, nós moramos numa cidade onde ela gera muitas oportunidades.

2-Maravilha. Tem umas perguntas aqui que eu elaborei. A primeira é a seguinte: o senhor falou de muitas coisas de potencial, de que vão acontecer, mas o atual nível de

desenvolvimento econômico de Feira de Santana. Como é que o senhor avalia esse atual nível de desenvolvimento?

1-Olha Feira precisa de muita coisa. Nós estamos criando agora um plano diretor, está sendo licitado agora justamente pra nós podermos direcionar o crescimento de Feira. Feira tem um plano diretor desatualizado, então isso impossibilita você desenvolver a cidade, porque você não tem norte pra onde vai crescer e como crescer. Então esse plano diretor sendo licitado, sendo colocado em pratica evidentemente nós vamos ter mais norte no crescimento. Mas Feira de Santana é uma cidade que ela cresce acima das expectativas de todos nós. Então é muito bom o crescimento da cidade. E nós vamos fazer agora em Feira de Santana nos dias 23, 24 e 25 de outubro o maior evento da indústria baiana que vai ser realizado aqui, justamente pra que nós possamos ai estimular as indústrias e mostrar a cara da Bahia e de Feira de Santana sobretudo pra todo o Brasil.

2-Entao a questão do plano diretor o senhor vê como algo que precisa ser implementado pra poder potencializar esse desenvolvimento?

1-Potencializar. Hoje se você não tiver um plano diretor pra mostrar para os investidores que nós estamos crescendo e crescendo de forma ordenada, talvez isso possa impedir alguns investimentos importantes.

2-Entao assim, nós temos o potencial mas esse potencial não é plenamente desenvolvido por conta dessas questões históricas.

1-Iso. E nós vamos agora juntos organizar e tentar fazer com que as coisas aos poucos vão acontecendo. O prefeito tá comprando as ideias. O Instituto Pensar Feira, esse instituto, ele nasceu justamente pra direcionar o gestor público, entendeu, as necessidades e as demandas da cidade. Então nós temos várias demandas. Nós temos aqui a Universidade do Recôncavo, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, ela está vindo pra Feira de Santana, ela quer um espaço de 100 hectares de terra pra poder instalar seu campus universitário. Ela já está instalada em Feira de Santana de forma precária. Então o Instituto Pensar Feira, ele capitania informações e pessoas interessadas no desenvolvimento da cidade pra poder vender essa área, fazer com que o governo participe, então ele gera abertura de oportunidades para os investidores que querem vir pra cidade.

2-Maravilha. O senhor é vice-presidente da FIEB?

1- Sou vice-presidente da FIEB e presidente do sindicato da indústria do vestuário de Feira de Santana e região.

2-Especificamente sobre a FIEB, qual a influência da FIEB pra o desenvolvimento de Feira de Santana?

1-Olha todo desenvolvimento parte do princípio de que nós temos que ter mão de obra qualificada, mão de obra conhecedora de tecnologias e a FIEB é muito importante no desenvolvimento de qualquer cidade, porque junto com a FIEB nós temos o SESI, o SENAI,

o IEL. O IEL trabalha com informações científicas que levam essas informações até as indústrias através de estágio, o SESI com informações na parte de saúde ocupacional, informação na parte das NRS que hoje é um grande entrave nas empresas e o SENAI na capacitação de mão de obra, e nós estamos criando em Feira de Santana uma escola do EBEP que é uma escola que forma o aluno na parte educacional do ensino médio integrada com o SENAI. Então o aluno vai pra essa escola, passa os dois turnos, um turno aprendendo o ensino médio normal, o outro turno se capacitando a nível técnico e concluindo esse ensino parte pra o CIMATEC para se graduar em um ensino técnico já de alto nível.

2-Interessante isso, não conhecia essa iniciativa não. Feira de Santana é considerada uma metrópole regional, além da população de Feira juntando com as cidades da região, da micro e da macro região em torno de dois milhões de pessoas gravitam por Feira de Santana. Em que aspectos Feira aproveita esse potencial de ser uma metrópole regional e em que aspectos Feira precisa melhorar?

1-Olha Feira de Santana na verdade é uma região metropolitana reconhecida mas não formalizada, então nós precisamos primeiramente formalizar essa região metropolitana, a partir do momento que formalizar essa região metropolitana, que nós começamos a mostrar cientificamente que Feira de Santana tem um potencial acima do que hoje é visto, nós vamos ter um grande aeroporto, nós vamos ter grandes investimentos, porque a região metropolitana na verdade só na criação do aeroporto que começou a funcionar a pouco tempo, os aviões estão saindo daqui com 100% da sua capacidade ocupada e 90% dessas pessoas que estão ocupando essas aeronaves são da região metropolitana e de outras regiões próximas daqui. Então, Feira de Santana, a facilidade das pessoas chegarem a cidade é muito grande, então nós estamos falando de uma região metropolitana, mas nós estamos falando de uma região também aonde gera oportunidades pra outras regiões que não estão inseridas dentro da região metropolitana, então falamos aqui da região metropolitana de dois milhões de pessoas, mas ontem foi discutido isso que mais de cinco milhões de pessoas utiliza a cidade de Feira de Santana pra fazer alguma coisa.

2-Pela legislação a primeira parte da região metropolitana são 6 cidades, mas tem a previsão de expansão pra que fique se não me engano 12 ou 13. Mas além da influência dessas 13 cidades, ainda viriam pessoas de outras, talvez lá do alto sertão.

1-A grande prova disso é essa informação que eu estou acabando de lhe dar. Nas ocupações das aeronaves que partem daqui pra São Paulo, 90% dessas ocupações vem de Itaberaba, vem de Santo Antônio de Jesus, vem de Conceição do Coité, de Serrinha, de Cansanção, Santa Luz, Araçá, Teofilândia.

2-Bem além da região.

1-Tá fugindo da região metropolitana. Então você vê que a condição que Feira dá para essas outras cidades é muito grande. Então Feira de Santana, dentro da cidade trafega em torno de cinco milhões de pessoas mês.

2-E surgiu algo que eu nem tinha colocado aqui no roteiro. A proximidade com Salvador, 100Km, ela pode ser um entrave ou uma oportunidade?

1-Olha, como Feira de Santana cresce muito e é uma cidade plana, uma cidade gostosa de se morar, com clima importante e com desenvolvimento acima de todas as expectativas, é a cidade que mais cresce no Brasil hoje. Entendeu? Eu acho que é uma oportunidade. O que nós precisamos fazer, eu acho que isso não é uma utopia, é criar condições de que você possa se locomover de Feira/Salvador com maior facilidade. Quem sabe no futuro próximo um trenzinho bala daqui pra Salvador, um metrô, porque existe condições de ser feito isso.

2-Sim, sim é fantástico. Uma das principais teorias que trata de capital humano postula que a formação do capital, pessoas formadas e qualificadas para o trabalho e para pensar soluções e nós perspectivamos é fator relevante para o desenvolvimento econômico. Qual a situação de Feira de Santana em relação ao capital humano? A sua instituição possui alguma relação com a formação do capital humano em Feira?

1-Com certeza. Nós temos em Feira de Santana, primeiro eu vou falar da quantidade de faculdades e universidades que nós temos. Nós temos uma das melhores universidades do Brasil que é a UEFS que está instalada em Feira de Santana e depois da UEFS tem inúmeras faculdades que proporcionam essa qualificação do capital humano. A nossa instituição a FIEB, tem aqui o IEL, o SENAI, o SESI e agora a escola do EBEP que vai ser instalada aqui em Feira. Então com isso contribuimos muito para essa questão da qualificação do capital humano

2-Mas me fala uma coisa: o atual nível do capital humano em Feira de Santana, ele é satisfatório para as indústrias, ele é satisfatório para atividade empresarial?

1-Ainda não, nós precisamos melhorar muito ainda.

2-Em que nível?

1-Melhorar a nível realmente intelectual, eu acho que a questão da instalação da escola do EBEP aqui. Nós vamos começar a gerar uma oportunidade, uma visão diferenciada. Então nós temos hoje inovações de máquinas de última geração que precisa as pessoas se capacitarem mais ainda pra poder manusear essas máquinas. E quando vem uma empresa para cá, de alta tecnologia, com alta complexidade, ai busca geralmente pessoas de fora do estado pra vir manusear essas máquinas porque são máquinas de alta complexidade. Mas isso é questão de tempo, nós estamos avançando muito nesta questão. Então ainda há uma deficiência nessa questão de mão de obra altamente qualificada.

2-Eu concordo com isso, porque eu milito na área de educação a muito tempo e a impressão que eu tenho é que existe uma quantidade muito grande, mas a qualidade não acompanha essa quantidade.

1-Exatamente.

2-Formação. Então como melhorar essa formação e de quem é essa responsabilidade?

1-Olha a responsabilidade é da sociedade como um todo, mas existe responsabilidade específica que é do governo Federal, do governo Estadual, do governo Municipal de criar esse desenvolvimento, de proporcionar esse desenvolvimento. Eu vou te dar um grande exemplo, nós tivemos aí grandes dificuldades pra conseguir uma área de terra para instalar uma escola do EBEP. A escola do EBEP, como é uma escola importantíssima para o município, eu acho, dentro da minha visão, que deveria ter uma facilidade maior pra se conseguir uma área bem localizada, importante para acesso dos alunos, para que eles tivessem mais interesse em si ingressar nessas escolas. Que é que aconteceu, nós não conseguimos uma área em Feira. Não houve uma mobilização dos poderes públicos de ajudar na aquisição dessa área, nós tivemos que demolir o SESI, que já existia, adequar o espaço para poder construir a escola. Então eu acho que o poder público tem que se empenhar mais nessa questão, porque nós estamos caminhando pra épocas que nós precisamos de mão de obra mais qualificada, porque as empresas estão cada vez mais investindo em alta complexidade na questão de maquinário e inovação, e precisa de mão de obra mais qualificada. Então vamos ter hoje um funcionário ganhando mais, mas com a quantidade de trabalhadores menores e esses trabalhadores têm que ter qualificação para poder assumir o papel de manusear esses maquinários de alta complexidade.

2-Muito bem, muito bem. Essa pergunta eu acho que o senhor já respondeu, mas eu vou fazer porque está aqui no roteiro. É comum observar em fala de liderança da região de Feira que a localização privilegiada isso ajuda na atração de investimentos, questão de entroncamento rodoviário, 3 BRs passando, algumas BAs, você concorda com isso? Além da localização que outros fatores atrativos de Feira são colocados para atração de investimentos e o que é que tem que ser melhorado?

1-Feira de Santana é uma cidade que tem mercado, é uma cidade plana, fácil de instalar qualquer indústria. É uma cidade que cresce acima da média no Brasil. É uma cidade que está próxima de Salvador, próxima do porto, próxima do aeroporto, cortada por várias rodovias federais, estaduais e municipais. Então é uma cidade que tem todas as características que proporciona os investidores virem para aqui investir, então é uma cidade importantíssima para qualquer investidor.

2-Ok. Há ambientes pra geração de inovação em Feira de Santana? O senhor conhece alguma iniciativa que fomente essa questão da inovação?

1-Essa questão da inovação nós temos aí o próprio SENAI que está sempre criando alguma coisa. O SENAI é uma instituição do sistema FIEB que está sempre inovando e proporcionando essas inovações. Criando cursos novos, buscando atender as demandas solicitadas, nós tínhamos aqui até o ano passado uma grande demanda que era um curso de ferramenteiro. Nós estamos crescendo muito nessa questão do setor de plástico em Feira de Santana, injetoras, e não tinha um curso pra capacitar essa mão de obra. Que é que nós fizemos: nós criamos um curso de ferramentaria, pra criação de molde, para evitar essa questão de falta de pessoas capacitadas para trabalhar nesse seguimento que está crescendo muito. Então hoje Feira de Santana, a região é um polo forte no seguimento de plástico.

2-Muito bem. O capital humano que existe hoje em Feira de Santana ele é capaz de produzir inovações?

1-Muito pouco, muito pouco. Eu não vou dizer assim porque o conhecimento, as vezes tem muitas pessoas com capacidade que não mostra essa capacidade. Mas nós precisamos avançar muito nessa questão. Eu acho que tá faltando ainda curso de nível superior em Feira de Santana, voltado pra essa área de inovação e tecnologia.

2-Perfeito, perfeito. Eu lembro que eu conheci uma vez um empresário, ele tem uma fábrica dessa área de plástico no Morada das Arvores, o senhor deve conhecer. Empiricamente ele tinha uma oficina lá no fundo e ele desenvolvia todos os moldes, desenvolvia tudo. Eu ficava pensando, um sujeito desse em um SENAI, em um lugar, em um laboratório desse, ele ia longe, porque tinha uma genialidade ali, um talento e deve ter muita coisa dessa por aí que não é descoberto.

1-Pois é eu acabei de falar isso com você, é justamente pessoas que têm conhecimento e que nós não sabemos da capacidade de conhecimento que essas pessoas têm e as vezes não nos procura pra poder aprimorar mais esse conhecimento tecnicamente. Então esse curso que nós abrimos agora no SENAI de ferramenteiro, ele vai proporcionar muitas inovações, porque as começam a criar a partir do momento que têm conhecimento aí começa a inovar. Sem conhecimento ninguém inova.

2-Perfeito, perfeito. A sua instituição participou ou ela participa de alguma articulação com o poder público, instituição de ensino, empresas e caso positivo que resultados vieram dessa articulação?

1-Olha, nossas instituições, elas têm tudo a ver com as instituições públicas. Ela participa, interfere, ouve de forma, nós temos tudo a ver. Na verdade é o seguinte, nós somos umas instituições privadas, mas totalmente lincada aos poderes públicos, porque as demandas sendo surgidas nós começamos a desenvolver essas demandas e instalar. Então nós temos em Salvador uma escola que foi inaugurada agora, uma escola de fábrica, uma fábrica modelo dentro do CIMATEC; nós vamos inaugurar agora o super. computador, um

computador que vai, é o único da América Latina, esse computadores, que vai fazer pesquisas no fundo do mar e vai analisar as pesquisas pra busca do pré-sal e outras coisas mais ai. Então nós temos ai todas as condições, lincada com o poder público para desenvolver qualquer região.

2-Maravilha. Como a indústria e o comércio e os serviços também têm contribuído para o desenvolvimento econômico de Feira de Santana?

1-A indústria, onde ela chega ela gera emprego e renda, né. Quando gera emprego e renda ela contribui para o desenvolvimento porque há consumo, consumo com poder aquisitivo. Então de qualquer forma gera esse desenvolvimento. Ao mesmo tempo a indústria proporciona ao seu trabalhador a busca de conhecimento, então os trabalhadores vão estudar pra ter mais conhecimento e se desenvolver dentro da própria indústria. Então ela contribui de forma efetiva com desenvolvimento de capital humano e desenvolvimento local.

2-Certo. A relação entre a indústria de Feira de Santana e o comércio de Feira de Santana em alguns aspectos ela é direta, mas ela é mais indireta?

1-Olha, não existe comércio sem indústria, né. Pra existir o comércio tem que existir a indústria. A indústria produz e o comércio distribui. Então se você tem o comércio é porque houve a indústria. Então essa relação, ela é direta e nós temos que ter ações que contribua pra que o comércio seja sempre um comércio inovador, através de produtos diferenciados. Então eu estive na Itália recentemente e conversando com algumas empresas centenárias, que é importante a gente frisar isso, porque quando você vê uma cidade ou um país e você visita algumas empresas centenárias, você vê que aqui no Brasil já é mais difícil você conseguir ver empresas centenárias, que passa de geração para geração. Geralmente a empresa, quando a pessoa que implantou a empresa morre, os filhos não dão sequência a empresa. Então essas empresas dos Estados Unidos elas crescem porquê? Porque buscaram inovação. Nós temos diversas universidades na Itália, eu estive em Milão e eu visitei algumas universidades de pesquisas pra fabricar o melhor produto do país e distribuir para o mundo. Então na área de tecidos, o ápice da moda no mundo é Milão. Porque Milão desenvolve todas as tecnologias na qualidade de tecido, pra fabricar o melhor terno, o melhor vestido, a melhor roupa e ai o mundo distribui essas roupas.

2-A área de confecções lá é bem forte.

1-Conversei com alguns empresários e perguntei mesmo assim: a Itália não produz muita coisa, e ele disse produz sim, produz conhecimento e o conhecimento é que gera desenvolvimento.

2-Perfeito, perfeito, ótimo. Sobre os fatores que tem atraído empresas para Feira de Santana, o senhor já colocou ai que tem localização, tem questão de vários projetos. Até que ponto a questão da isenção fiscal, dos incentivos fiscais, tem pesado na atração de empresas e até que ponto essas outras vantagens vocacionais que o senhor falou ai tem

pesado? Em outras palavras seria possível atrair empresas pra cá sem o incentivo fiscal ou isso é indispensável?

1-Olha, a minha visão com questão de incentivo fiscal é um pouco contraditória em relação ao que existe aí. Eu acho que a cidade por si ela já proporciona grandes condições, né? Mas, o incentivo talvez não fiscal, mas o incentivo na parte de formação de mão de obra altamente qualificada talvez seja um fator preponderante do que o incentivo fiscal. Eu vou citar algum exemplo: quando se trata de uma empresa com tecnologia complexa, você não tem essa mão de obra pra empresa vir e ela não virá pra cá só pelo incentivo fiscal, porque ela vai ter um custo muito alto com importação de mão de obra qualificada. Na questão de empresa de baixa complexidade, ela recebe o incentivo porque vai gerar muitos empregos. Acabando o incentivo, ela pega aquelas maquinas ou até deixa as maquinas aqui porque não tem muito valor, que é o caso das indústrias de calçados e vão embora buscar outro local que gere incentivo fiscal. Então eu acho que a formação de conhecimento é mais importante do que o próprio incentivo fiscal. Agora, o incentivo na aquisição da área, o incentivo na manutenção do distrito industrial, o incentivo na questão de facilidade de locomoção dos colaboradores das industrias, aí eu acho que é preponderante para poder as empresas virem pra aqui. Nós tivemos um exemplo de uma empresa que foi visitar o CIA (Centro Industrial de Aratu) e na visita dele ao CIA encontrou vários carros queimados e ele observou que naquela região ele não ia instalar porque não tinha segurança. Então há uma importancia além do incentivo fiscal que é muito maior do que o próprio incentivo fiscal. Então eu acho que tem que ser revista essa questão do incentivo fiscal, na minha opinião pode ser contraditória.

2-Última pergunta. Eu observo os esforços das empresas, das entidades empresariais, do poder público, das instituições de ensino e todas tem intenção de promover o desenvolvimento, todas querem que Feira de Santana cresça, desenvolva, só que em muitos momentos passa a imagem de que elas se articulam pouco e cada um tem a sua iniciativa bem intencionada, mas cada um está indo para um lado, que não existe essa congregação de esforços, principalmente quando se refere a questão da restituição de ensino, de formação. Como o senhor falou, com o poder público já começa a ter essa articulação, tem a prefeitura trabalhando com as empresas, mas do ponto de vista da formação isso não acontece, parece que não estão indo na mesma direção. O que o senhor acha disso?

1-Voce fez uma colocação aí interessante, nós temos aqui em Feira de Santana um número muito grande de fabricas de confecções, as faculdades não procuraram até hoje colocar um curso de moda. Então essas articulações talvez não sejam corretas, então coloca-se varios cursos que não geram desenvolvimento. Então ficam muitas pessoas graduadas e não conseguem um emprego porque não focaram, não tiveram um link com as industrias pra ver

quais são as demandas das indústrias, quais são os profissionais que as indústrias querem. Então isso é importante, estar vinculada com as indústrias pra ver quais os profissionais que as indústrias querem, para que as faculdades promovam os cursos para atenderem as indústrias. Entendeu? Então essa é a minha visão. Eu acho que falta um pouquinho de interação entre as faculdades para poder promover cursos para que as indústrias absorvam, tanto a indústria quanto o comércio.

2-Muito bem. Muito bem mesmo. O espaço está aí para suas considerações finais, agradeço muito seu tempo, sua contribuição no meu trabalho.

1-Eu acho que essa pesquisa é importante até para o nosso próprio crescimento, porque a partir do momento que você fala de alguma coisa você começa a buscar também essas coisas, esses problemas que nós estamos citando aqui e essas vantagens, porque não é só problemas e oportunidades. Então o que é que nós temos que fazer? Buscar cada vez mais melhorar a nossa cidade, gerar oportunidades e como vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, nós estamos aqui fazendo pela cidade, a construção de um novo SENAI, um novo espaço. Nós estamos criando aqui um novo SESI, uma unidade bonita, um investimento de 40 milhões de reais está sendo feito em Feira de Santana. Tudo isso pra gerar o desenvolvimento e capacitar as pessoas para trabalharem nas indústrias. Eu agradeço também pela oportunidade e fico aí sempre às suas ordens.

2-Obrigado. Muito boa mesmo.

ENTREVISTA 07 – COM - ACEFS

Hélio é um prazer e até uma honra estar participando da sua pesquisa. Eu acompanho Feira de Santana, o seu desenvolvimento, já há algum tempo. Estava até comentando que eu morei em Salvador, tive atividades lá e vim para cá mais definitivamente no ano 2000/2001, onde eu assumi atividade hoteleira. E eu tenho hotel até hoje. Na época tínhamos um hotel, em 2004 foi inaugurado outro e o ano passado o último e ano retrasado esse inclusive que nós estamos aqui. E eu vi claramente o crescimento da cidade, teve uma mudança muito grande no nível de desenvolvimento da cidade. Eu tenho acompanhado algumas pesquisas de revistas, de periódicos, Exame, etc. Feira de Santana está muito bem ranqueada no setor de infraestrutura de negócios, então percebemos Feira de Santana, eu vejo isso conversando com André que é o presidente do CIFS e fez uma informação que tem por volta de 1500 indústrias em Feira de Santana, das menores às maiores, mostra a pujança que você tem da indústria e conseqüentemente do comércio, pois Feira nasceu do comércio. Então, por ser o segundo entroncamento rodoviário do país, você tem a facilidade de logística, que nem todos enxergam isso, mas Feira é um grande ponto de logística, isso facilita muito o comércio da cidade, infelizmente em alguns momentos, desordenado. Eu

concordo muito com as revistas, até porque foram pesquisas que eu considero serias, em colocar Feira de Santana com uma boa infraestrutura para negócios, para indústrias, para a instalação de indústrias. A sua geolocalização é muito boa em termos de distribuição. Você pega mercadorias vindo do sul para distribuir para o nordeste e conseqüentemente algumas fábricas do nordeste você consegue levar para o sul também, até um pouco para o centro-oeste do país. E Salvador é um grande gargalo, é um estímulo, então Feira fica numa posição muito privilegiada. Eu acho interessante Feira ter essa infraestrutura, agora eu não posso deixar de falar que eu acho que infelizmente o governo de um modo geral, eu não estou entrando em questões partidárias, a infraestrutura que deveria ser dada, ela é mais espontânea do que preparada pelos governos. Então, hoje temos serias deficiências, mesmo Feira sendo uma cidade grande já, caminhando para setecentos mil habitantes, influenciando uma região de mais de dois milhões de habitantes, comércio fortíssimo, acho que é a maior cidade do interior do Brasil, exceto as cidades da região sudeste. Então com isso você tem um comércio muito forte, a infraestrutura infelizmente deixa a desejar. Eu vou falar até um pouco de infraestrutura de logística. A própria chegada a cidade hoje é prejudicada, você tem vias de auto tráfego na cidade que já deveria ser duplicada ou talvez triplicada e estamos ainda com mão dupla. Eu falo por exemplo, Feira/Serrinha, que eu vou de mês ou mês e meio, eu levava 30 a 40 minutos para chegar em Serrinha, hoje eu levo uma hora e meia, porque você tem um fluxo de caminhões. Então você vê, a economia é muito pujante, mas a infraestrutura deixa a desejar.

Quando você fala que a nossa infraestrutura, a que existe, faltou um planejamento. Falta planejamento governamental para nossa infraestrutura, é isso?

1. Acho que sim, acho que falta. Por exemplo, você deve ter conversado com o CIFS e o CIS, e o Centro Industrial do Subaé começou como órgão municipal, ele foi transferido para o governo do estado, isso a uns trinta anos atrás ou mais, e quando você vê hoje qual a infraestrutura que tem? O CIFS sofre com a indefinição de quem dá manutenção nas áreas que não tem iluminação pública, quem é que coloca? É a prefeitura e coisa e tal, não é? Ai buraco na pista, é a Prefeitura, governo do estado, até o lixo para recolher é uma dificuldade. Então com isso você percebe que, não é que desestimule 100%, mas é ruim para uma indústria que vai se instalar, porque você não tem uma área industrial bem tratada, uma área industrial de mais de mil empresas e você não tem uma definição de governo, para que crescimento vai ser? Vai discutir o crescimento do CIS? Há é ala norte, é ala sul, não existe um planejamento integrado, infelizmente eu acho que nós pecamos nisso.

1. É como se tivéssemos um potencial que não é plenamente aproveitado por falta desse planejamento.
 2. Eu acho inclusive que esse próprio potencial é tão grande que ele atropela até algumas vezes o governo. O governo é quem deveria planejar, a grande função do governo era fazer um planejamento ordenado, para poder as coisas crescerem ordenadamente. É atropelado, não é.
-
1. É esse sentimento que nós temos. É comum ver as lideranças da região falarem: Feira tem uma localização privilegiada, tem um potencial, mas nós não vemos isso plenamente sendo desenvolvido e muitas vezes a cidade perde até um pouco de competitividade por conta disso e perde para outros centros.
 2. Perde. Não tenha dúvidas.
-
1. Nós vemos por exemplo, Alagoinhas se tornando um grande polo de indústria de bebidas. Há mas tem a água, mas nós aqui temos também uma fábrica de cerveja. Então assim, muitas vezes essa falta de articulação, Feira é competitiva por natureza, mas ela termina perdendo um pouco disso por conta dessa...
 2. Não tenho dúvida nenhuma, essas questões, eu vou falar um pouco de política, que eu não posso deixar de falar, infelizmente no país quando você descasa o governo estadual da mesma linha partidária do governo municipal, não quero defender nem atacar ambos os lados, para mim os dois estão errados, não há um alinhamento, os nossos políticos infelizmente eles não descem do palanque, então na hora que você, eleição é eleição, você disputa o que for, eu posso disputar uma eleição com você para ser reitor da universidade, mas no momento que acabou a eleição e eu ganhei ou você ganhou, tem que trabalhar em função do crescimento da cidade, não é ficar: esse cara ganhou de mim eu vou emperrar tudo que ele for pensar. Então, infelizmente no nosso país é assim. Eu vou falar isso bem claramente, porque já escrevi na revista da Associação Comercial um discurso falando exatamente isso, quer dizer nós temos projetos aqui em Feira de Santana que são travados politicamente. Estamos falando aqui de turismo que é meu ramo. O turismo de eventos que é bom aqui, poderia ser muito mais forte, mas não temos um centro de convenções aqui. Começou-se uma obra há 12 anos atrás, no governo de um partido, esse governo perdeu, não concluiu, já foi errado, foi o governo de Paulo Souto, não concluiu, Jaques Wagner pegou e não deu andamento em nada durante oito anos, nada. Veja, é dinheiro público, 10/12 milhões de reais ali.

1. Se for retornar a obra agora.
2. Dizem que não, dizem que está caminhando ali, eu sempre converso com deputado Zé Neto e diz que está caminhando a obra. Eu até tenho uma proposta para fazer para ele que vai estudar isso. Então veja, independente de que linha política começou a obra, pelo amor de Deus. Até a questão da economicidade do dinheiro público, você tem dez milhões lá investido. A não, porque o projeto foi feito errado.
1. E o interessante é que isso acontece agora, estamos passando pelo governo de um partido e a prefeitura de outro. Agora aconteceu anteriormente invertido, não é?
2. Exatamente aconteceu invertido.
1. Você tinha o pessoal da linha carlista como governador e ele não conseguia fazer o prefeito aqui, é um histórico da cidade.
2. É histórico e você entende, eu não estou defendendo nem um lado, nem o outro, são os dois errados. Então na época aqui Colbert Martins era mais dito de esquerda na época PMDB, e o governo carlista, então tinha os cortes do governo carlista em relação ao governo de Colbert. Aí quando alinhou que foi Paulo Souto com José Ronaldo, houve realmente um crescimento? Houve. Mas gente isso está certo? Não está certo. Independente de chico ou Francisco, acabou a eleição, o governador é de todos nós. Eu não votei nele, não importa, é seu governador. Presidente da República chama-se Dilma Roussef, você goste ou não goste, até que se tenha o desfecho dessa questão de impeachment ou anulação de direção, mas ela é a presidente do seu país.
1. É temos que aceitar.
2. O prefeito de Feira de Santana chama-se José Ronaldo de Carvalho, esse negócio de tirar. Há, porque eu sou PT aqui, na minha linha o Estado e tudo bem, mas aqui não alinhado comigo eu não dou nada, isso é um absurdo.
1. Essas picuinhas políticas atrapalham muito.

2. Eu acho que atrapalham muito a cidade. Inclusive promessas políticas que vêm aqui. A Dilma já prometeu isso, o Lula prometeu isso: vou duplicar o anel rodoviário. Isso tem, eu ouço a uns dez anos. Esse anel rodoviário de Feira de Santana é insuportável.

1. Ano que vem tem eleição para prefeito e as promessas voltam, não é.
2. Voltam. É insuportável. Eu moro relativamente próximo do contorno, ali próximo do Los Pampas e eu saio por trás, onde tem o São Roque, para atravessar ali é impraticável.

1. E isso atrapalha? Isso se torna um fator que alguma empresa pode deixar de vir para cá por causa disso?

2. Eu acho que sim, porque se eu fosse um gestor e fizesse uma pesquisa: e esse trânsito aqui, de repente eu vou escoar uma carga aqui e vou levar só aqui dentro uma, duas horas. Então eu não consigo entender, daí eu falo logo em política, BR 101, ela vinha sendo duplicada, no Espírito Santo parou, pulou a Bahia e foi para Sergipe, por questões políticas. Na época que Antônio Carlos Magalhães era vivo e o governo federal já estava com o PT, aí boicotou a Bahia. Eu saí daqui fui até Natal. Você sai daqui, não dá 50 quilômetros saindo da Bahia em Sergipe já pega um trecho duplicado, vai até Aracaju, isso tem dois, três anos, de Aracaju você anda um pouquinho, chegando na divisa de Alagoas não estava duplicado, mas estava em construção. Você sai de Alagoas/ Pernambuco, trinta quilômetros depois da fronteira de Pernambuco é duplicada até Natal e segue adiante até João Pessoa. Ou até mais. Uma pista maravilhosa. Inclusive no concreto, porque o terreno é massapê, no concreto, a pista maravilhosa e o fluxo que tem lá, pequeno. Nós temos aqui um fluxo estúpido e você não tem. Que planejamento é esse? É isso que eu falo. O planejamento governamental de você pegar o dinheiro e aplicar nos locais certos, não é onde eu sou amigo do político da região. Então, por exemplo, você chegar aqui no nordeste e perguntar: onde é que tem o maior entroncamento rodoviário aqui do nordeste. Feira de Santana, temos que pegar isso aqui e transformar em um grande polo de logística. Tem que ser as melhores estradas do nordeste, tem que ser aqui.

1. Aí eu te pergunto: além da localização que nós temos boa, o que mais nós temos de positivo para se tornar esse Polo de Logística, para desenvolver melhor a cidade?

2. Eu enxergo hoje Feira como um Polo Educacional, nós temos hoje muitas fabricas, como você comentou, a indústria, ela escolhe a sua destinação por varios fatores, não é, felizmente no Brasil o fator de incentivos fiscais é fortíssimo. Ele é preponderante? É. Mas

não devia ser o mais forte, em sendo, você tem logística, mão de obra qualificada, e Feira hoje tem um polo educacional muito forte, eu acho que isso facilita muito.

1. É um fator que é visto como positivo. Você viaja muito, você tem contato com outros empresários?
2. Isso é visto como positivo.
 1. E a qualidade desse capital humano?
 2. A qualidade eu acho que deixa a desejar, mas você já ter o potencial das faculdades e universidades aqui, já é um grande passo. Eu acho que a partir de agora você precisa melhorar um pouco mais. Se você for ver, você está fazendo doutorado, não é?
1. Isso.
2. Em Salvador.
 1. Isso.
 2. Quantos mestrados nós temos em Feira?
 1. Poucos, muito poucos.
 2. E doutorados?
 1. Poucos também.
 2. Então você vê que eu não estou nem falando da qualidade da formação básica, que também é uma coisa questionável. Mas você não tem mestrado. Você falou muito que um fator importante é a inovação, nós não temos senso de inovação aqui em Feira. Foi inaugurado sexta-feira da semana passada uma expansão do SENAI, que é um prédio novo, que tem varios laboratórios, inclusive um laboratório de robótica, é pequeno, mas tem. E para você começar a fazer pesquisas de formação, isso do SENAI. Eu não pude visitar o laboratório, (por conta que estava com meu pai, ele tem 90 anos e reclamou porque ficou um bom tempo em pé) mas é um grande avanço. Você conhece o CIMATEC em Salvador?
 1. Sim, sim.
 2. CIMATEC é uma coisa de excelência, pouca gente conhece.
 1. O que eu percebo aqui em Feira é que existem laboratórios, principalmente na UEFS, mas são laboratórios de ensino, mas na parte mesmo de pesquisa para poder produzir inovação, nós não percebemos isso. Assim como no SENAI, os laboratórios do SENAI, eu não sei se nessa ala nova tem laboratórios para pesquisa mesmo.
 2. Não sei também, pois eu falei para você. Tem uma coisa Hélio que eu acho lamentável, minha formação básica é de matemática, eu me formei em 1987, eu tive uma professora que era preocupada com a formação do aluno não só no conteúdo da sua disciplina, para você ter uma ideia, essa matéria que era importante, chamada topologia, você estudava modelos matemáticos, era uma matéria avançada, mas ela fazia umas coisas interessantes. Ela buscava fazer alguns trabalhos mais humanísticos com você e teve uma equipe que foi sorteada e o trabalho que caiu para nós foi fazer um estudo sobre integração

escola/empresa, veja isso em 1985, e nós fizemos um trabalho. Mas infelizmente eu acho que as faculdade, as universidades, principalmente as universidades, elas não enxergam a empresa como um parceiro. Veja, ela está fazendo/formando mão de obra para quem? Para o mercado, para as empresas. Se você não enxergar o que o mercado quer, se você não se associar ao mercado, você vai ficar fazendo pesquisa para que? Para o umbigo?

1. Vocês sentem que não são ouvidos?
2. Não somos ouvidos de forma nenhuma.

1. Por elas?
2. De forma nenhuma. Eu sou representante da Associação Comercial no conselho da Universidade Estadual de Feira de Santana. Mas veja eu já participei de uma reunião, não posso nem lhe dizer que sim, nem que não, mas fui convocado agora para a próxima reunião. Os assuntos são: o orçamento, que está em voga aí na universidade. Mas pelo que eu percebo não tem assim: vamos fazer uma aproximação com as empresas, com o comércio. O que é que a Universidade Estadual de Feira de Santana precisa formar? Ela precisa abastecer o mercado local, e não só de Feira de Santana, a macro região e nessa macro região inclui Salvador também. Se você juntar os dois centros universitários, Salvador é um grande centro universitário, você pode atrair muitos investimentos de empresas. O indivíduo chega aqui e diz: eu vou para lá por que eu tenho engenheiro. E aqui. Quais são os cursos de engenharia que nós temos? Poucos. A indústria precisa de engenheiros.

1. E a própria oferta de cursos técnicos também, poderia ser abraçada não é?
2. Eu tive essa dica dele porque eu também sou técnico. Eu fiz o curso técnico de eletrônica na Escola Técnica de Salvador. E comecei minha vida profissional como técnico. Então é importante termos essa ligação. Saber o que o mercado está precisando.

1. Então assim, ao longo desse tempo você não tem percebido essa articulação da academia com a atividade produtiva.
2. De jeito nenhum, não vejo, não consigo enxergar isso. Acho inclusive, o nível de qualificação da formação muito baixo. Então acho que as faculdades, principalmente as faculdades, muito mercantilizadas e isso está virando praticamente um terceiro ano, é uma extensão do segundo grau, e não se forma profissionais de nível superior como se fazia antigamente. Eu digo isso porque tenho varios funcionários, são ótimos por sinal, muitos começaram comigo, entraram na faculdade, se formaram continuam trabalhando comigo, não estou desmerecendo Hélio, me perdoe o que vou falar, mas você não percebe que tem uma visão crítica. Por que eu faço minhas reuniões e digo: gente vocês precisam de visão

crítica. Ontem inclusive tive uma reunião. Mensalmente eu faço uma reunião de fechamento do movimento dos quatro hotéis, até por método objetivo eu fiz uma consultoria para isso, então eu faço uma reunião genérica, coloco todos e vamos cada um mostrar seus relatórios e vamos discutindo cada um para ver o que está acontecendo com os outros. E falta visão crítica. Eu falei, vocês precisam pegar, quando vocês olharem um número, você precisa saber o que aquele número significa. Então subiu, desceu por quê? Então de um modo geral as pessoas não questionam, você percebe que a formação, ela não é completa.

1. Isso é importante, porque no setor que você representa que é o comércio e serviços, é o maior empregador da cidade, eu não tenho agora o número exato, mas bem 80%. Então como vocês avaliam a mão de obra isso é extremamente relevante. Porque é a qualidade do capital humano que faz uma cidade ir para frente. Se você diz que as instituições que existem não estão formando a contento, isso é um motivo para se rever.
2. Eu acho, você balançou a cabeça então concordou comigo, veja bem é complicado, eu não sei se é culpa das faculdades, não estou dizendo que não, mas nós culpamos a formação, sabe é complicado, eu digo isso porque me lembro de Evangelina nossa professora, ela estava preocupada não é se estávamos sabendo a matéria topologia. Ela ensinou para mim cálculo um, análise matemática e topologia. Venha cá, como é que você se enxerga depois no mercado de trabalho? E as empresas? Poxa você está pensando em matemática, vai pensar em empresa. Porque não? Hoje começa-se ter matemático trabalhando em empresas. Matemático não é para ser só professor de matemática. Então ela se preocupava com isso em 1986/87. Aí você vê hoje pessoas que não têm, está faltando praticamente nível crítico. Você vai fazer um curso de contabilidade, o sujeito só dá a matéria básica. Sim, o que é que você dá de matéria para você, a universidade para mim era você pegar aqui um machado e dá na cabeça do indivíduo e abrir a mente dele. E eu não sinto isso, entendeu Hélio? Eu sinto falta de base, que a pessoa sai da universidade, não, terminou. Agora o terceiro ano está melhorzinho, é o terceiro grau, o nível superior é o terceiro grau.
1. Marcelo, uma coisa que nós vemos também em alguns lugares que são desenvolvidos é que você tem uma população, os trabalhadores os empresários, as lideranças, a parte de república, enraizadas, comprometidas com a cidade, com a região, querem o bem, não querem só tirar, elas querem também de uma forma ou outra estar contribuindo. Você percebe esse sentimento aqui em nossa cidade ou não?
2. Eu diria a você que estamos resgatando isso. Já veio uma mudança. Isso as pessoas começaram a enxergar melhor porque, se a cidade que eu tenho meu negócio, que faço

meus investimentos, ela não desenvolver, meu negócio não vai desenvolver. Então você chegar e: eu vou só chupar, chupar, ser o vampiro da história, minha vitima vai ficar dissecada lá e eu não vou ter mais alimento, entendeu? Eu sempre digo isso; o bom empresário quer o desenvolvimento da cidade. Se a cidade crescer, eu cresço junto.

1. Bom para ele, não é?
2. Muita gente hoje, se tem uma visão do empresário, infelizmente eu acho que tem uma linha política nisso aí, que ele é o inimigo da população, você sabe disso, você não concorda, mas você sabe disso. O empresário é inimigo da população, o empresário é inimigo do funcionário. Rapaz em momento nenhum eu vejo, você ter o mau político, o bom político está difícil, né? Mas em qualquer ramo você tem, você tem um bom professor, você tem um mau professor, você tem um bom operário e o mau operário, você tem o bom empresário e o mau empresário, claro, qualquer ramo tem isso. O empresário, que eu considero que a maioria é um bom empresário, o indivíduo não maltrata seus funcionários, muito pelo contrário, se ele não tiver uma equipe boa motivada, ele não vai adiante. Ah, o cara paga salário baixo, poxa você paga o salário e tira outro do bolso outro salario que fica todo com o governo e você não tem retorno nenhum. Aí o seu funcionário é mal formado, porque as escolas que o governo provê são ruins, então você tem que acabar ajudando. Então o bom empresário, ele quer o crescimento da cidade. Eu hoje tenho quatro hotéis em Feira, se a cidade não crescer meus hotéis não vão ter público. Se a cidade involuir, eu vou fazer o que? Acaba hotel. Então todo bom empresário, ele quer o crescimento da cidade. Então nós temos buscado já um tempo algum nível de renovação. E não é por nada não, porque os antigos dirigindo as entidades pensavam diferente, não é que pensavam diferente, mas tem um momento que as pessoas também ficam desgastadas. As entidades davam muito murro em ponta de faca sabe, Hélio? Então fazemos uma reunião para discutir um assunto de extrema importancia e vão cinco, seis, dez. IPTU 2014, você viveu aqui em Feira de Santana o grande drama que foi o IPTU de 2014. Com reuniões acaloradas com o prefeito, varios presidentes de entidades, etc.; e em reuniões, inclusive chamamos a CDL, a Associação Comercial, o Sindicato do Comercio juntos, chamamos mil e quinhentos associados aproximadamente, enviei e-mail para todos. Vieram sessenta. Você sabe por que os movimentos empresariais são bem mais fracos que os sindicais? Porque, nós sempre falamos isso, você chama mil e vão cinco, cinco não, chama mil e quinhentos vão cinquenta. O sindical você chama cinco, vão quinhentos. Então fica enfraquecido o movimento. E nesse momento político que temos, que eu acho que é um populismo terrível, seja de que partido for. Ele não está enxergando o desenvolvimento da população ou da região. Ele olha para o povo assim: eu estou enxergando meu voto, minha reeleição para daqui a dois, três, quatro anos. Então fica difícil. Agora quando você junta o empresário vai

falar, mas seja qual for o prefeito ou governador, olha assim tem cinquenta. O indivíduo olha, o setor laboral tem quinhentos, ele vai dar atenção hoje a quem? Mas quem mantém o setor laboral são aqueles cinquenta empresários ali.

1. Não tenha dúvida.
 2. É quem mantém não só os quinhentos, manem cinco mil. Você falou algo que eu não posso deixar de comentar, sobre o setor de comércio e serviços, a quantidade de empregos que tem. Está tendo uma mobilização terrível porque a Ford vai fazer algumas demissões, até o governador está no processo. O setor hoteleiro de Salvador está em crise, demitiu já seis mil. A Ford tem quantos empregados? Oito mil. O setor hoteleiro demitiu seis mil. Isso quer dizer o que? Que tem muito mais pessoas trabalhando. Então o setor de serviços, o setor hoteleiro de Salvador deve ter umas três Ford de número de funcionários.
-
1. Existe uma perspectiva de que um emprego na indústria representa onze em outros setores, então quando você corta uma vaga na indústria, já foram cortadas onze nos outros setores.
 2. Você está entendendo? Aí você tem uma discrepância disso e os dirigentes não conseguem enxergar isso direito. Há muito tempo eu participo sempre de associações, sempre gostei. Eu fui diretor da ABIH (Associação Brasileira da Indústria Hoteleira) e nosso antigo presidente Evanílson, foi na época que a Ford estava surgindo aqui, fez um comentário: rapaz eu acho engraçado, o governo da Bahia vai mover mundos e fundos, na época cinco milhões de reais, era um dinheiro fantástico naquela época, não é pouco hoje, mas naquela época era muito maior, eu achei engraçado porque o número de empregos que temos lá, se pegarmos Salvador na orla de Itapuã a Barra temos isso aí de hotelaria, fora os hotéis de dentro. E o que é que eles fazem para o setor hoteleiro? Nada. Você vai colocar um hotel? É problema seu, construa seu hotel do zero, incentivo nenhum. Agora vem uma fábrica de fora, porque dá mídia e tem emprego concentrado. Então o setor de comércio e serviços é muito maltratado pelos governantes. Agora por que? Porque não tem unidade. E quando você não consegue unidade fica difícil.
-
1. Então isso atrapalha na cidade. Porque Feira apesar de ter uma indústria forte, mas é o comércio que se destaca, historicamente.
 2. O comércio é mais forte que a indústria.

1. Quando eu falo em comercio é comercio e serviço. Então quando você tem uma cidade que depende do comercio e o comercio não tem unidade, isso nos atrapalha.
2. Muito.

ENTREVISTA 08 – COM – CDL

1. Avalie o atual nível de desenvolvimento econômico de Feira de Santana.
 2. A cidade de feira de Santana é diferenciada de todas as cidades desse país, ela tem características próprias, isso é histórico, é cultural. Feira de Santana, por si só consegue se desenvolver. A cidade vem passando há muitos anos por falta de um planejamento no seu processo de desenvolvimento, que seria um planejamento de longo prazo. O único planejamento de longo prazo que Feira de Santana teve foi no final da década de 60. Foi no Plano Diretor de 1960 e o Plano de Desenvolvimento Industrial de 68 que foi no governo do Prefeito Joao Durval Carneiro. Que por incrível que pareça esse plano até hoje está atualizado. Então é uma cidade que foi o único planejamento, que pode se dizer de planejamento, e é uma cidade que por si só se desenvolve, ela tem um potencial econômico muito grande, ela consegue apesar de todos os percalços, todas as dificuldades nesse processo de desenvolvimento que ela vem ostentando esses últimos anos, ela consegue se desenvolver. Não tem crise que consiga abalar essa economia feirense, essa pujança que a cidade tem.
1. Quais são esses fatores tão diferentes assim, que fazem com que ela se desenvolva por si só?
 2. Ela é uma cidade que foi construída por migrantes. Pela sua localização estratégica, e hoje é um dos maiores entroncamentos rodoviários. No seu processo histórico ela nasceu de um entroncamento de estradas de boiadas, que vinham do Piauí, do Maranhão e de todo o interior da Bahia e que ia ser embarcada pelo porto de Cachoeira, uma cidade aqui próxima. E ela nasceu justamente desse entroncamento. Então, por ela ter essa localização geográfica estratégica de ser encontro de BRs e BAs, ela tem essa característica de se desenvolver. Ela é uma cidade de empreendedores, de atração de pessoas de capitais de outros estados, de outras regiões que vêm para aqui empreender e com isso dá essa pujança econômica que Feira de Santana vem ostentando na sua longa história.

1. Dentro disso, qual é a influência da CDL nesse processo de desenvolvimento da cidade de Feira de Santana?

2. A CDL como uma entidade de classe que congrega os lojistas de Feira de Santana, dentro do seu estatuto ela tem atribuições de olhar a cidade como um todo, não é só defender uma classe de empresários, de empreendedores, mas ela também tem o seu lado social. Tudo que diz respeito ao desenvolvimento econômico ou social da cidade, a CDL está direta ou indiretamente envolvida, participando, incentivando, dando a sua contribuição como uma entidade que não só congrega empresários, mas também que ela tem um pensamento no processo de crescimento e desenvolvimento dessa cidade.

1. Qual a importância do comércio para Feira de Santana?

2. O comércio é a locomotiva da economia dessa cidade, é quem mais gera impostos é quem mais emprega mão de obra, então ela tem um papel fundamental em todo o processo de desenvolvimento da economia, não só local, mas regional, pela própria posição que a cidade de Feira de Santana ostenta de ser uma metrópole, de ser uma capital regional.

1. Como você mesmo disse, Feira é considerada uma metrópole, uma capital regional, centralizando aproximadamente dois milhões e meio a três milhões de pessoas. Em que aspectos Feira aproveita esse potencial? E em que aspectos ela precisa melhorar?

2. Essa liderança que Feira de Santana ostenta como uma capital regional, se nós pegarmos as divisões geoeconômicas, seja do governo do estado, seja do IBGE, eu gosto muito de pegar como referência uma divisão que o IBGE faz, que é o REGIQUE (Rede de Influência das Cidades), ou seja, aquelas cidades que Feira tem uma influência direta, tem uma relação seja econômica, seja social. Tem pontos positivos, mas também tem negativos. Quais são os pontos positivos? Ela é como uma cidade motriz, onde você tem várias cidades que flutuam em torno de Feira de Santana, então isso agrega valor à economia local, porque aquelas pessoas que aqui vem em busca de serviços urbanos, em busca de assistência médica, sanitária, pública, que vem em busca de educação pública, de resolver os seus problemas nos órgãos públicos, que vem ao comércio comprar ou vender, isso agrega valor à economia local. Isso é um ponto positivo, porque dá pujança ao desenvolvimento tanto econômico, quanto social da cidade. Mas também tem o lado negativo. Feira de Santana tem o papel de ser um colchão amortizador de questões sociais, pela sua própria localização. O sistema público de saúde de Feira de Santana, é montado em cima de uma rede de hospitais e de clínicas públicas, tanto na esfera municipal, como na

esfera estadual, e essas pessoas que vem da micro, da mesorregião de influência de Feira de Santana, vem em busca desses serviços aqui. Daí traz uma demanda muito grande, que os serviços públicos de assistência médica não atendem. E ela é um colchão amortizador porquê? Essa demanda toda por sistema de saúde pública e que vem em busca desse em Feira de Santana, seria uma população que poderia migrar para Salvador em busca desse serviço. Feira de Santana segura, filtra. Então se sai uma pessoa de Seabra para vir buscar assistência médica sanitária em Feira de Santana e acha, ela fica, porque resolve seu problema aqui. Se Feira não tivesse essa condição, ia desaguar onde? No sistema público de assistência médica em Salvador. Então Feira é um colchão que amortiza essa demanda e nós não carecemos nada em troca, nesse sentido. Então desagrega os serviços de assistência médica pública, por essa demanda das pessoas da micro, da mesorregião que poderia ir para Salvador e não vai, Feira segura. Então isso é um problema sério, porque por maior que se amplie os serviços, a oferta desses serviços não vai atender a essa demanda. Então isso é um problema que Feira de Santana tem, porque desagrega toda a estrutura dessa assistência médica sanitária. Vou dar um exemplo bem claro: a parte de obstetrícia. Nós temos aqui o Hospital da Mulher que é público municipal, que vem gestantes de toda essa micro e macrorregião em busca de serviços aqui, por mais que esse serviço seja oferecido não vai atender essa demanda. Nós temos o Hospital Cleriston Andrade, que por mais que o estado invista nesta assistência, não vai atender essa demanda. Toda essa demanda poderia ser deslocada para Salvador.

1. Ou que em suas cidades tivesse estrutura para resolver seus problemas.
2. Então é um grande problema. Eu estou usando como exemplo só a questão da saúde pública. Você tem também a questão da violência. Por Feira ser um entroncamento rodoviário muito grande, por aqui passam pessoas de todo lugar desse norte/nordeste, que vai em direção ao centro/sul. Como traz riquezas, também traz problemas, a violência, então isso também é um problema que se traz para a cidade pela sua localização, pela pujança que ela tem, por essa liderança na micro e na macrorregião.

1. Eu não tinha pensado nessa questão da saúde.

2. Da saúde? É crônica isso.

1. É verdade, e a cidade recebe verbas para cuidar só da população.

2. De Feira. O Hospital da Mulher municipal é para atender os munícipes de Feira de Santana e ele atende toda a micro e macrorregião. Eles agregam o serviço.

1. Interessante. Vamos falar agora sobre a questão do capital humano. Entre as várias teorias que tratam de capital humano, algumas delas postulam que a formação de capital humano, pessoas formadas e qualificadas para o trabalho e para pensar soluções de novas perspectivas, é fator relevante para o desenvolvimento econômico. Qual a situação de Feira de Santana em relação ao capital humano? E a sua instituição, a CDL, de alguma forma possui alguma relação com a formação do capital humano de Feira, com planejamento, com a geração de demandas, como é que isso acontece?

2. Feira de Santana se constituiu nesses últimos 15 anos em um polo regional de educação superior presencial, de formação de mão de obra especializada, de capital humano qualificado. Nós temos hoje 15 instituições de ensino superior presencial, com em torno de, vinte mil alunos no nível superior presencial sendo formados. Então uma massa crítica, uma mão de obra qualificada que está sendo formada em Feira de Santana. Com isso atraímos alunos até de outros estados, também dessa micro/mesorregião que vêm em busca da educação superior. Estamos falando de nível superior. Nós temos também na formação desse capital humano, cursos técnicos de excelência, o SENAI tem uma formação de técnicos que não deixa a desejar nada a outras instituições fora de Feira de Santana. Quanto a CDL, nós temos aqui uma oferta de cursos rápidos em parceria com o SEBRAE e com outros órgãos principalmente de cursos direcionados principalmente para o comércio. A sua equipe de colaboradores das lojas, onde nós oferecemos cursos para reciclar, qualificar. São cursos rápidos. Então damos essa contribuição dentro da nossa estrutura aqui, e oferecemos vários cursos para contribuir na formação desse capital humano.

1. Sobre a qualidade dessa mão de obra, vocês têm contato, vocês ouvem as demandas dos dirigentes empresariais. Como é que vocês avaliam a qualidade desse capital humano para o trabalho? Você falou que aqui temos muitas instituições de ensino superior. Como é que vocês vêm, essa mão de obra atende a demanda das empresas?

2. Em relação ao comércio, principalmente o comércio varejista, uma parte atende, no momento estamos com uma estrutura de reciclagem, de qualificação de mão de obra direcionada para as festas natalinas, onde o comércio da cidade contrata em torno de mil a mil e duzentas pessoas. Chamada a contratação temporária para as festas natalinas. Uma grande parte dessa mão de obra depois o próprio comércio absorve dentro dos seus quadros de colaboradores, de funcionários fixos. Existe uma demanda ainda reprimida em algumas atividades, por exemplo na questão de gerência, que é um cargo mais elevado

dentro do comércio varejista, temos algumas deficiências. Apesar de formar mão de obra nessa área, mas é uma mão de obra que tem ainda uma certa dificuldade de ser absorvida, pelo nível das pessoas que são treinadas excepcionalmente nessa área de gerência. Então, tem essa dificuldade ainda do mercado absorver, pois o nível não é tão alto como se espera.

1. Já percebeu em algum momento que as entidades empresariais, a CDL, as empresas, elas já foram ouvidas por instituições de ensino em relação a que tipo de profissional queria, que tipo de curso seria necessário. Já houve esse tipo de intercâmbio?

2. De vez em quando a CDL é procurada por algumas instituições de ensino tentando fazer parcerias. Digamos já, que algumas visitas, até da própria Fundação Getúlio Vargas que fez algumas propostas, para entrarmos numa parceria. Mas essas parcerias são um pouco complicadas, entre o que a academia pensa e o que as entidades de classe pensam. A academia tem uma ideia mais voltada para a área acadêmica, o comércio quer o feijão com arroz, quer uma coisa mais direta, ele quer uma mão de obra que ele sinta o retorno de imediato. Essas parcerias não deram muito certo, apesar de tentarmos algumas, mas não deram certo nesse sentido. O que aconteceu, nós fazíamos a parceria com essas entidades, com essas instituições e depois dessa mão de obra preparada, qualificada, tivemos dificuldade de colocar no mercado. Por que o empresário lojista também tem o processo seletivo dele.

1. É como se o comércio e a academia não falassem a mesma linguagem?

2. Não fala a mesma linguagem. Tem essa diferença, essa linguagem.

1. Como melhorar ou direcionar estrategicamente a formação do capital humano de Feira de Santana? De quem é essa responsabilidade?

2. Não é uma responsabilidade de quem. Fica complicado. Nós precisamos conversar para que se tenha uma mesma linha de pensamento. Nós temos uma parceria muito forte com o SEBRAE, mas temos dificuldades porque o SEBRAE tem uma metodologia de trabalho que é distante da realidade do comércio.

1. Fale mais sobre isso, por favor.

2. Eles não avançaram muito na realidade que o mercado quer. Eles vão muito pela parte da teoria e na hora que chega para a absorção dessa mão de obra dentro do mercado,

ele não absorve muito. Não se fala a mesma linguagem. Nós tivemos uma parceria também com algumas entidades que trabalhamos a algum tempo atrás, mas também não adiantou muito, não foi para frente.

1. Eu percebi nas suas falas que o comércio busca a qualificação de sua mão de obra em cursos curtos, ou cursos do SEBRAE ou de outras entidades como você falou. Não há muita relação com a formação superior, a formação técnica?

2. Não. Observe que nós já tivemos aqui numa instituição de nível superior um curso de Gestão de Varejo. Que foi um curso direcionado para o varejo. Mas a linguagem da academia ainda não conseguiu direcionar-se no mesmo caminho do mercado. Feira de Santana tem uma característica que é própria dela, que é a história, por isso é que ela é uma cidade diferenciada das outras. Não adianta você vir com um modelo de cima para baixo pronto e jogar no mercado, que o mercado não absorve. Você tem que vir com um modelo e se adequar a realidade da cidade. Por isso ela é diferente. Isso é uma questão histórica, uma questão cultural. Feira de Santana nasceu de uma feira. O que é uma feira? É um lugar onde as pessoas se encontravam para transacionar mercadorias. Isso é histórico, isso é cultural. Então Feira de Santana nasceu de uma feira e não consegue se desligar de ser uma feira. Ela é uma metrópole, ela é uma capital regional que nasceu de uma feira e infelizmente ainda tem muitas características de continuar sendo uma feira. Precisamos avançar nesse sentido. Geralmente, sem retroagir um pouco na história da cidade, grandes projetos que vem para o desenvolvimento da cidade, são projetos novos, modernos, mas tem resistência. E eu pego como exemplo a mudança da feira livre do centro da cidade, que começava ali na praça da Bandeira, subia a Getúlio Vargas até o Hospital EMEC. Para tirar essa feira foi uma batalha na época, isso lá nos anos 70. Para se construir o Centro de Abastecimento, e olhe que o Centro de Abastecimento até hoje tem resistência.

1. Quando se fala em impedir carroça de andar no centro da cidade tem gente achando ruim, gente influente achando ruim.

2. O Centro de Abastecimento até hoje ainda tem resistência. E olhe que o Centro de Abastecimento está no coração do centro comercial da cidade. Não cabe mais aquele equipamento ali. Se você olhar a questão de uma batalha que a CDL e todas as entidades de classe vem travando há mais de vinte anos, é a questão da ordenação do Centro Comercial, a questão do comércio informal, do camelô, do ambulante. Entidade de classe nenhuma quer acabar com camelô, porque eles são pais de família, eles sobrevivem

daquilo ali. O que se pede é a ordenação, e as entidades de classe tem mais de vinte anos tentando organizar, não é tirar camelô, é organizar. E é uma resistência muito grande.

1. Ou então acontecer como aconteceu com o Feiraguai, tirou e de repente o espaço foi ocupado novamente.

2. Mas a questão do Feiraguai foi uma batalha muito grande e eu estava dentro do processo. Quando se pensou em tirar aqueles vendedores do entorno do Mercado de Arte, isso foi no governo de professor José Raimundo, eu fui convidado pela Secretaria de Planejamento, na época o secretário era o professor Raimundo Pires, para traçarmos o perfil socioeconômico de todas as pessoas que negociavam produtos oriundos do Paraguai no entorno do Mercado de Arte. Nós fizemos isso. Pois justamente era um projeto de recolocação, não era tirar ninguém dali, de ganhar seu ganha pão. Era organizar, tirar do entorno do Mercado de Arte e trazer para um local específico, que é a Praça Presidente Médici, no fundo da Igreja Matriz. Aquilo foi uma batalha para se conseguir e hoje você veja o equipamento que se tornou o Feiraguai. Atualmente no seu entorno é um dos locais que tem o maior valor no metro quadrado de área de venda. Se você quiser um ponto comercial nesse entorno aqui, custa muito caro.

1. E conhecido no Brasil todo, virou um dos pontos de Feira mais conhecido fora, é o Feiraguai.

2. Então tudo que vem para um processo de modernização da cidade, de crescimento da cidade, há uma dificuldade muito grande.

1. Isso é cultural Roberto? Da população e das lideranças?

2. É cultural e é histórico. Nós tivemos durante uns vinte e cinco anos uma alternância de poder público municipal com duas pessoas: Colbert Martins e José Falcão. Entrava um, quando saía, vinha o outro. Eles se alternaram no poder por mais de vinte anos. E foram prefeitos que não tinham planejamento de longo prazo. Porque eles não queriam se incompatibilizar com toda essa estrutura cultural de feira livre que a cidade tem. E até hoje ainda é assim. Se pegarmos como exemplo agora a questão do BRT, que está aí, o Shopping Popular, que é uma ideia que deu certo em cidades do porte de Feira de Santana e eu conheço dois. Conheço o de Blumenau e o de Joinville que está tentando se fazer para tentar organizar o centro comercial da cidade. A resistência que se teve contra isso. Mas está saindo, aos trancos e barrancos, mas está saindo. As entidades de classe estão unidas

nesse momento para tentar organizar o centro comercial da cidade, com todas as dificuldades que se tem. Se observarmos a Rua Sales Barbosa, aquilo ali oferece um perigo tremendo para toda a sociedade. Porque se tiver um incêndio ali, como teve há um tempo atrás, isso vai trazer graves consequências para muitos empresários, para muitas pessoas que ali transitam. Você não tem acessos para sair.

1. Ali é uma rua para outra época. Roberto, é comum ver nas falas das lideranças de Feira, que Feira possui uma localização privilegiada, que isso atrai investimentos. Primeiro se você concorda com isso? Segundo, além da localização, que outros atrativos Feira possui para investimentos e empreendimentos e o que é que pode ser melhorado em relação a isso? Para atrair empreendimento.

2. Feira de Santana com a pujança que ela tem atrai investimentos não só pela questão dos incentivos que o poder público seja municipal, estadual, federal dá. Ela tem essa pujança de ser uma cidade de empreendedorismo. Se observarmos bem, Feira de Santana hoje tem uma das maiores redes bancárias do interior desse país, e ela é maior do que algumas capitais. Se não estou enganado, Feira tem hoje 28 agências bancárias. É maior que algumas capitais. Por que é que banco vem para Feira de Santana? É porque a cidade é bonita, é linda? Não. Ainda mais banco, que é um sistema capitalista mesmo. Você pega, por exemplo, um Bradesco que tem várias agências na cidade. Se você pegar, por exemplo, as grandes redes de lojas, sejam elas regionais, nacionais, multinacionais, elas vem para a cidade porque a cidade é bonita? Não. Um exemplo claro aqui: as lojas Riachuelo, que é um grupo nordestino, é o grupo Guararapes, ela veio para o Shopping de Feira de Santana, depois veio para o comércio de rua. Uma C&A, multinacional, veio para o Shopping, depois veio para o comércio de rua, as lojas Americanas, veio para o Shopping, depois o comércio de rua, Marisa, veio para o Shopping, depois o comércio de rua.

1. Mac Donald, Bobys...

2. Todos. Eles primeiro vieram para o Shopping, pois são lojas tipicamente de Shopping, depois foram para a rua.

1. O Shopping é uma segurança que a empresa tem e no Shopping ela sabe que está...

2. E a loja Riachuelo, ela comprou uma galeria inteira, num dos metros quadrados mais caros de Feira de Santana que é a Av. Senhor dos Passos. Colocou no chão e fez uma das lojas mais bonitas da rede. A Riachuelo só constrói lojas, na estrutura que ela construiu aqui na Av. Sr. Dos Passos, em capitais. Ela não constrói lojas com essa estrutura em interior.

Porque ela veio para Feira de Santana? Teve incentivo? Não. Ela veio por que aqui tem um mercado pujante, um mercado consumidor, que corre dinheiro. As lojas Americanas até pouco tempo atrás quando veio para Feira, hoje ela mudou esse perfil. Ela só construía loja em interior dentro de shopping. Feira de Santana foi uma das primeiras cidades do interior, principalmente do nordeste, que as lojas Americanas vieram montar uma loja no comércio de rua, geralmente ela vai em Shopping.

1. Então assim. Para o comércio Feira é muito atrativa. Para o comércio e para as empresas que se relacionam com o comércio.

2. Isso eu estou falando em termos do setor de comércio. Se observarmos muito nesses últimos dez anos, o boom imobiliário que essa cidade teve, eu não vi em lugar nenhum isso. Foi uma das cidades que teve uma gama de investimento muito grande. Porque é que uma DAMA da vida veio investir em Feira, porque uma Alphaville veio investir em feira, uma TENDA, uma OMR? É porque a cidade é bonita? Não. Houve incentivo para isso? Não. É pela própria pujança da cidade que atrai esses investimentos.

1. A pujança é movimentação econômica, é centralidade.

2. Isso eu estou falando de setores que não precisam de incentivo nenhum, eu não estou falando do setor industrial. É diferente, é outra característica, ele vem onde ele tem incentivo. Eu estou falando de setores que não tem incentivo nenhum para se implantar na cidade e vem pelo potencial que a cidade tem.

1. Já que você falou da indústria. Há relação entre o comércio e a indústria de Feira de Santana?

2. Não.

1. Nem indireta?

2. Não, indiretamente tem. Mas se você olhar as grandes indústrias instaladas em Feira, não tem relação nenhuma com o comércio local. Ele vem e se implanta aqui para vender para fora. Não há essa relação.

1. Não há relação direta, econômica entre elas.

2. Nesse setor não há. Se você pegar uma Pirelli. Se você pegar a balança comercial de importação/exportação, 80% das exportações é Pirelli. A segunda depois de Pirelli é o ramo de papel, papelão e embalagens, que é pequeno, o terceiro é sucos, que é a Brasfrut. Então Pirelli não tem relação com Feira. Se você olhar, por exemplo, uma Nestle, como é de alimentos tem uma correlação? Tem. Mas se você pegar as maiores não tem relação.

1. Sobre inovação agora. Há ambiente para inovação em Feira de Santana? Você consegue apontar alguma iniciativa que fomente ou tenha fomentado inovação nos últimos anos?

2. Eu posso citar a UEFS que investe nessa área. Muito pouco, poderia ser mais. Porque é a universidade da cidade. Tem características e estrutura de universidade, que poderia dar um impulso nessa área. Mas eu acho ainda muito pouco. Quem poderia ser o carro chefe na produção de inovação seria a academia. E a academia que se fala aqui é a UEFS, que é pública. Apesar das três universidades que Feira tem, mas a com todas as características é a UEFS. Se pegarmos a UNIFACS, a UFRB...

1. Não estão plenamente?

2. Não.

1. O capital humano que existe em Feira é capaz de produzir inovações?

2. Não.

1. Não? Por que?

2. Porque nós não temos mão de obra qualificada nesse sentido que possa... é muito pouco. Deveria ser mais. Poderíamos ter hoje uma inovação. Poderíamos ser um polo regional de inovação e nós não somos, não temos isso aqui.

1. O CIMATEC de Salvador tem uma estrutura de laboratórios de pesquisas que as empresas demandam para lá. Eu questionei quantas demandas eles tinham recebido de Feira, eles disseram: nenhuma. Desde que abriu, nenhuma demanda de Feira de Santana.

2. Hoje as empresas que trabalham muito com inovação, quando eles precisam trazem de fora. Outro dia a Pirelli estava atrás de um engenheiro químico. Geralmente os cargos de

estrutura maior, principalmente na parte da indústria, que precisa ter profissionais mais qualificados nessa área, traz de fora.

1. Isso é ruim. A CDL participou ou participa de algum tipo de articulação com o poder público, com empresas, com instituições de ensino e pesquisa nos últimos anos, com foco no desenvolvimento de Feira?

2. A CDL participa de vários polos de desenvolvimento da cidade. Ultimamente as entidades de classe da cidade, CDL, Associação Comercial, Centro das Industrias, o sindicato do comércio, estão fazendo reuniões conjuntas, unindo forças, porque essas entidades não tem poder econômico, mas tem um poder político muito grande de pressionar o poder público. Então tudo que diz respeito a Feira, nas reuniões são discutidos. Ultimamente tem-se discutido muito a questão do BRT, do Shopping popular.

1. Me fala uma coisa. Quem participa dessas reuniões? Quem são as entidades? Tem empresas, setor público? Como é que isso acontece?

2. Essas reuniões são das entidades de classe. As diretorias dessas entidades: CDL, Sindicato do Comércio, Associação Comercial, Centro das Industrias, Sindicato Rural. Que antigamente tínhamos o nome de Fórum Empresarial.

1. Mas poder público e academia não participam?

2. Poder público sim, porque essas entidades estão muito próximas tanto do poder público municipal, com do estadual e do federal. Recentemente estavam todos em Brasília.

1. E a academia não?

2. Não. Não existe uma interação. Nem o privado, nem tão pouco o público. Essa proximidade que deveria acontecer e já se teve no passado. Eu me lembro que quando a Reitora da UEFS era a professora Anaci Paim, existia uma aproximação muito grande entre a academia UEFS e as entidades de classe. Tanto que nós fizemos vários trabalhos juntos. Conseguimos fazer um censo empresarial em 97, foi fruto do Fórum Empresarial. Todas essas entidades participaram juntamente com a UEFS. Houve um casamento ali.

1. Eu tenho um exemplar desse censo em casa. Se esse negócio saísse de cinco em cinco anos, seria uma coisa espetacular.

2. Nós temos dez anos com esse projeto debaixo do braço. Batendo de porta em porta. Quem fez o projeto foi eu, todo o planejamento, custos. Quando lá se reúnem as entidades, grupos. Vamos fazer? Vamos, vamos, vamos. Mas na hora de coçar o bolso meu amigo. O último orçamento que eu fiz custava seiscentos mil reais.

1. Para repartir esse custo, não é um custo alto.

2. O SEBRAE que foi um grande incentivador, inclusive dentro do seu orçamento foi colocado várias vezes uma parte da nossa verba e não conseguimos destrancar esse projeto. E a prefeitura e todas as entidades de classe. Agora nós estamos participando de um grupo chamado Feira Empreende, que juntou todas as entidades, todos os segmentos organizados da sociedade que querem o bem de Feira de Santana, fazem parte desse grupo, desse projeto. Ele é dividido em seis grupos: qualificação de mão de obra, crédito, porque a ideia desse projeto é melhorar o ambiente de negócios na cidade. Eu coordeno um grupo que é: Novos Negócios, Pesquisa e Desenvolvimento. Nós conseguimos avançar. Nesse grupo faz parte: CDL, SEBRAE, SINCOOB, CIFS, CENTRO DAS INDUSTRIAS, ASSOCIAÇÃO COMERCIAL.

1. Como um grupo chamado Pesquisa e Desenvolvimento não tem academia? Não foi convidada? Ou foi e não quis participar?

2. Foi convidada. No início tivemos as reuniões, depois o grupo foi esfriando. Agora está entrando a UEFS e a FAPESB, já marcamos uma reunião. Inclusive a UNIFACS foi convidada, mas o gestor saiu (Mauricio) em fevereiro. Antes tive uma reunião com ele e Paulo, ficaram muito interessados. Mas na hora de ele entrar, saiu da gestão. Agora não tenho com quem conversar lá. Então é complicado. A UNEF, nós também fizemos um convite através do curso de Administração, “vamos entrar”, mas se ficarmos esperando a boa vontade, não entra. O que nós fizemos de excelente avanço foi um convenio com a PWC, com a PRAICE, que é a maior empresa de consultoria do mundo. Fizemos um termo de compromisso de cooperação técnica para o Feira Empreende e quem liderou isso foi a CDL, através de nós. Fizemos uma pesquisa que vai ser publicada agora: O Potencial Econômico de Feira de Santana. Fizemos a parte da amostra, a PRAICE entrou com uma equipe de pesquisadores, passamos três semanas pesquisando o comércio, a indústria e os serviços. Depois fizemos a tabulação dos questionários. E esse material está agora com a PRAICE de São Paulo com a equipe de análise e deve estar chegando aqui por volta de oito dias a publicação preliminar. Vamos então fazer uma análise do que é que tira, acrescenta,

para podermos apresentar na Semana do Empreendedorismo Global que vai ser em novembro.

1. Interessante, muito bom.

2. E a PRAICE fez esse trabalho em várias cidades do Brasil, inclusive fez a de Salvador com uma publicação linda, muito bom. Então conseguimos avançar. Agora vem uma empresa de fora para podermos destravar esse projeto. Porque aqui todo mundo quer fazer, mas na hora de sentar para executar, a parte operacional não anda.

1. No meu ponto de vista, isso era o papel da academia. Chegamos ao final e você tem um espaço para suas considerações.

2. Essa cidade é uma cidade fantástica. Eu vejo o potencial que ela tem. Eu consegui visitar algumas cidades do top de Feira. Estive em Joinville, Blumenau e fiquei observando. Eu fiz um trabalho aqui há uns dois anos atrás, comparando os orçamentos de municípios do mesmo porte de Feira. Fizemos um levantamento de arrecadação própria e dos convênios dos repasses de verbas federais. E a cidade tem um potencial grande. O que precisamos é nós libertar de ser uma feira-livre, é um processo histórico/cultural que não é fácil. Precisamos melhorar a questão dos nossos gestores, dos representantes, não sabemos escolhê-los. Se olharmos os representantes na esfera estadual e federal, na federal não temos ninguém. O que temos não pensa Feira. Então é uma cidade que não consegue se livrar dessa condição de ser uma feira-livre. Quando falo isso em algum ambiente, todos caem em cima de mim: Feira é uma metrópole. Ela pensa que é, faz de conta que é, mas não é. Porque nós não pensamos Feira, a grande. Saiu até uma pesquisa da Isto é, que Feira é a quinta melhor cidade para se viver. Eu não vou questionar, porque eu não conheço a metodologia que foi feita, mas eu tenho algumas restrições. A quinta melhor desse país?

1. Eu achei estranho.

2. Eu quero ler. Porque tudo que é bom para a cidade eu bato palmas, se ela a quinta melhor, em que aspecto é? Eu vou bater palmas, claro.

1. Roberto, muito obrigado pelo seu tempo, foi muito valiosa a sua entrevista.